

LEYDE KLEBIA RODRIGUES DA SILVA

Feminismo negro e epistemologia social: trajetórias de vida de pesquisadoras negras em Biblioteconomia e Ciência da Informação

Tese de doutorado
Dezembro de 2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO - ECO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - PPGCI

LEYDE KLEBIA RODRIGUES DA SILVA

**Feminismo negro e epistemologia social: trajetórias de vida de pesquisadoras
negras em Biblioteconomia e Ciência da Informação**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI), convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha

RIO DE JANEIRO

2020

CIP – Catalogação na Publicação

Silva, Leyde Klebia Rodrigues da

S586f Feminismo negro e epistemologia social: trajetórias de vida de pesquisadoras negras em biblioteconomia e ciência da informação / Leyde Klebia Rodrigues da Silva. -- Rio de Janeiro, 2020.
249 f. : il.

Orientador: Gustavo Silva Saldanha.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2020.

1. Ciência da Informação. 2. Biblioteconomia. 3. Feminismo negro. 4. Epistemologia social. 5. Trajetórias de vida. I. Saldanha, Gustavo Silva, orient. II. Título.

LEYDE KLEBIA RODRIGUES DA SILVA

Feminismo negro e epistemologia social: trajetórias de vida de pesquisadoras negras em Biblioteconomia e Ciência da Informação

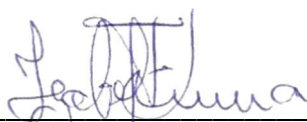
Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI), convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Aprovada em: 18 de dezembro de 2020.

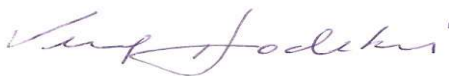
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha – PPGCI/IBICT/UFRJ
Orientador



Profa. Dra. Izabel França de Lima – PPGCI/UFPB



Profa. Dra. Vera Lúcia Doyle Louzada de Mattos Dodebei – PPGMS/UNIRIO
Examinadora externa



Profa. Dra. Gilda Olinto de Oliveira – PPGCI/IBICT/UFRJ
Examinadora interna



Profa. Dra. Regina Maria Marteleto – PPGCI/IBICT/UFRJ
Examinadora interna

A Professora Mirian Aquino, minha mãe acadêmica, o Baobá que me ensinou a ser mais forte e resistir, a não desistir, a ser mais do que sonhei que poderei ser!

AGRADECIMENTOS

A Deus, energia, natureza, essa força além da minha compreensão que, nos momentos de mais descrença durante este processo, me deu sensibilidade para entender limitações, angústias e perdas, fazendo crer que dias melhores viriam.

À minha amada mãe “mainha”, Maria do Socorro, a pessoa mais sensível, generosa, amorosa, lutadora e sábia que a vida colocou na minha vida. Seus ensinamentos ecoam em mim, como brado retumbante. Sonho, um dia, ser também um pouco da bondade que a minha mãe é para o mundo.

Ao meu querido pai “painho”, João Agripino (*in memoriam*). A pessoa que mais sonhou esse sonho. Ele profetizava sua filha doutora logo nos primeiros passos acadêmicos. Um defensor da educação transformadora, principalmente na vida de pessoas das classes mais baixas como a nossa. Um intelectual sem diplomas. Como eu sinto a sua falta meu pai, desejaria mais do que qualquer coisa partilhar esse momento, que sonhamos juntos, com você ao meu lado.

À minha família (irmã, irmãos, primas e primos, tias e tios), pessoas que sempre, de formas distintas, me apoiaram e acreditaram em mim. Principalmente meus irmãos Kennyton John e Khyrebôs e minha irmã Kleysa, minha “mundiça”. Somos um time, pessoas que além do amor, se apoiam, se admiram, torcem umas pelas outras e partilham juntas, com intensidade, os momentos possíveis.

Às protagonistas desta pesquisa, as Professoras Mirian de Albuquerque Aquino (minha eterna orientadora), Maria Aparecida Moura e Joselina da Silva. Mulheres negras engajadas na luta por uma sociedade mais justa, inspiração para mim e para uma geração que brota e ecoa pelas áreas e setores em que atuam.

Ao meu orientador, o professor Gustavo Saldanha, pelas orientações, conversas, terapias gratuitas, momentos de inspiração, oportunidades e, não menos importante, sua generosidade. Agradeço por me acolher em seu grupo, abrir espaço para o desafio da pesquisa proposta e principalmente pela compreensão na mudança do tema, desvios, imprevistos e demais limitações.

Ao meu querido amigo/irmão “Mindu” (Jobson Francisco Jr.), seria necessário outro arquivo para falar sobre a importância dessa pessoa na minha vida. Então, vou resumir e

agradecer por existir e continuar presente na minha vida. O irmão de outra mãe e outro pai que a vida me deu. Te amo.

À minha amiga/marida “Déa” (Andréa Doyle). Obrigada amiga, por tantas coisas que eu não sei pode onde começar, por me acolher em sua casa quando precisei, por me adotar no seio da sua família, pelos ensinamentos compartilhados e por estar comigo em cada etapa desse processo, sua força, amizade e conselhos foram elementos fundamentais para eu perseverar e estar aqui hoje, apresentando esse trabalho.

Uma das maiores alegrias desse doutorado foram as amizades. Agradeço à turma maravilhosa de 2015, uma turma com a maioria de pessoas graduadas em Biblioteconomia, um destaque se tratando do PPGICI/UFRJ/IBICT. As queridas amigas: Tatiana e Ilaydiany (manas do grupo Norte e Nordeste), Iara (a carioca adotada pelo grupo do nordeste, mais famosa desse Brasil), Nádia (a mana invasora de grupos mais querida), Bianca e Bruna (parceiras/irmãs de orientação), Priscila “Pri”, Larriza e Karlinha (sempre presentes e dispostas às aventuras da turma). E, aos meninos, não iria esquecer deles: Edilson e Eri (meus pretos lindos do grupo Norte e Nordeste), André, Thayron e Dayo (parceiros de conversas, angústias e também muitas risadas).

Ao grupo de pesquisa “Ecce Liber: filosofia, linguagem e organização dos saberes”, coordenado pelo meu orientador, que me acolheu quando ingressei no PPGICI/UFRJ/IBICT e possibilitou a construção de experiências coletivas a partir de discussões filosóficas, visitas e tours literários-informacionais e o compartilhamento de vivências memorialísticas.

A Marcelo Bullos pelo companheirismo e apoio em alguns dos momentos mais difíceis da minha trajetória. Sua contribuição e força para que este trabalho fosse concluído não será esquecida.

Às amigas da minha segunda cidade, João Pessoa “Jampa”, que hoje estão espalhadas por esse grande mundo. Em especial a Sadraque, Stefanny, Guto, Nicole, Edjackson, Ismaelly (minha roomie) e Izabel França (grande amiga, incentivadora e parceira na luta).

Às minhas queridas “Lulu’s”, amigas da minha cidade natal Patos, que me acompanham desde os anos iniciais da formação educacional. Além amigas somos irmãs: Dayanne, Emilly, Huislany, Savanna, Walmislene, Wanessa e Williane, obrigada pelos longos anos de amizade, o que temos é muito precioso.

Ao GEINCOS, hoje, coordenado pelas Professoras Alba Cleide Calado Wanderley e Lebiam Tamar Silva Bezerra, primeiro grupo de Pesquisa de que participei e no qual me encontro até hoje. Às pessoas que fizeram e continuam fazendo parte e às novas participações, fontes ricas de diálogo, aprendizado, companheirismo e amizade. À família acadêmica que a Professora Mirian construiu.

Ao Grupo de Estudos GEPEMCI coordenado pelas Henriette Ferreira Gomes e Raquel do Rosário Santos. Em especial ao Grupo de Extensão Lapidar, que me recebeu de braços abertos no ICI/UFBA, desde o primeiro dia do meu ingresso, sempre apoiando minha caminhada em busca da conclusão do doutorado.

Ao GT de Relações Étnico-Raciais e Decolonialidades da FEBAB, do qual faço parte, pelos momentos de socialização de saberes, debates acerca das questões étnico-raciais, Biblioteconomia Negra, feminismo negro, entre outras. Um agradecimento especial a parceira de luta e amiga Franciéle Garcês, pelo convite e por todos os desafios maravilhosos, que ela tem me proporcionado.

À equipe do PPGCI/UFRJ/IBICT (professores e professoras, coordenadores e funcionários e funcionárias) por todos os ensinamentos, apoio e acolhimento.

Ao Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, especialmente ao Departamento de Documentação de Informação pela compreensão dos momentos de liberação e dedicação à pesquisa.

À comunidade discente do ICI/UFBA com quem tive o prazer de conviver ao longo desses três anos. Como seria difícil nomear tantas pessoas queridas, direciono meu agradecimento a Mirna Galiza, graduanda em Arquivologia, colaboradora nesta pesquisa.

Às Professoras Examinadoras, Gisele Rocha, Vera Dodebei, Regina Marteleto e Gilda Olinto, pela disponibilidade em participar da banca, pelas contribuições e principalmente pela compreensão sem a qual esse trabalho não seria finalizado.

À CAPES que financiou meus estudos nos 2 (dois) primeiros anos de doutorado, como bolsista.

E como já me alonguei além da conta, agradeço a todas as pessoas que estiveram presente em minha trajetória. Afinal, aqueles(as) que passam por nós não vão sós, deixam um pouco de si, levam um pouco de nós (SAINT-EXUPERY, 2018).

Quem pode prender essa ventania que mora em mim?

Essa fertilidade de espalhar boas sementes
De unir elementos contraditórios dentro de si
Tempo que se fecha sem chover, poeira do meu indizível. Fogo que alastra indomável pelo caminho

Águas que recuam e voltam com intensidade
Nesta instabilidade de nascer tempestade e dissipar-se fogo

Fecha meu ponto fraco, nas espirais dos meus ventos

Movimento o meu corpo para que ele não morra
Quem pode acalmar esse redemoinho de ser mulher preta? Este racismo que me desumaniza e me torna vazio

O invisível de todos os meus passos desfeitos
Sabe quando o mar desfaz as escritas nas areias?
Sabe quando o dia vai virando noite e tudo se torna mistério? Tem dias que a loucura mescla com a solidão

E eu me vi várias vezes vagando sem destino certo...

Eu tenho medo de que não se lembrem, nossos passos vêm de longe e precisamos prosseguir...
(SOUZA, Elizandra, Redemoinhos, 2019).

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa é (re)contar as trajetórias de vida de pesquisadoras negras do campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação e suas tranças intelectuais, tendo como base o fundamento da epistemologia social. Especificamente pretendeu-se: discutir a epistemologia social como base teórica para a análise de trajetórias de vida; refletir sobre o feminismo negro, as epistemologias feministas, os debates e enfrentamentos de mulheres negras na ciência; narrar as trajetórias das protagonistas pesquisadoras negras a partir das fontes biobibliográficas selecionadas; e identificar as tranças intelectuais de pesquisadoras em Biblioteconomia e Ciência da Informação a partir da noção de Baobá Genealógico. Metodologicamente, baseou-se numa abordagem qualitativa de pesquisa, do tipo documental. As fontes selecionadas denominadas biobibliográficas, memoriais e artigos autorais, disponibilizados pelas protagonistas da pesquisa, foram analisadas a partir do método autobiográfico, do princípio analítico da interseccionalidade, e compreendidas sob a ótica de uma Epistemologia Social Feminista Negra. As tranças intelectuais foram construídas pela noção de Baobá Genealógico com dados coletados na Plataforma Lattes, via as bases de Currículos Lattes e o Diretório de Grupos de Pesquisa. Os resultados da pesquisa mostram que os fragmentos narrativos das trajetórias de vida das pesquisadoras e os respectivos Baobás Genealógicos serviram de aporte para uma compreensão da atuação, experiência, luta, protagonismo e resiliência dessas mulheres em seus espaços. Nas considerações finais, reforça-se a importância da presença de mulheres negras em todos os espaços da sociedade, e apesar da mídia e dos currículos escolares não abordarem a profundidade dessas existências, as vidas complexas de mulheres negras podem promover grandes contribuições científicas e importantes transformações sociais.

Palavras-Chave: Biblioteconomia. Ciência da Informação. Feminismo negro. Epistemologia social. Trajetórias de vida. Mulheres Negras. Mulheres Negras e Ciência.

ABSTRACT

The goal of this research is to (re)tell the life trajectories of black researchers in the field of Librarianship and Information Science and their intellectual braids, based on the foundation of social epistemology. Specifically, it was intended: to discuss social epistemology as a theoretical basis for the analysis of life trajectories; to reflect on black feminism, feminist epistemologies, the debates and confrontations of black women in science; to narrate the trajectories of the leading black researchers from the selected bio-bibliographical sources; and to identify the intellectual braids of researchers in Librarianship and Information Science from the notion of Genealogical Baobab. Methodologically it was based on a qualitative approach research of documentary type. The selected sources, called biobibliographical, memorials and authorial articles made available by the research protagonists, were analyzed using the autobiographical method, the analytical principle of intersectionality, and understood from the perspective of a Black Feminist Social Epistemology. The intellectual braids were built from the notion of Genealogical Baobab, and from data collected on the Lattes Platform, via the Lattes Curriculum bases and the Research Groups Directory. Results show that the narrative fragments of the researchers' life trajectories along with their respective Genealogical Baobabs served as input for understanding the performance, experience, struggle, protagonism and resilience of these women in their spaces. In the final considerations, the importance of the presence of black women in all areas of society is reinforced, and although the media and school curricula do not address the depth of these existences, the complex lives of black women can promote great scientific contributions and important social transformations.

Keywords: Librarianship and Information Science. Black feminism. Social epistemology. Life trajectory. Black Women. Black Women and Science.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 –	Quitandeiras	83
Imagem 2 –	Histórico das mulheres no ensino superior no Brasil	91
Imagem 3 –	Página inicial do Ambiente Virtual “Pesquisadoras Negras”	169
Imagem 4 –	Página “Pesquisadoras” do Ambiente Virtual “Pesquisadoras Negras”	170
Imagem 5 –	Página “Sobre a Pesquisa” do Ambiente Virtual “Pesquisadoras Negras”	171
Imagem 6 –	Página “Baobás” do Ambiente Virtual “Pesquisadoras Negras”	172
Imagem 7 –	Página “Sobre Mim” do Ambiente Virtual “Pesquisadoras Negras”	173
Imagem 8 –	Página “Contato” do Ambiente Virtual “Pesquisadoras Negras”	173
Imagem 9 –	Baobá Genealógico de Mirian de Albuquerque Aquino	179
Imagem 10 –	Baobá Genealógico de Maria Aparecida Moura	185
Imagem 11 –	Baobá Genealógico de Joselina da Silva	190

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Questões norteadoras para reflexão das categorias em Epistemologia Social	158
Quadro 2 –	Tranças/Galhos de Mirian de Albuquerque Aquino em Biblioteconomia e Ciência da Informação	180-181
Quadro 3 –	Tranças/Galhos de Maria Aparecida Moura em Biblioteconomia e Ciência da Informação	185-186
Quadro 4 –	Tranças/Galhos de Joselina da Silva em Biblioteconomia	190

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ABPN	Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)
AFJP	Aliança Francesa João Pessoa
AFRAFEP	Associação dos Fiscais de Rendas e Agente Fiscais do Estado da Paraíba
AMNB	Articulação de Mulheres Negras do Brasil
BAMIDÊLE	Organização de Mulheres Negras da Paraíba
BCI	Biblioteconomia e Ciência da Informação
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CAB	Centro Acadêmico de Biblioteconomia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDUC	Centro de Educação
CEN	Ciências Exatas da Natureza
CHSA	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
CI	Ciência da Informação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CV	Ciências da Vida
DCE	Diretório Central de Estudantes
DDI	Departamento de Ciência da Informação
DGP	Diretórios de Grupos de Pesquisa
DTI	Desenvolvimento Tecnológico e Industrial
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
ENEBD	Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Gestão da Informação
ENIC	Encontros de Iniciação Científica
EPENN	Encontro de Pesquisa em Educação do Norte e Nordeste
EPISFEN	Epistemologia Social Feminista Negra
FEBAB	Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
GEINCOS	Grupo de Pesquisa Integrando Competências, Construindo Saberes,

	Formando Cientistas
GELEDÉS	Instituto da Mulher Negra
GT-RERAD	Grupo de Trabalho Relações Étnico-Raciais e Decolonialidades
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LABCULT	Laboratório de Culturas e Humanidades digitais
MNU	Movimento Negro Unificado
N´BLAC	Núcleo Brasileiro, Latino-Americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais
NEPIERE	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Informação, Educação e Relações Étnico-raciais
ONGs	Organizações não governamentais
PBCIB	Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PPGCI	Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
PPGCOM	Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROLER	Programa Nacional de Incentivo à Leitura
PROUCA	Programa Um Computador por Aluno
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUCP	Universidade Católica do Peru
REDE MUSSI	Rede Franco-Brasileira de Pesquisadores em Mediações e Usos Sociais de Saberes e Informação
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TICs	Tecnologias da Informação e da Comunicação
TJPB	Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	39
3	O “SOCIAL” NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	50
3.1	EPISTEMOLOGIA SOCIAL: conceitos, pesquisadoras e pesquisadores e contribuições	51
3.2	A COMPREENSÃO DO “SOCIAL” NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: ENFRENTAMENTOS AO EPISTEMICÍDIO	56
3.2.1	O “paradigma social” da informação	64
3.3	PREÂMBULO AO ESTUDO DO SOCIAL, DA SOCIEDADE E DAS ABORDAGENS SOCIOLÓGICAS NA LEGITIMAÇÃO INFORMACIONAL	66
3.3.1	Das disputas por legitimação epistemológica na esfera informacional	66
3.3.2	O escopo dos estudos sociais da informação	68
3.3.3	Fundamentos “sociológicos” para os estudos informacionais ou fundamentos informacionais para os “estudos sociais”: Paul Otlet e a bibliossociometria	70
3.3.4	A paisagem social sob as lentes do mundo informacional: uma perspectiva na e para sociedade sob o prisma roubakiniano	71
4	FEMINISMO NEGRO, MULHERES NEGRAS E CIÊNCIA	77
4.1	MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL	80
4.2	A PRESENÇA DE MULHERES NEGRAS EM ESPAÇOS PÚBLICOS	86
4.3	EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS NEGRAS: debates e enfrentamentos	95
4.4	MULHERES NEGRAS E CIÊNCIA	101
4.5	O PROTAGONISMO DE MULHERES NEGRAS EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	107
5	TRAJETÓRIAS DE VIDA DE PESQUISADORAS NEGRAS A PARTIR DE UMA EPISTEMOLOGIA SOCIAL FEMINISTA NEGRA	115
5.1	PESQUISADORAS NEGRAS E SUAS TRAJETÓRIAS DE VIDA	116

5.1.1	Mirian por Mirian	117
5.1.2	Cida por Cida	127
5.1.3	Joselina por Joselina	146
5.1.4	Análises e Discussões a partir de uma Epistemologia Social Feminista Negra	156
5.2	“BAOBÁ GENEALÓGICO”: tranças intelectuais	167
5.2.1	Baobá genealógico de Mirian de Albuquerque Aquino	176
5.2.2	Baobá genealógico de Maria Aparecida Moura	181
5.2.3	Baobá genealógico de Joselina da Silva	187
5.2.4	Discussões genealógicas	191
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
	APÊNDICE A – LISTA DE ORIENTAÇÕES: MIRIAN DE ALBUQUERQUE AQUINO	218
	APÊNDICE B – LISTA DE ORIENTAÇÕES: MARIA APARECIDA MOURA	226
	APÊNDICE C – LISTA DE ORIENTAÇÕES: JOSELINA DA SILVA	240
	ANEXO A – PLANO DE CURSO DA DISCIPLINA FEMINISMO NEGRO NA ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	245

1 INTRODUÇÃO¹

sou negra ponto final
 devolvo-me a identidade
 rasgo minha certidão
 sou negra
 sem reticências
 sem vírgulas sem ausências
 sou negra balacobaco
 sou negra noite cansaço
 sou negra
 ponto final
 (RUFINO, Alzira, 1988, p. 88)².

Essa pesquisa tem como objeto as trajetórias de vida de três pesquisadoras negras que atuam e/ou atuaram na pesquisa, ensino e extensão em Biblioteconomia e Ciência da Informação: Mirian de Albuquerque Aquino, Maria Aparecida Moura e Joselina da Silva. Partimos do pressuposto que essas pesquisadoras construíram e ainda constroem “tranças” de intelectuais negras e negros e não negras e não negros. Elas integram saberes e formam profissionais/cientistas/pessoas sensíveis e atuantes à problemáticas que afetam a sociedade e são fatores geradores de discriminação e exclusão social, como racismo, machismo, sexismo e LGBTfobia.

Usamos a simbologia das tranças em diálogo com a ideia de redes, pois essa reforça o orgulho de ser negra e negro. A estética/imagem é movimento de resistência. É reflexo de origens diaspóricas de um povo silenciado, apagado e colocado às margens da sociedade.

Nilma Lino Gomes (2003, p. 171) nos ensina que

o uso das tranças pelos negros, além de carregar toda uma simbologia originada de uma matriz africana ressignificada no Brasil, é, também, um dos primeiros penteados usados pela negra e privilegiados pela família. Fazer as tranças, na

¹ “Enquanto a linguagem continuar carregada de estereótipos, não convém dissimular a visibilidade das mulheres”. Logo, este texto está redigido de acordo com o Manual para o uso não sexista da linguagem, tendo em vista uma linguagem inclusiva para ambos os sexos nas instituições públicas, sobretudo na prática da escrita científica.

FRANCO, Paki Venegas; CERVERA; Julia Pérez. **Manual para o uso não sexista da linguagem**. Tradução Beatriz Cannabrava. [Brasília]: UNIFEM, 2007. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/manual-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem>. Acesso em: 15 fev. 2020.

² As epígrafes dos capítulos foram selecionadas a partir do princípio norteador do trabalho, “trajetória de mulheres negras”. Logo, todas são escritoras negras que em sua maioria foram silenciadas pela história oficial. Por isso, a forma de citá-las foi padronizada usando o sempre o último e o primeiro nome, para visibilizar essas mulheres, que têm muita história para contar. A primeira que escolhemos foi Alzira Rufino, enfermeira, escritora e ativista política brasileira atuante no Movimento Negro e no Movimento de Mulheres Negras.

infância constitui um verdadeiro ritual para esta família. Elaborar tranças é uma tarefa apreendida e desenvolvida pelas mulheres negras.

Nesse sentido, situamos a pesquisa nos dizeres de Donna Haraway (1995) ao lidar com a problemática dos “saberes localizados” como uma ciência que se posiciona, ou melhor que assume que se posiciona. E ao se assumir como ciência posicionada, assumimos também um compromisso em usar esse espaço para reflexão e crítica das formas de produção de conhecimento que não assume seu lugar e continua reproduzindo o mito da “neutralidade do fazer científico”. Assim, como proposto pelas epistemologias feministas, os processos de autoria também incluem os afetos que nos levam a aprender durante a pesquisa com seus desafios, acertos, erros, frustrações e ajustes.

A estrutura desta introdução pode parecer não usual, mas é fundamental para uma pesquisa baseada em trajetórias de vidas de mulheres negras. Não é possível, a meu ver, narrar essas trajetórias, sem me colocar como pessoa que sou, parte de uma teia de conexões, que me fizeram chegar até aqui. Começaremos com a trajetória da pesquisa atrelada a minha construção identitária.

A trajetória desta pesquisa não é recente, ao contrário, faz parte de um conjunto de inquietações que foram crescendo e se acumulando ao longo dos anos de pesquisa, convívio no grupo de estudos, o Grupo de Pesquisa Integrando Competências, Construindo Saberes, Formando Cientistas (Geincos) (irei me debruçar mais a frente sobre essa história). Entrei nesse curso de doutorado no ano de 2015, com outro tema de pesquisa. Para ser mais específica, tinha o seguinte tema: “Resignificação dos conceitos de apropriação e democratização em ciência da informação a partir do olhar da sociologia da informação”. Entretanto, foram muitos os obstáculos e dilemas que me fizeram caminhar para a mudança do tema, comecei com um breve memorial sobre mim, na esperança que ao lerem compreendam essa tese como eu a escrevi, um trabalho de inquietações acadêmicas e cura pessoal que construiu e vem construindo a forma como a universidade, a pesquisa e o ensino me transformaram e tantas outras pessoas com histórias como a minha.

Meu percurso acadêmico e profissional esteve orientado desde seu princípio para a prática da pesquisa científica, envolvendo os campos da Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia, Tecnologia da Informação, Processos de Disseminação da Informação, Memória, Acesso, Uso e Preservação da Informação e Métodos e Técnicas de Pesquisa. Minha trajetória pelos grupos de pesquisa começa com estudos étnico-raciais

sobre a presença de temas afrodescendentes na pesquisa científica, se amplia buscando entender o papel da preservação da memória e da representação da informação para a construção de identidades, e atualmente explora um aspecto mais subjetivo das relações entre intersujeitos, livros e desejos, que busca, através da bibliologia, trazer as investigações tradicionais da CI para o cotidiano da sociedade.

Ao longo da minha caminhada, tive a oportunidade de fazer parte de algumas importantes instituições do país no âmbito da Ciência da Informação, assim como de órgãos públicos ou privados de ensino e/ou pesquisa, destacando-se, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Aliança Francesa João Pessoa (AFJP), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB), a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e atualmente, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), lugar onde eu finalmente vinculei-me como professora universitária efetiva através de Concurso Público.

Ingressei na universidade em 2006, mas precisamente agosto. Falar o mês é importante para contextualizar um período singular. Normalmente o período escolar nas universidades brasileiras se inicia em fevereiro/março do ano corrente. Contudo, a Universidade Federal da Paraíba acabara de passar por período de sucessivas greves que atrasaram seu calendário escolar.

Minha ansiedade para adentrar no universo acadêmico era tamanha, que eu contava os dias para que aulas pudessem começar. Eu nasci no interior do estado da Paraíba, em uma cidade do sertão chamada Patos. E as condições socioeconômicas da minha família praticamente não permitiam que eu sonhasse muito. Esse foi sempre o meu “problema”. Não acreditar na vida predefinida que a sociedade já tinha traçado antes mesmo de eu nascer. Tive uma formação, desde o início da minha vida escolar em instituições públicas. Nesse sentido, sempre valorizei o poder dessas instituições como mobilizadoras e transformadoras da realidade social. E foi com esse anseio que entrei na universidade.

A escolha pelo curso de biblioteconomia se deu basicamente por pesquisa. Eu queria aprender como levar informação para todos. Simples, mas verdade. Como a maioria dos estudantes que ingressam o curso eu não tinha a menor noção do que ele tratava ou poderia oferecer em termos de conhecimentos. Mesmo sendo uma profissão secular, a biblioteconomia ainda não era/é vista como um curso de “Alto prestígio” (Ex. Medicina e

Direito). Não é o momento aqui, mas essa questão carece de uma reflexão mais aprofundada, a fim de compreender melhor o processo de democratização e acesso ao ensino superior no Brasil.

Voltando ao período da Graduação em Biblioteconomia, esse foi marcado pela minha real inserção no mundo da universidade e todas as questões que ela implica.

O primeiro ano da graduação foi de extrema importância para entender como a esfera acadêmica se organizava. Como eu era do interior do estado e a universidade funcionava na capital, acabei concorrendo e conquistando uma vaga na Residência Universitária. Ao entrar no Programa de Residência Universitária fui assegurada além da moradia e alimentação, com uma série de benefícios (cursos de extensão, mobilização estudantil e etc.), que a pessoa residente poderia, caso desejasse, vivenciar. Sobretudo, pelo fato de morar dentro da própria instituição pude conhecê-la para além da estrutura da sala de aula.

Em 2007, no segundo período de curso, prestei seleção e conquistei uma vaga como bolsista PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) no projeto de pesquisa “Informação para Educação: construindo dispositivos de inclusão a partir do uso de objetos multimídia na sociedade da aprendizagem” coordenado pela Professora Doutora Mirian de Albuquerque Aquino (uma das protagonistas desta pesquisa e um dos motivos pelos quais meu interesse surge), docente do Departamento de Ciência da Informação (DCI) da UFPB. A pesquisa tinha por objetivo analisar os objetos multimídia dos cursos da UFPB e como eles estavam sendo empregados no processo de ensino-aprendizagem da comunidade universitária, que vivia a emergência do uso e da aplicação das TICs (Tecnologias da Informação e da Comunicação) que ainda não estavam sendo utilizados nas instituições de ensino superior.

Entrar nesse projeto reconfigurou todas as minhas aspirações acadêmico-profissionais, pois, ao ingressar no universo da pesquisa científica, me deparei com um universo de possibilidades que antes eram impensáveis: pesquisa e a docência.

Ao me inserir em um projeto de pesquisa, também comecei a fazer parte do Grupo de Pesquisa da minha orientadora, o Geincos e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Informação, Educação e Relações Etnicorraciais (NEPIERE), aos quais sou vinculada até hoje. Nas relações com as pessoas que participavam do grupo, estudantes de graduação, mestrado, doutorado e pesquisadoras e pesquisadores, me familiarizei com o saber-fazer

acadêmico, participando de discussões com a finalidade de refletir sobre problemáticas emergentes na atual sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem e, sobretudo, amadurecer a compreensão da ciência. Os estudos e pesquisas desenvolvidos interdisciplinarmente com o NEPIERE/GEINCOS contribuíram fortemente para a escolha do tema e dos objetos de estudo que deram origem aos trabalhos que desenvolvi na Conclusão do Curso de Biblioteconomia, no Mestrado em Ciência da Informação e no Projeto pelo qual fui aprovada na seleção de Doutorado no IBICT, em 2015, culminando no desenvolvimento desta tese.

Ainda em 2007, vivi minha primeira imersão universitária no campo da mobilização estudantil, digo no contexto universitário, pois desde a escola básica sempre me envolvi e preocupei com as questões que permeiam o campo dos direitos cidadãos, política participativa e democracia. Ao ingressar no Centro Acadêmico de Biblioteconomia (CAB), estive ligada diretamente ao Diretório Central de Estudantes (DCE) e juntos lutamos por melhorias para comunidade estudantil, para universidade e toda comunidade acadêmica, em um contexto onde os projetos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) começavam a ser desenvolvidos. Sendo assim, fomos privilegiadas e privilegiados ao participar da aplicação de um projeto que ampliou o acesso e a permanência na educação superior.

A experiência no movimento estudantil universitário foi de grande relevância para o meu amadurecimento pessoal e profissional. Acredito que, em uma sociedade que se intitula democrática, as relações que se desenvolvem sobretudo em suas instituições de ensino, para serem educativas, devem ser também democráticas. O exercício da democracia está intimamente ligado à real participação da comunidade na tomada de decisão, ou seja, a democracia não pode existir sem participação popular. Entendo que a participação da comunidade estudantil (e toda sociedade) como pessoas ativas no processo de ensino e aprendizagem contribui para a formação global de cidadãos e cidadãs mais preparados para a construção de uma sociedade melhor.

O ano seguinte foi significativo para demarcar o campo de atuação do GEINCOS. Nesse momento, acabávamos de concluir o projeto “Informação para Educação” e consideramos que os recursos multimídia em si não bastavam para auxiliar o projeto de ensino–aprendizagem, o uso desses objetos precisavam ser associados às políticas de aprimoramento e de utilização destes recursos a fim de que eles pudessem atuar como

agentes facilitadores na educação. Após a finalização deste, as pesquisas desenvolvidas pelo grupo buscaram um tronco comum, além da transversalidade entre Ciência da Informação e Educação, visto que a coordenadora do grupo atuava nos dois programas. A questão étnico-racial se tornou, então, objeto de estudo central do grupo, com foco em duas linhas pesquisa: “Afrodescendência e Educação”, com o objetivo de estudar os processos de exclusão/inclusão social dos afrodescendentes através das práticas educativas, formais e informais, e mais diretamente ligadas a Ciência da Informação, a Linha de “Memória, organização, acesso e uso da informação” que tem por objetivos estudar a preservação da memória, representação de informação, usos e impactos da informação, de um ponto de vista cultural a partir das questões de inclusão e exclusão para formação de identidades culturais na consolidação da cidadania.

A segunda linha é por onde meus estudos e pesquisas, desde 2008, seguiram até o mestrado. Investigamos questões teóricas, conceituais, reflexivas e metodológicas voltadas à produção, apropriação, democratização, representação, usos e impactos da informação, e à proteção das memórias, do patrimônio cultural e identitário, associadas ou não às tecnologias de suporte.

Assim, em 2008, começo a fazer parte do projeto de pesquisa “Memória da ciência: (In) visibilidade de negros(as) na produção de conhecimento da Universidade Federal da Paraíba”. O estudo fez um levantamento da memória da ciência da Universidade Federal da Paraíba, focando os anais dos Encontros de Iniciação Científica (ENIC/PIBIC) no período de 1998 à 2008 com o objetivo específico de identificar a produção de conhecimento sobre a população negra de pesquisadores e pesquisadoras dessa Instituição. A primeira fase deste estudo foi concluída em 2009, que mostrou as dissonâncias na produção de conhecimento da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), especificamente nos trabalhos apresentados nos Encontros de Iniciação Científica (ENIC), no período de 1998 a 2008, nas três grandes áreas do conhecimento: Ciências Exatas da Natureza (CEN), Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA) e Ciências da Vida (CV), onde foi possível constatar que dos 8.623 artigos publicados nas mais diversas áreas do conhecimento apenas 73 foram classificados como “artigos sobre o(a) negro(a)”, dentre os quais, 72 são das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA), representando 0,85% da produção de conhecimento.

Em 2009, como já dito anteriormente, concluímos a primeira fase da pesquisa “Memória da Ciência”. Os resultados dessa pesquisa fizeram-me entender que a

universidade deve ser formadora de novos perfis profissionais, capacitados para trabalhar com as mais diversas áreas do saber. Nesse sentido, quando pesquisadores e pesquisadoras, profissionais da informação, bibliotecários e bibliotecárias, arquivistas, museólogos e museólogas, antropólogos e antropólogas, historiadores e historiadoras, jornalistas, sociólogos e sociólogas, psicólogos e psicólogas, encampam a luta pela democratização da memória social como um dos imperativos prioritários para se ampliar a justiça social, a memória pode servir como mecanismo de inclusão dos que vivem à margem da sociedade, por não serem reconhecidos(as) na (ou conhecedores(as) da) sua própria história. Caberia, assim, aos(as) profissionais que trabalham com a recuperação da informação preservar essa memória e disseminá-la a fim de serem agentes transformadores da realidade excludente.

Na segunda fase da pesquisa, escolhemos olhar para as “Imagens produzidas sobre os(as) negros(as) na produção do conhecimento armazenada na memória da ciência da Universidade Federal da Paraíba”. Nessa etapa, buscamos expandir os dados da pesquisa abarcando os programas de pós-graduação para atingir os diversos tipos de produção científica armazenada na memória da ciência da UFPB.

Em 2010, fiz uma seleção e fui aprovada como estagiária de biblioteconomia no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB). Até esse momento da graduação eu ainda não tinha vivenciado efetivamente a prática bibliotecária. Sendo assim, considerei pertinente, visto que estava no último ano da graduação e o estágio objetivava desenvolver atividades de atendimento, organização, tratamento, análise e recuperação de informações em diversos níveis e suportes físicos, por meios manuais e automatizados, com vistas ao atendimento das necessidades informacionais de área específica. Essa experiência foi muito rica em termos de conhecimento, pois, pude trabalhar com profissionais que já tinham uma jornada longa no campo da biblioteconomia e que me transmitiram muitas informações essenciais para o meu desenvolvimento profissional e de ética no trabalho.

Ainda em ligação com NEPIERE/GEINCOS concluímos o projeto “Memória da Ciência”. Considerando a (in) visibilidade de de pessoas negras na produção de conhecimento, foi possível identificar imagens de exclusão de temas e contextos específicos, percebendo-se a urgência destas discussões nas pesquisas, tendo professores e professoras e pesquisadores e pesquisadoras papéis fundamentais neste contexto, que estariam contribuindo para o esfacelamento de estereótipos constitutivos da negação da cultura africana, atribuindo-lhe um panorama de marginalidade.

Diante deste cenário, também sob a coordenação da Professora Mirian, foi aprovado o Projeto Universal financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) “Processos de apropriação, organização, disseminação e democratização, acesso e uso da informação: resgate da memória do movimento negro da Paraíba”, do qual participei como PIBIC-AF, primeiro edital de iniciação científica voltado a discentes que tinham critérios para o Programa de Iniciação Científica de Ações Afirmativas. O projeto tinha por objetivo analisar os processos de apropriação, organização, disseminação e democratização da informação étnico-racial, visando o resgate da memória do Movimento Negro da Paraíba. Participei do projeto, que permaneceu em vigência até 2012, como bolsista IC-AF até minha colação de grau em Biblioteconomia, em janeiro de 2011, e, posteriormente, como voluntária Graduada.

Em dezembro de 2010, concluí minha graduação em Biblioteconomia, apresentando como Trabalho de Conclusão de Curso o estudo “Fontes de Informação na Web: uso e apropriação da informação como possibilidade de disseminação e memória do Movimento Negro no Estado da Paraíba” orientado pela Prof^a. Dr^a. Mirian de Albuquerque Aquino. Esse estudo teve por objetivo investigar como o Movimento Negro do Estado da Paraíba se apropria das fontes de informação na web e as usa, na perspectiva de disseminação e memória dessa organização. Esse trabalho surgiu de inquietações, desenvolvidas nas experiências que tive nos três momentos de atuação como bolsista de iniciação científica. Ao final desse estudo foi possível apreender que a(o) profissional da informação tem o papel de explorar as diversas fontes de informação existentes, ou seja, juntar os fragmentos da história de um determinado grupo e reconstruí-la independentemente do seu formato e, assim, reconstituir também a trajetória desse grupo. As instituições são legitimadoras das tradições de uma sociedade, por isso as bibliotecas e as demais instituições informacionais, como arquivos e museus, podem contribuir para a democratização da informação e para dar voz às culturas marginais.

O término da graduação foi uma passagem bastante significativa. Pois, além de concluir o TCC recebendo a indicação da banca para publicação imediata e a sugestão de dar continuidade aos meus estudos no mestrado, fui eleita Oradora da Turma dos Formandos de Biblioteconomia de 2010.2.

A colação de grau aconteceu em janeiro de 2011, e logo em seguida, continuei como pesquisadora graduada voluntária nos Projetos de Pesquisa com que já estava envolvida enquanto Bolsista PIBIC.

Sendo assim o ano de 2011, foi um período de dedicação e preparação para o Mestrado (meta que eu já tinha estabelecido antes mesmo de concluir a graduação), aprofundamento no campo da pesquisa científica (pois, como Graduada passei a assessorar os/as bolsistas PIBIC vinculados ao NEPIERE/GEINCOS) e imersão no mercado de trabalho (a fim de buscar novas experiências).

No campo profissional, fui contratada por tempo determinado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), ligado ao Ministério do Meio ambiente para desenvolver uma biblioteca digital que organizasse o acervo de periódicos que o instituto utilizava para suas pesquisas. Nesse período trabalhei diretamente com uma equipe de informática qualificada a fim de aplicar o software livre de bibliotecas “BibLivre” às necessidades da instituição. O trabalho teve bons resultados e o sistema é utilizado pela instituição até os dias atuais, sendo alimentado regularmente.

No final de 2011 prestei seleção para o Mestrado em Ciência da Informação da UFPB e fui aprovada em primeiro lugar, com o seguinte anteprojeto “Disseminação, Democratização e Preservação da Informação Étnico-racial na perspectiva da Organização de Mulheres Negras da Paraíba (BAMIDELÊ)” para a linha de pesquisa “Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação”. Durante o mestrado também fui orientada pela Prof^a. Dr^a. Mirian de Albuquerque e recebi a coorientação do Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves no segundo ano, devido a Professora Mirian ter se afastado para o Pós-Doutorado na Universidade de Barcelona (Espanha).

Fui bolsista durante todo o período de mestrado, na modalidade Reuni. Essa bolsa exigia que a discente realizasse estágio docência durante o período em que este recebesse a bolsa. Sendo assim, realizei estágio docência em duas disciplinas: Estágio Supervisionado em Biblioteconomia (1 semestre) e Representação Descritiva da Informação Arquivística II em Arquivologia (3 semestres). Esse programa tinha a característica de designar bolsistas para as disciplinas que estivessem com problema de evasão, e durante os dois anos em que as acompanhei, os resultados foram além das expectativas, superando a evasão em aproximadamente 90%.

A experiência com a docência durante esse período foi de extrema importância para vivência em sala de aula. Também foi nesse momento que minhas aspirações pela docência se fortaleceram ainda mais, no contato com os alunos e as alunas e na partilha de conhecimento com as professoras que me acompanharam durante esse processo.

O primeiro ano de mestrado é um ano muito intenso, devido à carga de disciplinas que somos orientados a cursar. Logo, um período de muito aprendizado. As disciplinas cursadas nos oferecem uma bagagem teórica capaz de sustentar nossos objetos de pesquisa e nos direcionam para um caminho de amadurecimento no que concerne a prática de estudo e dedicação que a pós-graduação tanto necessita.

No ano de 2013, dei início à pesquisa de campo do meu trabalho de dissertação, agora já amadurecido pela passagem nas disciplinas, sobretudo na disciplina de Sociologia da Informação, que forneceu a base teórica para o objeto de estudo que o trabalho demandava.

No início de 2014, defendo minha dissertação “Bamidelê: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização de mulheres negras da Paraíba” e sou aprovada com distinção. Ao longo do estudo, busquei refletir a emblemática que gira em torno da organização de mulheres negras da Paraíba, principalmente no que concerne o que chamamos de “sociologia da informação étnico-racial”. A partir da discussão dos conceitos de apropriação, disseminação, democratização e preservação da informação, foi possível uma maior compreensão dessa disciplina dentro do campo da Ciência da Informação. O trabalho partiu de inquietações que se fizeram presentes ao longo de toda minha jornada acadêmica. Entendendo que, espaços como a Bamidelê, se configuram como lugar de memória que servem como fonte de informação para mulheres e homens, negros(as) e não negros(as) conhecerem e reconstruírem sua história.

Após a defesa, sem deixar de lado minha parceria com o grupo de pesquisa e as atividades às quais sou vinculada, ingresso novamente no mercado profissional em busca de novas experiências. Justamente, por acreditar que o saber-fazer docente está intrinsecamente ligado ao fazer da profissão.

Minha vivência na Aliança Francesa João Pessoa (AFJP) não poderia ter sido mais proveitosa. Esta instituição, por se tratar de um espaço sem fins lucrativos, possibilita o desenvolvimento de ações que vão além da prática tecnicista da biblioteconomia. Atuando como Bibliotecária, coordenei a “*Médiathèque Simone de Beauvoir*”, controlei e atualizei a

bibliografia básica para atender aos alunos de cada nível, desenvolvi ações educativas em parceria com os docentes, elaborei programações de atividades e previsão, executei serviços referentes à seleção do acervo, organização, processamento técnico, circulação e atendimento aos usuarios e usuárias. Além disso, construí uma política para preservação do acervo, orientei alunos e alunas, planejei, organizei e desenvolvi os serviços da Biblioteca, além de gerenciar toda parte de divulgação das mídias digitais da instituição (Facebook, Site, Twitter).

Ainda em 2014, no segundo semestre mais precisamente, fui aprovada em primeiro lugar no Concurso para o cargo de Professora Substituta, do Departamento de Ciência da Informação da UFPB, publicado no DOU nº. 106, de 05.06.2014.

Permaneci nas duas instituições citadas acima (AFJP e UFPB) até março de 2015, quando deram início as atividades do doutorado no IBICT/UFRJ (Rio de Janeiro). Nessa instituição, estou vinculada ao grupo de pesquisa do meu Orientador, o Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha. O grupo se denomina “Ecce Liber: filosofia, linguagem e organização dos saberes” e nele integro a linha de pesquisa “Fundamentos da Bibliologia” que tem por objetivo estudar as formas de constituição e de organização da matriz disciplinar da Bibliologia, como arte e ciência, no contexto histórico e contemporâneo, desenvolvendo uma reflexão crítica sobre as práticas de elaboração, de expressão e de apresentação do saber bibliológico, incluindo olhares sobre o ensino, a pesquisa e a extensão, a construção institucional e profissional, nos domínios de produção do conhecimento da Biblioteconomia, da Bibliografia, da Documentação e da Ciência da Informação.

Minha ligação com esse orientador e com o grupo de pesquisa se estabeleceu devido o objeto do meu projeto de pesquisa para o doutorado que objetivava a “Ressignificação dos conceitos de Apropriação e Democratização em Ciência da Informação a partir do olhar da Sociologia da Informação”.

Essa parceria se deu pelo meu histórico desde a graduação, em Biblioteconomia, assim como no Mestrado em Ciência da Informação explorando a interseção entre a Ciência da Informação (CI) e as Ciências Sociais, sobretudo nos estudos étnico-raciais. Minha vivência nessas pesquisas me permitiu perceber que estudos, a exemplo dos que desenvolvi (PIBIC, TCC e dissertação) correlacionam-se com as discussões mais contemporâneas que defendem o desenvolvimento do lado social da CI.

Em 2016, o segundo ano de doutorado, ainda no Rio de Janeiro, visto que depois de muito esforço juntamente com a representação discente, as bolsas foram distribuídas para as pessoas que realmente não tinham vínculo empregatício, realizei estágio docente por dois semestres no Curso de Licenciatura de Biblioteconomia da Unirio, sob a supervisão do meu orientador na disciplina “Fundamentos da Biblioteconomia”. Uma experiência importante, pois mesmo já tendo sido professora substituta pela UFPB e estagiária docente em outros momentos, nunca tive a oportunidade de atuar em uma turma de licenciatura e com as oportunidades e facilidades que o Rio de Janeiro oferece às(os) docentes em relação à bibliografia, locais, unidades de informação, bibliotecas, lugares de memória e outros.

A participação no *Ecce Liber* e fórum de orientações coletivas me permitiram, ao longo do tempo que estive no Rio de Janeiro, principalmente, uma experiência prática de compreensão do mundo a partir das trajetórias de vida, uma epistemologia baseada na experiência do sujeito histórico. Por intermédio dessa prática de orientação vivenciei uma metodologia baseada na escrita de memoriais e compartilhamento de biobibliografias, do qual faço uso neste trabalho.

A vivência no grupo e participação no fórum ainda me proporcionou explorar lugares e ambientes do Rio de Janeiro e adjacências, a fim de promover o compartilhamento de conhecimento, histórias e afetos. Questão fundamental para o meu desenvolvimento como pesquisadora e pessoa.

O ano de 2017 é um divisor de águas na minha vida. Após cursadas as disciplinas e também o estágio docente, posso voltar para o meu estado, economizar e focar na pesquisa de tese, um belo plano. Contudo, para minha sorte, em maio desse ano sou convocada para tomar posse em um concurso de docente permanente para Universidade Federal da Bahia (UFBA), concurso esse realizado em 2015 e que já estava para perder a validade (2 anos). Sendo assim, me mudo para Salvador e minha vida vira de cabeça pra baixo. Hoje sinto o quanto sou agraciada e tive uma oportunidade única naquele momento, principalmente tendo em vista o cenário político que vivemos, os ataques e os cortes orçamentários praticados indiscriminadamente às universidades públicas.

Todavia, ingressar em uma universidade pública como professora efetiva era um sonho que não imaginava conquistar tão cedo. Mas, a professora Mirian me formou para isso, para ser semente. Não quero falar muito sobre ela nesse momento, pois ela é uma

protagonistas dessa pesquisa, mas ela é parte importante da minha vida e é por causa dela que escrevo esta tese, uma das principais motivações deste estudo.

Dando continuidade, entrar na UFBA me transformou mais uma vez, a formação de professora efetiva muda minha realidade no Ensino Superior. É na sala de aula e desafiando os planos pedagógicos engessados de ensino, encontrando brechas para incluir as temáticas étnico-racial, de gênero e sexualidade que vou me reencontrando e ao mesmo tempo amenizando as questões do meu eu. Foi nas relações de orientações com discentes e em sala de aula que as tensões, os conflitos, os preconceitos, as discriminações, os machismos e os racismos foram e ainda continuam se minimizando nas relações com os pares na minha carreira acadêmica. Vivo em uma realidade de pessoas inspiradoras, jovens (em sua maioria) brilhantes e com muita garra para lutar pela sociedade que acreditam, mas que ao mesmo tempo quando o governo não paga a bolsa, não tem como ir as aulas.

Nessa realidade eu fui conseguindo encontrar minha vontade de voltar. Não é novidade o quanto a universidade é um ambiente adoecedor. Passei minha vida estudando porque sempre acreditei e ainda acredito que o conhecimento deve ser transformador e libertador. Mas, a naturalização de comportamentos nocivos e a cobrança por resultados de excelência e produção, “*publish or perish*”, cada vez maior, também são apontados rotineiramente como fatores determinantes para os altos índices de adoecimento mental.

No meu caso, em particular, acredito que fui acumulando ao longo dos anos essas pressões, juntamente com as de ascensão social, independência financeira, ajudar a família, hoje ajudar/colaborar com minhas alunas e meus alunos, desejos pessoais sucumbidos, dentre outras. Não posso dizer categoricamente o motivo, nem sei se um dia poderei, afinal são ‘n’ fatores que levam uma pessoa a adoecer. Ainda estou em tratamento, e procurar ajuda foi a melhor coisa que eu fiz. Hoje tenho mais sensibilidade para perceber essas questões em mim, em minhas/meus colegas, discentes, amigas e amigos. Saúde mental não é “mi mi mi” e precisa ser debatida!

Um ano depois de entrar na UFBA, final de 2018, tinha acabado de começar a terapia e a psicoterapia, angustiada porque não conseguia avançar, toda minha turma se encaminhava para concluir e eu sequer conseguia abrir o arquivo da tese. Entrei em contato com meu orientador, lhe expliquei toda a situação, falei das minhas inqueitações, e, em prantos falei que eu precisava trocar de tema para algo que falasse mais de mim, e que a minha relação com a Professora Mirian era muito forte e isso estava se transparecendo nas

relações com minhas alunas e meus alunos. Meu orientador entendeu meu problema, aceitou a mudança do meu tema, e como sempre se mostrou disposto a contruibuir e colaborar com a formação das suas orientandas e dos seus orientandos.

Uma etapa tinha conseguido, contudo tinha que começar do zero, pois agora o meu interesse era estudar (inspirada na minha grande orientadora) as trajetórias de vida de pesquisadoras negras que contruibuiram e ainda contruibuem para os campos da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Como estratégia para ampliação dos estudos teóricos e empíricos da tese em questão, aproveito a oportunidade que o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso de Graduação em Arquivologia oferece e submeto como proposta ao Colegiado do curso, uma disciplina a ser ofertada como componente especial no semestre 2019.2, que tinha como tema “Feminismo negro, Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação” (Plano de Curso em anexo A) e tinha por objetivo apresentar o pensamento Informacional de pesquisadoras negras do campo da Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação e suas tranças intelectuais, tendo como base o fundamento da epistemologia social. A proposta foi aprovada e a disciplina contou com 24 discentes, entre as mais variadas formações (Biblioteconomia, Gênero e Diversidade, Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e a principal Arquivologia), visto que o sistema da UFBA oferta esses componentes para vários cursos.

A experiência na disciplina, a leitura com as novas teorias, o fascínio das pessoas em estudar esse tema dentro do Instituto de Ciência da Informação impulsionou meu desejo em concluir esse trabalho, e contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento dele, principalmente nas discussões e debates acalorados sobre o nosso campo e o seu compromisso com os temas que envolvem a sociedade. Ressalto ainda a relevância do produto de final de curso, o evento “Diálogos e Saberes com Intelectuais Negras”, primeiro do seu gênero no Instituto, cuja temática desvelava a relação entre as intelectualidades negras e o campo da Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação. Onde promoveu o diálogo entre os assuntos discutidos em sala de aula, e respaldados na literatura científica corrente, com as vivências de intelectuais negras da cidade de Salvador, entendendo que esta interseção entre a sala de aula e a vivência das palestrantes promoveria a práxis das e dos discentes, bem como corroboraria a suas futuras práticas, no sentido da educação emancipatória e para a vida. A atividade aconteceu em ciclo de

discussões, mediada por docentes, tratando de diálogos, experiências e práticas advindas de intelectuais negras acadêmicas e não acadêmicas. Estas, intercaladas pelo documentário "Urgente e Necessário: Observatório de Direitos Humanos da UFBA", que abordou sobre Direitos Humanos, Memória e Justiça na Universidade. O evento ainda contou com um espaço de promoção das atividades artístico-econômicas das partícipes, sobretudo jovens empreendedoras negras.

Minhas experiências, sejam elas com pesquisa, ensino ou extensão, me ensinaram que ações propostas pela comunidade científica devem ser pensadas vislumbrando o bem estar social e que nossa prática só faz sentido se estiver atrelada as contribuições científico-sociais.

Nesse sentido, entendo que é importante construir estratégias que partam também das universidades para pensar a questão da memória, como a possibilidade para reconstruir a memória coletiva de um conhecimento que auxilie na redução de preconceitos e exclusões, sobretudo, de grupos marginalizados em diversos espaços sociais, tais como a escola, a universidade, o trabalho e também as relações cotidianas.

Minha experiência de trabalho, atuando como professora, desempenhando atividades nos 3 pilares da educação universitária (ensino, pesquisa e extensão), construindo e desenvolvendo projetos de pesquisa e extensão está sendo fruto e articulação dessas experiências vividas ao longo de 14 anos de vida acadêmica na universidade pública, 8 (oito) deles ao lado da Professora Mirian. Por isso me vejo parte integrante desta pesquisa, pois sou fruto das suas travessias acadêmicas, sou um dos galhos/ramas do seu "Baobá".

O Baobá surgiu como um presente, assim como quase todos os elementos deste trabalho. Ao receber da Professora Joselina da Silva, uma das protagonistas da pesquisa, o material sobre sua trajetória de vida, para compor o corpus de análise, referente aos dados das narrativas autobiográficas nos deparamos com um artigo autoral intitulado "Meu Baobá Genealógico: histórias e memórias de mulheres que me sustentam", onde a autora homenageia as mulheres negras que contribuíram para sua trajetória acadêmica e de vida. Assim, encontramos nosso método para a visualização e compreensão das tranças intelectuais das pesquisadoras e seus vínculos.

Na África, o Baobá é uma árvore sagrada. Encontramos algumas histórias que contam sobre pessoas africanas da Costa Ocidental, e que antes de serem brutalmente embarcadas nos "navios negreiros", eram obrigadas por seus captores a dar voltas entorno de uma

Baobá, conhecido assim como "Árvore do Esquecimento". A intenção era forçar as pessoas africanas a se esquecerem de suas culturas e da vida livre que levavam nas suas terras natais (MUSEU AFRO BRASIL, 2015).

Nesta pesquisa, tomamos a ideia de Baobá como o retorno dessa cultura e de uma ancestralidade africana e afro-brasileira que não pode ser apagada nem silenciada. Logo, o desenvolvimento desta pesquisa de tese está diretamente relacionada a minha formação como pessoa e profissional, ao ingresso dessas mulheres que enfrentam as diferenças nas relações com seus pares e gestores que as fazem vítimas de preconceitos, discriminações e racismos, obstaculizando os movimentos de resistência com vistas ao empoderamento, a visibilidade e a construção identitária na carreira acadêmica de seu cotidiano docente.

A problemática que envolve as narrativas de vida de mulheres negras tem sido devidamente delimitada por estudos e pesquisas acadêmicas. Maria da Consolação André (2008) em seu livro "O Ser Negro: A construção de subjetividades em afro-brasileiros relata que ao analisarmos as trajetórias de vida de pessoas negras é preciso se despir de qualquer perspectiva histórica explicitada "pela Igreja e negativados pelas disciplinas acadêmicas: Biologia, Geografia, Etnologia, Antropologia, Direito, entre outras, pois era presentificado como anormal". A pessoa negra era sempre estudada como "fenômeno diferente" e interpretada como "defeituosa". Assim, nesta pesquisa, abandonamos qualquer fonte que apresente um viés historicamente distorcido ou que apresente a imagem da pessoa negra como inferior ou desprovida de inteligência.

Para Munanga (1994) a identidade "é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio". Esses aspectos intervêm nos materiais didático-pedagógicos, nomeando as mulheres negras como inferiores, muitas vezes por entenderem que elas são incapazes de progredir e evoluir nos aspectos intelectuais, emocionais, culturais e sociais, na sua formação inicial e continuada e nas relações conflituosas entre os pares por meio da linguagem, do trabalho, da reprodução, da dominação, dos conflitos, dentre outros, e muitas vezes construindo e institucionalizando identidades como modelos estereotipados nas relações estabelecidas com discentes no cotidiano da sala de aula.

A narrativa da minha trajetória de vida pessoal revela a construção da identidade de uma pessoa que está cercada de singularidades, mas ao mesmo envolve instâncias

verbalizantes diversas. Nas narrativas das trajetórias de vida das protagonistas desta pesquisa há que se estar alerta para os eus travestidas de nós e vive-versa, nas experiências vividas por essas professoras negras, que conseguiram exercer a docência, convivendo, cotidianamente, com o preconceito, a discriminação, o machismo e o racismo nas relações. Contudo, acreditamos que a trajetória de vida pessoal e profissional ajuda muito a ver a “[...] relação com a história do seu tempo, permitindo-nos encarar a intersecção da trajetória de vida com a história da sociedade, esclarecendo, assim, as escolhas, contingências e opções que se deparam o indivíduo” (GOODSON, 1995, p. 75). Sendo assim, a partir agora introduziremos as protagonistas, mulheres, professoras, pesquisadoras, militantes-ativistas negras desta pesquisa.

Mirian de Albuquerque Aquino, primeira protagonista da pesquisa, ponto zero, pois através dela tive a oportunidade de conhecer as outras duas pesquisadoras que terão suas trajetórias contadas. Como abordado anteriormente, foi minha orientadora de iniciação científica, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e Mestrado. Ela é graduada em Licenciatura em Letras Vernáculas (1975-1979), pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, iniciou sua trajetória no campo da Educação, onde se especializou em Pesquisa Educacionais (1988-1998). Fez o mestrado em Biblioteconomia, concluído no ano de 1994, e no doutorado retorna à Educação, concluído no ano 1998 com a tese *Discursiva e Construção do Sentido na Sala de Aula*. Em 2014 retorna de Barcelona, onde realizou seu estágio pós-doutoral na Universidade de Barcelona. Em sua atuação profissional, vinculou-se a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, durante o período de 1987 a 2012, e também a Universidade Federal da Paraíba de 1999 até o ano de 2016 (quando se aposentou), onde foi fundadora a coordenadora do Grupo de Estudos Integrando Competências, Construindo Saberes, Formando Cientistas (GEINCOS) e posteriormente do Núcleo de Estudos em e Relações Étnico-Raciais (NEPIERE), quando começou a trabalhar de maneira mais enfática as questões étnico-raciais.

A segunda protagonista é a Professora Maria Aparecida Moura. Conheci a Professora Cida Moura, como é carinhosamente chamada, em 2011, no II e-Geincos evento organizado pela Professora Mirian com foco nas relações étnico-raciais e a educação da população negra. Eu tinha acabado de concluir a graduação e fiquei encantada com aquela professora de Minas Gerais tão encantadora, inspiradora, bibliotecária e militante negra. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no ano de 1993, com

mestrado em Educação também na mesma instituição, concluindo no ano de 1996 e no ano de 2002 concluindo o doutorado, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Na sua formação acadêmica, observamos uma formação que perpassou várias áreas do conhecimento, e teve como fio condutor a questão das tecnologias de informação. Ela também realizou dois pós-doutorados, o primeiro deles na Maison des Sciences d'Homme (2006-2007) e o segundo na Université Paris-Est Créteil Val-de-Marne (2018). Ingressa na UFMG como professora substituta, durante o período de 1995-1996, e em 1998 como professora efetiva sob o regime de dedicação exclusiva, vínculo que mantém até hoje.

Conheci nossa terceira protagonista, Joselina da Silva, também através do II e-Geincos em 2011. Sendo professora no nordeste e tendo um grupo de pesquisa também na área do Geincos, era grande a ansiedade em conhecer uma referência bibliográfica. Graduada em Letras com especialização em Sociologia Urbana, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 1996, onde realizou um estudo sobre um dos lugares de organização do movimento negro no Brasil. Em 2001 conclui o mestrado em Ciências Sociais, com a dissertação Lugar de negros no plural. E ainda pela UERJ defende a tese, no ano de 2005, União dos Homens de Cor: uma rede do Movimento Negro após o Estado Novo. Possui Pós doutorado pela Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUCP). Atuou como professora na Universidade Federal do Cariri (UFCA), no curso de Biblioteconomia, nível de graduação dos anos de 2013 a 2015, exercendo cargo de diretoria na mesma instituição. Também foi professora na Universidade Federal do Ceará, nos níveis de graduação (2006-2013), especialização, pós-graduação desde o ano de 2007 mantendo o vínculo até hoje. Também atuou na Fundação Cultural Palmares (2014-2015) e no Centro de Estudos Afro Brasileiros (1999-2005), e atualmente é professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, tendo ingressado no ano de 2015 e coordena N´BLAC (Núcleo Brasileiro, Latino Americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais), certificado pelo CNPQ.

Nesse sentido, a hipótese desta tese é: As trajetórias de vida dessas três pesquisadoras negras apresentadas acima, compreendidas sob a ótica da Epistemologia Social, contribuíram e ainda contribuem para a construção e formação de uma trança de intelectuais negras e negros e não negras e não negros, que são sensíveis e atuam para o enfrentamento de problemáticas geradoras de discriminação e exclusão social, como racismo, machismo, sexismo e LGBTfobia.

Em face dessa problemática, e tendo em vista sua abrangência em intervenções teórico-metodológicas na graduação e na pós-graduação, esta pesquisa tem como objetivo geral: **(re)contar as trajetórias de vida de pesquisadoras negras do campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação e suas tranças intelectuais, tendo como base o fundamento da epistemologia social.**

Especificamente pretende-se:

- a) discutir a epistemologia social como base teórica para a análise de trajetórias de vida;
- b) refletir sobre o feminismo negro, as epistemologias feministas, os debates e enfrentamentos de mulheres negras na ciência a partir de narrativas de vida;
- c) narrar as trajetórias das protagonistas pesquisadoras negras a partir das fontes biobibliográficas selecionadas;
- d) identificar as tranças intelectuais de pesquisadoras em Biblioteconomia e Ciência da Informação a partir da noção de Baobá Genealógico;

Metodologicamente, situamos esta pesquisa no Campo da Pesquisa Qualitativa, com vistas a explicitar a problemática que norteia novos elementos de compreensão sobre a trajetória de vida dessas mulheres e suas tranças intelectuais, chamado aqui de Baobá Genealógico, a ser melhor detalhado no capítulo 2, a seguir.

A contribuição do referencial teórico provém das áreas de Ciência da Informação com ênfase no campo da epistemologia social, em diálogo com as epistemologias feministas negras como subsídios adequados para uma compreensão maior dos preconceitos, discriminações e racismos contra as mulheres negras que convivem com as relações de dominação ocultas, negadas e obscurecidas na vida acadêmica. Entendendo que essas relações produzem significados de tal modo que fragmentam grupos, requerendo análises para que nos posicionem em oposição e aceitação de certas práticas que se naturalizam no cotidiano docente.

Deste modo, este trabalho está estruturado em 6 (seis) capítulos:

No capítulo 1 “Introdução” delimitamos o objeto da pesquisa, o contexto no qual ela foi desenvolvida, o percurso pessoal, acadêmico e profissional da pesquisadora desta tese como preâmbulo, problemática e ao mesmo tempo justificativa do tema escolhido, contudo ainda ressaltamos a problemática que envolve as narrativas de vida de mulheres negras, apresentamos brevemente as protagonistas da pesquisa, configuramos hipótese e objetivos

(geral e específicos), situamos teórico e metodologicamente a pesquisa e finalizamos com a apresentação e estrutura do texto.

Em seguida, no capítulo 2 “Caminhos Teórico-Metodológicos”, teorizamos acerca do fundamento metodológico do estudo, da articulação metodológica com o referencial teórico, do tipo da pesquisa, das fontes utilizadas e sua denominação, da forma como foram coletadas, do método de análise das fontes autorais, do método no que se refere ao Baobá Genealógico, as fontes correlatas e do princípio teórico-metodológico que perpassa toda pesquisa.

O capítulo 3 “O ‘social’ na ciência da informação” é o pontapé inicial do referencial teórico da pesquisa. Fazemos uma revisão de literatura onde abordamos conceitos, pesquisadoras e pesquisadores e contribuições em Epistemologia Social, a compreensão do “social” na Ciência da Informação: enfrentamentos ao epistemicídio, o “paradigma social” da informação, os preâmbulos ao estudo do social, da sociedade e das abordagens sociológicas na legitimação informacional, Paul Otlet e a bibliossociometria e por fim, uma perspectiva para sociedade sob o prisma roubakiniano.

O capítulo 4 “Feminismo negro, mulheres negras e ciência”, segundo e último capítulo do referencial teórico, iniciamos contextualizando o campo dos estudos feministas, apresentando o conceito que melhor se aplica ao estudo, em seguida, abordamos o contexto histórico dos movimentos e organizações de mulheres no Brasil, a presença de mulheres negras em espaços públicos, as epistemologias feministas negras, o debate mulheres negras e ciência, e por fim, uma revisão sobre o protagonismo de mulheres negras em Biblioteconomia e Ciência da Informação.

No capítulo 5 “Trajetórias de vida de pesquisadoras negras a partir de uma epistemologia social feminista negra” apresentamos as análises e os resultados da pesquisa, detalhando o procedimento de coleta, as fontes e os instrumentos utilizados, cada uma das etapas da análise dos dados, por fim, apresentando as discussões, subdivida em duas seções: “Pesquisadoras negras e suas trajetórias de vida”, onde narramos as trajetórias a partir das fontes biobibliográficas selecionadas e analisamos, a partir de uma “Epistemologia Social Feminista Negra”, as categorias norteadoras destas narrativas; “Baobá genealógico: tranças intelectuais”, apresentamos essas tranças intelectuais, a partir da visualização do Baobá Genealógico, com base nas fontes coletadas na Plataforma Lattes e selecionadas de outras autorias que abordam sobre a trajetória de vida das protagonistas da pesquisa. Ainda,

explicamos como foi a elaboração do ambiente virtual, construído para disponibilizar todos os dados coletados, organizados e tabulados para realização desta etapa de pesquisa.

Por fim, no capítulo 6 “Considerações finais” concluímos essa etapa com debates sobre atual situação das mulheres negras no Brasil, com reflexões acerca do ingresso de mulheres negras na sociedade como um todo, e sua ausência, principalmente no campo da Ciência da Informação. Refletindo sobre o papel da Ciência da Informação para o desenvolvimento econômico e social do país e sobre a centralidade da vida e mulheres na estrutura social de um país tão marcado por desigualdades de raça, gênero, sexualidades e tantas outras.

2 CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A vida é igual a um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nos quando estamos no fim da vida é que sabemos como a nossa vida decorreu. A minha até aqui, tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro (JESUS, Carolina Maria de, 2014, p. 167)³.

O fundamento metodológico deste estudo se baseia em uma abordagem qualitativa que se propõe a responder questões particulares inerentes às Ciências Sociais. Essa abordagem incita-nos “a repensar o estudo das necessidades socioculturais dos meios de vida” (GROULX, 2008, p. 98) e permite ressaltar “a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado e as limitações situacionais que influenciam a investigação” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 23), entendendo que as pesquisadoras e os pesquisadores de perfis qualitativos “buscam soluções para resolver as questões que realçam o modo como a experiência social é criada e adquire significados” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 23).

A abordagem qualitativa tem sido especialmente favorável para analisar exaustivamente os problemas inerentes aos preconceitos, discriminações e racismos. A importância de utilização da abordagem qualitativa é possibilitar o acesso ao conhecimento da realidade por meio da análise do discurso social e das representações simbólicas verbais com que indivíduos de pesquisa expressam desejos, necessidades, carências, valores e interesses, em uma situação concreta experimentada e em um contexto específico. O tratamento do corpus de análise será qualitativo, descritivo e analítico para então procedermos à interpretação e compreensão do fenômeno observado e sua consequente análise.

O referencial teórico selecionado para este estudo, terá como base a epistemologia social, o “social” na Ciência da Informação, o feminismo negro, a presença de mulheres negras em espaços públicos, os estudos de gênero e o protagonismo de mulheres negras. De forma metodológica, ao utilizarmos essas teorias nesta pesquisa, buscamos compreender de forma ampliada a realidade cotidiana das pesquisadoras, sem isolá-la da vida das professoras negras e sua história. Pretendemos, assim, nos aproximar do pensamento

³ Carolina Maria de Jesus ainda não dispensa apresentações, apenas de ter sido uma das primeiras escritoras negras do Brasil e considerada uma das mais importantes escritoras do país. Negra, catadora de papel e favelada, escreveu o célebre “Quarto de Despejo (1960), narrou em seus escritos a vida dura que teve desde a infância, com um realismo que só alguém com a vivência em seu lugar poderia contar.

individual, porém articulando-o com o social, enfocando os processos que apresentam e articulam a atividade cognitiva e as condições sociais em que são originadas as representações (MINAYO, 2007).

Entendemos nossas fontes como Biobibliográficas, pois apresentam um “relato da vida de um autor, acompanhado da relação das suas obras; resulta da fusão da biografia com bibliografia” (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 161).

De acordo com Diogo da Mata (2017, p. 10) “a biobibliografia apresenta informações biográficas de um indivíduo”, contudo ela se aproxima da bibliografia “a partir de atribuições aplicáveis aos objetos bibliografados”, assim primeiro ela se interessa em “descritores ou metarrepresentações sobre os indivíduos, e não necessariamente dados narrativo-biográficos”.

Assim, para esse autor é importante diferenciar as biobibliografias das biografias, uma vez que as biobibliografias abrangem um campo além da narração da vida do(a) indivíduo, pois as biobibliografias “posicionam sujeitos históricos dentro de uma comunidade ou de um domínio comum entre os sujeitos” (MATA, 2017, p. 11).

Gustavo Saldanha e Diogo da Mata (2019, p. 160) nos lembram que a “exemplificação deste conceito pode ser verificada em um número considerável de fontes de informação, como as biografias, os dicionários biográficos, os diários, enciclopédias, diretórios, Who’s who, portais institucionais, canais profissionais e redes sociais online”.

Consideramos assim adequado para o estudo sobre as trajetórias de vida de pesquisadoras negras acadêmicas, que também, são militantes-ativistas. As fontes/documentos coletados divergem tanto no gênero quanto a tipologia. Até o momento coletamos as seguintes fontes obtidas por meio do contato com as próprias pesquisadoras e/ou suas famílias: memoriais, artigos e relatórios de autoria própria; livros, artigos, notas de outras autorias (serão melhor detalhados no capítulo 5, onde apresentaremos os resultados da pesquisa).

Sendo assim, com relação aos dados coletados, classificamos essa pesquisa como documental, pois segundo Gil (2002, p. 46), “[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa”, a exemplo de documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc. No nosso caso, trabalhamos com fontes que nos colocam em contato com o que já se produziu e se

registrou a respeito do objeto de pesquisa, que são as trajetórias de vida das pesquisadoras negras em Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Para analisar esse conjunto dados, que faz parte da etapa sobre as “narrativas de vida”, faremos uso do método autobiográfico ou autonarrativo que se constitui como um importante modo de fazer investigação em diversas áreas do conhecimento.

No livro “Usos e Abusos da História Oral” publicado em 2006 pela Fundação Getúlio Vargas, a organização do livro apresenta um artigo do autor e sociólogo Pierre Bourdieu, onde ele trabalha com a ilusão biográfica. O autor nos explica que seja biográfico ou autobiográfico, esse método “propõem acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica, pretendem organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis” (BOURDIEU, 2006)⁴.

Pierre Bourdieu (2006) nos ajuda a compreender, em um primeiro momento, que o relato de vida tende a aproximar-se do modelo oficial da apresentação oficial de si (carteira de identidade, ficha de estado civil, curriculum vitae, biografia oficial entre outros) e ainda a própria “filosofia da identidade” que ancora os(as) sujeitos. De tal modo, corroboramos com esse autor ao afirmar que não é possível “compreender uma trajetória sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou” e, sedo assim, esses conjuntos de relações que se estabelecem, sejam elas entre os sujeitos ou entre os sujeitos e próprio espaço (BOURDIEU, 2006).

O procedimento autobiográfico evoca crenças, acontecimentos, situações, personagens, percursos de formação e trajetórias de vida pessoal e profissional. Desde o final da década de 1970, a inclusão da dimensão subjetiva tem sido objeto de atenção de pesquisadores em estudos (auto)biográficos ou autonarrativos na área de educação (NÓVOA, 1995) e assumiu a tendência de articular as trajetórias de vida da pessoa a temas ligados às vivências e/ou trajetórias acadêmicas de professores nas carreiras universitárias em instituições de Ensino Fundamental, Médio e Superior. Nesse contexto, a ênfase na subjetividade justifica-se por não mais se conceber o ensino e a pesquisa na dimensão da racionalidade (NÓVOA, 1995), mas imbricados aos acontecimentos da vida cotidiana e da sala de aula, inclusive em relações desiguais que agenciam pessoas que falam, pensam, agem e aprendem, porém, também optam, decidem e resistem.

⁴ Texto online, sem paginação.

Como dimensão subjetiva, a autobiografia caracteriza-se pela autonarrativa da trajetória de vida pessoal e profissional de si na relação com o outro e resulta em reflexões férteis no âmbito conceptual e metodológico, revelando a complexidade das práticas sociais nas instituições educacionais. São estudos que atravessam uma linguagem construída nas interações sociais e culturais, em que é possível pensar as próprias ações na relação com os outros no tempo e no espaço, como apontam as pesquisadoras da educação Sônia Kramer e Solange Souza (1996), conectando assim, narração de outras vidas, que perpassa a cronologia sequencial de fatos.

Para o pesquisador Antônio Nóvoa (1995) que trabalha com trajetória de vida de professoras e professores, o método autobiográfico vem imprimindo no pensamento de pesquisadores das áreas de ciências humanas e sociais o desejo de se produzir outra face do discurso científico mais próximo das realidades educativas e do cotidiano vivido por professores. Podemos nos referir às narrativas autobiográficas, as narrativas biográficas, as narrativas de formação, as narrativas de aulas, as narrativas da experiência, entre outras. Além disso, os estudos autobiográficos “revelam modos discursivos construídos pelos sujeitos em suas dimensões sócio-históricas e culturais numa interface entre memória e discursos de si”, sobretudo no que tange as fontes como os memoriais de formação ou acadêmicos como aponta Christine Delory-Momberger (2008, p. 117).

A narração da trajetória de vida pessoal e profissional, articulada à subjetividade, questiona a concepção unilateral de pessoas da ciência que contemplam o objeto e diz algo sobre ele, sem que haja uma reação por parte desse objeto. Assim, a opção pela abordagem (auto)biográfica nos pareceu adequada por permitir conhecer, na própria pele, o que significa ser professora-pesquisadora negra e atuar nos diversos níveis do contexto educacional, para compreender como as relações preconceituosas, discriminatórias e racistas que experimentamos cotidianamente afetam as práticas discursivas na docência.

A pesquisadora Miriam Goldemberg em seu livro “Arte de Pesquisar” (2004) ao revisar as concepções de Howard Becker alerta que é preciso “estar consciente do fato de que as biografias, autobiografias e Trajetórias de Vida não revelam a totalidade da vida de um indivíduo, mas apenas uma versão selecionada de modo a apresentá-lo como o retrato de si que prefere mostrar aos outros”. Evidente que assim como o próprio campo lidamos com representações e fragmentos dessas realidades ou melhor trajetórias, e mesmo

alertando para o fato em questão a própria autora considera o grande interesse para a pesquisa dessas fontes.

Assim, as trajetórias de vida, ao longo da existência, põem em cena peregrinações para que a(o) autora(o) se sinta e viva ligado a outrem. Essa itinerância exprime bem as evoluções dos nossos centros de interesse, a evolução no sentido que damos à nossa existência, mas exprime igualmente explorações reiteradas que fazemos das nossas necessidades dos nossos desejos. Essa relativa inconstância em nossos agrupamentos caminha junto com errâncias inevitavelmente associadas à nossa busca de si (JOSSO, 2002).

Compartilhamos o pensamento de Antônio Nóvoa (1995, p. 16-17) de que narrar a trajetória de vida pessoal e profissional é “um tempo para refazer identidades, para acomodar inovações, para assimilar mudanças, [mas] é impossível separar o eu profissional do eu pessoal [...] é uma maneira de ser e estar na profissão”.

As narrativas escritas de vida na docência são uma tarefa a ser construída pelas pessoas, em seu processo de formação pessoal e profissional, que envolve o eu e o outro. Narrar a trajetória de vida é recolher vestígios e fragmentos que se espalharam pelo espaço-tempo; é a busca de momentos de luta, decisões, resistência, abnegação. É um passado que se torna presente. É uma prática que não pode se desvincular da relação sujeito/poder/sociedade, na perspectiva de transformar as pessoas e a própria sociedade da qual é parte. Ao falar da experiência de si em seu percurso de formação, a pessoa tem a possibilidade de compreender como as relações funcionam no espaço-tempo e o estranhamento de múltiplos indivíduos numa relação que também envolve o eu e o outro.

Essa escrita da narrativa de vida pressupõe o percurso de formação de uma professora negra, que transitou por vários níveis de ensino, demarcando seu território na universidade, entendida como um espaço relativamente autônomo, onde pode ser recolocado o papel do professor e do aluno numa relação de reconhecimento, aceitação e respeito às diferenças. Trata-se de um projeto de vida que inclui o percurso de formação pessoal e profissional, uma trajetória de vida que vai desde as relações familiares e passa pela experiência de aluna, nos diversos níveis de ensino, até atuar como professora e pesquisadora no Ensino Superior, em condições nem sempre favoráveis na construção de seu percurso formativo: o ensino e a pesquisa.

Não há possibilidade de exercitar a experiência de si sem considerar o outro, sem responsabilizar-se por ela(e), sem respeitar as singularidades, as particularidades e as

histórias vividas pela outra pessoa. Portanto, não é possível exercitar a experiência pessoal e profissional sem reconhecer, aceitar e respeitar as diferenças.

Em um segundo momento faremos uso da noção de Baobá Genealógico para apresentar as tranças intelectuais dessas pesquisadoras negras.

Como apresentado na introdução, nos pareceu pertinente e adequado a pesquisa pelo fato do Baobá ser uma árvore que é um dos símbolos fundamentais das culturas africanas tradicionais. Segundo o Geledés (2011)

Os velhos baobás africanos de troncos enormes suscitam a impressão de serem testemunhas dos tempos imemoriais. Os mitos e o pensamento mágico-religioso yorubá têm na simbologia da árvore um de seus temas recorrentes. Na sua cosmogonia, a árvore surge como o princípio da conexão entre o mundo sobrenatural e o mundo material. As árvores ‘(...) estão associadas a igbá ì wà ñû – o tempo quando a existência sobreveio – e numerosos mitos começam pela fórmula ‘numa época em que o homem adorava árvores.

Em contrapartida, no estudo de Francine Saillant (2010), a árvore do baobá, no continente africano, é considerada como símbolo da fertilidade. Nos parece interessante é dualidade memória e fertilidade. A árvore em si, nos parece que há sempre algo de genealógico numa árvore, e essa concepção de fertilidade africana dos Baobás nos fundamenta essa ideia. O Baobá, então, se configura como um símbolo fundamental que acompanha trajetórias de vida das pesquisadoras negras protagonistas desta pesquisa. comunicação humana. Ela representa, simbolicamente, o crescimento e o desenvolvimento da sua trajetória no campo de Biblioteconomia e Ciência da informação, ao mesmo que permite a representação.

Algumas pesquisas em CI usaram a noção de árvore para representar seus objetos de estudos. Citamos aqui, o trabalho que Reinaldo Miranda Silva (2015) “Criação de um protótipo de metadados e termos do domínio do Samba: Sob uma perspectiva ontológica” que usou a ideia de árvore baniana de Ranganathan para demonstrar a complexidade do domínio do samba e suas relações conceituais, indicando a importância e a urgência de representar este conhecimento por meio de uma ontologia. E a pesquisa de Lorena Alleyne Vannelle (2015) “O Samba da Ouvidor: um entrelace de memórias” que usou de forma magistral a ideia de árvore de conceitos, como uma espécie de mapa mental para demonstrar visualmente o entrelace de memórias do Samba da Ouvidor.

Nesse sentido, parafraseando a pesquisadora negra Joselina da Silva (2019, p. 264), da qual nos apresentou este conceito, como já foi mencionado, o Baobá é uma árvore

“africana que cresce ereta, vive centenas de anos e tem folhas e galhos bem lá na ponta” e “É como se o que está em cima fosse puxando o longo, encorpado e frondoso caule”. Comparando-se a árvore que segue crescendo ao sabor da esticada de suas ramas.

Acreditamos que não poderia haver melhor compreensão metodológica para apresentar as tranças intelectuais dessas mulheres negras, que obrigadas a serem mais fortes criam elos em forma de galhos e ramas que se estendem e tomam formas, gerando novas flores e frutos.

Salientamos que não é objetivo desta pesquisa um estudo sobre genealogia acadêmica⁵ que é perpetuada por meio de relacionamentos de orientação acadêmica e normalmente são estruturados na forma de um grafo encadeando em várias gerações, filiações e históricos. Tampouco é nosso interesse, um levantamento quantitativo das orientações realizadas pelas nossas protagonistas. O termo genealogia aplicado ao Baobá está relacionado aos elos e legados (relacionamentos acadêmicos) específicos das 3 (três) pesquisadoras: Mirian Aquino, Cida Moura e Joselina da Silva a partir das suas trajetórias na atuação e no enfrentamento à problemáticas que afetam a sociedade e são fatores geradores de discriminação e exclusão social, como racismo, machismo, sexismo e LGBTfobia.

Nesse sentido para construir essa árvore utilizaremos como fonte a Plataforma Lattes, via as bases de Currículos Lattes e o Diretório de Grupos de Pesquisa (DPG), a fim de identificar os currículos e os grupos de pesquisa que essas pesquisadoras são filiadas. Para complementar e contribuir para análise dos dados utilizaremos fontes biobibliográficas selecionadas de autoras e autores que escreveram e publicaram sobre as pesquisadoras.

Ainda como recurso de análise, completando uma tríade, mas que atravessa toda forma de pensar metodológica, sobretudo entendendo a complexidade do objeto de estudo, utilizamos a interseccionalidade corrente perspectiva metodológica.

Considerada pela pesquisadora negra Carla Akotirene (2018, p. 54) como “sensibilidade analítica” – a interseccionalidade quando utilizada como metodologia “impede reducionismos da política de identidade - elucida as articulações das estruturas modernas coloniais que tornam a identidade vulnerável” e investigam os cenários

⁵ Plataforma Acácia (Genealogia Acadêmica do Brasil). Disponível em: <http://plataforma-acacia.org/>. Acesso em 18 fev. 2020.

conflituosos de choques e impactos causados entre as estruturas que geralmente não conseguem lidar com os tipos de “discriminações interseccionais”.

O termo interseccionalidade foi conceituado por Kimberlé Crenshaw, após a Conferência Mundial de Durban, que buscava instrumentalizar especialistas em torno dos compromissos estabelecidos pelas Nações Unidas, desestabilizar o padrão de poder moderno, cruzar as diretrizes da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra Mulheres (CEDAW) (AKOTIRENE, 2018, p. 67).

Esse método tem como princípio a adoção de 3 (três) premissas: “instrumentalidade conceitual de raça, classe, nação e gênero, sensibilidade interpretativa dos efeitos identitários e atenção global para a matriz colonial moderna, evitando desvio analítico para apenas um eixo de opressão” (AKOTIRENE, 2018, p. 15).

Caminhando para as conclusões da nossa metodologia, como foi afirmado ainda na introdução, partimos do pressuposto que essas pesquisadoras construíram e ainda constroem tranças de intelectuais negras e negros, não negras e não negros, e para isso se faz necessário contextualizar e apresentar o que seria esse método/perspectiva.

Para isso, tomamos por base a compreensão de redes sociais como uma perspectiva paralela ao que o trabalho se propõe, uma abordagem oriunda da sociologia, da psicologia social e da antropologia, que despertou o interesse de pesquisadoras e pesquisadores de vários campos do conhecimento, na tentativa de compreender a vida social. Em resumo, as redes são “sistemas compostos por ‘nós’ e conexões entre eles, que, nas ciências sociais, são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações etc.) conectados por algum tipo de relação” (MARTELETO; SILVA, 2004, p. 41).

É possível entender a sociedade não como uma estrutura de modo unitário, mas como a soma de todas as formas e meios de combinação que aparece entre seus elementos estruturantes. Para Regina Marteleto (2010, p. 28) o estudo das redes sociais forneceu à sociedade uma compreensão inovadora de si, pois a análise das redes ultrapassa os princípios tradicionais, onde o “elo social é visto como algo que se estabelece em função dos papéis instituídos e das funções que lhe correspondem”.

No Brasil, parte das pesquisas em redes sociais vem sendo desenvolvidas por pesquisadoras e pesquisadores do campo da ciência da informação, seja na análise de fluxos

de transferência de informação, do compartilhamento de informação e conhecimento em organizações, ou no estudo de redes de colaboração científica e de interdisciplinaridade.

A análise de redes constitui-se em uma ferramenta conceitual, analítica e metodológica, como um “conjunto diverso de relações e funções que as pessoas desempenham umas em relação às outras” (MARTELETO, 2000, p. 78). A partir dessa visão, a estrutura social é fundamentada no movimento, construindo-se e reconstruindo-se, em constante dinamicidade, provocando uma reconfiguração continuada da rede.

Sendo um conjunto de pessoas (ou outras entidades sociais) conectadas por relacionamentos sociais diversos, as redes permitem uma compreensão da sociedade baseada em vínculos relacionais entre indivíduos, os quais reforçam “suas capacidades de atuação, compartilhamento, aprendizagem, captação de recursos e mobilização”. Elas podem ser caracterizadas como redes primárias que envolvem laços mais significativos, como interações entre familiares e parentais, de amizade, vizinhança e outras; e redes secundárias voltadas para coletividades com interesses em comum, sendo associadas às relações de trabalho, de grupos específicos, movimentos, instituições e outros (MARTELETO, 2010, p. 28).

Os papéis dos atores e atrizes nas redes não são estanques, são interdependentes em relação a outros atores e atrizes e suas posições. Por conseguinte, Regina Marteleto (2010, p. 39) nos convida a pensar que “não basta considerar a díade (relação entre dois elementos) como unidade básica das redes sociais, o que resultaria em observar relações quase redundantes”. É preciso considerar um “terceiro elemento” que autora denomina “zonas de mediações” e que contempla algumas dimensões indispensáveis, a saber: a dimensão propriamente social e comunicacional, uma dimensão linguística e discursiva e uma outra de produção de sentidos.

Nesse trabalho especificamente, percebemos que o arcabouço teórico-prático de redes sociais pode nos oferecer uma compreensão para o estudo das características, propriedades e comportamentos dos elementos e relações que compõem as trajetórias de vidas das pesquisadoras negras protagonistas desta pesquisa, sobretudo no que diz respeito ao que chamamos tranças.

Assim, nossas redes são entendidas como tranças intelectuais, construídas e solidificadas por essas pesquisadoras negras, como galhos e ramos de um Baobá que nos permitirá observar, a partir dos nós de orientação acadêmica, seja em suas relações de

ensino, pesquisa e extensão, nos níveis de iniciação científica, graduação, especialização, mestrado ou doutorado, as influências no enfrentamento de problemáticas geradoras de discriminação e exclusão social, como racismo, machismo, sexismo e LGBTfobia, nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Estas tranças interpenetram-se por meio da investigação dos desenvolvimentos histórico-culturais das relações étnico raciais, mais especificamente, das negritudes no cenário local, regional, nacional, dialogando, também com recortes do contexto internacional das trajetórias de vida das protagonistas desta pesquisa. O fio condutor é alinhavado em alguns objetivos, dialeticamente trançados, que procuram refletir por meio vida dessas mulheres negras, a perspectiva da realidade, sob uma ótica pluridisciplinar, que tornem visíveis as produções intelectuais e elos acadêmicos.

Assim, a trança ocupa um papel fundamental neste processo, pois tomando como base a ancestralidade africana, ela é o primeiro penteado realizado na criança negra, “é o penteado, que mais reafirma os valores e costumes da população negra, pois trata o cabelo como uma continuação, afirmando o processo africano da circularidade”, como bem retrata Aline Clemente (2010, p. 13).

Na pesquisa de Denise Cruz (2012) sobre as técnicas corporais no universo da beleza feminina em Maputo, ela se dedica a cada parte do corpo, dando destaque a cabeça, entendendo que os cabelos, por sua vez, são os principais e mais cobiçados objetos entre as mulheres. Essa autora ao falar sobre as tranças, nos instiga a perceber sua fluidez, assim como as redes, podendo, ser mais espessas ou mais finas. Compreendendo a espessura como algo que varia entre os corpos que circulam pela cidade e provoca efeitos visuais diversos. Elas ainda podem

[...] seguir outros percursos nesse suporte para investimentos estéticos que é a cabeça: caminhar em espirais rentes à nuca ou fazer círculos concêntricos. Nesses círculos pode haver fios que nos dão a impressão de movimento ou de raios que saem em direção a outros círculos. [...] As tramas feitas sobre essa parte do corpo buscam uma harmonia visual e uma simetria precisa nos caminhos percorridos pelos cabelos. O relevo que as tranças desenhavam são táteis e agradam ao olhar (CRUZ, 2012, p. 59).

Nesse sentido, também compreendemos as tessituras que envolvem as trajetórias de vida das nossas protagonistas. Como artefatos informacionais que nos possibilitam compreender como essas mulheres negras construíram seus grupos, empoderaram-se e

empoderam outras pessoas, formando e atuando em prol de uma sociedade mais justa e uma ciência mais equânime.

Por fim, consideramos a metodologia um processo no qual o objeto de pesquisa vai determinando seus caminhos. Por isso ajustes podem ser necessários, a depender do que os dados revelarem. A seguir, iniciaremos as discussões do referencial teórico de pesquisa.

3 O “SOCIAL” NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

As rosas da resistência nascem no asfalto. A gente recebe rosas, mas vamos estar com o punho cerrado falando de nossa existência contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas (FRANCO, Marielle, 2018)⁶.

Estudos e pesquisas envolvendo a problemática da “epistemologia” e do “social” no campo da Ciência da Informação (CI) ainda são insipientes, embora sejam debatidos desde a década de 1950. Pinheiro (2005) aponta em suas reflexões a importância de se ampliarem os estudos teórico-epistemológicos que objetivem um melhor delineamento da Ciência informação, sobretudo no que concerne a uma melhor compreensão de conceitos.

No Brasil, o número de publicações de cunho histórico, social, teórico e epistemológico ainda é reduzido, concentrando-se na pós-graduação do IBICT, até recentemente o único programa que tinha uma linha de pesquisa direcionada aos estudos epistemológicos. Dentre as obras nacionais mais conhecidas, destacamos a contribuição dos trabalhos de Gonzalez de Gómez (1982) e de Pinheiro (1997) e a coletânea editada pela UFPB, organizada por Aquino (2002) “O campo da Ciência da Informação”, com trabalhos de Miranda, Pinheiro, González de Gómez e Barreto, e a recentemente publicada “O que é Ciência da Informação” (2018) de autoria do professor Carlos Alberto Ávila Araújo.

Sendo assim, neste capítulo abordaremos conceitos, pesquisadoras e pesquisadores e contribuições em “Epistemologia Social” com as contribuições de Margaret Egan e Jesse Shera (1952, 1961), Jesse Shera (1973, 1977), Nanci Odonni (2007), Randall Collins (1998), Steve Fuller (1999), Regina Marteleto (2015) e Alvin Goldman (1999); a compreensão do “social” na CI: enfrentamentos ao epistemicídio com a interlocução de Carlos Alberto Ávila Araújo (2003), Sueli Carneiro (2005), Grada Kilomba (2016), Solange Puntel Mostafa (1985), Maria Luiza de Almeida Campos ([2014]), Shiyali Ramanrita Ranganathan (1967), Geni Fernandes e Gustavo Silva Saldanha (2012) e Regina Maria Marteleto (1992, 2007, 2010); o “paradigma social” da informação com Rafael Capurro (2003) e Birger Hjørland (2003); e

⁶ Marielle Franco foi uma socióloga e política brasileira, assassinada em 14 de março de 2018. Marielle defendia o feminismo, os direitos humanos, e criticava a intervenção federal no Rio de Janeiro e a Polícia Militar, tendo denunciado vários casos de abuso de autoridade por parte de policiais contra moradores de comunidades carentes. Ela era uma mulher negra, favelada, bissexual e que não temia os poderosos, isso fez dela um símbolo de luta e coragem para muitas pessoas, inclusive para além das fronteiras do Brasil. Disponível em: <https://ninalemos.blogosfera.uol.com.br/2019/07/29/marielle-franco-vira-simbolo-mundial-de-resistencia-na-europa-por-que/>. Acesso em: 08 nov. 2020.

preâmbulos ao estudo do social, da sociedade e das abordagens sociológicas na legitimação informacional com Wright Mills (1975), Gustavo Silva Saldanha (2008) e Ivan Domingues (2004); Paul Otlet e a bibliossociometria com Paul Otlet (1934) e Arthur Bezerra e Gustavo Silva Saldanha (2013), e por fim uma perspectiva para sociedade sob o prisma roubakiniano a partir de Elena Samsova (1998), Nicolas Roubakine (1998a,b) e John Budd (2005).

3.1 EPISTEMOLOGIA SOCIAL: conceitos, pesquisadoras e pesquisadores e contribuições

Teoria basilar deste trabalho, a “epistemologia social”, a nosso ver, pode expandir as nossas capacidades de conhecer e reinventar os artefatos/informações, estabelecendo e criando relações entre nós, indivíduos e nosso contexto social. Ou seja, especificamente para nós pesquisadoras e pesquisadores da CI, ela pode nos ajudar a compreender e lidar com problemas profissionais cotidianos (comportamento da informação e seus usuários, por exemplo).

O conceito de “epistemologia social” foi cunhado na década de 1950 do século XX por uma bibliotecária e um bibliotecário, também pesquisador e pesquisadora estadunidenses: Margaret Egan e Jesse Shera. Ela e ele assim nomearam, para fins teóricos e práticos, um campo que abrangeria tanto a organização das ciências como a projeção de bibliotecas e sistemas de recuperação de informação (ODONNE, 2007). Mais exatamente em 1952, publicaram em colaboração o artigo “Fundamentos de uma teoria da bibliografia”, no qual, pela primeira vez, aparece o termo “epistemologia social”. A origem do termo advém da própria Epistemologia, que estuda os fundamentos e o processo de validação do conhecimento humano, com a diferença que a Epistemologia Social busca o estudo dos processos por meio dos quais a sociedade como um todo gera o conhecimento, levando em conta os aspectos físicos, psicológicos e intelectuais dos indivíduos.

Margaret Egan e Jesse Shera tinham como objetivo “[...] estudar quais são as práticas sociais que facilitam a aquisição do conhecimento” (SHERA, 1973, p. 89) e ainda reafirmavam a necessidade de uma aliança entre a organização, a classificação e a sociologia do conhecimento. Contudo, como ressalta a pesquisadora Nanci Odonne (2007, p. 110), o trabalho feito em parceria não gerou frutos, ou seja, “não mereceu citações nem gerou discussões entre os pesquisadores e bibliotecários que se encontravam em atividade naquele período”.

Segundo Shera (1977), a discussão acerca da natureza do conhecimento humano já foi objeto de especulação da Filosofia e da Psicologia, mas sempre na ótica dos processos intelectuais individuais. Nesse sentido, o diferencial da Epistemologia Social seria o de analisar e explicar a produção do conhecimento em sua dimensão social, procurando entender como a sociedade absorve e produz o conhecimento, sem preterir ao entendimento do papel do indivíduo nesse processo.

Autores como Randall Collins (1998) acreditam que a necessidade da epistemologia social é capturada na conciliação entre os diferentes aspectos que ligam filosofia e sociologia. Para esse autor, as teorias filosóficas do conhecimento tenderam a acentuar as abordagens normativas sem considerarem as consequências em termos políticos e de aplicabilidade, já as teorias sociológicas sofreram/sofrem o problema reverso de capturarem as características empíricas e ideológicas do conhecimento, sem oferecerem um guia para o acompanhamento devido das políticas do conhecimento. Neste caso, a epistemologia social consolidaria os potenciais das duas abordagens, eliminando respectivamente as debilidades.

Randall Collins (1998) assinala, ainda, que em 1987 houve um movimento de “introdução da epistemologia social à filosofia”, materializando-se a resposta com a fundação de uma revista acadêmica especializada no campo, iniciativa assumida por Steve Fuller. Segundo esse autor, o fato de a filosofia analítica anglo-americana ter introduzido formalmente a epistemologia social é relevante, na medida em que a tradição filosófica europeia já tinha enunciado a dimensão social do conhecimento, o que tornaria a “epistemologia social”, na sua vertente analítica, supérflua. Fuller (1999), por exemplo, acreditava que se tratava de um movimento intelectual que ultrapassaria barreiras disciplinares, tendo por objetivo reconstruir os problemas da epistemologia levando em conta que o conhecimento é social em sua essência.

Nesse sentido, a epistemologia social aglomera vários elementos, mas teve sua primeira formulação relacionada ao campo da informação. Contudo, ela incorporou, com o tempo, os conhecimentos de várias áreas do conhecimento, também levando em consideração os aspectos públicos e culturais.

Nesse mesmo período, o autor Alvin Goldman (1999) traz outra problemática para refletir a epistemologia social: se o conhecimento é uma propriedade do agente epistêmico, isolado do seu meio social, ou se ele envolve as relações entre esses agentes e suas circunstâncias sociais. Acreditamos que é preciso analisar o contexto de produção do

conhecimento entendendo que a situação epistêmica humana é, em grande parte, moldada por relações e instituições sociais.

Partindo do século XIX em diante, as epistemologias cujo legado acusam a influência do positivismo francês e do idealismo alemão, reiteraram frequentemente a característica sistemática e coletiva do conhecimento (COLLINS, 1998). Por contraste, a filosofia analítica anglo-americana permaneceu fiel ao individual – na sua concomitante cartesiana ou darwiniana – concebido como o conhecedor. Neste contexto, a epistemologia social foi explicitamente desenhada para equilibrar as discrepâncias inerentes às duas tradições filosóficas (COLLINS, 1998).

Randall Collins em seu livro *“The Sociology of Philosophies”* de 1998 afirma que as epistemologias sociais podem ser comparadas em termos das respostas presumíveis que tentam dar às seguintes questões:

- a) São as normas das investigações autônomas face às normas que governam o resto da sociedade?
- b) Existirá uma dimensão da investigação que não reflita a forma como os investigadores são dispostos?
- c) Será a verdade, entre outros objetivos normativos da ciência, um campo que resiste às formas particulares e efêmeras da investigação?
- d) Será o carácter do conhecimento redutível às crenças agregadas de um determinado grupo de pessoas?
- e) Estará o alcance da epistemologia social limitado à identificação dos mecanismos e instituições que obedecem a definições do conhecimento conceitualmente satisfatórias?

Segundo o autor, os(as) epistemólogos(as) inclinados para as respostas positivistas permanecem próximos do ponto de vista cartesiano da epistemologia clássica, que se concentra na orientação individual do indivíduo para a verdade. Contrariamente, os(as) epistemólogos(as) inclinados a respostas negativas, indicam uma maior propensão para as abordagens interdisciplinares e empíricas, obedecendo deste modo à intenção de tornarem os indivíduos suficientemente conscientes dos múltiplos contextos de produção do conhecimento (COLLINS, 1998).

Que tipo de epistemólogas(os) seríamos nós, cientistas da informação?

Segundo a pesquisadora Regina Marteleto (2015, p. 13) a epistemologia social enquanto razão de ser no campo dos estudos da informação, atualmente, teria como propósito “guiar as análises sobre as marcas sociais e epistêmicas fixadas nos dispositivos de informação e comunicação dos ambientes digitais”.

Nesse sentido, retomamos Margaret Egan e Jesse Shera (1952) para refletir que também a história da classificação das ciências demonstra o quanto o esforço de organizar os conhecimentos depende da epistemologia social do tempo em que eles são produzidos. Assim se confirma a hipótese da forte razão interdisciplinar dessa disciplina, que vai desde a produção, fluxo, integração e consumo de todas as formas de pensamento disseminadas pela estrutura social.

Ao realizar uma busca do termo “epistemologia social” na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), uma base brasileira, recorte que interessa a essa pesquisa, por “título, palavra-chave e resumo”, recuperamos 14 artigos entre os períodos de 1972 a 2020, 4 (quatro) deles citados neste estudo: “*Toward a theory of librarianship and information Science*” de Jesse Shera (1973) que aborda a criação de uma nova disciplina, chamada “epistemologia social” cujo foco estaria na produção, fluxo, integração e consumo de todas as formas de pensamento comunicado por toda a estrutura social; “Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia” também de Jesse Shera (1977) que vai discutir como essa nova disciplina, a “epistemologia social” tem uma proximidade muito grande da biblioteconomia, por esta ser uma área com capacidade de ordenar, relacionar e estruturar o conhecimento e os conceitos, também altamente interdisciplinar, epistemológica e envolvida na linguagem, simbolismo, abstração, conceituação e avaliação do conhecimento; “Revisitando a epistemologia social: esboço de uma ecologia sociotécnica do trabalho intelectual” de Nanci Odonne (2007), onde a autora entende e trabalha a epistemologia social como o estudo das relações recíprocas que se estabelecem entre os seres humanos e seu mutante entorno social, cultural e tecnológico, visando à atividade cognitiva, isto é, o ciclo que envolve a produção, a circulação e o uso do conhecimento, caracterizado em sua materialidade como uma ecologia sociotécnica do trabalho intelectual; “Epistemologia social e cultura digital: reflexões em torno das formas de escritas na web” de Regina Marteleto (2015) que apresenta alguns eixos conceituais e reflete sobre a produção, mediação e apropriação de conhecimentos, e sobre a configuração de dispositivos de informação e comunicação, no contexto de uma cultura digital.

Assim, mesmo compreendendo a importância e valor incalculável da teoria/disciplina para o campo da informação, observamos ainda ser inexpressivo, quando comparados com outras temáticas, o número de trabalhos publicados em nossa área do conhecimento.

Nesse sentido, a tese de doutorado “As implicações da Epistemologia Social para uma Teoria da Recuperação da Informação”, de Tarcísio Zandonade (2003), se configura como importante referência para a discussão desse tema no campo da CI, no Brasil.

A pesquisa investigou as bases de conhecimento dos programas de epistemologia social para determinar a dimensão e a qualidade do projeto de Jesse Shera, e que medida esse programa contribuiu para a compreensão do problema central da ciência da informação, a recuperação da informação. O autor ainda faz um passeio pelas disciplinas filosóficas que têm perseguido os estudos do conhecimento e das disciplinas científicas que se têm devotado ao estudo da informação. Afirmando a tese que o projeto de Jesse Shera de criar uma disciplina chamada epistemologia social foi uma contribuição ímpar para a cientifização e o aprofundamento da ciência da informação.

Zandonade (2003) nos apresenta considerações inquietantes ao questionar a pretensão de Jesse Shera na criação da disciplina de epistemologia social para estudar os fundamentos da biblioteconomia. Ele acredita que Shera estava pesquisando na direção correta, embora se tivesse dirigido à comunidade errada. Ao invés de se ter dirigido aos bibliotecários, deveria ter-se dirigido diretamente à comunidade filosófica e à sociologia do conhecimento e, se ainda mais quisesse, a outras disciplinas sociais, de preferência trabalhando num projeto interdisciplinar.

Para este autor, o objeto da ciência da informação é o próprio conhecimento humano registrado, estando, portanto, muito próximo do objeto da epistemologia social, com a diferença de que esta analisa seu objeto em segundo grau, enquanto a ciência da informação analisa seu objeto em primeiro grau. Nesse sentido, tanto a epistemologia social quanto a sociologia e/ou filosofia da ciência, trabalham em prol de toda e qualquer ciência que queira se estruturar e progredir.

Assim, a partir de agora vamos discutir sobre a compreensão desse social na CI e suas implicações, terminologias, correntes, paradigmas. A fim de descortinar esse escopo da epistemologia social no campo da CI.

3.2 A COMPREENSÃO DO “SOCIAL” NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: ENFRENTAMENTOS AO EPISTEMICÍDIO

Entendemos, e nos parece consenso dizer, que a CI é uma área do conhecimento que lida com vários aspectos e registros informacionais (propriedades, comportamentos, processos, sistemas e outros) e permite uma ampla variedade de estudos. Atualmente, esse campo realiza investigações sobre o funcionamento dos processos de seleção, organização, disseminação, acesso, uso e preservação da informação, os quais, muitas das vezes, são alcançados apenas por alguns segmentos da sociedade.

No Brasil, a CI é considerada, em termos institucionais (de acordo com classificações de agências como Capes (2017) e CNPq (2019) e divisões internas nas várias universidades), como: “Ciências Sociais Aplicadas – Área de avaliação: Comunicação e Informação” e/ou “Ciências Sociais Aplicadas – Ciência da Informação”, respectivamente. De acordo com Araújo (2003, p. 21): “em várias instâncias, existe um espaço específico para a discussão da natureza social dos fenômenos informacionais”, a citar: algumas linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação em CI (Informação e Sociedade, Informação e Cultura, e Ação Cultural), e nos grupos de trabalho com esse tema em associações e congressos como o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB). Em se tratando de termos institucionais e/ou terminológicos, se por um lado esse autor afirma que é indiscutível a natureza social da CI, em contrapartida ele mesmo coloca que “em termos propriamente teórico-epistemológicos essa inserção não é exatamente óbvia” (ARAÚJO, 2003, p. 21).

Entendemos que os processos de mediação, disseminação, acesso, uso e preservação da informação (apresentados na introdução desta seção como temas que a CI lida), quando apropriados e/ou democratizados por pessoas, grupos, entidades, instituições, organizações e demais afiliações, podem servir para reforçar e atingir os objetivos desse campo do saber em um nível micro(individual) para modificar as estruturas cognitivas gerando conhecimento, e, em um nível macro(coletivo) para (re)formular, modificar e intervir nas estruturas sociais produzindo novos conhecimentos que viriam a beneficiar toda a sociedade, sobretudo no tange a dirimir preconceitos (SILVA, 2014).

Contudo, tomando o Geincos, grupo de pesquisa do qual fiz e ainda faço parte, como exemplo, foram várias as pesquisadoras e vários os pesquisadores e estudantes que relatavam,

ao participarem de eventos da área, o quanto tinham que se justificar, em uma corrente teórica muito maior (sabatina, comumente chamada) que a maioria das pessoas presentes, o porquê das suas pesquisas serem realizadas nessa área, a CI. No caso dos Enancibs, o maior evento de pesquisa do campo, houve alguns episódios em que artigos foram recusados com pareceres apresentando justificativas do tipo “artigo muito militante e apaixonado” ou “faltou objetividade”.

Hoje em dia ainda é comum ouvir esses discursos, mesmo que em menor proporção. Todavia, ainda me pergunto: por que sempre temos que justificar duplamente os nossos trabalhos de cunho social (étnico-racial, gênero, LGBTQIA+, por exemplo) em algumas escolas de Ciência da Informação no país, pareceres de periódicos científicos e/ou eventos do campo, se nossa área é de natureza “indiscutivelmente social”?

Sueli Carneiro, uma pesquisadora negra brasileira, nos ajuda a compreender essa questão ao tratar da categoria “epistemicídio” (abordaremos mais essa questão no capítulo 4). Em sua tese de doutorado, defendida em 2005, intitulada “A construção do outro como não-ser como fundamento do ser” ela nos faz refletir, dentre outras problemáticas, sobre o lugar da pessoa negra no campo da produção do discurso legitimador. Ao abordar as formas onde e como o epistemicídio se manifesta, essa autora exemplifica o dualismo do discurso “militante” versus “acadêmico”, “através do qual o pensamento do ativismo negro é desqualificado como fonte de autoridade do saber sobre o negro, enquanto é legitimado o discurso do branco sobre o negro” (CARNEIRO, 2005, p. 60). Ela continua,

Os ativistas negros, por sua vez, com honrosas exceções, são tratados, pelos especialistas da questão racial, como fontes de saber mas não de autoridade sobre o tema. Os pesquisadores negros em geral são reduzidos também à condição de fonte e não de interlocutores reais no diálogo acadêmico, quando não são aprisionados exclusivamente ao tema do negro.

Outra pesquisadora negra também levanta esse questionamento. De acordo com a Grada Kilomba (2016), “Quando eles falam é científico. Quando falamos é não científico. universal/específico, objetivo/subjetivo, racional/emocional, imparcial/parcial. Eles têm fatos, nós temos opiniões. Eles têm conhecimento, nós temos experiências”. Segundo a autora, trata-se de uma estratégia antiga, eficaz e ainda muito atual da construção colonial do conhecimento: a desautorização de pessoas e coletivos marginalizados enquanto corpos detentores e produtores de conhecimento. Corpos esses de mulheres, homens, negros e negras, LGBTQIA+, povos originários, crianças e pessoas pobres.

Existe uma lógica de silenciamento traduzida na deslegitimação, infantilização, ridicularização e desqualificação das falas de corpos não hegemônicos. Essa mesma lógica faz com que, ao tentar expressar seus saberes localizados, essas pessoas tenham seus discursos anulados e não considerados científicos, pois são carregados de “emoção e pessoalidade”. Como se fosse possível, de fato, a construção de algum conhecimento neutro.

Complementando, Grada Kilomba (2016) diz: “Se meus escritos incluem emoções e subjetividade como parte do discurso teórico, eles, então, lembram que teoria é sempre localizada em algum lugar [porque] sempre é escrita por alguém”. Assim, coloca-se por terra o argumento de que a produção teórico-científica deve ser estruturada de impessoalidade. Como se fosse possível qualquer ser humano produzir algo totalmente separado da constituição sócio-histórica da pessoa que ela é. A verdade científica da maneira que é organizada hoje pelas áreas da CI, da história e tantas outras, bem como a nossa produção do conhecimento, tem raízes consolidadas no seio do discurso colonial. A verdade histórica, considerada “oficial” e cristalizada como a versão “correta” dos fatos, é uma verdade histórica contada pelos colonizadores.

Neste caso “o social” estaria diretamente relacionado a uma questão de deslegitimação de discursos que **não** são “tidos como acadêmicos” por serem “militantes” ou carregados de “subjetividades e impessoalidades”. A fim de tentar entender melhor essa questão no campo, a partir de agora vamos revisitar as contribuições de Ranganathan para a Biblioteconomia, o trabalho da pesquisadora Solange Mostafa como marco sociológico-informacional e os “Estudos sociais da informação” na perspectiva da pesquisadora Regina Marteleto. A fim de compreender, ou melhor descortinar esse “social” na CI em suas vertentes e apresentar essas correntes de pensamentos que foram num certo sentido “revolucionárias” ao incutir o debate teórico-prático em suas pesquisas.

Iniciamos por Shiyali Ramanrita Ranganathan, matemático indiano, considerado pela maioria da comunidade bibliotecária como “pai da Biblioteconomia”. Inclusive, uma coletânea foi lançada em agosto de 2016, com o título “As contribuições de Ranganathan para a Biblioteconomia: reflexões e desafios” que pressupõe uma revisão das obras e do legado de Ranganathan, e de forma especial ao seu clássico “As cinco leis da Biblioteconomia”. Elaine R. de Oliveira Lucas, Elisa Cristina Delfini Corrêa e Gisela Eggert-Steindel organizaram o livro que é fruto do Simpósio com o mesmo nome realizado em

Santa Catarina, reforçando o quanto esse autor ainda é importante e utilizado pela comunidade acadêmica.

Um homem revolucionário para o seu tempo, não branco, não europeu, não americano e não privilegiado por esses marcadores que a sociedade determina como dominante. Além de professor de Matemática, era um homem extremamente politizado. Como profissional, lutava pela melhoria de condições de trabalho de sua classe e, como professor, preocupava-se com o ensino e a pesquisa em seu país. Ele iniciou uma campanha visando a melhoria das condições da biblioteca da Universidade de Madras, comenta a professora Maria Luiza de Almeida Campos ([2014]). Sobre o autor, ela ainda relata que as experiências em Biblioteconomia o levaram a uma série de questionamentos, todas giravam em torno das suas práticas e seus princípios básicos. Ranganathan via a complexidade do campo e esta só poderia ser analisada a partir da ótica das ciências sociais e não das ciências naturais, princípio normativo da época.

Essa preocupação com a sociedade e com a Biblioteconomia transparece em sua obra memorável, “As Cinco Leis da Biblioteconomia” (*“The Five Laws of Library Science, 1931)* os livros são para usar; a cada leitor o seu livro; para cada livro o seu leitor; poupe o tempo do leitor, e; a biblioteca é uma organização em crescimento). Entre exemplos de preconceitos e desigualdades no acesso ao conhecimento e soluções tanto conceituais quanto técnicas para esses problemas, o autor propõe uma biblioteca universal, fazendo-nos imaginar como seria maravilhoso se todas as barreiras ao conhecimento fossem levantadas e resolvidas (DOYLE, 2019).

Atualmente, estas Cinco Leis permeiam e são consideradas como base para todas as atividades biblioteconômicas (seleção e aquisição; administração de bibliotecas; recuperação de informação; classificação e indexação; serviço de referência etc.). Essas “simples fortes” leis mudaram a forma como as bibliotecas pensavam. Era o primeiro passo para sair da biblioteca custodial para a biblioteca do acesso, uso e democratização da informação.

Uma mudança profissional também era urgente, necessitava de um(a) profissional que tem por função possibilitar o acesso à informação. Informação entendida como o elemento passível de transformar em conhecimento sobre o mundo que nos cerca, podendo assim, iniciar o processo de transformação social. Ainda é urgente que esse perfil profissional seja mais valorizado e desenvolvido para que não se trate somente de ser

repassar informação, mas de uma pessoa que deve ter a postura de educadora e educador, que se preocupa com a qualidade da informação que repassa, de como repassa e para quem repassa.

Um segundo marco, a nosso ver, para a compreensão do “social” é o trabalho da pesquisadora brasileira Solange Mostafa. A autora em sua tese de doutorado “Epistemologia da Biblioteconomia” (1985) defende que a “biblioteca não deve apenas refletir o elitismo das ciências, mas promover a socialização do saber”. A partir da relação sujeito-objeto dentro da Biblioteconomia, aborda reflexões epistemológicas colocando a Biblioteconomia como ligação entre os registros do conhecimento humano e seu uso social em prol da humanidade, “como se a humanidade não pudesse viver sem a Biblioteconomia”. Ela lembra também que o objeto da Biblioteconomia não é mais o livro, mas a informação a serviço da prática social bibliotecária como centro de gravidade do profissional da informação.

O trabalho da pesquisadora em questão foi revolucionário tanto pelo teor de suas ideias, mas também por propor uma Epistemologia para a Biblioteconomia, tendo em vista a ideia do campo como uma área técnica/prática. Tal visão era e ainda é, sob medida, disseminada, levando a interpretações de uma área com um fazer “irreflexivo”, como aponta Mostafa (1985).

A tese da autora assumiu o compromisso de defender a hipótese de que “nem o fazer-instrumental-rotineiro-operacional nem o fazer-tecnológico-científico” cumpriram o “status de cientificidade” (MOSTAFA, 1985, p. 3). Afinal o “rigor lógico-formal” não se esgotaria separado dos “problemas e necessidades reais da prática bibliotecária”, muito menos as práticas poderiam ser indiferentes “às determinações sociais” (MOSTAFA, 1985, p. 3).

Para isso, ela inicia fazendo uma discussão logo no primeiro capítulo, intitulado “Biblioteconomia no pêndulo: ciência ou arte?” que aborda o problema da demarcação de áreas como uma das barreiras para a sua consolidação. A autora critica o entendimento de que o surgimento da CI seria uma passagem de um fazer empírico, que seria a Biblioteconomia, a outro estágio de saber gerado pelas tecnologias de informação, a Ciência da Informação nascente (MOSTAFA, 1985). Refletindo sobre “o desligamento do bibliotecário com os problemas teóricos de sua profissão” como algo que o isola em seu contexto e processo técnico de cada dia, fazendo com que “o pensar sobre o que se faz não seja prioridade. Motivo pelo qual algumas escolas não reconheceriam o campo como

ciência, “uma vez que há o predomínio do tecnicismo em detrimento da teoria científica” (MOSTAFA, 1985, p. 10).

No capítulo chamado “Biblioteconomia enquanto prática social”, a autora segue refletindo sobre o social da sociedade até o social da biblioteconomia, sobre a “a-historicidade” em Butler e Saracevic, a concretude da difusão de informações e a precária teorização em biblioteconomia até chegar em uma concepção dialética da educação. Nesse capítulo é importante destacar o valor que Solange Mostafa (1985), pautada em Butler principalmente, atribui ao “trabalho”, entendido como fonte de subsistência, sendo assim fundamental para compreender o processo de estruturação da sociedade. Assim, para além do fazer bibliotecário, seu trabalho por si, já lhe coloca numa condição de “prática-social”. E pelo seu fazer, colabora para a “transformação social quanto mais ela estiver a serviço da disseminação de informações para todo o conjunto da sociedade de forma a possibilitar que a sociedade em seu conjunto se aproprie de informações” (MOSTAFA, 1985, p. 67).

O terceiro capítulo desenvolve “A teoria do conhecimento em Platão Aristóteles, Kant, Hegel e Marx”, autores que ela considera fundamentais e indispensáveis para essa discussão. Mostafa discorre sobre o cientificismo como consequência do kantismo (ou da má interpretação de Kant) e apresenta breves comentários sobre Bachelard e Popper. Esses dois epistemólogos a fizeram entender melhor a precarização da síntese kantiana entre razão e empiria (MOSTAFA, 1985). Por fim, no quarto e último capítulo, “A construção do objeto em biblioteconomia”, a autora finaliza fazendo algumas considerações sobre as posturas epistemológicas da Biblioteconomia. Ela descreve três posições filosóficas bem definidas:

a forma em estado puro que rejeita o mundo sensível com suas regularidades nomológicas (Wright), as regularidades como Formas, isto é, ‘coisas-em-si’ (determine-ei nessa posição típica da nova Ciência da Informação) e ainda uma terceira posição intermediária onde a metafísica das formas se concilia com o mundo-dos-fatos numa demonstração invulgar de miscelânea filosófica, útil para indicar a passagem/permanência da metafísica ao positivismo [...] (MOSTAFA, 1985, p. 118).

Para Mostafa (1985) essas posições/posturas epistemológicas podem ser compreendidas a partir da informação como processo. Para isso, em busca de uma “autonomia relativa” a autora volta a afirmar a importância da promoção da socialização do saber enquanto prática da biblioteca. Ela nos faz refletir sobre o compromisso dessa “nova área” chamada CI.

Se a educação tem a ver com consenso (e não dissenso), persuasão e dissuasão, se toda relação pedagógica envolve um projeto hegemônico a fim de convencer e não

vencer, o papel político da Ciência da Informação está em ultrapassar a mecânica da transmissão de conhecimentos para quem sabe um dia poder tocar nos conhecimentos mesmo, influenciando sua direção. Tocar nos conhecimentos exige mais do que a análise do fluxo de informações dialetizando a relação difusão-criação (MOSTAFA, 1985, p. 132).

A contribuição dessa autora para os estudos em CI, Epistemologia e Biblioteconomia é notória. Compreender esses campos pelas lentes do “social” tal como apresentados no trabalho da Solange Mostafa é analisar as entrelinhas dos discursos que construíram os campos e identificar os silenciamentos históricos que de certa forma “invisibilizaram” a importância de determinados aspectos e lutas, principalmente no campo da Biblioteconomia. Para a presente pesquisa, sua principal contribuição é “recuperar essa unidade” entre as áreas e fortalecer o compromisso político/social de suas competências.

Como terceiro marco, apresentamos a pesquisadora brasileira Regina Marteleto. Essa pesquisadora merece destaque por defender e disseminar, em suas pesquisas, uma abordagem centrada nos “Estudos sociais da informação”.

A principal contribuição dessa pesquisadora para a presente pesquisa é o estudo e as pesquisas em Redes Sociais. O interesse decorre de sua capacidade de representação de problemas sociais complexos de maneira objetiva, oferecendo um arcabouço teórico e prático para o estudo das características, propriedades e comportamentos dos elementos e relações que compõem os problemas. No Brasil, parte das pesquisas sobre redes sociais que vem sendo desenvolvidas por pesquisadoras e pesquisadores do campo da CI centra-se na análise de fluxos de transferência de informação, do compartilhamento de informação e conhecimento em organizações, ou no estudo de redes de colaboração científica e de interdisciplinaridade (BRANDÃO; PARREIRAS; SILVA, 2007).

Regina Marteleto (2007, online) não só apresenta um cenário para o estudo de redes sociais para CI, como também contribui para a apropriação dos conceitos de rede e redes sociais para o estudo da informação e do conhecimento nos tempos atuais. Para ela, as redes se configuram em um “conjunto diverso de relações e funções que as pessoas desempenham umas em relação às outras” (MARTELETO, 2000, p. 78), na qual a estrutura social é fundamentada, construindo-se e reconstruindo-se, em constante movimento e dinamicidade, provocando uma reconfiguração continuada da rede (TOMÁEL; MARTELETO, 2006). Sendo um conjunto de pessoas (ou outras entidades sociais) conectadas por relacionamentos sociais diversos (TOMÁEL; MARTELETO, 2006), as redes permitem uma compreensão da sociedade

baseada em vínculos relacionais entre os indivíduos, os quais reforçam “suas capacidades de atuação, compartilhamento, aprendizagem, captação de recursos e mobilização” (MARTELETO, 2010, p. 28).

É importante considerar a ambientação histórico-epistemológica das noções de rede na CI, na medida em que fazem parte de um cenário globalizante, onde o mundo e a sociedade se encontram atualmente instalados (MARTELETO, 2007, online). A informação, a partir da noção dessa pesquisadora, não é algo que circula, uma vez que não é um objeto: ela se redefine sem cessar, porque se constitui em relação e em ação (MARTELETO, 2010).

Em um contexto onde a informação desdobra-se em múltiplas dimensões, enquanto bem de valor social, ideológico e econômico, entendemos que o estudo de Redes Sociais aplicadas ao campo da CI faz parte do universo de uma Teoria Social. Ele pretende motivar a produção de conhecimentos sobre o impacto social da informação nas sociedades hodiernas, no âmbito das principais teorias sobre a comunicação de massas e sobre a sociedade de informação.

Para Geni Chaves Fernandes e Gustavo Silva Saldanha (2012), as pesquisas da professora Regina Marteleto foram realizadas a partir de alicerces teóricos principalmente das ciências sociais: Gramsci e Bourdieu, trilhando em direção a uma Antropologia da Informação.

No campo institucional, ela é representante e responsável científica, pelo Brasil, da Rede Franco-Brasileira de Pesquisadores em Mediações e Usos Sociais de Saberes e Informação - Rede MUSSI, desde 2008. Uma Rede que reúne pesquisadoras brasileiras, pesquisadores brasileiros e franceses pertencentes ao campo de estudos da informação, interessados em temáticas de pesquisa que associam os aspectos epistemológicos, teóricos, metodológicos e práticos do conhecimento aos interesses e necessidades da sociedade.

Consideramos que as contribuições de Ranganathan, Solange Mostafa e Regina Marteleto são fundamentais para o desenvolvimento e entendimento do “social” na CI. Contudo salientamos que não é objetivo dessa pesquisa revisar extensamente as biobibliografias desse autor e dessas autoras. O que mais nos interessa aqui é extrair os conceitos que informam nossa visão crítica da dimensão social do campo. Assim, a seguir, abordaremos brevemente a discussão do social enquanto paradigma, para finalizar essa subseção.

3.2.1 O “paradigma social” da informação

Na sistematização de Capurro (2003), o campo da CI teria vivenciado, desde seu surgimento, três grandes formas de se estudar a informação, que ele denomina “paradigmas”: o físico, o cognitivo e o social. Evidentemente, para esta pesquisa é no social que nos deteremos.

A partir do “paradigma social”, defendido por este autor, pretendemos discutir a informação como forma de abrir campos de práticas sociais, políticas, econômicas e culturais. Essa concepção nos permitiria identificar os campos de força institucional, tecnológico, político, econômico, social e cultural que configuram características públicas e sociais da informação em nosso tempo.

Para Capurro (2003, online), paradigma é “um modelo que nos permite ver uma coisa em analogia a outra”. No seu texto “Epistemologia e Ciência da Informação”, apresentado no Encontro Nacional de Ciência da Informação- ENANCIB, em 2003, ele analisou o conceito de paradigma e identificou o ,escopo da investigação epistemológica no campo da CI, na qual são aprofundados os três paradigmas epistemológicos supracitados.

Em um primeiro momento, apresenta o paradigma físico tomando como ponto de partida a teoria de Shannon e Weaver e mencionando os experimentos de Cranfield e a teoria da “informação-como-coisa” de Michael Buckland. Em um segundo momento, discorre sobre o paradigma cognitivo, representado por B.C. Brookes, Nicholas Belkin, Pertti Vakkari e Peter Ingwersen. Por fim, traz o “paradigma social” que tem suas origens na obra de Jesse Shera e, atualmente, é representado pelas teorias de Bernd Frohmann, Birger Hjørland, Rafael Capurro e Søren Brier.

Nesse sentido, uma primeira referência seria a proposta da “epistemologia social” de Egan e Shera (1952) (que serviu, aliás, de inspiração para Capurro discorrer sobre o “paradigma social”). Ainda nas décadas de 1960 e 1970, Egan e Shera propunham a criação de uma nova disciplina para estudar a inserção social do conhecimento humano, isto é, as interações entre os processos intelectuais (conhecimento produzido) e as atividades humanas e sociais. Trata-se de uma disciplina que “deveria fornecer uma estrutura para a investigação eficiente de todo o complexo problema dos processos intelectuais das sociedades – um estudo pelo qual a sociedade como um todo procura uma relação perceptiva para seu ambiente total” (SHERA, 1977, p. 11).

Desenvolvido por Hjørland (2003), o “paradigma social-epistemológico” tem o seu estudo em campos cognitivos e sua relação direta com comunidades discursivas, ou seja, este paradigma dá conta do indivíduo imerso na sociedade moderna. Ao contrário do paradigma físico que buscava um processo de comunicação, baseado na teoria da informação, com uma linguagem perfeita em um ambiente ideal, o “paradigma social” reconhece as múltiplas possibilidades de significação por parte do receptor. Para Hjørland (2003), a partir do surgimento desse paradigma é apresentado um novo conceito para CI, que agora é vista como “o estudo das relações entre os discursos, áreas de conhecimento e documentos em relação às possíveis perspectivas ou pontos de acesso de distintas comunidade de usuários” (HJØRLAND, 2003).

De acordo com Hjørland (2003) os critérios desses estudos não versam apenas sobre a realidade (o que é ou não real, o que é ou não belo, ético etc.), mas principalmente a critérios de julgamento da informação (boa ou ruim completa ou incompleta, exata ou inexata). Nesse sentido, somos conformados por consensos coletivos, os quais também não se impõem mecanicamente sobre nós – pois somos nós que os construímos.

As pesquisas que fazem parte desse paradigma entendem “a diferença entre mensagem, ou oferta de sentido, e informação, ou seleção de sentido” e observam “a diferença crucial de uma disciplina entendida assim como teoria das mensagens e não só como teoria da informação” (CAPURRO, 2003, online). Ao pensar em seleção, somos remetidos à ideia de relevância, fundamental para se trabalhar com a informação. O autor lembra que o conceito de relevância tem que ser levado em consideração nesse paradigma em relação ao processo hermenêutico dos usuários, capaz de interpretar suas necessidades, em relação a si próprios, ao intermediário e ao sistema.

Assim, em estudos caracterizados principalmente dentro do “paradigma social”, há o abandono da busca de uma linguagem ideal para representar o conhecimento ou de um algoritmo ideal para modelar a recuperação da informação que aspiram ao paradigma físico e o cognitivo. Visto que todo sistema de informação está destinado a sustentar a produção, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso de conhecimentos, ele deve ser concebido no seio de um grupo social concreto e para áreas determinadas.

3.3 PREÂMBULO AO ESTUDO DO SOCIAL, DA SOCIEDADE E DAS ABORDAGENS SOCIOLÓGICAS NA LEGITIMAÇÃO INFORMACIONAL

Procuramos discutir, sob um léxico mais flexível o “social” na CI sem, necessariamente, tocarmos a questão direta de uma fundamentação sociológica para a CI, ainda que esta possa ser uma direção de sustentação dos discursos sociais acerca do que se diz “informacional” na contemporaneidade. No diálogo com Mills (1975), buscamos as “variedades” de indicações sobre o social que permitem um ângulo de orientação para os estudos informacionais.

Neste sentido, tomando o ponto de vista millsiano, reconhecemos que o objeto de estudo das ciências sociais nada mais é que o ser humano e suas relações. Subjetivo e dinâmico, tal objeto não comporta um paradigma específico e restrito, mas um emaranhado de possibilidades de intervenção e interpretação. Se tratada como “ciência social” ou “ciência social aplicada”, a CI obedece a esta condição plural tanto teórica quanto metodológica. No entanto, o percurso epistemológico-histórico do campo informacional sugere objetivamente a procura por um modelo de pensamento que pudesse ser estruturador de toda prática epistêmica da informação.

Em certa medida, este é um dos principais pontos de inflexão para os “estudos sociais da informação”, ou seja, a disputa epistêmica por um lugar na árvore do conhecimento, no ramo dos saberes predados como “sociais”. Grandes modelos de pesquisa, advindos centralmente das ciências duras, como a abordagem técnica da Teoria Matemática da Comunicação, demonstram a corrida atrás do paradigma salvador, como destacado por Mills (1975) em sua análise das ciências sociais no âmbito geral. Contudo, antes de um paralelismo imediato, cabe-nos discutir as margens de aproximação e distanciamento do “social” que nos categoriza diante das demais ciências assim representadas.

3.3.1 Das disputas por legitimação epistemológica na esfera informacional

Revisitando a construção historiográfica do campo, encontramos a fundamentação de uma CI, em meados do século XX, como partícipe de um “pós-modernismo” científico e da emergência de uma sociedade classificada como “da informação”. Do mesmo modo, este saber se caracterizaria por uma crítica aos modelos “fechados” de construção do conhecimento e teria adesão direta a uma epistemologia da complexidade, atenta à pluralidade teórico-

metodológica. No entanto, suas condições de legitimação, no período, demarcam um movimento diretamente contrário às mutações das ciências sociais em no decurso dos anos 1950 e 1960, quando encontramos uma vasta crítica ao positivismo e uma procura por modelos distintos de compreensão da realidade social.

É recorrendo a uma espécie de categoria “social” defasada, no que se refere à crítica de uma sociologia do conhecimento, como aquela advinda da Estrutura das Revoluções Científicas de Thomas Kuhn, que a CI, como “nova” ciência, busca sua consolidação na árvore do conhecimento. Um “positivismo tardio”, centrando pontualmente nas promessas do “neopositivismo”, que demarca a cientificidade do que se diz “informacional”. O “social”, se existente aqui, resulta na apropriação de um aspecto específico da “positivação” das ciências no século XIX, especificamente, ao discurso do positivismo reduzido à linguagem, fruto epistemológico das discussões posteriores ao Tratado Lógico Filosófico de Ludwig Wittgenstein, nos anos 1920.

O novo modelo de pensamento (talvez “social”, e aqui está a margem crítica para o debate dos “estudos sociais da informação”) estava estruturado na possibilidade de efetivação mecanicista dos projetos teóricos de manipulação da linguagem. Em outras palavras, temos aqui, via uma abordagem matemático-estatística, a tentativa de otimização de canais não-humanos de fluxo de signos.

Tal investida histórica como “ciência” colocou a CI em um *front* epistemológico de meados do século anterior, “documentado” por Mills (1975, p. 23). Segundo o autor, em sua Imaginação Sociológica, muito do que se considerava como ‘ciência’ passou a ser visto hoje como uma filosofia dúbia; muito do que se considerava como ‘verdadeira ciência’ frequentemente nos proporciona apenas fragmentos confusos das realidades entre as quais vive o ser humano. Para ele, “a palavra ‘ciência’ adquiriu grande prestígio e um sentido bastante impreciso” e “a confusão nas Ciências Sociais [...] está envolvida pela controvérsia, há muito travada, sobre a natureza da Ciência.”

O “momento” ou a “esfera acontecimental” do que se diz “ciência da informação”, se tratada ingenuamente apenas sob o ponto de vista terminológico (o aparecimento da definição de tal expressão no encontro do Instituto de Tecnologia da Geórgia, no ano de 1961, sob a abordagem de Robert Taylor) sugere a repercussão de tal confusão epistêmica e, mais ainda, a dificuldade de delimitação do “social” que existiria sobre a prática informacional. O problema da condição social (muito antes da condição “sociológica) dos

estudos informacionais torna-se mais crítico quando se percebe, no contexto de aparecimento espaço-temporal da expressão “ciência da informação” no universo estadunidense, o abandono da perspectiva “social” da epistemologia de Jesse Shera e, nos termos de Thomas Kuhn, a crença em um “paradigma” mecanicista, baseado nas abordagens shannon-weaverianas. Em outras palavras, o “acontecimento” de uma CI em meados dos Novecentos representa um afastamento da afirmação “social” do campo, e não sua conformação como parte do “ramo” das ciências humanas e sociais.

No entanto, o contexto de profusão (para não usarmos a insistência da “confusão”) de epistemologias críticas, como abordagem kuhniana, apresenta uma direção mais objetiva para compreender, no âmbito epistemológico-histórico, o “social” presente nos estudos informacionais e sua aderência possível ao “sociológico”. Trata-se, como antecipado, da visão do campo a partir de um “positivismo tardio”, ou a busca por uma “física sócio-informacional”, aproximando o discurso de nascimento do campo da abordagem comteana. Em outros termos, a CI aparece como um ramo tardio da proposta de uma “física social”. Sim: é possível compreender esta construção a partir do mapeamento, por exemplo, da produção conceitual de Paul Otlet, ignorado no pensamento informacional estadunidense naquele contexto.

3.3.2 O escopo dos estudos sociais da informação

O exercício epistemológico-histórico acima indicado nos coloca em um ponto de partir para a compreensão de um domínio tratado como “estudos sociais da informação”, que compreenderia das abordagens sociais à crítica de uma teoria do conhecimento de fundo sociológica, antropológica e política. Por fundamento, tal domínio se expressaria sob uma noção mais “flexível” de CI, ou seja, não sob a ideia de uma “ciência da informação”, mas sob a condição da miríade de “estudos informacionais”, hoje em geral representados institucionalmente por organizações que levam, no contexto internacional, as expressões *library and information science* e *information science*, como centrais, além de uma considerável lista de variações.

Em certa medida, esta é uma aproximação direta à crítica millsiana do que se diz “cientificamente social”, quando tratamos das ciências sociais.

Sabemos que o termo ‘ciência da informação’ é um neologismo do século XX, que indica um deslocamento de estudos da meta-representação da informação, neste contexto temporal a partir de uma ordem tecnológica. O termo “ciência” e o termo “informação” podem nos levar até significados mais vazios do que concretos, o que nos faz acreditar que há algo epistemologicamente mais sólido antes – e no entorno – da institucionalização da expressão que reúne ambos. (SALDANHA, 2008, p. 68).

Mills (1975) opta por adotar a expressão “estudos sociais” no lugar de “ciências sociais” preocupado com uma espécie de objetivação do cientificismo sociológico que parece só interessar à afirmação da sociologia como um outro ramo dos estudos fisicalistas, quando sua abordagem, condicionada ao objeto dinâmico que a alimenta, deve partir de uma racionalidade distinta. Assim,

Como o sociólogo, que prefere “muito mais a expressão ‘estudos sociais’ do que ‘ciências sociais’ - não porque não me agradem os cientistas físicos (pelo contrário), mas porque a palavra ‘ciência’ adquiriu grande prestígio e um sentido bastante impreciso”-, preferimos, se falamos, como atualmente os pesquisadores da área discursam, em uma macro ciência para a informação, em estudos da informação ou estudos de organização do conhecimento. Isto não significa que assim propomos uma alteração no nome da área. Ao contrário, é exatamente pela questão inversa a esta possível interpretação, que preferimos, contextualmente, generalizar, neste momento, a noção da área que sempre tratou da representação, transmissão e preservação dos saberes. (SALDANHA, 2008, p. 68).

No encalço da preocupação com a produção e a apropriação conceitual no campo, compete-nos, pois, a aproximação das noções de “estudos informacionais” e de “estudos sociais da informação”, e menos a preocupação paradigmática de compreensão da “Ciência da Informação” como “Ciência Social”.

Dada a delimitação, nossa questão conceitual continua ampla: em que medida estamos tratando de “estudos sociais da informação”, como macro-noção, e quando adentramos, de fato, uma discussão sociológica sobre a informação, fundamentada em aportes teóricos advindos da reflexão de uma “ciência social dura”, como demonstrada nos termos da revisão de Ivan Domingues (2004).

Para explorar as margens de resposta à questão, propomos aqui uma reflexão sob três dimensões, a saber:

- a) a fundamentação sociológica dos métodos e abordagens teóricas da CI;
- b) a fundamentação informacional da paisagem social;
- c) a “dessignificação” (ou esvaziamento) e “ressignificação” do social nos estudos informacionais.

Estas direções parecem nos dar as possíveis linhas de segurança para a aplicação das abordagens teóricas e metodológicas acima discutidas.

3.3.3 Fundamentos “sociológicos” para os estudos informacionais ou fundamentos informacionais para os “estudos sociais”: Paul Otlet e a bibliossociometria

A primeira margem de discussão mais nítida para a compreensão dos intercâmbios conceituais entre os estudos sociais e os estudos informacionais se encontra nos diálogos entre Otlet (1934) e a fundamentação de abordagens tidas como “clássicas” no escopo do que se passou a tratar como “sociológico”, como é o caso de suas aproximações ao pensamento de Comte, Durkheim e Tarde, discutidos em Bezerra e Saldanha (2013).

Lembramos, no entanto, que tal margem não é, no entanto, pioneira. Como dito, torna-se, para o momento, “mais nítida”, na medida em que os indícios de tais trocas não estão apenas enunciados no *Traité* de Otlet, como são parte da tentativa de fundamentação do que o pensador belga procurar definir como Bibliologia. O aprofundamento crítico de uma epistemologia histórica tende, sem dúvida, a demarcar a imensa rede silenciosa de escambo terminológico, teórico e metodológico entre diferentes saberes e os estudos informacionais anteriores à Otlet. Sobre este caso, podemos previamente afirmar, outra linha indiciária evidente já se manifesta: a própria ramificação de influências otletianas lançada no *Traité* já demonstra este potencial em aberto.

Em outras palavras,

Um dos modos mais objetivos para perceber como o pensamento em organização do conhecimento se constitui intimamente integrado à visão positivista das ciências sociais é analisar as propostas de Paul Otlet para a definição de bibliologia, ciência geral do livro. Como em Comte, Tarde e Durkheim, identificamos em seu *Tratado de documentação* (publicado em 1934, mas fruto de reflexões iniciadas ainda nos anos 1870) a comparação dos saberes sociais com as ciências exatas e naturais. Dá-se ali a tentativa de comprovar a existência de leis que agem sob e sobre o livro, o documento e a informação. (BEZERRA, SALDANHA, 2013, p. 37).

De volta ao escopo “positivista-otletiano”, como apontam Bezerra e Saldanha (2013, p. 36)

É possível estabelecer pontes entre o desenvolvimento de uma sociologia no Novecentos como contemporâneo à construção de uma metaciência social, dedicada à edificar a infraestrutura para preservação e para o fluxo dos saberes predados como “sociais”. Essa relação está fundada, estruturalmente, no conceito de classificação, central no pensamento de Comte e também no de Otlet. A “classificação” em Comte, ainda mais próxima das classificações filosóficas, procura estabelecer um novo plano de organização da sociedade; em Otlet, busca sustentar a ordem do acesso ao conhecimento em uma escala internacional, com vistas ao progresso científico permanente, entendido como racionalização e ascensão da sociedade.

É preciso reconhecer, pois, não apenas esta influência direta, como uma visão clara do ponto de vista histórico que se emaranhava na inflexão epistemológica. Se Otlet (1934), estabelece o diálogo direto com a fundamentação dos “estudos sociais”, ao mesmo tempo o autor antevê a impossibilidade do avanço de tais ciências (incluindo, objetivamente, sua própria “fundamentação”), sem a existência de uma “ciência bibliológica” que permitisse a ativação das “energias” que permitiriam a produção e a circulação do pensamento científico-social.

O resultado da busca pela cientificidade da Bibliologia otletiana recai, pois, na construção de um método específico, mas baseado no pensamento sócio-positivista, a bibliometria, capaz de compreender com “exatidão” a “medida” do livro, ou, termos descritivos, perceber todo o potencialmente de fluxo de “energias” existentes na condição das fontes de informação enquanto fontes de informação. E, para além da análise objetiva do “livro sob o livro”, trata-se de procurar as leis “sociais” que regem o fluxo de tais “energias”. Aqui chegamos à bibliossociometria, fundada na necessidade de compreensão dos efeitos sociais do livro, seus impactos e suas potencialidades. Estas potencialidades, por sua vez, estão fundadas em uma influência direta para a abordagem social do pensamento otletiano, a obra de Nicolas Roubakine.

3.3.4 A paisagem social sob as lentes do mundo informacional: uma perspectiva na e para sociedade sob o prisma roubakiniano

As teses de Roubakine foram consolidadas e sistematizadas na publicação, em dois volumes, da obra *“Introduction à la psychologie bibliologique: théorie et pratique”*, de 1922, incentivada por Paul Otlet e Adolphe Ferrière. Roubakine estudou psicologia e matemática na Universidade de São Petesburgo e concluiu seus estudos na segunda metade dos anos

1880. Acusado de divulgar textos revolucionários em 1886, o teórico russo foi proibido de ocupar cargos acadêmicos neste ano. Orientado diretamente ao estudo do povo, Roubakine lutou contra o analfabetismo das massas populares da Rússia. Nesta trajetória, o teórico atuou nas funções de bibliotecário, escrivão, editor, redator, tradutor, livreiro, propagandista além de outras atividades relativas ao mundo do livro (SAMSOVA, 1998).

Aos 27 anos, sucedendo sua mãe no posto de bibliotecário, Roubakine inicia seu contato direto com a experiência individual da leitura, fato este marcante para toda a sistemática de seu pensamento. O teórico russo transforma a biblioteca em um centro de educação e cultura, como também um espaço de investigação científica para a leitura, um laboratório de estudos do leitor e de suas práticas. O foco social está imbricado com o horizonte científico: o ideal de alfabetizar e preparar as massas para os embates do conhecimento até ali presentes no império passa ser o objetivo roubakiniano. O horizonte principal da Bibliopsicologia, pois, está em se perguntar pelo ser humano por trás do livro (SAMSOVA, 1998).

Para Roubakine (1998a), a criação, a produção e o uso dos artefatos bibliográficos não podem ser encarados, à primeira vista, como fenômenos da natureza, sendo, pois, frutos de uma vida social e histórica. A grande pergunta-problema apresentada por Roubakine (1998a) é: podemos afirmar que todo livro possui um conteúdo que lhe é próprio, independentemente da personalidade do leitor, do processo de leitura, das condições do lugar de apropriação ou do momento onde o processo se efetua? A resposta à questão representa, na visão roubakiniana, o desenvolvimento de uma reforma indispensável para a compreensão dos modos de produção e de uso do livro.

A questão por trás de toda a argumentação de Roubakine (1998a,b) está em se interrogar a condição histórica das massas populares, das classes de trabalhadores, diante do potencial de transformação dos artefatos bibliográficos e os modos de instrução anteriormente postulados por uma elite intelectual. Uma nova vida social só poderá emergir quando da apropriação, por parte desta classe, dos conhecimentos produzidos e até ali não partilhados. O propósito roubakiniano é constituir um método integral de aquisição de conhecimento que pode conduzir mais rapidamente aos objetivos de tal partilha. A partilha não do conhecimento, mas da humanidade (dividida em nações, classes e profissões) representa uma absoluta contradição à possibilidade de integração do conhecimento e

representa o obstáculo para a transformação social da vida. Neste sentido, a “*bibliopsychologie est un des moyens d’humaniser l’humanité*” (ROUBAKINE, 1998a, p. III).

Como descreve Otlet (1934), o projeto empírico da bibliopsicologia visava, para conhecer a pessoa por trás do livro, redigir livros de socialização da ciência, estudar os objetivos da educação e do autodidatismo, transformar as bibliotecas em laboratórios de pesquisa sobre a circulação de ideias, organizar as atividades de edição e distribuição dos livros e, o mais importante, construir a compreensão coletiva, por meio de tal ciência, que, sob o regime político corrente no início do século XX, a opressão social imperava, distanciando os trabalhadores da justiça e da verdade.

Neste sentido, a Bibliopsicologia “indica a via que conduz às profundezas da alma humana, onde se escondem a consciência moral, a verdade e, de modo geral, o próprio princípio da vida espiritual” (ROUBAKINE, 1998a, p. IV, tradução nossa⁷). Constitui-se, desde o princípio, nesta proposta epistêmica, um jogo profícuo entre subjetividade e objetividade que, na visão roubakiniana, no entanto, não conduziria seu projeto a qualquer a-cientifidade da busca bibliopsicológica. Ao contrário, em sua visão, é possível constituir um ponto de vista objetivamente científico, como aquele das ciências naturais. Em outros termos, mesmo não sendo inicialmente um modelo de ciências exatas, a Bibliopsicologia poderia chegar ao nível de rigor metodológico destas.

São as experiências determinadas e complexas do “ser psíquico” (termo adotado pelo teórico russo para evitar o uso metafísico e o uso teológico, respectivamente, das noções “alma” e “espírito”) com os artefatos bibliográficos que a Bibliopsicologia investiga, e não o artefato como unidade de análise. A partir desta perspectiva, a ciência descrita pelo teórico visa a uma relação de investigação que atinge não apenas uma só classe, mas também as classes desfocadas dos grandes métodos, chegando até as classes proletariadas e ao foco democrático propriamente dito (ROUBAKINE, 1998a).

Um importante “desvio” conceitual é aqui estabelecido para os estudos da intencionalidade: Roubakine (1998a, p. 6) chama a atenção que o âmbito psicológico de sua “ciência bibliológica” (ou ciência do livro) não deve investir no conceito de “consciência” – em sua visão, o conceito não designa a totalidade dos fenômenos psíquicos, mas apenas uma categoria superior. Por isto, para Roubakine (1998a) a noção de “experiência” evoca o

⁷ Citação original: “indique la voie qui conduit dans les profondeurs de l’âme humaine, profondeurs où se cachent la conscience morale, la vérité et, d’une façon générale, le principe même de la vie spirituelle”

conjunto macro dos fenômenos psíquicos, seja uma representação, uma emoção, um desejo, contidos no domínio do consciente ou do subconsciente. Para tal, o teórico russo adota a noção de “experiência psíquica” para o grupo de fenômenos que vão além daqueles reconhecidos como emotivos, passando por todos da vida psíquica.

Em uma demarcação sintética, a “bibliopsicologia” procura conhecer os fenômenos psíquicos relativos aos estudos em geral do ser humano e contribuir para as ciências. Tal ciência aborda cientificamente os processos de leitura, observados analiticamente a partir de experiências, induções, hipóteses e deduções. Reencontramos, pois, neste âmbito, a relação fenomenológico-informacional vislumbrada em Budd (2005) como acima discutido. No entanto, o ponto de partida desta ciência, ou desta abordagem para os estudos da mente em seus processos de produção e de apropriação da informação, tem sua origem claramente distinta da construção do ponto de vista informacional, de fundo mecanicista e neoliberal, dos estudos cognitivos dos anos 1970.

O nascimento desta espécie de teoria do conhecimento tratada como Bibliopsicologia tem seu solo na experimentação da virada do século XIX para o XX, segundo Roubakine (1998a), nas escolas, nas bibliotecas, nas salas de leitura, nos auditórios de cursos populares, nas redações de revistas, nas livrarias, em cada *lieu de conspiration* da propaganda revolucionária. Ela está historicamente vinculada, como ciência aplicada, às ações contrárias à opressão do regime absolutista russo, diante do sofrimento, das deportações, das execuções. Está aqui, neste sentido, a profunda significação moral e social da nova ciência. Compreender a intencionalidade é, pois, identificar os potenciais de transformação social – em um sentido epistêmico, de pano de fundo, a intencionalidade como objeto de uma CI estaria, hoje, com foco em um claro e demarcado plano político.

Em dissertação de mestrado defendida em 2014, e dialogando com Robredo (2003), Shera e Cleveland (1977), eu, autora desta pesquisa, reforçava a ideia de que a CI investiga as propriedades e comportamentos da informação, as forças que regem o fluxo da informação e os meios de processamento da informação para um máximo de acessibilidade e uso. A partir dessa noção, considerei, naquele momento, que a informação, entendida como objeto estudo da CI, poderia ser estudada e trabalhada dentro de dois grandes grupos: Representação e Sociologia (estudos sociais).

Entendia que o processo de representação da informação trabalhava com a origem, seleção, coleta, indexação, catalogação, organização, armazenamento, recuperação e

interpretação da informação (sistema/usuário/a). Já a Sociologia (estudos sociais) se preocuparia com apropriação, disseminação, democratização (englobando acesso e uso) e preservação da informação (SILVA, 2014).

Da dissertação até aqui foram muitas caminhadas, inclusive a mudança do projeto de tese. Hoje, vejo que o “social” não é uma categoria ou grupo isolado. Após discussões e estudos ao longo desses anos, considero que o “social” não é uma disciplina ou campo específico dentro da CI, que podemos localizar. Ele está em desenvolvimento, assim como o próprio campo, dentro do campo. Compreender o social talvez não seja o mais importante, e sim, reconhecer que os problemas sociais precisam de espaço dentro das pesquisas do campo, em toda e qualquer subárea, afinal sociedade, indivíduos e artefatos/tecnologias são construídos socialmente.

Como abordado na introdução desta pesquisa, nos situamos em uma prática de saber que se afirma enquanto “Ciência Posicionada” (HARAWAY, 1995). Entendemos que a CI, ao reconhecer que os problemas sociais precisam de espaço dentro das pesquisas do campo, necessita de novas epistemologias, de formas alternativas de pensar que não privilegiem esse “centro acadêmico”. Nos dizeres de Grada Kilomba (2016) os conceitos de conhecimento, erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial. Como essa autoridade é centrada e privilegia uma supremacia branca, este espaço acaba por se configurar como um espaço de violências.

O que pretendemos propor aqui, é apresentar uma epistemologia que, aliada à compreensão do “social” da CI, sobretudo nos fundamentos da Epistemologia Social, possa descolonizar esse espaço onde o processo de produção de conhecimento é atravessado por políticas de mérito/demérito constituídas por raça. Também desmistificamos a suposição de neutralidade acadêmica, bastante reforçada por Donna Haraway (1995) em “Saberes Localizados”.

Segundo a Donna Haraway (1995, p. 41) a “ciência, a fantasia científica e a ficção científica convergem na questão da objetividade para o feminismo”. Para a autora, precisamos nos colocar nos lugares que não são convencionais das nossas investigações, afinal, objetividade não diz respeito a “des-engajamento”. A objetividade feminista está ligada a relação sujeito e objeto, as imprevisibilidades e subjetividades de toda produção de conhecimento, segundo Donna Haraway (1995).

Nesse sentido, acreditamos, assim como essas autoras que é importante sair deste lugar de quem concede e, a partir da ideia de “contribuição mútua”, se permitir mudanças metodológicas possíveis. Caminhando com Grada Kilomba (2016), nos propomos realizar o processo de descolonizar o conhecimento escrevendo sobre o nosso próprio corpo e o corpo de mulheres periféricas, uma estratégia usada por mulheres africanas e afrodiaspóricas para desconstruir sua posição dentro da academia.

Para isso, a partir do próximo capítulo, nos muniremos das discussões e fundamentações teóricas do “Feminismo Negro” e suas epistemologias, a fim de buscar o entendimento da nossa própria marginalidade. Com elas, abrem-se possibilidades para construção do nosso devir como sujeitos e não objetos de uma ciência que não considera essas saberes, nem assume seu lugar como ciência localizada e privilegia um só grupo social: o pensamento ocidental branco.

Como nos assegura Djamila Ribeiro (2018), o feminismo negro se apresenta com uma importante ferramenta para o debate político, pensando sempre de maneira interseccional, a fim de considerar várias possibilidades de existência. Dessa forma, conseguimos enxergar que não deve haver uma hierarquia entre as opressões, mas sim que nenhuma delas pode ser pensada de maneira isolada.

Convidamos a academia a pensar fora desse centro junto conosco, a unir a epistemologia social ao feminismo negro como estratégia para análise e compreensão das trajetórias de vida de pesquisadoras negras em Biblioteconomia e Ciência da Informação. E partir daí, talvez, surgirá uma nova forma de pensar, uma “Epistemologia Social Feminista Negra” (EPISFEN).

4 FEMINISMO NEGRO, MULHERES NEGRAS E CIÊNCIA

A gente é mulher negra, não mulher e negra. É uma experiência compacta, inteira e singular, que traz vários reflexos em nossa vida. [...] Somos herdeiras de mulheres que lutaram e construíram a própria força. Temos como referência outras mulheres negras, que nos ensinam como somos capazes de resistir (WERNECK, Jurema, 2016)⁸.

As discussões sobre gênero, feminismos e mulheres ganharam espaço a partir do século XIX e início do século XX, principalmente, por meio da força organizada do movimento feminista. Debates sobre temas que outrora eram desconsiderados ou proibidos ainda hoje encontram resistência nas ideologias racistas, machistas e sexistas, as quais, infelizmente, ainda formam as sociedades.

Entretanto, é importante contextualizar as várias vertentes do movimento feminista, pois somos muitas e múltiplas. Cada mulher vive uma realidade diferente a partir da classe social, raça, sexualidade e muitos outros aspectos que moldam cada uma em seu espaço na sociedade. Desse modo, existem diferentes formas de enxergar as realidades e as questões das mulheres no mundo.

A “primeira onda” surgiu no início do século passado e reivindicava o direito ao voto. A “segunda onda”, em meados do mesmo século, demandava igualdade jurídica, econômica e social (abordaremos um pouco mais a seguir). E, em 1980, a “terceira onda”, passou a dedicar especial atenção às diferenças. A partir da década de 1960, as múltiplas perspectivas vão ganhando contornos mais bem definidos: feministas radicais, negras, socialistas, pós-estruturalistas, liberais e tantas outras criaram coletivos, movimentos sociais, ONGs, assim como importantes centros de pesquisa nas principais universidades do mundo, conforme relata Mariana Pimental Ficher (2018) em artigo publicado no Portal Geledés.

Quando Simone de Beauvoir (1908 - 1986), francesa filósofa e uma das maiores teóricas do feminismo ocidental, se debruçou sobre o papel designado às mulheres na sociedade, não apenas consagrou o “Segundo Sexo” (1949 – Primeira edição) como um cânone literário feminista. Ao fazê-lo, a autora também convidou as mulheres a pensarem

⁸ Jurema Werneck é feminista negra, lésbica, médica, autora e doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ativista do movimento de mulheres negras brasileiro e dos direitos humanos. Também é diretora executiva da Anistia Internacional Brasil e fundadora da ONG Criola, uma organização de mulheres no Rio de Janeiro.

sobre as desigualdades de gênero e isso foi o princípio para a reflexão sobre a temática que ainda se faz atualmente (BEAUVOIR, 1990).

Pode-se considerar que esse feminismo ocidental ganhou forma entre outros movimentos que despontavam na Europa, na segunda metade do século XX, como os movimentos sociais, marcados pelas decepções socioculturais da sociedade industrial e que clamavam generalizadamente por mudanças. O levante estudantil de 1968 na França transformou permanentemente a sociedade, provocando uma onda de greves operárias na França, seja contra o passado dos regimes totalitários ou até mesmo contra as regras sociais vigentes. Nessa época, a contracultura estava em alta em várias partes do mundo, e no que se refere às mulheres, Ilze Zirbel (2007, p. 32, sic) coloca a insatisfação das mulheres com o papel social que lhes era reservado junto ao entusiasmo do momento para explicar as mobilizações feministas.

Neste contexto, de efervescência política e cultural, as mulheres reaparecem como um grupo organizando, reivindicando questões próprias. As idéias feministas de épocas passadas ganharam novo vigor, sendo discutidas e adaptadas aos novos tempos. Desejos de mudança aliavam-se às frustrações das mulheres diante do papel à elas reservado pelo conjunto da sociedade. [...]

No entanto, o feminismo liberal norte-americano da década de 1960 era branco, de classe média, com tutela masculina. Era recorrente a predominância de um porta-voz masculino nos movimentos sociais que lutavam por transformações, mantendo a submissão, mesmo com mulheres empenhando-se em participar da política, do meio intelectual e por uma liberação sexual. Lamentavelmente, isso refletia-se não apenas nas estadunidenses, mas também através das ativistas inglesas e alemãs (ZIRBEL, 2007).

Ainda de acordo com Ilze Zirbel (2007), um dualismo metodológico perpassava as discussões feministas nos EUA durante as décadas de 1960 e 1970 como subsídio para explicar as relações desiguais entre homens e mulheres. De um lado, o feminismo socialista enfatizava as questões de classe no sistema capitalista, e de outro, o feminismo radical enfatizava as questões sexuais e o sistema patriarcal. Para essa estudiosa, o pensamento feminista radical não era compatível com o pensamento de esquerda socialista, influenciado pelo marxismo, um entendia que mulheres brancas não sofriam opressão igual a outras mulheres, enquanto o outro, radical defendia que todas as mulheres sofriam opressão, e passaram a adotar e defender a bandeira contra o Patriarcado.

Em alguns casos, todavia, as diferenças se mostraram profundas demais. Por exemplo, Angela Davis e Nancy Fraser, durante as manifestações de 08 de março de 2017 contra o Governo Trump, insistiram na importância de “compor um feminismo para os 99% que deve se contrapor ao feminismo liberal, alicerçado na noção de empreendedorismo” (FISCHER, 2018). As estruturas sociais são entrelaçadas pela união do racismo, sexismo e classismo, sendo explicitadas pelo pensamento interseccional, que justifica e evidencia a sobreposição das opressões sofridas pelas mulheres negras. Assim, nas palavras da feminista e militante, filósofa e pantera negra Angela Davis (2016), há uma distinção marcante entre os movimentos feministas, visto que a opressão racial une homens e mulheres.

Demarca-se aqui o feminismo branco e o feminismo negro. As mulheres negras continuaram a apoiar o direito ao voto conquistado pelos seus homens. Porque homens e mulheres negros são uma única raça. São uma única condição social e racial explorada pelo capitalismo e oprimida pelo racismo (DAVIS, 2016, p. 4)

A marca étnica distingue as lutas. A história de luta e resistência de Angela Davis em prol da representatividade política e social das mulheres negras, pôde ser sentida, singularmente, em pronunciamento, que presenciei, com muito orgulho, no completamente lotado salão nobre da reitoria da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no dia 25 julho de 2017. Em fala carregada de emoção e protesto, ela evocou não somente a importância da valorização do enfrentamento das adversidades históricas e simbólicas que afetam a condição feminina atualmente, mas a obstinação da esperança de um mundo melhor para todas as “vidas negras”.

Nesse sentido, adotamos o conceito de Feminismo do “Dicionário Feminino da Infâmia” organizado por Elizabeth Maria Fleury-Teixeira e Stela Nazareth Meneghel publicado pela FioCruz em 2015. Trata-se de um movimento social, no qual existe um “campo de produção de conhecimento fortemente teorizado e disputado”, apresentando diversas visões emancipatórias de mundo, a partir de compreensões políticas, teórico-filosóficas e sociais (FLEURY-TEIREIRA; MENEGHUEL, 2015, p. 150).

Essa pluralidade não fragmenta nem enfraquece a importância política do movimento. Como podemos observar, atualmente, os feminismos apresentam a imagem de uma pessoa feminista multifacetada, atravessada por questões de classe social, etnia, raça, idade, sexualidade, culturas, estilo de vida e outras.

Mediante a discussão apresentada, neste capítulo abordaremos o contexto histórico dos movimentos sociais e organizações de mulheres negras a partir de Leyde Klebia Rodrigues da Silva (2014), Suany Froz (2005), Sonia Santos (2009), Vanessa Lima Cunha (2012), Bianca Viera (2018) e Lélia Gonzalez (1984); a presença de mulheres negras em espaços públicos sob a ótica de Rosa María Capel Martínez (2013), Sylvia Walby (2009), Maria Johanna Schouten (2011), Angela Davis (2016), Heleieth Saffioti (2005), Rosana Heringer (2006), Mariléia dos Santos Cruz (2005), Eva Blay e Rosana Conceição (1991), Silvani dos Santos Valentim (1990), Milena Cristina Aragão e Lucio Kreutz (2011), Rebeca Contrera Àvila e Écio Antônio Portes (2008), Edilza Correia Sotero (2013) e Sueli Carneiro (2003); epistemologias feministas negras dialogando com Sueli Carneiro (2003, 2011), Sojourner Truth (1851), Lélia Gonzalez (1988), Djamila Ribeiro (2016, 2017, 2018), Patricia Collins (2000, 2016), Joice Berth (2018), Angela Davis (2017, 2018); bell hooks (1995)⁹; mulheres negras e ciência com Alessandra Monnerat (2017), Gilda Olinto (2006), Maria Mary Ferreira (2003), Mary Ferreira, Elinielle Borges e Luís Borges (2010), Grada Kilomba (2016) e Sueli Carneiro (2005), e por fim; o protagonismo de mulheres negras em Biblioteconomia e Ciência da Informação com Patrícia Espírito Santo (2008), Nathália Lima Romeiro, Andréa Doyle e Anna Brisola (2018), Franciéle Carneiro Garcês da Silva e Graziela dos Santos Lima (2018, 2019), Franciéle Carneiro Garcês da Silva e Nathália Lima Romeiro (2018, 2019), Danielle Barroso; Elisângela Gomes; Erinaldo Dias Valério; Franciéle Carneiro Garcês da Silva; Graziela dos Santos Lima (2019) e Franciéle Carneiro Garcês da Silva (2019).

4.1 MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL

Para falarmos das organizações de mulheres negras, precisamos recorrer, a princípio, à trajetória do movimento negro no Brasil. O que inicialmente podemos identificar como posição de protesto dos “homens e mulheres de cor”, não teve, como se pensa, sua gênese no final da década de 1970, durante a reabertura democrática; período em que eclodiram diversas “revoluções” na sociedade brasileira. Muito antes de existir um movimento negro de base sólida, que surgiu concomitantemente à aparição dos movimentos sociais e

⁹ A autora opta por grafar o seu nome em minúsculo, como um posicionamento político que enfatiza a importância dos seus textos em detrimento a importância do seu nome. Inclusive, seu nome de batismo é Gloria Jean Watkins, ela adotou o nome pelo qual é conhecida em homenagem à bisavó, Bell Blair Hooks. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/bell-hooks>. Acesso em: 20 nov. 2020.

organizações sindicais, a questão racial já ganhava porte de luta social das classes subalternizadas na década de 20 do século passado (SILVA, 2014).

As negras e os negros que, de imediato à libertação ou mais tarde, conseguiram se integrar à sociedade do trabalho, novamente tiveram como função o servir. Em protesto ao tipo de situação pela qual a população negra passava, submetendo-se ao empregador de maneira a repetir a relação existente entre senhor feudal e escrava e escravo, surgiram as primeiras aspirações de organizações no meio dessa população.

Alguns estudos revelam que mobilizações de grupos negros já aconteciam durante a primeira metade do século XX em São Paulo, organizados em prol da “tomada da consciência, de crítica e de repulsa à situação do negro” (SILVA, 2014, p. 57). Essas associações existiram no período compreendido entre 1927 e 1945, porém muitas tiveram curta duração e foram poucas as que deram continuidade às suas atividades

Contudo, foi no final da década de 1970, que a manifestação do povo negro fez eclodir uma forte organização: o Movimento Negro Unificado (MNU), fundado em 1978, no contexto da Ditadura Militar já em declínio no país. O MNU foi o resultado da efusão dos ânimos diante do assassinato de Robson Silveira da Luz, trabalhador negro que foi agredido até a morte por policiais, em São Paulo. O fato gerou fortes protestos dos movimentos negros, que naquele momento iniciavam uma articulação ampla entre si (SILVA, 2014).

O MNU foi quem lutou incessantemente pela implantação da lei contra discriminação racial no Brasil, que veio a ser promulgada em 05 de janeiro de 1989, uma grande conquista para pessoas negras do Brasil. Essa lei passou a considerar qualquer ato de discriminação contra homens, mulheres, adolescentes, jovens ou crianças negras como um ato criminoso.

Já a maior parte do que hoje conhecemos como Organizações não governamentais (ONGs) teve sua gênese na década de 1960, sendo interrompida pelo golpe militar. Nesse momento tais entidades não se identificavam enquanto “não-governamentais”, mas, como parte integrante da vida sociopolítica brasileira como entidades caritativas com o propósito de atender às demandas oriundas da população, tais como organização comunitária ou algum tipo de assistência.

Outros tipos de entidades ou ONGs surgiram da necessidade de engajamento dos indivíduos com os grandes problemas da sociedade brasileira, atuando em conjunto com outros organismos de luta social, entre eles os movimentos sociais. As ONGs tiveram importante atuação na luta pela retomada da democracia, contribuindo para a organização e

articulação dos movimentos, além de transferirem para eles os recursos captados dos organismos internacionais.

Observa-se que, a partir dos de 1980, o número de ONGs aumentou em detrimento da quantidade dos movimentos sociais, diante de mudanças societárias. As ONGs passaram a ganhar autonomia, pois não estavam mais atreladas aos movimentos e, atualmente, constituem um universo próprio no cenário das organizações populares, com distintas formas de expressões e atuações. Isso não quer dizer que os movimentos sociais se esgotaram, pelo contrário, eles se reestruturaram e continuam atuando frente aos problemas sociais, alguns mais fortes do que nunca, revela Suany Froz (2005).

As ONGs e os movimentos sociais integram a categoria sociedade civil e organizam as relações entre os organismos de participação política. Dessa forma, eles devem ser analisados à luz das ações que desenvolvem na sociedade, pois são expressões do seu movimento dialético e seus conceitos mudam de acordo com o movimento contraditório da sociedade.

Sônia Santos (2009), discutindo a questão da emergência e da função das ONGS, destaca que essas formas de organização surgem no país em fins da década de 1960. Ao tratar do papel das ONGs na atualidade, a autora coloca que elas continuam tendo papel fundamental no debate e na negociação entre Estado e sociedade civil – em níveis local, regional, nacional e global –, desenvolvendo estratégias de confronto das desigualdades raciais, de gênero, sociais, e de orientação sexual, bem como da violência, dos entraves nas áreas de saúde, educação, emprego, dentre outros (SANTOS, 2009, p. 280).

Atualmente, ONGs e movimentos sociais vêm assumindo funções relevantes, pois podem ser mecanismos importantes para que os seres sociais possam se expressar e lutar por melhores condições de vida. Portanto, ambos são formas de ações coletivas, dotados de contradições, mas fundamentais no atual momento político brasileiro. Numa sociedade machista e racista como a brasileira, ser mulher negra é receber dupla carga de preconceito. Mesmo que pareça simples a afirmação, mulheres negras são vitimadas socialmente pelo somatório da cor e do sexo, sendo duplamente discriminadas.

Assim como o próprio movimento negro, que tem seus primeiros passos nos 1920, já na década de 1930, surgia uma associação de mulheres negras, o Centro Cívico Beneficente Senhoras Mães Pretas. A dissertação “Mulheres negras no Brasil: trabalho, família e lugares sociais” de Bianca Viera (2018) nos ajuda a compreender os caminhos trilhados pelas

mulheres negras brasileiras desde as lutas enquanto “propriedade escravizada” até a atuação das mulheres negras hoje, lutando por espaços na política e para construção de políticas de públicas.

Ainda no final do século XIX é possível encontrar vários documentos que comprovam a existência de mulheres negras escravizadas que lutaram e conquistaram a sua autonomia e de tantas outras pessoas escravizadas, por meio do “ganho”, como era chamado o trabalho informal das mulheres negras à época, conforme ilustra a imagem 1, a seguir:

Imagem 1 – Quitandeiras



Fonte: Fotografia de Marc Ferrez, acervo Brasileira Fotográfica/Instituto Moreira Sales. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2020/02/691e0319cb801d6a35fb4b35cc94eb93.jpg>.

As chamadas “escravas de ganho”, foram decisivas para o processo de transição para o trabalho livre nas cidades e o número crescente de forras transitando pelas cidades atuaram para o desgaste do escravismo urbano. Com a abolição, o protagonismo dessas mulheres, trabalhadoras forras e livres se tornou mais evidente. Daí começaram a aparecer alguns movimentos em prol de melhorias nas condições de trabalho subumanas, ventilando as queixas silenciadas sobre abusos dos patrões com comportamentos escravistas. Um dos grupos de destaque, ainda no final do século XIX são as lavadeiras. Elas ocupavam o espaço

urbano e sua presença era vista como uma afronta à moralidade da classe proprietária, conforme salienta Bianca Viera (2018).

Historicamente, as reivindicações pelos direitos das mulheres negras com relação ao trabalho tiveram suas primeiras manifestações na década de 1940 (SILVA, 2019). A imprensa negra tinha, até então, suas publicações voltadas ao universo do homem negro, abdicando de qualquer intervenção e inclusão de gênero. Foi por meio do jornal “Quilombo, vida, problemas e aspirações do negro” (editoriais de autoria de Abdias Nascimento) que a questão das mulheres negras foi abordada na época, em um retrato que foi o início das mobilizações de gênero e raça no Brasil. De acordo com Vanessa Lima Cunha (2012), o jornal tinha uma Coluna “Fala Mulher” de autoria de Maria Nascimento, que pretendia conversar com suas “irmãs” de cor.

Através dessa coluna, o jornal procurou defender a causa das empregadas domésticas. Como se propunha lutar por mais respeito pela mulher negra dentro da sociedade, a autora dessa coluna afirmava que era preciso que essa própria mulher tomasse consciência de sua importância e liderasse o seu papel na história (CUNHA, 2012).

Depois dessas primeiras manifestações na mídia impressa, ocorreram outras por meio de congressos nacionais e das empregadas domésticas. O trabalho doméstico era e ainda é a área que mais abrange mulheres, principalmente as negras, por uma questão histórica de falta de oportunidades que coloca as mulheres em serviços operacionais. Foi a partir desse processo de reconhecimento de grupos que reivindicam pautas específicas que surgiram organizações de lideranças negras femininas, como a criação de um Conselho Nacional das Mulheres Negras em 1950, criado com a proposta de regulamentar o ofício das empregadas domésticas.

No que se refere à atuação dentro do movimento negro, Lélia Gonzalez (1984) aponta que a reprodução de atitudes machistas dentro dos coletivos excluía as mulheres dos espaços de decisão e as impeliu para tarefas secundárias consideradas mais apropriadas para as mulheres. O incômodo gerado por esses conflitos impulsionou a criação de agrupamentos de mulheres negras que, sem abandonar sua militância dentro dos movimentos negros, buscaram criar espaços mais horizontais e atentos à sua condição de mulher.

Assim, em 1975, emerge uma mobilização durante um encontro promovido pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no qual um grupo de mulheres negras formulou um documento contestando a condição desse segmento da sociedade. Mas é, entre a década de

80 e 90 do século passado, que os movimentos de mulheres negras se consolidaram no Brasil. Eventos em âmbito internacional, como a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento no Cairo em 1994 e a Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing em 1995, ambas promovidas pela ONU, possibilitaram a mobilização das mulheres negras de várias partes do mundo (SILVA, 2014).

Em 1992, durante o I Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas, realizado em Santo Domingos, instituiu-se a data de 25 de julho como o Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, comemorado com eventos especiais pelas organizações de mulheres negras em todo o mundo. No Brasil, um importante passo para o segmento foi a criação da Articulação de Mulheres Negras do Brasil (AMNB), no ano 2000, rede composta por ONGs de todo o país, que fortaleceu movimentos por todo o território brasileiro e influenciou novas organizações.

A AMNB é atualmente constituída de 23 organizações¹⁰ provenientes das diferentes regiões do Brasil. Criada com o objetivo inicial de permitir o protagonismo das mulheres negras durante o processo de realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas na África do Sul, em 2002, após a Conferência, a AMNB passa a se dedicar ao monitoramento das recomendações e do Plano de Ação. Outra frente de atuação do coletivo é a formulação de estratégias de desenvolvimento inclusivo para o Brasil, centradas na proteção e na promoção dos direitos; na geração de oportunidades no mundo do trabalho na cidade e no campo; na igualdade de tratamento na vida e no respeito à diversidade humana, sem racismo, sexismo, lesbofobia ou classismo seja para o Brasil ou para a América Latina (AMNB, 2019).

Essas entidades atuam como representantes do feminismo negro brasileiro. Elas propõem um movimento que busca diversificar a própria configuração do gênero discutido

¹⁰ As Organizações integrantes são: ACMUN – Associação Cultural de Mulheres Negras – RS, Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba – PB, CACES – RJ, Casa da Mulher Catarina – SC, Casa Laudelina de Campos Melo – SP, CEDENPA – Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará – PA, Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia – PI, CONAQ – Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas – MG, Criola – RJ, Eleekó – RJ, Grupo de Mulheres Felipa de Sousa – BA, Geledés – Instituto da Mulher Negra – SP, Grupo de Mulheres Negras Mãe Andressa – MA, Grupo de Mulheres Negras Malunga – GO, IROHIN – DF, IMENA – Instituto de Mulheres Negras do Amapá – AP, INEGRA – Instituto Negras do Ceará – CE, Instituto AMMA Pique e Negritude – SP, Kuanza – RJ, Kilombo – RN, Maria Mulher – Organização de Mulheres, Negras – RS, Mulheres em União – MG, NZINGA – Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte – MG, Observatório Negro – PE, OMIN – Grupo de Mulheres Negras Maria do Egito – SE, Rede de Mulheres Negras do Paraná – PR, SACI – Sociedade Afrosergipana de Estudos e Cidadania – SE e Uiala Mukaji – Sociedade das Mulheres Negras de Pernambuco – PE

pelo feminismo ocidental, pois “MULHERES” não é uma categoria única, é algo muito mais complexo e que discutiremos nas próximas subseções.

4.2 A PRESENÇA DE MULHERES NEGRAS EM ESPAÇOS PÚBLICOS

A presença das mulheres negras nos espaços públicos tem sido objeto de estudo de pesquisadoras e pesquisadores com o objetivo de compreender melhor como se processam as relações de gênero e o acesso, sobretudo, às universidades brasileiras. O ingresso das mulheres nos cursos superiores, no Brasil, se deu de forma tímida, a partir do início do século XIX. A educação brasileira expressa um crescimento do setor a partir da década de 1990. Este processo acentuou-se, mais ainda, para homens e mulheres em 2000. Contudo, mesmo havendo crescimento no acesso ao ensino superior, isso não significou igualdade nesse nível de ensino para homens e mulheres.

Apesar dos dados que demonstram um aumento da presença de mulheres negras no cenário acadêmico e profissional atual, a presença das mulheres negras no ensino superior não está relacionada apenas à cor, mas também ao nível econômico, à pobreza e à origem familiar. Tais fatores impedem o seu ingresso nas universidades. Mesmo com o desenvolvimento das políticas educacionais, as políticas de ações afirmativas, as lutas contra o racismo e o aumento das mulheres negras no ensino superior, ainda persistem as desigualdades de gênero e raça (AQUINO, 2015).

Essa exclusão é consequência das desigualdades entre homens e mulheres, negros e brancos, amarelos, ricos e pobres, camponeses e operários, jovens e idosos, heterossexuais e homossexuais. Também vemos as desigualdades em vários países, nações, comunidades, nas associações, bairros, governos etc. Evidentemente, as discriminações se formam no processo de organização das sociedades, nas culturas, nas relações e nas desigualdades de gênero. Por desigualdades de gênero, entendemos “aquelas constituídas pelas sociedades que hierarquizam as diferenciações entre os sexos, de forma a se acreditar que a natureza produz seres humanos superiores e inferiores, em razão do sexo” (PERNAMBUCO, 2011, p. 53).

A presença de mulheres nos espaços públicos e de poder constitui um contínuo que mudou as formas e materializou sua intensidade de acordo com cada momento histórico e circunstâncias (MARTINEZ, 2013). Na Inglaterra, por exemplo, durante o Antigo Regime, as

rainhas proprietárias, as regentes e as integrantes da nobreza trabalhavam na Corte em prol dos familiares e amigos. A presença feminina também ocorria nos movimentos coletivos em períodos de crise econômica, social e política e, principalmente, nos episódios urbanos, motins rurais e nas revoluções que ocorreram na metade do século XVII na Inglaterra e no século XVIII na América e na França.

Como afirma Rosa Martinez (2013), a acentuação generalizada dos princípios do patriarcado era uma ideia inquestionável de inferioridade feminina. Para Sylvia Walby (1990, p. 20), o patriarcado é “um sistema de estruturas sociais e práticas, nas quais os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres”. As mulheres inglesas eram colocadas como o resto das europeias, em uma posição de dependência e subordinação aos homens; eles eram pais, maridos e irmãos.

Reconhecidos como “detentores do poder”, os homens agiam como eixo da família, enquanto as mulheres eram esposas e mães, cujo espaço de ação estava centrado nas atividades de casa com suas virtudes, submissão, religiosidade, honestidade, controle das paixões, resignação. Maria Johanna Schouten (2011, p. 16) lembra que as “mulheres líderes surgem apenas em determinadas áreas da realidade social, ou em breves episódios, e não correspondem ao padrão geral na sua sociedade”. Esta autora comenta que “[...] as mulheres têm possibilidades significativas de alcançar posições de destaques, por exemplo, em sociedades matrilineares”, onde o poder é transferido aos descendentes.

Segundo a autora, nesse contexto, surgem as primeiras revolucionárias, as negociadoras, as informantes, as profetisas e as peticionárias que escreviam reclamando os direitos bem como as escritoras que defendiam posturas e difundiam causas apresentando demandas para fazerem reivindicações públicas. Diversas formas de participação tinham a finalidade de exigir o direito à voz das mulheres nas questões políticas, reclamarem as desigualdades sociais, defenderem a igualdade de sexos, participarem e atuarem em público.

Em seu livro “Mulheres, Raça e Classe”, Angela Davis (2016, p. 13) afirma que “proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam fora de suas casas mais do que suas irmãs brancas. O imenso espaço que atualmente ocupa o trabalho em suas vidas responde a um modelo estabelecido no início da escravidão”. Ou seja, na verdade, o sistema escravista definia negros e negras como peças mobiliárias de tal forma que a força das mulheres não era vista menor do que a força dos homens para o trabalho rentável. No

sistema escravista, as mulheres trabalhavam igual aos homens exercendo suas atividades em péssimas condições. Enquanto, as mulheres negras escravizadas atuavam como trabalhadoras de jornada completa para os patrões ou proprietários, suas esposas exerciam as funções de mãe e ama de casa.

A problemática das mulheres negras não estava relacionada apenas ao trabalho forçado, pois que sofriam de modos distintos como a exploração sexual e a reprodução da maternidade para atender aos interesses de seus patrões. No caso dos abusos sexuais, Saffioti (2005, p. 42) afirma que as mulheres eram “objetos da satisfação dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras”. Assim, diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também enquanto grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores. Reforçando a afirmação de Angela Davis (2016, p.15-16),

Como eram vítimas de abuso sexual e outras formas brutais de abuso que só podiam ser infligidas a eles, a atitude dos proprietários de escravos em relação aos escravos era governada por um critério e conveniência: quando estavam interessados em explorá-los se fossem homens, eram contemplados, para todos os efeitos, como se não tivessem sexo; mas, quando poderia ser explorada, punida e reprimida de maneiras adequadas apenas para mulheres, elas eram reduzidas ao seu papel exclusivamente feminino. Como mulheres, os escravos eram essencialmente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Se as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoites e mutilações, as mulheres, além de açoitadas e mutiladas, eram estupradas. Evidentemente, a violação era uma expressão gritante do domínio econômico do proprietário e do controle das mulheres como negras pelo capataz.

Ainda sobre a Inglaterra, Angela Davis (2016) diz que outra questão era a capacidade reprodutiva das mulheres negras como “parideiras”. Obviamente os donos de escravos procuravam assegurar que elas tivessem filhos com a maior frequência que biologicamente fosse possível. Nessas condições de exploração, algumas mulheres negras deixavam seus filhos nos lugares onde trabalhavam e outras iam para o trabalho carregando seus filhos nas costas. Existiam aquelas que para irem trabalhar deixavam seus filhos aos cuidados de escravos mais velhos. Também as mulheres grávidas eram obrigadas a trabalhar no campo agrícola e recebiam castigos dos capatazes quando não conseguiam fazer sua cota diária.

Assim, para a autora, as raízes da opressão eram mais profundas do que a discriminação racial que causava desemprego, moradia insuficiente, educação inadequada e assistência médica precária. A origem da opressão foi descrita como um "emaranhado de patologias" causado pela falta de autoridade masculina entre os negros. Ela ainda afirma que

as agressões sexuais cometidas contra mulheres negras, indignaram especialmente as mulheres brancas que participaram do movimento abolicionista.

As mulheres negras lutaram contra a opressão, a violação e os castigos, além do trabalho árduo ao qual eram submetidas. Sobre as lutas em prol da liberdade, Angela Davis (2016) comenta que essas mulheres transmitiram aos seus descendentes um legado de trabalho duro, perseverança e confiança, um legado de tenacidade, resistência, persistência e igualdade. Em suma, um legado que estabelecia modelos para uma nova feminilidade.

O Brasil colonial foi norteado por uma cultura patriarcal, conservadora e centrada em um sistema de dominação escravocrata que mantinha as mulheres numa posição submissa, marginalizada e inferior.

A concepção masculina revela que mulheres negras divergiam das mulheres brancas. Eram mais desejadas não enquanto protagonistas do discurso, mas como seres socialmente inferiorizados, objetos que tinham obrigação de atender a valores ideológicos instituídos pela “sedução branca”, em que a relação amorosa não se dava pelo carinho, mas pela erotividade, agressão, estupro. Era uma relação vertical, uma vez que as mulheres brancas se constituíam como a porta de entrada, as damas dos salões, enquanto as mulheres negras serviam a cozinha e aos desejos gastronômicos da alcova. Essa realidade é explicada pela necessidade ideológica dominante de o homem branco desejar que mulheres negras se tornem vítimas de um mecanismo sedutor contraditório de ascensão, no qual as mulheres negras eram vistas como sexo frágil, mas suficientemente fortes para alimentar os abusos sexuais exigidos pelos homens brancos (AQUINO, 2015).

A trajetória de mulheres indígenas e negras na história brasileira é pontuada por episódios de violência, exploração sexual e impossibilidade de plena autonomia sobre suas vidas. Mulheres indígenas e negras foram escravizadas na época colonial, e essa condição se estendeu até o final do século 19. Depois desse período, o panorama seguiu marcado pela exploração econômica e sexual das mulheres negras, com sua imagem frequentemente associada a padrões de comportamento sexual mais permissivo, personificado no estereótipo da “mulata”. Caracterizado por intenso crescimento econômico e pela crescente urbanização e modernização da sociedade, Século XX não reservou destino muito diferente a essas mulheres. O papel destinado a elas continuou sendo subalterno, com a desvalorização da sua força de trabalho no campo, altos índices de prostituição e condições precárias de saúde e educação, como destaca Rosana Heringer (2006).

É precisamente em meados do século XIX que a participação das mulheres na educação ocorre de maneira restrita, pois colégios privados ou particulares eram destinados apenas às filhas ricas dos patrões ou proprietários de terras. A presença das mulheres no ensino público só vai acontecer na Escola Normal, em 1880, na Corte do Rio de Janeiro. Após diplomadas, elas passam a ministrar instrução primária para crianças, adolescentes e filhos das camadas populares, mas os meninos são incluídos igualmente às meninas com a Reforma Constitucional de 1834.

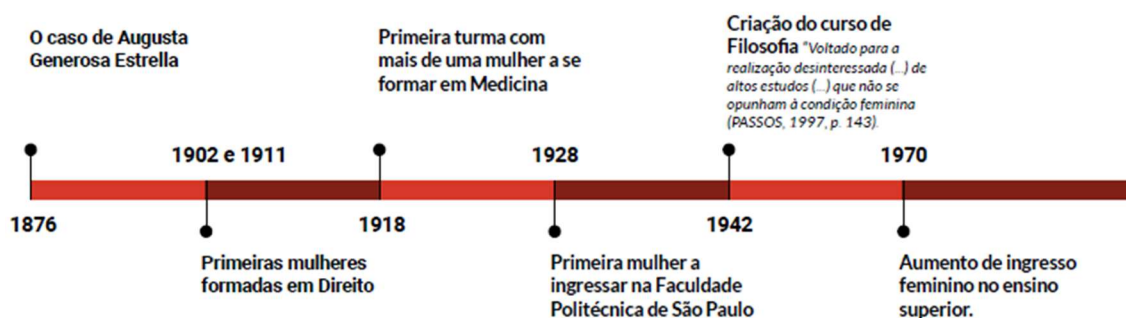
Nessa época, as escolas foram criadas pelos próprios negros para alfabetizar seus filhos, as aulas foram ministradas para a irmandade nas escolas, nos cursos preparatórios para a Frente Brasileira, nas escolas para o ensino de leitura/escrita e no colégio feminino. Também desde o Império “já era preocupação dos negros em apropriarem-se dos saberes na forma escolar” (CRUZ, 2005, p. 28). Esta autora afirma que, a partir da segunda metade do século XIX, há maior evidência da maior participação de pessoas negras em processos de escolarização.

Maria Augusta Generoso Estrela foi a primeira mulher brasileira a se formar em medicina, em 1876, pelo *New York Medical College and Hospital for Women*. Contudo, ao voltar para o Brasil, foi impedida de exercer a profissão. Só então, o direito das mulheres de ter acesso ao ensino superior foi concedido pelo imperador D. Pedro no século XIX, em 19 de abril de 1879, mas o ingresso ocorreu de modo gradativo e restrito em razão da situação social e econômica. Então, Maria Augusta ganha uma bolsa de estudos ofertada por D. Pedro II para graduar-se novamente na Faculdade de Medicina da Bahia. O acesso das mulheres ao ensino superior inicia-se. Em 1902 uma mulher é diplomada em Direito e outra na Escola Politécnica de São Paulo. É precisamente nos anos de 1940 que a presença das mulheres aumenta nas carreiras tidas como mais tradicionais (BLAY; CONCEIÇÃO, 1991).

Na Bahia, desde o início do século XX, já se podia perceber a presença de algumas mulheres nos cursos de Medicina, Direito e Engenharia. Essa presença, contudo, era pouco expressiva para caracterizar o ensino superior como um espaço de livre trânsito das mulheres. De fato, o aumento da presença feminina no ensino superior, no Estado, está ligado à criação do curso de Filosofia, em 1942. Naquele momento, embora a criação de um espaço no ensino superior aberto à participação feminina representasse um avanço, ela se faz dentro de certos limites. Pelas próprias características com que foi criado o curso de Filosofia, voltado para a realização desinteressada de “altos estudos”, ele não se opunha à

condição feminina (PASSOS, 1997, p. 142). Observemos a imagem 1, onde apresentamos um breve histórico sobre o ingresso de mulheres no ensino superior no Brasil, a seguir.

Imagem 2 – Histórico das mulheres no ensino superior no Brasil



Fonte: Dados adaptados da pesquisa de Eva Blay e Rosana Conceição (1991).

Pesquisadoras e pesquisadores têm mostrado que a educação da população negra é um objeto de estudo pouco explorado, ocultando como ocorrem as relações entre pessoas negras e brancas em nosso país no que tange à ascensão social e à discriminação racial em diversos setores da sociedade, seja público ou privado. Após a Abolição, os pais não tinham consciência do significado, importância e da utilidade valorizar, nem boas condições para investir na educação de seus filhos.

Além disso, como aponta a autora Mariléia Cruz (2005, p. 23) “a problemática da carência de abordagens históricas sobre as trajetórias educacionais dos negros no Brasil revela que não são os povos que não têm história, mas há os povos cujas fontes históricas, ao invés de serem conservadas, foram destruídas nos processos de dominação”. Ela ainda diz que “a luta das camadas pela sua inclusão no processo de escolarização oficial evidencia que mesmo à margem da cidadania os negros acompanharam os processos de compactação da nação brasileira e nele exerceram influência” (CRUZ, 2005, p. 29). Embora as pesquisas revelem que a escolarização de pessoas negras existiu, esta autora comenta que houve um tratamento desigual.

Para as meninas negras não existia qualquer preocupação em educá-las, pois o Estado e os senhores de engenho também não tinham interesse em prover uma educação para as filhas de escravos. As meninas negras eram “encarregadas de cuidar de crianças brancas e do exercício de papéis que, tão logo que tivessem condições físicas, deveriam assumir. Eram também iniciadas num outro aprendizado: o de amante do senhor de engenho e de seus agregados” (VALENTIM, 1990, p. 32).

Por sua vez, as mulheres adultas, em sua maioria brancas, eram destinadas aos serviços do lar, casamento e igreja e, sobretudo, sobreviviam sob o controle dos esposos, portanto em algumas situações não tiveram chances de serem incluídas no sistema escolar. O ensino era ministrado por religiosos (jesuítas e franciscanos) e voltado exclusivamente para a catequese e a formação das elites.

No magistério público, todas as mulheres recebiam um salário inferior ao dos homens. Aragão e Kreutz (2011, p. 109-110) comentam que o trabalho docente das mulheres não foi planejado, mas o produto de uma série de contextos.

de fato, a presença das mulheres, tanto nos cursos normais, quanto no mercado de trabalho, atuando na função docente, foi fruto de uma construção histórica, social, econômica e cultural, ou seja, não foi dada a priori, mas decorreu de produções discursivas que marcaram sobremaneira o ser e agir feminino, em suas múltiplas identidades

Na visão de Ávila e Portes (2008), as mulheres sempre tiveram dificuldades de ingressar no ensino superior, sendo mais tarde colocadas à margem quando conseguiram acesso.

a discriminação no campo educacional mudou de roupagem na medida em que não ocorre mais por meio de impedimento de acesso, mas transfere-se para o interior do próprio sistema de ensino no qual a discriminação passa a acontecer no processo de escolha das carreiras, provocando a ‘guetização’ por sexo o que leva à formação de guetos profissionais (ÁVILA; PORTES, 2008, p.93).

Além disso, “[...] há as injustiças decorrentes da poligamia: a exclusão dos direitos e a segregação de mulheres em várias comunidades e estados: o menos acesso à educação e ao poder político; a diferença salarial e o facto de o trabalho de muitas mulheres sem sequer ser remunerado” (SCHOUTEN, 2011, p. 28). Se as mulheres brancas foram impedidas de ingressar no ensino superior, a situação das mulheres negras foi muito mais grave.

Analisando a situação da educação no Brasil, Beltrão e Alves (2009, p. 154) afirmam que:

embora o nível e a qualidade da educação brasileira ainda estejam muito atrás da de outros países com o mesmo grau de desenvolvimento socioeconômico. O caso brasileiro pode servir de exemplo na medida em que as políticas universalistas adotadas no Brasil – tais como o direito de voto feminino, a educação igualitária, os direitos civis e de família da Constituição de 1988 – contribuíram para que as mulheres brasileiras avançassem na conquista de maiores níveis educacionais.

As mudanças na educação no Brasil expressam um processo significativo de crescimento do setor a partir da década de 1990. Este processo acentuou-se mais ainda para

homens e mulheres em 2000, mas mesmo havendo crescimento no acesso ao ensino superior, esse não significou igualdade nesse nível de ensino para homens e mulheres. A autora comenta que, em termos da classificação racial, houve “uma grande diferença entre mulheres brancas e negras e entre as mulheres negras e os homens brancos” (SOTERO, 2013, p. 39).

No nível superior, tem-se uma segmentação de gênero e raça bem mais forte que a verificada no ensino médio. Observa-se que, até 1999, as mulheres negras e homens negros mantinham taxas muito baixas, relativamente estáveis e próximas. A partir de 2001 apresenta-se um ligeiro crescimento da participação das mulheres negras e, em 2003, elas ultrapassam a taxa de 5%. Os homens negros passaram a demonstrar a mesma tendência três anos depois (SOTERO, 2013, p. 60).

Ainda que se mantenha o padrão de crescimento de todos os grupos verificados nos demais níveis de ensino analisados, no terceiro grau, o degrau racial é o mais expressivo, independentemente do sexo. A autora também ressalta que a “inserção da mulher negra é menor que a das mulheres brancas, mas os padrões de ingresso – em IES privadas e em cursos de menor prestígio – se mantêm” (SOTERO, 2013, p. 49).

É importante registrar, assim como aponta Sueli Carneiro (2003), que as mulheres negras sempre denunciaram o racismo, o sexismo, as condições socioeconômicas desiguais e salários diferenciados, assim como buscaram pela implementação de políticas públicas que viessem a atender às especificidades da população negra, sobretudo da mulher negra.

Contudo, apesar desses avanços legais e esforços empreendidos na política e prática universitárias, sobretudo na última década, ainda se mantém a tendência assinalada nos estudos sobre a equidade de gênero no sistema universitário. A diferença aparece principalmente naqueles que enfocam a participação das mulheres nos níveis de graduação e doutorado, bem como nos vários escalões da carreira acadêmica.

A questão do preconceito racial na sociedade brasileira sempre foi camuflada, com toques de “democracia”, de forma que não se estabelece relação entre a discriminação racial e as desigualdades sociais, econômicas, educacionais e políticas. Estudos realizados mostram a pouca presença de professoras negras no ensino superior, mesmo tendo havido um crescimento considerável, com o passar dos anos, de professoras docentes nas academias (AQUINO, 2015).

Dados do IPEA revelam que, “em 1999, a taxa de escolarização de mulheres brancas no ensino superior é de 23,8%, enquanto, entre as mulheres negras esta taxa é apenas de 9%” (IPEA, 2011). Edilza Sotero (2013) revela que, em 2009, as matrículas femininas representavam 55,1% do total de matrículas, sendo 51,8% no sistema público e 56,3% no sistema privado. Apesar de as mulheres terem maior acesso ao ensino superior, a tendência de crescimento da matrícula está mais concentrada no ensino privado.

A presença das mulheres negras no ensino superior não está relacionada apenas à cor, mas também ao nível econômico, à pobreza e à origem familiar, como já apontamos. Esses fatores impedem o ingresso dessas mulheres nas universidades. As desigualdades raciais de rendimento se acentuam à medida que a escolarização das mulheres se eleva, segundo a PNAD de 2014 houve um acréscimo de 31% para as mais escolarizadas e 13% para menos rendimento.

No ano de 2015, a PNAD apresenta discrepância no que diz respeito às médias de anos de estudos de acordo com os grupos raciais. Pessoas brancas atingem 10 anos de escolaridade contra 8 anos do grupo de pessoas negras. Quando acrescentada a variável de gênero, observa-se que as mulheres possuem médias superiores que os homens, no entanto são as mulheres brancas que possuem maior tempo de formação: 10 anos das mulheres brancas contra 8 anos das não-brancas. Já no relatório do PNAD de 2016, aprendemos que o percentual de mulheres brancas que conseguiram completar o ensino superior (23,5%) é o dobro do de pretas ou pardas (10,4%).

Com relação ao analfabetismo, o PNAD de 2018 informa que, quando a análise é segmentada por cor ou raça, tem-se 3,9% das pessoas de 15 anos ou mais de cor branca eram analfabetas, percentual que se eleva para 9,1% entre pessoas de cor preta ou parda. No grupo etário 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo das pessoas de cor branca alcança 10,3% e, entre as pessoas pretas ou pardas, amplia-se para 27,5% (IBGE, 2019). E, esse ano, o IBGE (2020) publicou uma matéria mostrando os dados do PNAD de 2019 reforçando os dados de anos anteriores, onde apresenta o analfabetismo três vezes maior entre pessoas negras.

Observamos que mesmo com o desenvolvimento das políticas educacionais, as políticas de ações afirmativas, as lutas contra o racismo e o aumento das mulheres negras no ensino superior, ainda persistem desigualdades de gênero e raça. Por isso se faz necessário e

urgente continuar com uma agenda de pesquisa, ensino e extensão que priorize essas pautas.¹¹

Parafraseando o grande educador e filósofo brasileiro Paulo Freire (1986) a educação precisa ser pensada e praticada como um ato libertador, através do qual as pessoas possam ser agentes que operam e transformam o mundo. Segundo ele, este analfabetismo e as desigualdades educacionais têm origem em situações históricas de exploração e opressão das pessoas, impostas por um regime de dominação, e não na falta de capacidade de aprender de alguns grupos sociais ou no atraso tecnológico. A Educação, vista dessa forma, é um ato de busca permanente onde as pessoas são sujeitos que operam e transformam o mundo pela sua compreensão. Tal proposta só é possível a partir da consciência da realidade concreta, baseada em um modelo que tenha como pilares fundamentais o diálogo a ação.

4.3 EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS NEGRAS: debates e enfrentamentos

Antes de introduzir as discussões que envolvem os debates e enfrentamentos acerca das “epistemologias feministas negras” é preciso demarcar três conceitos chaves: raça, racialidade e gênero.

A abordagem de gênero possibilitou a discussão das relações de poder entre homens e mulheres e explicitou a construção da desigualdade entre eles na história das sociedades ocidentais. Atualmente, a dicotomia que destinava os homens ao domínio público e as mulheres ao domínio doméstico não esgotou a necessidade de se discutir as relações de gênero, principalmente, tendo em vista que as relações de poder são inerentes a elas e todas as relações sociais sofrem transformações constantes e contínuas ao longo da história.

A autora brasileira Guacira Louro (1996) afirma que o conceito de gênero veio contrapor-se ao conceito de sexo. Enquanto “sexo” estaria relacionado às diferenças biológicas entre homem e mulher, “gênero” diria respeito à construção social e histórica do ser masculino e do ser feminino. No que entendemos como as “características e atitudes

¹¹ Aqui é importante fazer uma nota sobre ativismo e academia. A visão conservadora aponta que academia não combina com militância, pois ela é fruto de um forte rigor metodológico, o que revela uma conduta excludente. Muito se fala em ativismo acadêmico, mas além de ser um trabalho como outro qualquer, que mobiliza a ideia de ativismo social e político, ele é visto como inferior e, muitas vezes, não é remunerado ou sequer reconhecido da mesma maneira que os demais.

atribuídas a cada um(a) na sociedade”, ou seja, “agir e sentir-se como homem e como mulher” depende de cada contexto (LOURO, 1996, 7).

Porém, como já mencionado, as mulheres negras sofrem uma dupla opressão: uma por ser negra e outra por ser mulher. As mulheres negras carregam questões que não atingem diretamente as mulheres brancas, que passam além do gênero e que devem ser discutidas com um viés diferente.

Nesse sentido, destacamos que o conceito de raça é também compreendido como uma construção social por Stuart Hall, que chama atenção para as relações de poder em torno da categoria discursiva.

[...] é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja – o racismo. Todavia, como prática discursiva, o racismo possui uma lógica própria. Tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza. (HALL, 2003, p. 69).

Entendemos, nesse viés, que sem problematizar os motivos pelos quais os grupos hegemônicos sempre ocuparam, histórica e estruturalmente, lugares arquitetados e dificilmente ocupados por sujeitos não-brancos e limitar a questão racial a um problema exclusivamente econômico pouco resolve. Afinal, o racismo como consequência desse sistema baseado numa opressão racial, como o autor coloca, se efetiva em uma realidade violenta, marcada por sujeitos excluídos das estruturas sociais e políticas (racismo estrutural), se configurando não apenas como um fenômeno ideológico, mas também institucionalizado (racismo institucional) e reproduzido contidamente por meio de práticas de vão de “piadas” – abusos psicológicos – a violências físicas (racismo cotidiano).

Contudo, a racialidade não remete, exclusivamente, a debates em torno do racismo e do preconceito. O tema implica compreender “raça” como conceito e demarcador fundante da identidade de um país e, por conseguinte, sua conjuntura cultural, correspondendo às características dos grupo étnico-raciais distintos ou semelhantes entre si (SANTOS, 2020).

Denise Ferreira da Silva (2014) em seus estudos sobre a racialidade (nos significantes da diferença racial e cultural) reflete sobre a forma pela qual ela produz o sujeito racial subalterno como uma mente que não tem lugar à mesa de tomada de decisão. Sueli Carneiro (2011, online) explica que “a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas [...] a superação de ideologias complementares desse

sistema de opressão” que é o problema do racismo. Sojourner Truth¹², afro-americana, ex-escravizada que se tornou oradora, fez em 1851, seu famoso discurso intitulado “E eu não sou uma mulher?”¹³ na Convenção dos Direitos das Mulheres em Ohio (1851).

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? [sic.] (GELEDÉS, 2014).

O discurso poderoso de Sojourner Truth já denunciava/anunciava naquele momento, em 1851, meados do século XIX, que a situação das mulheres negras era radicalmente diferente da situação das mulheres brancas. Enquanto as mulheres brancas daquela época lutavam pelo direito ao voto e ao trabalho, mulheres negras lutavam para serem consideradas pessoas/humanas. E essa não é uma simples diferença!

Nesse entendimento, ainda respaldadas em Sueli Carneiro (2011), observamos que o atual movimento de mulheres negras, ao abordar esses vários vieses (gênero e raça) promove a integração das lutas alçadas tanto pelo movimento negro e quanto pelo de mulheres do país, “enegrecendo” as reivindicações das mulheres e promovendo a feminização também das reivindicações do movimento negro. Assim, o pensamento feminista negro consiste em ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras.

Em se tratando do termo “Epistemologias feministas negras” não podemos deixar de falar da pesquisadora afro-americana Patricia Hill Collins, bastante conhecida no Brasil, mas infelizmente com poucos materiais traduzidos para o português. Seus conceitos desenvolvidos em “*Black Feminist Thought*” (1990) organizam-se a partir dos históricos e

¹² Sojourner Truth era a mulher afro-americana mais famosa da América do século XIX. Sua história é de coragem e determinação. Por mais de quarenta anos, ela viajou pelo país lutando pelos direitos humanos. Uma figura poderosa em vários movimentos sociais nacionais, Sojourner Truth advogou vigorosamente pela abolição da escravidão, direitos e sufrágio das mulheres, direitos dos libertos e reforma das prisões. Disponível em: <https://sojournertruth.org/>. Acesso em: 15 fev. 2020.

¹³ Traduzido do inglês, originalmente “*Ain’t I A Woman?*” por Osmundo Pinho, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Cachoeira)/University of Texas (Austin). Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 10 mar. 2020.

trajetórias das mulheres negras afro-americanas. O referencial bibliográfico também fala sobre o rigor metodológico com que a autora construiu a obra, utilizando-se de conceitos de intelectuais do pensamento filosófico ocidental clássico para explodir a potência e a relevância do pensamento intelectual feminista negro. Essa autora, entende que as epistemologias feministas negras tem a possibilidade de provocar reflexões comprometidas com ações coletivas e individuais enquanto ferramentas de subordinação de outros.

Repensar raça, classe, gênero, sexualidade e outras categorias como ferramentas de análise social tem sido a grande tarefa acadêmica desta autora. Assim, buscamos compreender essas “Epistemologias feministas negras” onde o conhecimento é produzido por mulheres negras, para mulheres negras, sendo elas protagonistas da própria história. Para Collins (2016, p. 101-102) diversas premissas fundamentam essa definição em construção.

Primeiro, a definição sugere que é impossível separar estrutura e conteúdo temático de pensamento das condições materiais e históricas que moldam as vidas de suas produtoras. Dessa forma, enquanto o pensamento feminista negro pode ser registrado por outras pessoas, ele é produzido por mulheres negras. Em segundo lugar, a definição assume que mulheres negras defendem um ponto de vista ou uma perspectiva singular sobre suas experiências e que existirão certos elementos nestas perspectivas que serão compartilhados pelas mulheres negras como grupo. Em terceiro lugar, embora o fato de se viver a vida como mulher negra possa produzir certas visões compartilhadas, a variedade de classe, região, idade e orientação sexual que moldam as vidas individuais de mulheres negras tem resultado em diferentes expressões desses temas comuns. Portanto, temas universais que são incluídos nos pontos de vista de mulheres negras podem ser experimentados e expressos de forma distinta por grupos diferentes de mulheres afro-americanas. Por último, a definição pressupõe que, embora o ponto de vista de mulheres negras exista, seus contornos podem ainda não se dar de forma clara para as próprias mulheres negras. Logo, um papel para mulheres negras intelectuais é o de produção de fatos e de teorias sobre a experiência de mulheres negras que vão elucidar o ponto de vista de mulheres negras para mulheres negras.

Em outras palavras, o pensamento feminista negro contém observações e interpretações sobre a condição feminina de mulheres negras contextualizada (lugar de fala), no caso da autora, mulheres afro-americanas, que descrevem e explicam diferentes expressões do seu cotidiano.

Patrícia Collins (2016, p. 102) ainda segue ressaltando que “não existe uma plataforma feminista negra a partir da qual se possa medir a ‘precisão’ de uma pensadora; nem deveria haver uma”. Segundo ela, existe uma longa e rica tradição de um pensamento feminista negro. Grande parte deste pensamento tem sido produzido de forma oral por mulheres negras comuns (intelectuais orgânicas), em seus papéis de mães, irmãs, avós,

professoras, líderes religiosas, mestras de saberes do campo e da ancestralidade de duas antecessoras.

Já a intelectual Angela Davis, analisa como racismo (o elemento estruturante), o capitalismo e o sexismo estruturam as relações socioculturais no que se refere à condição da população negra, especialmente à condição das mulheres negras, gerando formas combinadas de opressão, discriminação e dominação. Assim, a análise é complexa e não pode ser feita de forma isolada, dado que os resquícios de uma herança escravagista sustentam até hoje as diversas formas de preconceitos vigentes. A repercussão é diretamente refletida de gerações em gerações, sendo um fator determinante de vulnerabilidade social, como discute Djamila Ribeiro (2016), pesquisadora negra brasileira.

Em contrapartida, para Sueli Carneiro (2003) o movimento de mulheres no Brasil é um dos que tem melhor *performance* dentre os movimentos sociais nacionais, auxiliando não apenas a democratização do Estado, como também o campo das políticas públicas. Ainda assim, a identificação com as lutas populares não impediu que o feminismo clássico estivesse impregnado de um eurocentrismo universalizante que silenciou outros tipos de opressão.

[...] longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência [sic] disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade (CARNEIRO, 2003, p. 118)

Tal característica evidencia uma deficiência no tratamento das diversas expressões do feminino em sociedades multirraciais e pluriculturais. Sueli Carneiro (2003, p. 119) explica, de forma didática, que “[...] grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso”. Daí, surge a necessidade de ampliar a concepção do termo para promover uma unificação, levando em conta a diversidade e as desigualdades que constituem o movimento feminista e o povo brasileiro, entendido aqui no sujeito político mulher.

A afirmação das mulheres como sujeito político viabiliza o seu processo de empoderamento, entretanto isso só é possível quando a luta das mulheres for

compreendida através de suas especificidades (racial, social, geográfica e também como identidade de gênero), posto que são muitas e variadas as mulheres: negras, lésbicas, trans¹⁴, cisgêneros¹⁵, enfim, cada uma tem as suas reivindicações e vivências particulares que devem ser consideradas e respeitadas dentro e fora do movimento.

Pensar essas especificações ou melhor, reconhecer os marcadores sociais que nos constituem é analisar a sociedade a partir de uma ótica interseccional, como já foi brevemente apresentado no capítulo 2 deste trabalho. O conceito de interseccionalidade só foi cunhado em 1989, por Kimberlé Crenshaw, em sua tese de doutorado. Para ela, pensar a interseccionalidade é compreender que não pode haver sobreposição de uma opressão sobre a outra. Djamila Ribeiro (2016) alerta que essa impossibilidade de superposição acontece até porque elas são “estruturantes” e precisam ser rompidas para serem transformadoras. Precisamos entender que “raça, classe e gênero” são indissociáveis, e, portanto, não podem ser pensadas de forma isolada.

Ribeiro (2016) conta que, no Brasil, o feminismo negro só começa a ganhar força a partir da década de 1980, fruto de encontros feministas que resultam nos primeiros Coletivos de Mulheres (Geledés, Fala Preta, Criola, além de coletivos e produção intelectual).

Lélia González (1988), grande intelectual negra, que ainda não é suficientemente debatida e estudada, ascende como aquela que coloca as mulheres negras no centro do debate, critica a hierarquização de saberes como produto da classificação racial da população e desvela o modelo valorizado pela Ciência que é hegemonicamente branco. Segundo a autora, o racismo se constituiu como a “ciência” da superioridade eurocristã (branca e patriarcal), na medida em que se estruturava o modelo ariano de explicação.

Consideramos, portanto, que em uma sociedade de herança escravocrata, branca, cis-patriarcal, heteronormativa e classista, se torna cada vez mais urgente uma base teórica

¹⁴ Trans: Dentro da categoria trans pode-se entender: transexual, transgênero e travesti. Transsexual é um indivíduo que possui uma identidade de gênero oposta ao sexo designado (normalmente no nascimento). Homens e mulheres transexuais fazem ou pretendem fazer uma transição de seu sexo de nascimento para o sexo oposto (sexo-alvo) com alguma ajuda médica (terapia de redesignação de sexo) para seu corpo. Transgênero é um indivíduo que mudou o gênero sexual. Indivíduo que possui uma identidade de gênero oposta ao sexo designado (normalmente no nascimento). Travesti é a pessoas que traveste com roupas do sexo oposto e pode ou não incluir procedimentos estéticos e cirúrgicos. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/transsexual/210/>. Acesso em: 19 fev. 2018

¹⁵ Cisgênero: é a pessoa que se reconhece como pertencendo ao gênero a que foi compulsoriamente designada quando nasceu, ou seja, um indivíduo que nasceu com um pênis e por conta disso foi compulsoriamente designado como homem e se reconhece como tal; ou uma pessoa que nasceu com vagina e foi compulsoriamente designada como mulher e se reconhece como desta forma. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/cisg%C3%AAnero/>. Acesso em: 19 fev. 2018

e prática onde o feminismo negro esteja no centro. Só assim poderemos pensar em um novo marco civilizatório.

A discussão do capítulo anterior problematiza, além de outras questões, a epistemologia social como uma possibilidade de enfrentamento às práticas de epistemicídio. Essas práticas pressupõem uma neutralidade acadêmica, baseada em uma ciência universalizante de supremacia branca e permeada por inúmeras violências, como nos chama atenção a Grada Kilomba (2016). Neste cenário, nos questionamos: como uma mulher negra pode produzir conhecimento (na academia)?

As teorias feministas negras aliadas à epistemologia social podem nos ajudar a compreender esse fenômeno. Entendemos, assim como as teóricas feministas negras apresentadas nesta seção, que falar/se posicionar/(re)existir é reconfigurar as relações de poder. Sendo assim, também como uma proposta para descolonizar o conhecimento, acreditamos que uma “Epistemologia social feminista negra” implica em abrir espaços nos campos da Biblioteconomia e Ciência da Informação para (re)contar e escrever sobre o nosso próprio corpo, uma estratégia usada, por mulheres africanas e afrodiaspóricas para desconstruir sua posição dentro da academia (KILOMBA, 2016). A partir do entendimento da nossa própria marginalidade se criarão as possibilidades do nosso devir como sujeitos e não apenas objetos da ciência.

4.4 MULHERES NEGRAS E CIÊNCIA

Quem define o que é validado como ciência hoje no país e no mundo? Como o racismo e o machismo institucional colaboram para a manutenção da cultura de um epistemicídio institucionalizado? Onde essas violências realmente acontecem? Quem realmente pode falar? Quais são os dados sobre isso? Como as universidades, agências de fomento, institutos de pesquisa e grandes laboratórios agem a respeito? E, por fim, como caminhar para uma sociedade que vá ao encontro da luta pelo fim do racismo e o machismo institucional em favor das mulheres como um todo, sobretudo as mais vulnerabilizadas, que são as mulheres negras?

Atuar em defesa dos direitos das mulheres, sobretudo as mulheres negras, é uma luta diária contra o machismo estrutural e institucional. Seja em casa, na academia, nas ruas, nos laboratórios, no mercado, no campo, no plenário ou em qualquer outro lugar existem

barreiras visíveis e invisíveis para se superar. Assim, a atuação das mulheres na ciência é ilustrada por essas dificuldades e discrepâncias.

Tatiely Mayara de Oliveira Neves (2019) apresenta uma discussão sobre as relações que perpassam o gênero, feminismos e a mulher, sobretudo no que se refere à Biblioteconomia e Ciência da Informação, com o objetivo principal de compreender como se dá o protagonismo de mulheres na política de editoração de periódicos científicos dessas áreas na região Nordeste. Para tanto, a autora levanta alguns dados sobre a situação das mulheres na sociedade, como educação, trabalho e o cenário acadêmico que (re)atualizamos a partir de agora.

Dados do Censo da Educação Superior de 2017 confirmam o interesse das mulheres por qualificação, a evidência é a predominância de 70,6% das matrículas por mulheres, além disso pode-se destacar nesta mesma pesquisa que há a preferência de 66,2% por universidades, dos quais 37,9% fazem pública enquanto 62,1% são da categoria privada (INEP, 2018). Na época, a modalidade presencial predominava em 53,2% das matrículas contra os 46,8% no ensino à distância. Aparentemente um cenário favorável que pode indicar projeções ainda maiores com o decorrer do tempo. Contudo, devemos ressaltar as desigualdades salariais, que ainda são consideráveis.

O fator maternidade ainda exerce uma forte influência na projeção acadêmica e consequentemente profissional das mulheres. Aquelas que conseguem coincidir a realidade de serem mães e cientistas enfrentam um outro problema, a hierarquia científica. Em matéria sobre a questão de gênero na Ciência, a jornalista Alessandra Monnerat traz dados preocupantes sobre a distribuição das bolsas do CNPq, demonstrando que representatividade feminina era de apenas 35,5% em 2015 na categoria global ‘produtividade de pesquisa’, diminuindo a cada escalão.

E a parcela diminui em níveis mais altos da hierarquia científica – apenas 27 mulheres haviam chegado à modalidade de Pesquisador Sênior, de um total de 112. A categoria é reservada “ao pesquisador que se destaque entre seus pares como líder e paradigma na sua área de atuação” e permaneceu por pelo menos 15 anos nos níveis 1A ou 1B. No nível 1A, o mais alto do CNPq, em 2015 as mulheres representavam 1 em cada 4 pesquisadores (MONNERAT, 2017, online).

No que corresponde aos valores investidos também há diferenças “[...] aos homens foram reservados R\$ 110,7 milhões em 2017, 32% do total de auxílios. Já para as mulheres, praticamente metade do valor. Apenas R\$ 57,6 milhões foram gastos em bolsas de

produtividade de pesquisa, 18% da verba que o CNPq concedeu a bolsistas mulheres”. (MONNERAT, 2017, online). Um dos entraves apresentados para que isto continue acontecendo é a ausência de uma política que ampare o direito da licença-maternidade. Em notícia vinculada no site da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), a então presidente Tamara Naiz assinala que há regulamentação de prorrogação da bolsa prevista em portaria da Capes, mas as condições não são explicitadas apropriadamente.

No caso da licença maternidade, a presidente da ANPG pontuou que falta uma lei clara que assegure o direito a todas as pós-graduandas. Em 2006, o CNPq aprovou uma portaria que dá às bolsistas de pós-graduação a possibilidade de tirar 90 dias de licença e, em 2010, a Capes aprovou a Portaria 22, que prorroga a bolsa por até quatro meses, caso a pesquisadora tenha um filho durante a vigência do benefício. ‘A portaria não é um direito assegurado e nem se estende a todas as pesquisadoras. Ela abre brechas para muitas interpretações e decisões contrárias por não deixar claras as condições’, comenta.

Há pouco tempo o projeto de lei (PL 3.012/15), da então deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), que permite a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa nos casos de maternidade e adoção foi aprovado, alimentando esperanças de tempos melhores pela frente para as mulheres que desenvolvem pesquisas¹⁶. Além do mais, começa também a existir um esforço também lutar contra o assédio moral e sexual presente no território científico.

Estas disparidades fazem com que as mulheres tenham que superar o “teto de vidro”, ou seja, as barreiras invisíveis (por vezes inconscientes) a cargos de maior responsabilidade. Elas fazem com que a progressão profissional as mulheres seja impossibilitada ou atingida com uma idade muito mais avançada que a dos homens.

No que se refere a produção científica, Alessandra Monnerat (2017) apresenta dados do periódico científico *Nature international weekly journal of science*, que demonstram que artigos produzidos por mulheres são menos citados dos que os assinados por homens com posições equivalentes as suas, uma desvantagem que atinge até mesmo as colaborações com institutos internacionais (a mobilidade internacional).

No Brasil, a média de citação, calculada pelo número total dividido pela expectativa ideal de citações, é de 0.9479 em artigos publicados por homens. Em pesquisas assinadas por mulheres, o número caiu para 0.8015. Um conceito relacionado a esta estatística é o chamado “Efeito Matilda”, fenômeno inicialmente descrito pela

¹⁶ Senado aprova projeto de Alice Portugal que prorroga bolsa de pós-graduandas gestantes. Disponível em: <http://www.assufba.org.br/novo/%E2%80%8Bsenado-aprova-projeto-de-alice-portugal-que-prorroga-bolsa-de-pos-graduandas-gestantes/>

sufragista norte-americana Matilda Gage em 1870: a invisibilização de pesquisadoras mulheres em laboratórios, que têm seu trabalho atribuído aos colegas homens. (MONNERAT, 2017).

Some-se a isso o estereótipos em torno das “tendências” das mulheres pelas Artes e ciências Humanas e dos homens pelas Ciências Exatas. Assim, as profissões relacionadas às TIs, são pouco representadas por mulheres. Por outro lado, as profissões ligadas à informação, com menos intensidade de tecnologia, “como a Biblioteconomia, análises indicam que as mulheres representam quase a totalidade da mão de obra: mais de 90% em 1996 (JANNUZZI, 2003 *apud* OLINTO, 2006, p. 3).

Segundo Gilda Olinto (2006, p. 3-4) “[...] Esses comportamentos e atitudes, que se associam a uma cultura de gênero, são internalizados ou imputados às mulheres desde cedo, no ambiente escolar, mantendo-se, posteriormente, no ambiente de trabalho”. A importância maior dos feminismos está em insistir não só na possibilidade, como na necessidade de sermos capazes de mudar de pensamento e atitude com relação às capacidades e talentos das mulheres.

No atual cenário político¹⁷, que inclui uma crise econômica que assola principalmente setores como a educação, o investimento em pesquisas teve cortes econômicos que acentuou uma realidade já desvantajosa para as mulheres. De 2014 a 2016, os pesquisadores homens do CNPq perderam cerca de R\$ 407,9 milhões em verba – de R\$ 409 milhões a R\$ 1,6 milhão. Para as mulheres, o financiamento ficou ainda mais escasso: o investimento em pesquisa foi do pico histórico de R\$ 192,2 milhões em 2014 para apenas R\$ 428 mil em 2016.

As medidas reparadoras que estavam sendo tomadas para tornar o mundo da ciência mais equitativo, foram todas suspensas. O programa “Mulher e Ciência” (do Governo Federal) criado em 2005, teve a última iniciativa em 2015. O “Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero”, de extrema relevância para a discussão do tema, teve no mesmo ano a sua última edição, mesmo o site dizendo que seria realizado em 2017. Já os programas “Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos” e mais “Meninas e Jovens nas Exatas,

¹⁷ Destacamos que quando nos referimos ao “cenário político” e da “crise econômica” estamos falando de um momento específico da história brasileira: O impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, conhecido também como Golpe de 2016, representado pelos ataques jurídicos, políticos e midiáticos que reverteram o processo de hegemonia no governo brasileiro, colocando o país nas mãos dos interesses financeiros e políticos de uma pequena elite, como afirma Jessé de Souza em sua obra “A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado” publicado em 30 de agosto de 2016 pela editora LeYa.

Engenharia e Computação” (ações do CNPq), encerraram suas atividades, respectivamente, em 2012 e 2013 (MONNERAT, 2017).

Constata-se que, na última Chamada do CNPq nº 12/2017 de Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ, que é o reconhecimento da competência acadêmica das pesquisadoras e dos pesquisadores entre seus pares, a área da Ciência da Informação conta um total 25 bolsistas. A distribuição por gênero nesta área apresenta uma tímida vantagem feminina com 15 bolsas, com a já conhecida supremacia regional Sul-Sudeste (CNPq, 2017). Pode parecer um bom indicador, mas corresponde apenas a 60% o que fica muito distante dos 90% de presença feminina no campo apresentado pela pesquisa de Olinto (2006) comentada acima.

Os estudos de gêneros em CI também espelham essa realidade. Os rótulos que configuram a Biblioteconomia e a Ciência da Informação como uma profissão tipicamente “feminina” não repercutem em maiores estudos sobre a temática. A autora Maria Mary Ferreira (2003, p. 190) ressalta que as práticas informacionais devem se colocar como ferramentas revolucionárias de mudança social para que o trabalho feminino possa ser mais valorizado.

A dificuldade de abordagem dessa temática na Biblioteconomia e na Ciência da Informação constitui um problema que só será equacionado com a revisão do seu ensino e a busca de uma práxis social, que assuma um caráter revolucionário-transformador da realidade – no sentido de repensar o trabalho feminino nessas áreas, buscando as causas de sua desvalorização e apontando saídas para que a profissional da informação reavalie sua inserção no mundo do trabalho e os conflitos advindos das relações sociais e de gênero [...].

Essa constatação corrobora com o que afirmam Mary Ferreira, Elinielle Borges e Luís Borges (2010), do fato dos(as) profissionais do campo não se atentarem para desvalorização profissional estar relacionada, entre outros fatores, às questões de gênero, que acabam contribuindo para a permanência da realidade vigente. Reforçando o paradigma interseccional, onde relações sobre classe e raça/etnia também precisam ser revistas, a fim de tornar os programas dos cursos de Biblioteconomia mais inclusivos e representativos.

Porém, qualquer mudança estrutural esbarra em questões políticas e a situação se agrava quando as pessoas são as ditas “as minorias” sociais, ou seja, as maiorias invisibilizadas e subalternizadas pela sociedade. Entende-se que “políticas públicas contribuem para a inclusão de grupos que historicamente não tiveram seus interesses representados no processo político brasileiro” (BRASIL, 2014).

Se olharmos com atenção percebemos que as disparidades são atravessadas por um viés interseccional. A escritora Grada Kilomba (2016) declara que o espaço acadêmico não é um espaço neutro e isso está relacionado ao poder e à autoridade racial que historicamente manteve o direito de fala negado às pessoas negras e não brancas. Isso configura, por vezes, um espaço de violência na academia. A ordem acadêmica dominante, conforme a autora, contribui para entender que “Ciência é, nesse sentido, não apenas um estudo apolítico da verdade, mas a reprodução de relações de poder racializadas que definem quem conta como verdade e em quem devemos acreditar” (KILOMBA, 2016). Fato semelhante acontece com o discurso feminista que, sendo perpassado pela intersecção da tríade gênero, raça e poder, pode ser interpretado por homens (e mulheres brancas) como uma “fabricação da realidade” ou “alucinações de mulheres”, reflete Grada Kilomba (2016, p. 55).

Por meio do epistemicídio é possível controlar e manter em condições de subalternização um povo: matando simbolicamente sua capacidade de produção e perpetuação de conhecimento. Sueli Carneiro (2005, p. 97) define epistemicídio como um processo contínuo de negação da capacidade intelectual do grupo inferiorizado.

Sendo, pois, um processo persistente de produção da inferioridade intelectual ou da negação da possibilidade de realizar as capacidades intelectuais, o epistemicídio nas suas vinculações com as racialidades realiza, sobre seres humanos instituídos como diferentes e inferiores constitui, uma tecnologia que integra o dispositivo de racialidade/biopoder, e que tem por característica específica compartilhar características tanto do dispositivo quanto do biopoder, a saber, disciplinar/normatizar e matar ou anular. É um elo de ligação que não mais se destina ao corpo individual e coletivo, mas ao controle de mentes e corações.

Dessa forma, conclui-se que: seja fisicamente ou simbolicamente, a violência é um meio fundamental pelo qual os corpos subalternizados são marcados e “colocados em seu devido lugar” na sociedade contemporânea, contudo arraigadas em pensamentos e valores coloniais. E esse lugar é em uma condição inferior e desumanizada. O que falta, na verdade, é o exercício dessa teoria na prática cotidiana para as pessoas idosas, com deficiências, gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, indígenas, mulheres e crianças. Independentemente da cor, crença ou classe social os direitos desses indivíduos precisam/devem ser respeitados.

As questões de gênero na CI ainda precisam ser melhor discutidas. Precisamos dar maior visibilidade aos trabalhos com o tema para assumir e problematizar alguns “lugares de fala” produzidos ao longo da história, especialmente por homens brancos ocidentais.

Evidenciar a atuação das mulheres na ciência e na CI que lideram pesquisas em diversas áreas do conhecimento, referenciar seus trabalhos e revisita-los a partir de perspectivas feministas e de gênero são medidas que podem aos poucos mudar a estrutura das produções científicas. Corrigir as injustiças históricas é um princípio fundamental para efetivação das mudanças e isto está no gene do movimento feminista negro. Contudo, atender a diversidade que forma o universo de mulheres no Brasil e no mundo é um exercício lento (e não deveria ser) que exige muita reflexão para a desconstrução, visto que foram muitas gerações educadas pelo prisma do machismo estrutural.

4.5 O PROTAGONISMO DE MULHERES NEGRAS EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Nesta seção iremos falar sobre o protagonismo de mulheres negras em Biblioteconomia e Ciência da Informação, evidenciado mais fortemente com o Coletivo Nacional de Bibliotecários e Bibliotecárias Negras, cuja criação aconteceu a partir da união das pessoas autoras da obra coletiva “Bibliotecárias(os) Negras(os): ação, pesquisa e atuação política”, publicada pela Associação Catarinense de Bibliotecários em 2018 (falaremos sobre essa obra e suas protagonistas mais adiante).

Ressaltamos que existem também outros grupos, os Coletivos Regionais, como o Coletivo de Bibliotecárias(os) Negras(os) de São Paulo e outros ainda em construção. Destacamos, ainda, mais recentemente, a criação do “Grupo de Trabalho Relações Étnico-Raciais e Decolonialidades” (GT RERAD)¹⁸, vinculado a Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) destaca esse movimento.

Maria Aparecida Moura (2017, p. 96) evidencia que: “o protagonismo revela a centralidade e a pertinência da participação social de sujeitos identificados com a ação coletiva necessária à transformação social e à construção da história”. Contemporaneamente, o conceito envolve aspectos políticos, socioculturais e tecnológicos, se diversifica e se expande a diferentes contextos.

¹⁸ Página do GT RERAD: <https://www.acoesfebab.com/blog/categories/gt-rerad>
 Instagram: <https://www.instagram.com/gtrerad.febab/>
 Twitter: <https://twitter.com/RFebab>

A pesquisadora brasileira Henriette Gomes (2019) é uma das referências nos debates e contribuições em pensar o protagonismo social no contexto da CI, sobretudo, no que concerne os estudos de mediação de informação. Ela afirma que o protagonismo parte de uma “ação de resistência contra a opressão, discriminação, *apartheid* social, rejeição, desrespeito e negação ao diferente” (GOMES, 2019, p. 11). O protagonismo social é uma ação que envolve diversas dimensões do protagonismo e todas as esferas da vida humana, estando, assim, atrelado à cultura.

Ambas as autoras reforçam a necessidade de um protagonismo que não se distancie do “social” entendendo, por conseguinte, o “agir como elemento mobilizador da transformação” (GOMES, 2019, p. 14). Desse modo, o protagonismo social se apresenta como uma categoria necessária para entendermos o contexto histórico que envolveu a construção dessa seção. A pesquisa empírica vai partir de trajetórias de protagonistas que construíram tranças intelectuais, sendo essas tramas resquícios e/ou consequências de lutas individuais.

Antes de iniciar a discussão propriamente dita é importante ressaltar que não é objetivo desta pesquisa analisar ou apresentar a produção científica sobre os estudos de gênero dentro do campo da CI, até porque outros trabalhos já vêm sendo feitos com esse objeto de análise. A pesquisadora Patrícia Espírito Santo (2008) fez um estudo e encontrou 18 artigos publicados por autoras e autores de outros países em 14 (quatorze) revistas internacionais, 6 (seis) publicados em revistas nacionais e 4 (quatro) apresentados em Encontros Nacionais de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancibs) no período de 2000 a 2007.

Ela destaca, por exemplo que dentre as pesquisas brasileiras em CI, o tema “mulher” é mais explorado em relação à Ciência e Tecnologia (C&T), ficando em segundo lugar os estudos sobre uso e acesso de mulheres à informação. O levantamento identifica, como pesquisadora que mais publica, a autora Gilda Olinto, já citada nesta pesquisa. Contudo, a pesquisa da autora Patrícia Espírito Santo (2008) não apresenta o termo ou a temática “mulher negra – mulheres negras” como recorte da sua pesquisa. Assim, inferimos que esse tema não aparece nos resultados da pesquisa.

As pesquisadoras Nathália Lima Romeiro, Andréa Doyle e Anna Brisola (2018), doutorandas em CI, apresentaram um ensaio teórico onde refletem sobre a ausência de mulheres em bibliografias de cursos de educação básica, graduação e pós-graduação de

universidades, questionam a hegemonia acadêmica masculina branca e ainda apresentam uma bibliografia de autoras que podem ser utilizadas para dialogar com essas problemáticas. O trabalho dessas autoras merece destaque por contribuir em um cenário de crescimento da produção de informação sobre os estudos protagonizados por e para mulheres, e ainda por nos provocar a analisar nossas bibliografias de pesquisa. Será que incluímos nossas colegas, amigas, professoras e pesquisadoras do campo em nossos trabalhos? Ou as silenciámos/invisibilizamos em detrimento de um discurso universalizante em prol de “clássicos” – marcadamente dominado por homens brancos.

Nesse sentido, ressaltamos que desde 2018 existe um movimento de evidenciar a (r)existência de um protagonismo autoral e temático de mulheres na Biblioteconomia e na CI (BCI). Isso ocorreu em decorrência do empenho de bibliotecárias dispostas em apresentar pesquisas científicas, vivências profissionais de pesquisadoras e pesquisadores, mestrandas e mestrandos, doutorandas e doutorandos da BCI que resultou em diversos projetos.

Assim, de acordo com o objeto de estudo deste trabalho, nesta seção buscamos apresentar e discorrer sobre o protagonismo dessas mulheres negras e não negras, que são sensíveis e atuam para o enfrentamento de problemáticas geradoras de discriminação e exclusão social, como racismo, machismo, sexismo e LGBTfobia. Além de apresentarmos as obras, destacaremos as publicações que abordam temas voltados às mulheres negras.

A primeira obra, publicada em 2018, intitulada “Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação política” tem como organizadoras as bibliotecárias Franciéle Silva e Graziela Lima e teve o intuito de mostrar a representatividade e o protagonismo de mulheres e homens negros em uma coletânea pioneira para o campo.

Para a professora e pesquisadora Maria Aparecida Moura (2018), prefaciadora da obra, a sagacidade das questões apresentadas nessa obra indica novas estratégias para enfrentamento histórico do racismo nos marcos da ampliação da presença negra no campo da CI e áreas correlatas. Segundo a autora, o trabalho preenche uma lacuna de conhecimentos sistemáticos sobre o tema na área.

Desta obra destacamos 3 (três) capítulos: “As mulheres negras e a sociedade da informação” de Franciéle Carneiro Garcês da Silva e Dirnéle Carneiro Garcez; “Informação para a equidade de gênero e empoderamento da mulher negra: estudo da página do Geledés – instituto de mulheres negras no facebook” de Franciéle Carneiro Garcês da Silva e Dirnéle Carneiro Garcez e; “A importância da inclusão de obras de escritoras negras nos

acervos das bibliotecas públicas municipais do estado de São Paulo” de Ana Carine S. de Jesus, Iara Moraes e Lais Hellen Santos Macedo.

Além dessa, também foi publicado no mesmo ano o livro “O Protagonismo da Mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação” (2018), o qual foi organizado dessa vez por Franciéle Silva e Nathália Romeiro. Nessa obra, as autoras discutem a questão de gênero atrelada às múltiplas maneiras de atuação das mulheres na Biblioteconomia e CI (BCI) espalhadas pelo país.

A presença das mulheres no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) brasileira é incontestável e longa. Entretanto, do ponto de vista autoral e temático, esse protagonismo é bem mais recente. Isso se deve em certa medida às controvérsias históricas acerca da orientação e dos propósitos científicos do campo. O caráter, por vezes, rarefeito das marcas identitárias no âmbito da BCI acabou por torná-la refratária ao potencial de agência advindo das questões de gênero e suas implicações na performatividade dos sujeitos sociais. Evidentemente, essas tendências não se firmaram sem crítica, resistência e desdobramentos. Em uma visada histórica, nota-se que a realidade brasileira é plena de circunstâncias em que a perspectiva das mulheres ofereceu possibilidades de rupturas com o status quo e ensejou transformações sociais efetivas (MOURA, 2018, p. 11).

Para a autora, a realidade só mostra o quão importante é a atuação das mulheres para a consolidação da democracia no Brasil e ainda reforça que as autoras e autores dos textos que compõem esse volume tecem fios condutores das diferentes contribuições e agendas assumidas pelas mulheres em nossa história recente. Desta obra destacamos o artigo de Críchyna da Silva Madalena e Kariane Regina Laurindo, intitulado “Mulheres negras empreendedoras: um breve estudo”.

Ainda nesse cenário de diversos trabalhos de mulheres na BCI, em 2019 Franciéle Silva, juntamente com a Nathália Romeiro, fizeram uma parceria para coordenar o Selo Nyota, projeto que tem como objetivo assessorar editorialmente mulheres, negras e negros, indígenas e a população LGBTQIA+ que são pesquisadoras e pesquisadores, profissionais e estudantes das áreas da Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, Comunicação e CI, ou seja, as populações marginalizadas pela ciência em geral. O princípio norteador do Selo é tornar o meio acadêmico e científico representativo para essas distintas áreas do conhecimento.

No ano de 2019, o XX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) foi o evento escolhido para o lançamento das seguintes obras “Epistemologias Negras: Relações raciais na Biblioteconomia”, da autora Danielle Barroso e colaboradoras;

“Mulheres Negras na Biblioteconomia”, de Franciéle Silva; “Do invisível ao visível: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação”, de Nathália Romeiro, Carlos Wellington e Bruno Almeida; “O protagonismo da Mulher: na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação”, novamente de Franciéle Silva com a Nathália Romeiro; “Bibliotecári@s Negr@s: informação, educação, empoderamento e mediações”, a mesma parceria repetida com a Franciéle Silva e a Graziela Lima. Todos os livros estão disponíveis o compartilhamento gratuito¹⁹.

O livro de “Epistemologias Negras: Relações raciais na Biblioteconomia” se configura em um esforço de seus organizadores e suas organizadoras em contar histórias por um outro viés narrativo, de resiliência em terras brasileiras e não de submissão escrava. Escrevem a partir de um lugar de luta contra o epistemicídio, fortalecido pelo racismo institucional, que impede a construção do saber. Desta obra destacamos os capítulos: “Resistência é o seu nome: representatividade é para nós, alunas (os) negras (os) da Biblioteconomia e Ciência da Informação!” de Graziela dos Santos Lima; “Informação étnico-racial: o eco de vozes mulheres que não aceitam o lugar de “quarto de despejo” de Dávila Maria Feitosa da Silva; e, A matemática dos penteados trançados: episteme de mulheres negras trançadeiras em cena de Luane Bento dos Santos.

Intitulada “Mulheres Negras na Biblioteconomia” essa outra obra vem contribuir para um crescente movimento de pesquisadoras negras e pesquisadores negros para demarcarem e fortalecerem o seu espaço na BCI, assim como consolidar a importância da luta antirracista e do respeito à diversidade étnico-racial e cultural. De acordo com professora Ana Paula Meneses Alves (2019), prefaciadora da obra, o protagonismo desta obra é, obviamente, o das MULHERES, e eu acrescento NEGRAS.

Destacamos os seguintes capítulos: “A ciência é masculina e branca: breves reflexões de Geisa Müller de Campos Ribeiro; “Bibliotecárias negras cearenses: contribuições para a luta antirracista” de Dávila Maria Feitosa da Silva; “Clara Stanton Jones e sua contribuição para a biblioteconomia negra americana” de Franciéle Carneiro Garcês da Silva; “Bamidelê: trajetória histórico-informacional da organização das mulheres negras da Paraíba” de Leyde Klebia Rodrigues da Silva; “Ketty Valêncio e a importância de livrarias especializadas em autoria negra” de Graziela Barros Gomes; “Aprendendo com Carolina Maria de Jesus a

¹⁹ Disponível para *download* através do link: <https://www.nyota.com.br/livros>. Acesso em: 8 nov. 2019.

enfrentar os preconceitos e as informações e notícias falsas” de Dandara Baçã de Jesus Lima; “Representaciones sociales de la lecturaescritura-oralidad en mujeres negras de la ciudad de Medellín (histórias de vida)” de Natalia Duque Cardona e; “Da representação social à representação do conhecimento: perspectivas teóricas das mulheres negras na ciência de Vanessa Jamile Santana dos Reis e José Carlos Sales dos Santos, único artigo com coautoria de um homem.

O segundo volume da obra sobre o protagonismo de mulheres, em 2019 expandiu suas áreas de atuação e começou a se intitular “O protagonismo da mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação”. Nessa direção, a importância de um agir alinhado com a equidade de gênero repercute na transformação política do tecido social, instigando atitudes e valores marcados pela alteridade, respeito e igualdade de direitos. A professora Daniella Pizarro (2019), prefaciadora da obra, comenta que o olhar para o protagonismo intelectual, profissional e social de mulheres no âmbito informacional coloca em cena discursos contra hegemônicos que combatem a exclusão, o machismo e o racismo presentes e institucionalizados no nosso cotidiano. Dessa forma, selecionamos: “As contribuições de Ann Allen Shockley: uma bibliotecária negra e feminista na literatura lésbica e na biblioteconomia” de Franciéle Carneiro Garcês da Silva e Nathália Lima Romeiro.

Também em seu segundo volume, a obra “Bibliotecári@s Negr@s” agora com o tema “informação, educação, empoderamento e mediações” reflete postura “crítica e autocrítica” no desenvolvimento da temática étnico-racial nos fazeres e saberes da Biblioteconomia, Arquivologia e Documentação tencionando e ampliando a discussão a respeito da alteridade da produção científica d@s pesquisador@s negr@s na construção das redes de seus saberes que, interconectados, engendram novas tessituras constitutivas e ampliam a visão sobre informação e negritude. Destacamos os seguintes capítulos: “Percursos de um jogo de trilha griô: compreendendo a rede de transmissão oral das mestras e mestres griôs de terreiros de candomblé e de comunidades tradicionais da cidade de Salvador/BA” de Rosevânia Machado e Leyde Klebia Rodrigues da Silva; “Empoderamento da mulher negra de axé por meio da informação: um estudo em terreiro de candomblé” de Juliana Santos Conceição, Leidiane Reis e Nídia M. L. Lubisco; “Informação para enfrentar a violência contra as mulheres negras de Patrícia da Silva Oliveira, Gisele Rocha Côrtes, Maria Cristiana Félix Luciano Ana Patrícia Silva Moura e Felipe Arthur Cordeiro Alves; “Infoeducação como prática colaborativa no processo de empoderamento da mulher negra”

de Ingrid Passos, e; Informações étnico-raciais: um olhar sobre a produção de youtubers negras de Dávila Maria Feitosa da Silva e Maria Cleide Rodrigues Bernardino.

Sublinhamos, por fim, como grande contribuição para os estudos étnico-raciais, a dissertação da pesquisadora Franciéle Carneiro Garcês da Silva, organizadora de várias obras apresentadas e uma das idealizadoras do projeto editorial Selo Nyota. Seu trabalho, intitulado “Representações Sociais acerca das Culturas Africana e Afro-Brasileira na Educação em Biblioteconomia no Brasil” (2019) é único, inovador e de uma fundamentação rica para compreender e construir uma base para uma formação em Biblioteconomia no Brasil que inclua o pensamento das Culturas Africanas e Afro-Brasileiras.

A autora, produz um documento robusto como uma tese de doutorado, mesmo sendo este seu mestrado, e consegue constatar por meio de uma pesquisa muito extensa que há grandes fragilidades, sobretudo em relação ao desconhecimento da maioria das e dos docentes acerca de metodologias e até mesmo fontes e instrumentos que deveriam ser inseridas e trabalhadas sobre a temática étnico-racial no curso. Tendo em vista que a n. Lei 10.639/2003 inclui no currículo oficial da rede de Ensino Básico a obrigatoriedade do ensino de “História e Cultura Afro-Brasileira”, questionamos mais uma vez o compromisso social do campo, que precisa também preparar docentes e estudantes para o trabalho com o tema.

Ainda no trabalho desta autora identificamos a presença de dois movimentos muito importantes, dos quais mulheres negras fazem parte, o *Black Librarianship* e a Biblioteconomia Negra no Brasil, identificada pela autora, que evidenciam tanto uma produção teórica e bibliográfica quanto ações de pessoas negras em prol do acesso à biblioteca e ao livro, do reconhecimento de epistemes negras e da intelectualidade negra. Seja como autoras, docentes ou profissionais do movimento da Biblioteconomia Negra Brasileira, a autora enfatiza o trabalho de Maria Aparecida Moura, Mirian de Albuquerque Aquino e Joselina da Silva, protagonistas desta pesquisa.

A revisão feita nesta seção evidencia que existe sim uma produção significativa sobre as problemáticas que gravitam em torno do feminismo negro, e que ela está crescendo. Contudo, assim como fora da academia existem movimentos conservadores que desconsideram as lutas dos movimentos sociais, os saberes construídos pelas mulheres negras na academia precisam ainda se multiplicar, ganhar mais espaço e destaque, para serem tratados como temas relevantes. Por esse motivo, mais uma vez ressaltamos a importância desta pesquisa e sua singularidade no campo da CI.

Reconhecemos a trajetória de mulheres na Biblioteconomia e na CI, o papel da historicidade do pensamento de mulheres na formação do campo da CI no mundo e fundamentalmente no Brasil, como a construção da pós-graduação no campo por Janice Monte-mor e Lidia Sambaquy, e Hagar Espanha Gomes e Célia Zaher, que configuraram a institucionalização no campo. No referencial teórico desta pesquisa elencamos algumas pesquisadoras brasileiras como Nanci Oddone, Regina Marteleto, Maria Luiza de Almeida Campos e Solange Mostafa, as quais consideramos fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho e são precursoras em suas áreas de pesquisa.

Contudo, ressaltamos que não é objetivo deste trabalho apresentar essa linha do tempo, visto que, como foi apresentado neste capítulo, a trajetória de mulheres negras nem sempre está ligada à história de mulheres brancas. As diferenças étnico-raciais não permitiram que a luta de mulheres negras fosse integralmente acolhida nos movimentos de mulheres brancas e por isso, quando estudamos os movimentos de mulheres negras, observamos que sua história está mais próxima dos movimentos sociais negros do que dos de mulheres, sendo este um importante fator histórico a ser analisado quando se pesquisa trajetórias de vida de mulheres negras.

Conforme explicitamos com a citação do discurso da Sojourner Truth²⁰ em 1851, na seção 4.3, a diferença entre as lutas de mulheres brancas e negras muitas vezes são opostas. Não que seja o caso aqui, na linha do tempo da CI, mas defendemos que essas trajetórias não acontecem em relação de causalidade que justifique um prólogo. Com isso, a partir do próximo capítulo apresentaremos as análises, resultados e discussões da pesquisa.

²⁰ Discurso proferido por Sojourner Truth em uma reunião de feministas em Akron, Ohio em 1851, lido por Kerry Washington (legendado). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QM7DNHjQKnQ&t=6s>. Acesso em: 20 ago. 2020.

5 TRAJETÓRIAS DE VIDA DE PESQUISADORAS NEGRAS A PARTIR DE UMA EPISTEMOLOGIA SOCIAL FEMINISTA NEGRA

A voz de minha bisavó ecoou criança nos porões do navio, ecoou lamentos de uma infância perdida. / A voz de minha avó ecoou obediência aos brancos-donos de tudo. / A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta no fundo das cozinhas alheias debaixo das trouxas roupagens sujas dos brancos pelo caminho empoeirado rumo à favela. / A minha voz ainda ecoa versos perplexos com rimas de sangue e fome. / A voz de minha filha recolhe todas as nossas vozes recolhe em si as vozes mudas caladas engasgadas nas gargantas. / A voz de minha filha recolhe em si a fala e o ato. / O ontem – o hoje – o agora. / Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância. O eco da vida-liberdade. (EVARISTO, Conceição, 2017, p. 10-11)²¹.

As trajetórias de vidas de pesquisadoras negras serão entendidas a partir do esforço teórico-metodológico que estamos chamando de Epistemologia Social Feminista Negra (EPISFEN). Seja em sua formação inicial, no ensino superior e/ou nas práticas das quais problematizam, explicitam e modificam a forma pela qual constroem sua identidade pessoal e profissional, as protagonistas desta pesquisa, nos dizeres de bell hooks (2017) “nos ensinam a transgredir”. Transgredir barreiras raciais, sexuais, de classe, e atingirem a liberdade.

Neste capítulo apresentamos o detalhamento dos procedimentos de coleta, as fontes e os instrumentos utilizados, a análise dos dados e os resultados da pesquisa sobre essas mulheres negras acadêmicas, ativistas e escritoras, cujas vivências e “escrevivências”, nos dizeres de Conceição Evaristo, são por si só interseccionais.

No item 5.1 “Pesquisadoras negras e suas trajetórias de vida” trabalhamos com o objetivo específico “narrar as trajetórias das protagonistas pesquisadoras negras a partir das fontes biobibliográficas selecionadas”. Para isso, selecionamos 3 (três) tipos de fontes biobibliográficas autorais obtidas por meio do contato com as próprias pesquisadoras e/ou suas famílias: Mirian Aquino (Memorial presente no Relatório de Estágio Pós-Doutoral finalizado em 2014); Aparecida Moura (Memorial de Professora Titular apresentado em

²¹ Conceição Evaristo de Brito é uma escritora negra brasileira. Ela nasceu em uma família pobre e é a segunda de 9 irmãos, sendo a primeira de sua casa a conseguir um diploma universitário. Ajudava sua mãe e sua tia com lavagem de roupas e as entregas, enquanto estudava. Graduada em Letras pela UFRJ, trabalhou como professora da rede pública de ensino da capital fluminense. É Mestre em Literatura Brasileira pela PUC do Rio de Janeiro, com a dissertação *Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade* (1996), e Doutora em Literatura Comparada na Universidade Federal Fluminense, com a tese *Poemas malungos, cânticos irmãos* (2011), na qual estuda as obras poéticas dos afro-brasileiros Nei Lopes e Edmilson de Almeida Pereira em confronto com a do angolano Agostinho Neto. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>

2012) e; Joselina da Silva (Artigos sobre as influências de mulheres negras na sua trajetória de vida). Em seguida, a partir do método autobiográfico extrair dessas fontes autorais fragmentos de suas narrativas, para que possam ser (re)contadas e em seguida analisá-las, cruzando questões presentes nas mesmas dos princípios da interseccionalidade e questões norteadoras do fundamento da Epistemologia Social.

No item 5.2 “Baobá genealógico: tranças intelectuais” voltamos nosso olhar ao objetivo “identificar as tranças intelectuais de pesquisadoras em Biblioteconomia e Ciência da Informação a partir da noção de Baobá Genealógico”, e como apresentado na metodologia, partimos da concepção apresentada a nós pela pesquisadora Joselina da Silva ao se referir as suas fortes influências de mulheres negras. Assim, nós também vemos essas teias de saberes construídas e solidificadas por essas pesquisadoras negras, como galhos e ramas de um Baobá que nos permitirá observar as tranças intelectuais dessas pesquisadoras. Para construir essa árvore usamos como fonte dados coletados nos currículos lattes das pesquisadoras e em seus Diretórios de Grupos de Pesquisa (DPG) e para complementar utilizamos fontes biobibliográficas selecionadas de autoras e autores que escreveram e publicaram sobre as pesquisadoras.

5.1 PESQUISADORAS NEGRAS E SUAS TRAJETÓRIAS DE VIDA

De que modo podemos compreender a dimensão narrativa que envolve a trajetória de vida pessoal?

Sabemos que essa dimensão é essencial para a construção da experiência de si na relação com o outro e nos ajuda a perceber o que somos e o que pensam de nós. Entendemos que a narrativa pessoal e profissional tece várias trajetórias de vida entrelaçadas que se fundem para realçar a importância de uma pessoa falar de si mesmo.

Nesse sentido ao utilizarmos os textos autobiográficos (memoriais e alguns artigos do gênero) reforçamos a importância das trajetórias de vida como objeto de construção e produção de conhecimentos sobre si, sobre seu contexto e sobre o seu entorno.

Ao recontar as trajetórias de vidas de Mirian de Albuquerque Aquino, Maria Aparecida Moura e Joselina poderemos nos perceber em uma teia de significados que sequer imaginávamos ou pressupúnhamos.

Assim, para atender o objetivo “narrar as trajetórias das protagonistas pesquisadoras negras a partir das fontes biobibliográficas selecionadas”, utilizaremos o recurso do método autobiográfico para extrair das fontes biobibliográficas autorais fragmentos de suas narrativas, que apresentem essas mulheres como as pessoas complexas e múltiplas que são, sobretudo na condição de pesquisadoras negras comprometidas com a luta por uma sociedade mais justa e igualitária, livre de racismo, machismo, LGBTfobia e qualquer tipo de preconceito que gere discriminação e exclusão social. A partir de agora vamos apresentar essas mulheres. Elas por elas!

5.1.1 Mirian por Mirian

Iniciaremos com alguns temas abrangentes sobre a sua trajetória de vida presente em seu memorial (construído para o seu Relatório de Pós-Doutorado). As categorias (destacadas em negrito) foram criadas de forma natural com base no próprio texto, com o mínimo de interferência como sugere a perspectiva das narrativas de trajetórias de vida. O texto, destacado em itálico é a versão literal do próprio texto memorialístico. Vejamos:

Formação como projeto de vida pessoal/profissional

As reminiscências da minha história de vida profissional se articulam à formação intelectual iniciada no Ensino Médio (1966 a 1969), que cursei no Ginásio Juracy Magalhães (Itororó). É um tempo de construção de amizades. Posteriormente, matriculei-me em um curso científico no Colégio Central da Bahia (Salvador), mas não consegui terminá-lo, porque meu pai sofreu um grave acidente e não conseguiu mais sustentar minhas despesas da moradia do pensionato nessa capital.

O momento decisivo do meu percurso de formação educacional ocorreu quando retornei a Vitória da Conquista, onde não havia possibilidade de concluir o Curso Científico, e optei pelo Curso de Magistério do Centro Integrado de Educação Luiz Navarro de Brito (CIENB) e, logo, descobri que me identificava mais com esse Curso. Nessa época, exatamente, comecei a perceber sinais de racismo nas relações entre brancos e negros. As colegas, que sentavam atrás de minha cadeira na sala de aula, durante as aplicações das provas, solicitavam ajuda, e a professora me humilhava pensando que eu estava passando a cola,

sem jamais reconhecer que humilhar o outro fere a autoestima de quem vivencia a experiência dolorosa de ser tratado com desprezo.

Ao terminar o Curso de Magistério, comecei a trabalhar como secretária, numa clínica médica, porque, mesmo sendo aprovada em concurso para o Ensino Médio, os gestores da educação não convocavam todos os candidatos aprovados, como registrava o Diário Oficial, mas preferiam atender aos conchavos políticos, exercer “o jeitinho brasileiro”. Na clínica médica onde eu trabalhava, o chefe me tratava de forma grosseira e desrespeitosa na frente dos pacientes, não concordava com ideia de que eu faria o vestibular e dizia que eu era uma funcionária incompetente. Entendo que as palavras indecorosas e as atitudes humilhantes, repetidas, aparentemente despropositadas, insignificantes passam pelo desprestígio profissional [...]. Não suportando mais os desmandos, solicitei minha demissão.

Em 1973 iniciei meu percurso de formação no Ensino Superior, com a aprovação no vestibular para o Curso de Graduação em Letras, na Faculdade de Formação de Professores (FFPVC), atualmente Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Paralelamente, nessa mesma Instituição, fiz seleção para ocupar uma vaga de Agente Administrativo no Departamento de Letras e, posteriormente, passei para a função de Técnico de Assuntos Educacionais. Mas as relações entre colegas não eram pacíficas. Uma delas não gostava de mim e acendia velas para me afastar do espaço onde trabalhávamos. Porém, minha convicção religiosa não se dobrava a esse ritual. Em 1986, optei pelo Curso de Especialização em Pesquisas Educacionais, na Universidade Federal da Paraíba, que me ajudou a inaugurar um processo de reflexão sobre as imagens que eu fazia de minha prática discursiva na docência e as que os sujeitos (alunos, professores, funcionários) delas faziam.

Ao final do Curso, com três colegas, elaboramos e defendemos a monografia intitulada “A Pesquisa Científica na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia”, orientada pelo Prof. Dr. Roberto Richardson Jarry, cujos resultados mostraram a necessidade de inserirem mais docentes nas atividades de ensino-pesquisa. Contudo, a formação em pesquisa aprendida no Curso de Especialização não era reconhecida no espaço em que um Técnico de Assuntos Educacionais atuava.

Em 1974, tornei-me professora-substituta no Ensino Fundamental da Escola Dirlene Mendonça de Vitória da Conquista. Cheia de incertezas, seguia o pensamento de Roger, Skinner e Piaget e acreditava na “eficiência” das teorias de ensino e aprendizagem aprendidas durante o Curso de Magistério. Licenciada em Letras Vernáculas (com habilitação

em Inglês e Português), em 1979 iniciei a atividade docente no contexto da ditadura militar, em que a possibilidade de refletir criticamente sobre a prática discursiva na docência era remota. Fui convidada pela direção Educandário Juvêncio Terra, na cidade de Itororó-Ba, para assumir a disciplina “Educação Moral e Cívica”, cujos objetivos inculcavam na mente os valores sobre obediência, ordem, responsabilidade e patriotismo.

No ano de 1991, fui aprovada em concurso público para ministrar a disciplina Português Instrumental para o Curso de Zootecnia, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Itapetinga/BA. Vivia cansada de viajar de ônibus, descer uma perigosa rota, conhecida como Ladeira do Maçal, para chegar a esse campus e retornar para casa porque precisava cumprir meus horários na função de Técnico de Assuntos Educacionais na UESB no campus de Vitória da Conquista. Em 1992, tomei a decisão de solicitar ao Departamento de Estudos Básicos e Instrumentais (DEBI) o meu afastamento para fazer Mestrado na Universidade Federal da Paraíba, visando aprofundar a temática de leitura e produção textual, uma vez que eu tinha formação em Letras Vernáculas. Porém, os avanços e os recuos nas disciplinas do Curso tentavam impregnar um descontentamento desse Mestrado para meu percurso de formação.

Em 1994, defendi minha dissertação de Mestrado em Biblioteconomia, intitulada “Leitura Crítica e Produção Textual na Universidade: desvelar e (re) construir”, sem ultrapassar o prazo, pois a Profª Drª Walquíria Toledo de Araújo, minha orientadora, muito me ajudou a superar as barreiras. Posteriormente, mergulhei numa literatura crítica que me ensinou a compreender que as práticas discursivas cristalizadas em cursos de pós-graduação precisam abrir novas clareiras para ajudar professores a repensar a formação de alunos da pós-graduação através de questionamentos e de reflexão crítica.

Nesse mesmo ano, um novo olhar resultou no Exame de Qualificação no Mestrado em Educação, que há época fazia conjuntamente com o de Biblioteconomia, então comecei a elaborar a dissertação. Porém surgiu a oportunidade de me candidatar ao Processo Seletivo de Doutorado em Educação, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, vez que as ricas leituras já trabalhadas no Mestrado em Educação pareciam ser suficientes para eu avançar nos estudos de doutoramento. Nesse momento, minha orientadora, a Profª Drª Vera Esther Ireland, sabiamente, aconselhou-me a passar direto para o Doutorado argumentando que eu já havia defendido uma dissertação.

Após o término do Mestrado, eu deveria retornar para reassumir a disciplina que ministrava no Curso de Zootecnia. Eu tinha consciência de que, dificilmente, conseguiria o afastamento para cursar o Doutorado, já que a liberação para o Mestrado não fora fácil. Diante das dificuldades já previstas, resolvi submeter-me a um Concurso para o Magistério Superior na UFPB e fui aprovada e nomeada para o Departamento de Biblioteconomia e Documentação (atualmente Departamento de Ciência da Informação), onde passei a ministrar a disciplina Fundamentos de Leitura, substituindo uma professora que se aposentou. No cotidiano docente, as relações com os pares eram tensas, pois colegas não viam com bons olhos o fato de eu não ter a formação em Biblioteconomia.

Em razão disso, o corporativismo pressionava para que eu não ministrasse qualquer disciplina técnica. Houve um momento em que transitou um processo no Conselho Federal da área para barrar a possibilidade de que eu ministrasse qualquer uma dessas disciplinas. Mas novos conhecimentos e as leituras críticas contribuíam para que eu continuasse a refletir sobre as relações de poder institucionais. Ensejando novos conhecimentos para uma formação doutoral, “desertei” da temática leitura e produção textual, objeto da dissertação de Mestrado, porque os diálogos com o pensamento foucaultiano e pecheuxtiano propiciaram conhecimentos que me levaram a refletir sobre minha própria prática discursiva e a relação com o Outro.

Em 1998 defendi a tese de Doutorado, intitulada “Prática Discursiva e a Construção do Sentido” sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Álvaro Sgadari Passeggi. As leituras e reflexões me permitiram analisar a prática discursiva de uma professora de Língua Portuguesa no Ensino Superior, entendida como prática social construída na relação com o Outro. Nas atividades docentes, comecei a perceber as relações preconceituosas, discriminatórias e racistas no cotidiano docente.

Compreendendo o racismo na relação ensino-pesquisa

A compreensão da existência do preconceito, da discriminação racial e do racismo no Ensino Superior passou a fazer parte dos meus estudos e pesquisas no momento em que recebi um convite do Ministério da Justiça (Brasília) para participar como uma das palestrantes no “Seminários Regionais Preparatórios Para Conferência Mundial Contra o

Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata”, realizado em Salvador em 2001.

Naquele momento, eu não tinha familiaridade com a discussão sobre a temática étnico-racial e senti vontade de declinar do convite. Contando os dias para dar uma resposta, resolvi trocar ideias com uma colega do Departamento da área de educação relatando minha insegurança diante de estudiosos que já trabalhavam com a temática étnico-racial. Então, a colega, consciente ou inconscientemente, disse-me que eu deveria aceitar o convite porque, só assim, “eu estaria entre os meus”, quer dizer, ela sugeriu que eu deveria me relacionar e conviver academicamente só com negros.

A fala dessa colega provocou em mim um forte incômodo e acabei aceitando o convite do Ministério da Justiça. Animada, mergulhei na literatura específica e relembrei as diversas vezes em que eu já havia passado por situações de racismo, mas ainda não havia percebido. A partir dessa experiência, comecei a perceber que o racismo está enraizado nas relações que construímos nas escolas e nas universidades. Ele se manifesta de forma sutil ou claramente. [...]

Outra manifestação de racismo ocorreu quando retornei do Doutorado para reassumir as atividades no meu Departamento. Eis um sobressalto! Uma colega me interrompeu e disse: “Este cabelo não combina com você”. Outra colega ironizou: “Este cabelo só combina com as europeias, ele não fica bem em você”. [...] A partir daquele momento, em que essas colegas estranharam meus cabelos, percebi mesmo a presença do racismo na Universidade. Naquela época, eu só conhecia professoras negras nos cursos de Economia, Educação e Biblioteconomia. E eu era uma delas.

Início/Desenvolvimento dos estudos e pesquisas acadêmicas sobre a temática étnico-racial

Em 2001 iniciei a investigação sobre a construção da imagem de afrodescendentes no discurso de inclusão étnico-racial nas práticas universitárias, cuja ideia foi se expandindo com a realização da pesquisa “Ciência e Memória: (e)vidências da (in)visibilidade de negros de matriz africana nas (i) ma(r) gens do discurso da produção de conhecimento da Universidade Federal da Paraíba”, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O objetivo desta pesquisa é de analisar a produção de conhecimento

sobre negro em fontes de informação (monografias, dissertações, teses, relatórios e periódicos), focando o olhar na (in) visibilidade do povo negro, nas imagens que brancos fazem de negros e nas imagens que negros fazem de brancos, alargando ainda mais a pretensão de continuar investigando a temática étnico-racial articulada com as noções de cultura, identidade, informação e educação.

Na pesquisa, intitulada “Informação e Diversidade Cultural: a imagem do afrodescendente no discurso de inclusão social”, articulei racismo, universidade, educação e informação [...].

Também a pesquisa intitulada “Ciência e Memória: (e) vidências da (in) visibilidade de negros de matriz africana nas ima(r)gens do discurso da produção de conhecimento da Universidade Federal da Paraíba” (2009/2011) e financiada pelo CNPq, teve como objetivo analisar a produção do conhecimento sobre negros, por meio das fontes de informação (monografias, dissertações, teses, relatórios e periódicos), atentando para a (in) visibilidade e as imagens construídas sobre a população negra. A outra pesquisa, intitulada “Processos de apropriação, organização, disseminação e democratização da informação no Movimento Negro da Paraíba” (2010/2011), financiada pelo CNPq, analisou como se dão os processos de apropriação, organização, disseminação e democratização da informação no Movimento Negro da Paraíba.

Com o desenvolvimento da pesquisa “Processos de apropriação, organização, disseminação e democratização da informação no Movimento Negro da Paraíba” (2010) na área da Ciência da Informação, desenvolvi as seguintes questões: Como os integrantes do Movimento Negro da Paraíba se apropriam da informação? Como recebem a informação? Quais as informações que lhes são dadas? Quando essas informações chegam a eles? De onde provêm essas informações? Com que finalidade os integrantes recebem a informação? Como essa informação é organizada? Como se dá a disseminação da informação? Através de quais canais? A pesquisa “Conhecimento Prudente para vida decente”: uma análise da temática étnico-racial na produção de conhecimento em Ciência da Informação/Biblioteconomia/2012/2013” focou o olhar sobre os temas, as teorias e as metodologias com base nas fontes de informação (dissertações, teses, artigos e comunicações), utilizadas por professores, pesquisadores, orientadores e alunos da UFPB.

[...] Conhecimento Prudente para uma Vida Decente”: uma análise da temática étnico-racial na produção de conhecimento em Ciência da Informação/Biblioteconomia”

(2000-2012), foca o olhar sobre fontes de informação, visando identificar a configuração de professores, pesquisadores, orientadores e alunos, no período estabelecido, as fontes de informação (dissertações, teses, artigos e comunicações), os temas pesquisados, as abordagens teórico-metodológicas, as comunicações apresentadas em eventos e a temática étnico-racial na produção de conhecimento das áreas selecionadas.

Ainda sobre a relação ensino-pesquisa, nesses últimos anos vinculada às atividades do NIPAM, fiz parte do projeto de pesquisa intitulado “Gênero e educação superior: políticas, narrativas e currículo”, em articulação com o NEPIERE e o NEABI, foi coordenado pela Profª Drª Maria Eulina Pessoa de Carvalho (Brasil) e pela Profª Drª Alejandra Montané (Espanha), com o objetivo de visibilizar a relevância social dos estudos de gênero e evidenciar a responsabilidade e o compromisso da Educação Superior com os problemas sociais; fortalecer a pesquisa socialmente comprometida e de impacto,; e potencializar as linhas de pesquisa que as duas equipes vêm desenvolvendo no Brasil e na Espanha. No campo da educação superior, para explorar, aprofundar e transcender a informação aportada pelos estudos estatísticos sobre a desigualdade e outras problemáticas de gênero, partindo das pesquisas no contexto universitário em direção à elaboração de propostas de intervenção e novas orientações de pesquisa e formação.

Também as ações do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação Sobre a Mulher e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM/UFPB), no qual atuo como pesquisadora instigou-me aprofundar discussões e reflexões sobre a temática étnico-racial articulada a temática de gênero na perspectiva da interseccionalidade, entendida como diversas características biológicas, sociais, culturais, tais como gênero, classe, raça/etnia, orientação sexual, deficiência física e/ou mental, idade, tipo do corpo, religião, nível de escolaridade etc”.

Grupo de Estudos Formando Competências, Construindo Saberes e Formando Cientistas (GEINCOS) / Núcleo de Estudos e Pesquisas em Informação, Educação e Relações Étnico-raciais (NEPIERE)

O sentimento de desconforto nas relações raciais serviu para a criação do “Grupo de Estudos Formando Competências, Construindo Saberes e Formando Cientistas” (GEINCOS), formado por graduandos (Biblioteconomia), mestrandos (Ciência da Informação) mestrandos e doutorandos (Educação). Com a expansão das atividades e dinâmicas do GEINCOS, em

2008 criou-se o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Informação, Educação e Relações Étnico-raciais (NEPIERE), com o objetivo de desenvolver novas pesquisas, promover eventos e consolidar discussões, debates e reflexões sobre as relações étnico-raciais entrelaçadas com os saberes interdisciplinares.

Atualmente, os integrantes do NEPIERE, semanalmente, discutem temáticas sobre informação, memória, identidade, racismo, imagem e afrodescendência, desenvolvem pesquisas sobre a temática étnico-racial numa perspectiva interdisciplinar que resultam na produção de conhecimento visando o acesso e a permanência de negros na instituição universitária, tendo como diversos (produtos monografias, dissertações, teses, seminários, eventos e cursos).

Os debates semanais realizados pelos participantes do NEPIERE/GEINCOS resultaram na organização de três eventos: 1) “I Seminário Responsabilidade Ética e Social das Universidades Públicas e a Educação da População Negra/2008, no qual foi discutida a situação da população negra na sociedade da informação como uma questão de responsabilidade ético-social das universidades públicas e seu compromisso com a sociedade que as sustentam no que diz respeito à procura de soluções para resolver os problemas étnico-raciais que afetam a população negra; 2) “II Seminário sobre a Responsabilidade Ético-Social das Universidades Públicas e a Educação da População Negra/2011”, no qual se discutiu a (in) visibilidade de negros na produção de conhecimento e; 3) III Seminário “O Estado Brasileiro e a igualdade de direitos: desafios para além das ações afirmativas/2013.

Conjuntamente com as atividades de pesquisa no NEPIERE/GEINCOS venho atuando como docente assumindo as disciplinas “Metodologia da Pesquisa em Ciência da Informação” e “Informação e Cultura” no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação e o Seminário de Pesquisa em Estudos Culturais no Programa de Pós-graduação em Educação. Recentemente os orientandos desses dois programas vêm participando dessas novas atividades investigativas, resultando em um quadro de 8(oito) doutores, 14(quatorze) mestres e 01 (um) mestrando, 03 (três) bolsistas de iniciação científica cujas monografias, dissertações e teses relacionam temas como informação, educação, cultura e etnia.

As atividades desse Núcleo por meio dos estudos, pesquisas, interações e interlocuções com os alunos têm contribuído para muitas reflexões sobre percurso de formação e, conjuntamente, produzem conhecimentos sobre a temática étnico-racial em conexões com os saberes informacionais e educacionais. Também a parceria do NEPIERE sido

com o Núcleo Interdisciplinar Pesquisa e Ação Sobre a Mulher e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM) e o Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI) tem sido importante para a discussão sobre as relações étnico-raciais no Curso de Formação para Profissionais da Educação no Estado da Paraíba, implantado no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil e da Rede de Formação para a Diversidade.

Projetos avançados: Pós-doutorado, parceira com o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação Sobre a Mulher e Relações de Sexo e Gênero NIPAM/UFPB e Universidade de Barcelona (ES)

[..] atuei como formadora no “Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE)”, com o objetivo de capacitar professores da rede pública de Educação Básica para lidar com a diversidade nas salas de aula, enfrentar atitudes e comportamentos preconceituosos em relação a gênero, raça e às diversas orientações sexuais e oferecer aos profissionais conhecimentos acerca da promoção, respeito e valorização da diversidade étnico-racial, de orientação sexual e identidade de gênero. Colaborando para o enfrentamento da violência sexista, étnico-racial e homofóbica no âmbito das escolas do estado da Paraíba.

Em 2006, esse Curso ofertado pelo NIPAM/UFPB, teve como resultado a parceria entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), o Ministério da Educação, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), o British Council e o Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/UERJ), a Rede de Educação para a Diversidade e o Sistema Universidade Aberta do Brasil.

O NIPAM/UFPB propôs o Projeto “Gênero e Educação Superior: Política, Narrativas e Currículo, Edital da Capes em parceria com a Universidade de Barcelona (ES) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) o qual se encontra vinculado ao meu projeto de estágio pós-doutoral que buscou ampliar e aprofundar a compreensão da problemática dos preconceitos, discriminações e racismos contra mulheres negras na carreira acadêmica em instituições de ensino superior.

Essa parceria alimentou meu desejo de experimentar de forma intensa a prática de pesquisa sobre as narrativas de vida das mulheres negras em suas construções identitárias no ensino superior conhecendo as experiências tanto no Brasil quanto na Espanha, em um momento em que se constata que a despeito da inclusão das mulheres na educação superior

e na pós-graduação a proporção de mulheres docentes nas IES vai se reduzindo à medida que se eleva o nível hierárquico, especialmente nas pesquisas.

Tal fenômeno poderia ser explicado, em parte, por ser recente o acesso massivo das mulheres à educação superior e à possibilidade de escolha de uma carreira acadêmica; por outro lado, sabe-se que, a par da inclusão, os processos de discriminação e reprodução das desigualdades vão se tornando mais sutis. Finalmente, esta pesquisa de pós-doutorado insere-se em um contexto em que o Governo Brasileiro vem tomando uma série de medidas visando ao enfrentamento de todas as formas de discriminação por meio de políticas públicas que apontam para a aceitação e o respeito à diversidade cultural, pois que não significa apenas reconhecer as diferenças, mas refletir sobre as relações e os direitos das mulheres negras adentrarem o ensino superior e a pesquisa e construírem sua identidade profissional.

[...] A pesquisa do meu pós-doutorado na Universidade de Barcelona, intitulada “Narrativas de vida: a construção da identidade profissional de mulheres negras na carreira acadêmica em ensino superior” está “diretamente centrada nas mulheres negras que enfrentam as diferenças nas relações com seus pares e gestores, com os preconceitos, as discriminações e os racismos, obstaculizando movimentos de resistência com vistas ao empoderamento, à visibilidade e à construção identitária no cotidiano docente.

Essa parceria alimenta meu desejo de experimentar, de forma intensa, a prática de pesquisa sobre as narrativas de mulheres negras em suas construções identitárias no ensino superior e conhecer as experiências tanto no Brasil quanto na Espanha, num momento em que se constata que, a despeito da inclusão das mulheres na educação superior e na pós-graduação, a proporção de mulheres docentes nas IES vai se reduzindo à medida que se eleva o nível hierárquico, especialmente nas pesquisas. Esse fenômeno poderia ser explicado, em parte, por ser recente o acesso massivo das mulheres à educação superior e a possibilidade de escolher uma carreira acadêmica; por outro lado, sabe-se que, a par da inclusão, os processos de discriminação e de reprodução das desigualdades vão se tornando mais sutis.

O objeto de estudo é a análise da relação das mulheres negras com o ensino superior em torno da construção de sua identidade profissional, tendo como pressupostos teórico-práticos: a função preponderante da docência, de forma crítica e em consonância com a perspectiva da Lei 10.639/2003 da promoção da igualdade racial como uma construção

social em uma sociedade multicultural eivada de preconceitos, discriminações e racismos que se cruzam com a globalização, as tecnologias intelectuais, a informação e o conhecimento; a função preponderante da/o educador e da escola na educação para a diversidade sexual e de gênero, de forma crítica e em consonância com a perspectiva da justiça de gênero e da democracia como uma construção que atravessa a carreira escolar da educação infantil à educação superior, a partir da experiência em um mundo cruzado por múltiplas globalizações, especialmente as culturais.

O objetivo maior desta pesquisa do estágio pós-doutoral é o de atualização teórica e de revisão crítica acerca das temáticas: mulheres negras, educação superior, identidades profissionais e carreiras acadêmicas com a finalidade de aprofundar estudos sobre o relacionamento entre as teorias sobre raça e etnia, as relações de gênero, as identidades, no âmbito dos Estudos Culturais; e, ao mesmo tempo, estudar e experimentar as tecnologias que permitam reduzir as distâncias dos processos educacionais. Também esta pesquisa articula referenciais teórico-metodológicos da Educação e Ciência da Informação. Nesse sentido, estar na Universidade de Barcelona, como pesquisadora, tornou-se para mim uma oportunidade ímpar até porque fiz meu doutoramento numa universidade do Nordeste e já esgotei todo o potencial de investigação sobre os temas de interesse que esse contexto oferece.

Observações: A professora Mirian, concluiu seu estágio pós-doutoral em 2014. Como fruto dessa pesquisa ela publicou o artigo “A construção da identidade profissional de mulheres negras na carreira acadêmica de ensino superior” pela Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN) em 2015. Em janeiro de 2016 se aposentou, regressando para Vitória da Conquista, Bahia, onde reside a maior parte de sua família, e vive lá até hoje.

5.1.2 Cida por Cida

No caso da professora Cida Moura também apresentamos as narrativas de sua trajetória de vida a partir de seu Memorial Acadêmico, este apresentado para Defesa de Professora Titular da UFMG, como fonte bibliográfica autoral. Vejamos:

Percursos acadêmicos em Ciência da Informação

[...] tenho me construído como intelectual no campo da Ciência da Informação nos últimos 23 anos. Essa construção, no contexto da Ciência da Informação, representa um desafio em virtude de esta ciência ter sido considerada, ao longo de sua institucionalização no Brasil, como um campo voltado à formação de recursos humanos para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Em virtude disso, não parecia haver uma relação natural entre intelectualidade, da perspectiva assinalada acima, informação e tecnologia. Entretanto, nas duas últimas décadas, em virtude do intenso desenvolvimento das tecnologias informacionais em rede e da centralidade da assumida pela informação nas diversas esferas da vida, o campo passou a ser chamado a responder ao desafio de pensar as implicações culturais, sociais e políticas do capital –informação. [...]

No acompanhamento das trajetórias memoráveis que marcaram e formaram a minha visão de mundo sempre estiveram presentes perfis acadêmicos urdidos pelo vanguardismo responsável, pelo fôlego e verticalidade no trato das questões teóricas e metodológicas, pela atenção dada ao aparentemente insignificante e suas prováveis repercussões, pela liderança encorajadora, pela produção acadêmica orientada, não pelos hits, mas pelo cientificamente incontornável e pela generosidade, temperança e acuidade na formação humana que emancipa e engaja. Nesses termos, embora não se saiba a priori a trilha a ser percorrida, as minhas escolhas no campo da Ciência da Informação aconteceram imersas nesses valores desde sempre admiráveis.

Estou vinculada à ECI há cerca de um terço de seus 61 anos de história. Creio que essas duas décadas foram suficientes para poder conhecer e me comprometer com os rumos desta Instituição e participar de modo propositivo e responsável em seus avanços, indagações e reconfigurações.

A formação acadêmica por mim realizada teve por perspectiva a possibilidade de alcançar uma interlocução entre o campo da Ciência da Informação e as demais áreas de conhecimento. Afinal, acho pertinente verticalizar no específico, mas orientado por uma visão ampla das possibilidades de diálogo nas fronteiras do disciplinar e para além dele. É por isso que à Biblioteconomia aliei o mestrado em Educação, o doutorado em Comunicação e Semiótica e o pós-doutoramento em Semiótica Cognitiva e Novas Mídias.

Os diversos estudos realizados e orientados por mim buscaram fortalecer nossa identidade como campo científico, sem, contudo, deixar de lado o enfrentamento de questões e objetos contemporâneos. Nesse sentido, continuamente busquei mapear as orientações teóricas e metodológicas e discutir a pertinência em assimilá-las nos estudos desenvolvidos no campo.

É nesse sentido que participei com trabalhos, por exemplo, de sete das 12 edições de Enancib em seus 18 anos de realização. Ressalta-se que nestas ocasiões os trabalhos apresentados foram norteados por um eixo teórico metodológico coerente e que, a cada nova edição, os nossos estudos ganharam em robustez, fruto de pesquisas continuadas, orientações, debates e reflexões realizadas no âmbito do Grupo de estudos NEMUSAD. Além disso, participo há vários anos, das comissões examinadoras de mestrado e doutorado em Ciência da Informação, bancas de concursos na ECI, Departamento de Comunicação da UFMG e Faculdade de Educação, parecerista ad hoc de revistas eventos científicas nacionais e internacionais o que nos permitem incorporar uma visão mais ampla de constituição de um campo científico.

Do ponto de vista teórico, a Filosofia da Linguagem e as Teorias da Significação em geral e a Semiótica em particular, têm nos fornecido bons aportes teóricos na condução dos estudos tanto na organização da informação e seus desdobramentos específicos, quanto na constituição e ampliação dialogada dos fundamentos teóricos para os estudos dos fenômenos informacionais contemporâneos e históricos.

Nos últimos anos, tenho também dedicado atenção especial aos fóruns internacionais voltados aos fenômenos informacionais como possibilidade de ampliação da interlocução e de fortalecimento de nossas parcerias acadêmicas. Desse modo, participei com trabalhos em importantes eventos, dentre os quais destaco o Congresso Mundial de Semiótica em 2009, a ISKO – Roma em 2010, ISKO Espanhola em 2009, a International Conference on Webometrics, Informetrics and Scientometrics (WIS) & COLLNET Meeting realizados em na Índia em 2010 e Turquia em 2011, do H2PTM - Hypertexte et Hypermédia, Produits, Outils et Méthodes realizado em Paris em 2009 e McLuhan Galaxy Conference - Understanding Media, Today, realizado em Barcelona em 2011. Como desdobramento desses eventos e visibilidade internacional tenho tido a oportunidade de enviar alunos oriundos da ECI para estágios em importantes pólos mundiais de pesquisa.

A legitimação alcançada nesse percurso me permitiu também participar da gestão da Universidade em cargos estratégicos e prestigiosos para a interlocução acadêmica. Dentre essas funções, destaco a coordenação do Programa de Pós- Graduação em Ciência da Informação e a Coordenadoria de Políticas de Inclusão Informacional – CPINFO/UFMG, assumida em 2010 e que tem me permitido realizar importantes ações que ampliam a visibilidade da Ciência da Informação em geral e da ECI no cenário nacional e Internacional.

O Grupo de Estudos e Trabalho em Educação Comunitária - GETEC

Comecei minhas atividades profissionais no campo da Ciência da Informação como documentalista do GETEC – Grupo de Estudos e Trabalhos em Educação Comunitária. O GETEC originou-se do CEDOC – Jovem, o primeiro centro de informação social de Minas Gerais. A instituição foi criada nos anos 60 e dedicava-se à organização das informações sociais de uma perspectiva não hegemônica para apoiar o fortalecimento dos movimentos sociais e a luta contra a ditadura. Esse trabalho, realizado regularmente dos anos 1960 aos dias atuais, era feito em função de os próprios movimentos não terem condição de documentarem-se. Então, o grupo era um centro de referência para os movimentos sociais, cobrindo em termos informacionais, alguns tópicos da agenda social daquela ocasião.

Em princípio, fui secretaria e trabalhava, ao mesmo tempo, com as lideranças sociais e com pesquisadores das universidades e também com muitos pesquisadores internacionais. Enfim, pessoas que tinham interesse em compreender os movimentos sociais naquele momento, a eclosão e como se estabeleciam as lideranças nesse contexto.

Senti que ali se fortalecia a minha sensibilidade para o trabalho com a informação.

Devido a essa experiência no Getec, quando comecei o curso de graduação em Biblioteconomia, aos 24 anos, eu já tinha clareza da minha vocação para atuar como bibliotecária e estava certa de que meu trabalho com a informação seria pautado numa perspectiva social que sempre fez parte da minha trajetória pessoal.

Minha graduação foi intensa porque eu tinha uma prática profissional vinculada ao GETEC. A questão da interdisciplinaridade era natural em virtude dos contatos que estabeleci relacionados com a informação e a própria trajetória de interação e militância nos movimentos sociais. No trabalho de documentação era preciso acionar conhecimentos

ratificados e interagir com pessoas de formações distintas. Desse modo, tornou-se natural a criação de vínculos com outras áreas de conhecimento.

Formei-me nessa conjuntura. Na época, havia uma grande demanda por profissionais que pudessem documentar a informação na emergência dos acontecimentos. Fotografar, gravar, organizar informações que permitissem a sensibilização do discurso acadêmico para as questões sociais. Nesse período ressignificava-se o papel dos intelectuais e a Universidade tornando-a um espaço de pertinente de democratização dos saberes.

A formação acadêmica: transdisciplinaridade e diálogo

A minha formação acadêmica seguiu um curso natural de construção e amadurecimento, porém, sem nenhum planejamento rígido a priori. Desde a graduação em Biblioteconomia, passando pelo mestrado em Educação, doutorado em Comunicação e Semiótica, estágio de pós-doutorado Semiótica e Novas Mídias e o início de uma formação em Filosofia sempre assumi um percurso formativo que me permitisse dar conta dos desafios que se apresentavam.

A sensação de ordem harmônica no momento de construção da narrativa do memorável não dá conta das idas e vindas, dilemas e enfrentamentos necessários a essa construção. Nessas etapas formativas vividas fui acompanhada por professores sérios, experientes e comprometidos com um ideal de formação humana que vai além do estritamente acadêmico.

Em virtude disso, pude assumir temáticas de pesquisa tecidas na articulação de um fundamento teórico robusto e por temáticas ainda pouco repertoriadas à época da realização dos estudos.

O foco na perspectiva dialógica, processual e semiótica para analisar os fenômenos sociais e informacionais tornou-se minha característica formativa fundamental. No entanto, é necessário ressaltar que essa movimentação intelectual nada tem dispersão acadêmica e/ou superficialidade na condução dos estudos. Ao contrário, a abertura para o diálogo transdisciplinar exige verticalidade, fôlego, espírito aberto e tenacidade no desenvolvimento dos e ações.

Atuação nos cursos de graduação da Escola de Ciência de Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI/UFMG)

O exercício do magistério na Universidade Federal de Minas Gerais aconteceu de maneira tão natural quanto possível, em circunstâncias como essas. Dito de outro modo, não houve tempo para hesitações e dúvidas. Fácil não foi. Impossível? Tampouco. Desafiador e prazeroso? Imensamente!

Formei-me na graduação em Biblioteconomia no segundo semestre de 1993. Em seguida, dei início ao mestrado em Educação na Faculdade de Educação da UFMG. No segundo semestre de 1994, surgiu a possibilidade de atuar como monitora de Pós-Graduação na Escola de Biblioteconomia da UFMG. Participei da seleção e fui aprovada para atuar no Departamento de Teoria e Gestão da Informação na disciplina “Informação e Sociedade”, sob a orientação da professora Marta Kerr Pinheiro. Fiquei à frente dessa disciplina por dois semestres, um verdadeiro presente, já que as temáticas tratadas na disciplina estabeleciam conexões com o que eu estudava no mestrado e com as pesquisas desenvolvidas anteriormente na iniciação científica.

Ao fim desse período, eu já estava completamente integrada como docente à Escola na medida em que também cursava disciplina eletiva no PPGCI. Recebi, então, outros convites para continuar atuando como monitora de outros professores da Escola. Contudo, em virtude de uma conversa com a professora Isis Paim, na ocasião coordenadora do PPGCI, sobre o processo de renovação da Escola e de minhas possibilidades como docente, resolvi apostar no feeling e aconselhamento da colega no sentido de prestar concurso para professora substituta do Departamento de Organização e Tratamento da Informação – DOTI. Na opinião da professora, a área de organização da Informação representava um eixo fundamental na Ciência da Informação e precisava ser reforçada por “jovens talentos” produzidos na própria Escola. Fiquei convencida e agradecida pelos conselhos e novos caminhos a seguir.

Assim, prestei concurso para a área de organização e tratamento da informação em 1995, atuando como professora substituta por um ano. Na ocasião ministrei diferentes disciplinas do assumidas pelo Departamento de Organização e Tratamento da Informação. Em 1996, ao final do contrato de substituição e já com a conclusão do mestrado, tive a oportunidade de prestar concurso como professora Assistente no mesmo Departamento.

Uma vez aprovada no concurso, assumi as atividades docentes atuando prioritariamente nas disciplinas de Organização e Tratamento da Informação, mas também revezando-me na oferta de conteúdos no núcleo de fontes e de disciplinas optativas, uma oportunidade de introduzir inovações no currículo do curso de Biblioteconomia.

Durante esse período, o programa de formação da Graduação passou por duas reformas curriculares balizadas por intensos e acalorados debates envolvendo a Comunidade da ECI. Garantir o necessário equilíbrio entre as demandas sociais, as necessidades do mercado, o novo estatuto da informação e as intensas transformações e reconfigurações acentuadas pela globalização econômica foi um debate difícil e, em alguns momentos, extenuante. Devido à intensidade das mudanças atuais, por vezes, chegávamos a pensar que deveríamos estar em constante reforma curricular, afinal as transformações que tentávamos implantar em nosso currículo pareciam ser constantemente atropeladas pelos novos desafios postos aos profissionais da informação e consequentemente aos centros formadores.

Outro debate também bastante intenso e atual é aquele relacionado às transformações no perfil do corpo docente da ECI. Esse debate tem exigido do grupo de professores que compõem a Escola muita discussão e reflexão. O certo é que alcançamos nesses 61 anos de ECI muito respeito institucional em nível nacional e internacional que se reflete na qualidade dos profissionais que a Escola tem formado. Todavia as recentes expansões na oferta de cursos exigem um projeto coeso na articulação da tradição do campo com os novos desafios assinalados no desenho de formação profissional exigido nesses novos tempos.

Devido à expansão da Escola, a partir de 2009, com a incorporação dos cursos de Museologia e Arquivologia, acredito que muitas transformações ainda estão por vir. A inclusão das novas formações exige que o debate interdisciplinar se efetive não apenas no nível discursivo, mas também no âmbito das práticas pedagógicas e no contexto do desenvolvimento das pesquisas.

Meu esforço nos últimos anos foi o de incorporarmos resultados das pesquisas desenvolvidas e consonância com um diálogo com a sociedade. Isso permite aportar maior articulação entre a história disciplinar e a atualidade e estimular o compromisso dos alunos com o campo de conhecimento. Nesse sentido, introduzi nas disciplinas ofertadas um olhar sobre a organização e o uso da informação com foco no processo de concepção da

informação da perspectiva cultural e social. Assim, coloquei em diálogo metodologias clássicas e alternativas resultantes de apropriações populares com os elementos dados pelos resultados das pesquisas recentes. Como exemplo, apresentei as plataformas móveis como uma instância propícia ao trabalho do bibliotecário; ampliei o método de composição de tesouros e ontologias, com a incorporação das redes colaborativas como parte do processo de renovação e legitimação da linguagem; introduzi as teorias da significação no entendimento do caráter processual da informação e suas implicações no desenvolvimento das fontes informacionais, na organização e disseminação das mesmas. Incorporar a articulação entre os distintos profissionais que atuam no contexto informacional como forma de especificar a abordagem própria à Ciência da Informação no compartilhamento da mediação informacional exercida por distintos profissionais também foi uma experiência nesse sentido. Além disso, atuei ativamente nos processos de reforma curricular, como forma de institucionalizar as mudanças que a área tem realizado e que precisam estar presentes na formação acadêmica de nossos alunos.

A atuação docente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFMG

Solicitei meu credenciamento no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFMG em 2002 dando início às atividades com a participação em bancas de qualificação e defesa de trabalhos de mestrado e a colaboração com professores do Programa no desenvolvimento de disciplinas. Nesse sentido, dividi a disciplina de Tratamento da Informação inicialmente com os professores Eduardo Wense Dias e Lídia Alvarenga. A disciplina já existia na grade curricular e o nosso esforço era o de ofertar um conteúdo clássico de organização da informação e do conhecimento que permitisse o diálogo e a compreensão dos conceitos centrais desse domínio com os distintos projetos desenvolvidos nas três linhas de pesquisa do PPGCI.

Foi uma experiência enriquecedora por permitir-me iniciar o aprendizado com professores experientes em termos de Pós-Graduação (ambos haviam sido coordenadores do PPGCI/UFMG). Com os referidos professores aprendi a distinguir a estrutura e a condução de uma aula em nível de pós-graduação e o estabelecimento de interface com as pesquisas em curso e o sistema de avaliação.

[...]

Em 2008 e 2009, em virtude de estar à frente da coordenação do PPGCI, ofertei o seminário introdutório que visa dar aos alunos recém-integrados ao programa uma visão do projeto político pedagógico, bem como a sua articulação com as trajetórias formativas propostas e os perfis acadêmicos almejados e interesses de pesquisa do corpo docente. Tive a oportunidade de expressar-me como coordenadora e professora do PPGCI, além de fornecer aos alunos uma visão coerente e propositiva da formação ofertada pela UFMG. Foi um momento importante e delicado em virtude da mudança do conceito do Programa de cinco, para quatro. Era necessário fortalecer o engajamento dos alunos à proposta do Programa e o estabelecer um compromisso com a mudança de patamares na avaliação junto a Capes.

[...]

Em decorrência do esforço envidado pelo grupo de docentes e discentes em torno de um projeto comum o Programa voltou ao conceito cinco na avaliação de 2009.

A criação do curso de Ciência da Informação em Moçambique e a colaboração acadêmica sul- sul

Em 2005, o governo brasileiro, por meio do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), junto com os seus congêneres de Cabo Verde, Moçambique e Angola, assinaram um tratado de cooperação, cujo objetivo é de facilitar – por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – a mobilidade de cientistas, pesquisadores e técnicos, de modo a fortalecer as relações de cooperação científica e tecnológica entre os países envolvidos, contribuindo para a criação e o fortalecimento das capacidades nacionais, através de atividades de assessoramento, formação e o intercâmbio de experiências, no processo de organização e gestão da Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

Com intuito de atuar nesse campo a ECI/ UFMG - Brasil (instituição executora nacional) e o FBLP (Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa) e o CIDOC (instituição co-executora estrangeira) desenvolveram no período de 2005-2008 o projeto Estudo de Viabilidade para Implantação do Curso de Graduação em Ciência da Informação em Moçambique, aprovado pelo CNPq com a participação de pesquisadores brasileiros e moçambicanos, de diferentes áreas do conhecimento, entre elas a Ciência da Informação,

Educação, Sociologia, Filosofia e Ciência da Computação. Neste projeto atuei como coordenadora em colaboração com a professora Wanda do Amaral, do FBLP, que coordenou a equipe moçambicana.

O projeto nasceu da necessidade de compreendermos a questão da cooperação internacional sob um ponto de vista distinto do que regularmente se estabelece para os países em desenvolvimento. Assim, percebeu-se que os processos tecnológicos globais de ampliação dos mercados econômicos proporcionaram a um só tempo o acirramento das desigualdades e a aproximação dos povos do mundo inteiro. Em outras palavras, os mesmos instrumentos que geram a diferenciação econômica e política entre os povos são os que nos abrem as possibilidades de desenvolver, do ponto de vista da cooperação internacional, uma perspectiva endógena e negociada entre os iguais, ou seja, entre os países periféricos.

No início, dada às altas taxas de analfabetismo em Moçambique, não parecia razoável o desenvolvimento de um projeto voltado à formação em nível superior em Ciência da Informação, campo que deve contar com elevados índices de alfabetização e uma boa infraestrutura em termos de indústria informacional. Contudo, partiu-se da constatação de que era necessário desenvolver uma proposta de educação que permitisse, do ponto de vista da formação humana, a superação das amarras do passado colonial.

Logo, buscamos estruturar uma equipe de trabalho que refletisse, em termos das competências intelectuais e profissionais, a envergadura do desafio proposto. Desse modo, constituiu-se uma equipe composta pelas seguintes áreas do conhecimento: Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Comunicação, Educação, História, Filosofia, Letras e Ciência da Computação.

O desafio na composição dessa equipe foi compatibilizar as múltiplas visões em torno do estudo proposto. Por isso, construímos uma abordagem metodológica que permitisse o diálogo interdisciplinar entre essas áreas. Acreditamos que desses esforços interdisciplinares poderiam advir novas contribuições para as áreas em particular, assim como para a compreensão do fenômeno informacional na sociedade globalizada. A interdisciplinaridade de acordo com Domingues (2005: p.24)²² refere-se à aproximação de distintos campos disciplinares para a solução de problemas específicos. Nessa articulação, os campos

²² Citado pela autora: DOMINGUES, Ivan (org.). **Conhecimento e transdisciplinaridade II: aspectos metodológicos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

disciplinares compartilham e inovam metodologias. Além disso, após o movimento cooperativo, os campos podem se fundir ou gerar uma nova disciplina.

O projeto teve por objetivo realizar um estudo de viabilidade social, política e técnica para a criação de um curso de Ciência da Informação em Moçambique, considerando-se as demandas informacionais postas pela Sociedade da Informação no âmbito dos países em desenvolvimento. Além da formalização da cooperação entre Moçambique e o Brasil em matéria de ciência e tecnologia, o projeto visou dar início a um fluxo de cooperação científica com vistas a contribuir na produção de conhecimento no âmbito da temática referente à Sociedade da Informação de modo mais sistemático. Na ocasião o grupo formado acreditou que, do ponto de vista dos países em desenvolvimento, era possível encontrar soluções comuns em que se leve em consideração as particularidades das nações implicadas.

O curso de graduação em Ciência da Informação de Moçambique foi pensado visando compreender a Sociedade da Informação do ponto de vista dos países em desenvolvimento. Na proposta buscou-se imprimir uma dinâmica que permita avançar tomando o local como referência e o global como contexto. O projeto buscou propor uma formação na qual a informação é compreendida como o produto humano que contribui efetivamente no processo de construção do conhecimento, e não como um produto de valor agregado orientado pela voracidade do mercado em busca de novas fronteiras consumidoras.

II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora

Em julho de 2006, fase na qual eu estava em estágio de pós-doutoramento junto à Fondation Maison Sciences de Homme (FMSH) de Paris, fui convidada pelos Ministérios das Relações Exteriores e da Cultura para proferir palestra na II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora (CIAD). O evento, que já havia ocorrido em 2004 em Dacar, Senegal, realizou-se em Salvador no período de 12 a 15 de julho daquele ano.

O evento contou com as presenças de lideranças políticas e intelectuais do mundo inteiro dentre os quais o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva; a ecologista queniana, Wangari Maathai; ganhadora do Prêmio Nobel da Paz de 2004, e o presidente da União Africana, Alpha Oumar Konaré. Participei como representante do Brasil na mesa que debateu Tecnologia da Comunicação e Informação com o tema “Sociedade da informação, mídias e novas tecnologias: invisibilidade dos povos ou expansão dos espaços de expressão e

resistência?”. Nessa conferência, assinalai os avanços e retrocessos da sociedade da informação no contexto dos países em desenvolvimento, notadamente os países africanos e sua interface com o Brasil.

Durante o evento atuei ainda como intérprete (português/Francês) entre intelectuais brasileiros e o presidente da União Africana e ex- presidente do Mali (1992-2002), Alpha Oumar Konaré. Foi uma possibilidade de estreitar laços com intelectuais de outros países africanos e redimensionar as ações e a perspectiva internacional envolvida em meus trabalhos de pesquisa. A II CIAD ampliou ainda mais as minhas perspectivas de diálogo e colaboração sul-sul e deu-me a dimensão da importância estratégica do meu trabalho como intelectual brasileira.

A experiência como professora convidada da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) e na *Fondation Maison Sciences de l’Homme* (FMSH)

No ano de 2005, conheci o laboratório Equipe Sémiotique Cognitive et Nouveaux Multimédias (ESCoM) da Fondation de la Maison des Sciences de l’Homme (FMSH/Paris). Esse laboratório desenvolve experiências acadêmicas no campo da organização e disseminação da informação científica muito próximas daquelas que tenho desenvolvido no Brasil e isso foi motivo de grande contentamento, dado que eu havia encontrado meus interlocutores acadêmicos. O estabelecimento do contato com o coordenador do laboratório, professor Peter Stockinger, motivou-me de tal forma que começamos a traçar possibilidades de construção de parcerias acadêmicas em nosso domínio de interesse, discurso e comunicação científica no campo das ciências sociais e humanas.

Atualmente, integro a equipe ESCoM; tendo atuado, em 2008, como professora convidada da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), devido as ações desenvolvidas ao longo do pós-doutoramento.

[...]

A cooperação científica se consolidou no período de 2010-2011 e conta com a participação do coordenador da ESCoM, Peter Stockinger, em atividades relacionadas à Comunicação científica.

Comitês editoriais, científicos e equipes de pareceristas Ad Hoc

Nos últimos anos, tenho exercido a função de parecerista na avaliação de artigos científicos, projetos de pesquisa e trabalhos científicos em eventos nacionais e internacionais. Dentre as atividades desenvolvidas com o referido trabalho, destaco os seguintes comitês: parecerista Ad Hoc do CNPq e da Capes; da Revista Transinformação, da Revista Perspectivas em Ciência da Informação, do GT 2 (Organização e Representação do Conhecimento) e GT3 (Mediação, circulação e apropriação da Informação) da Associação Nacional de pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), do Capítulo Francês da ISKO(International Society for Knowledge Organization), da rede MUSSI (Réseau Franco-Brésilien de Chercheurs en Médiations et Usages Sociaux des Savoirs et de l'Information), da Câmara de Pesquisa da UFMG, do Encontro do Sistema de Bibliotecas da UFMG, do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias – SNBU, dentre outros.

Trata-se de uma atividade fundamental ao desenvolvimento da Ciência da Informação, como campo científico em nível nacional e Internacional. Vale ressaltar as dificuldades e a responsabilidade no desenvolvimento desse tipo de atribuição, sobretudo, em virtude de atuar na consolidação dos princípios éticos e científicos que devem regular o campo. Creio que o compromisso com a história do campo e a sensibilidade ao novo me tem permitido exercer com serenidade essa atividade.

Revista Memex – Informação, Cultura e Tecnologia

No ano de 2002, idealizei em parceria com orientandos de mestrado a Revista Memex – Informação, Cultura e Tecnologia, uma revista eletrônica multidisciplinar de periodicidade bimestral, dedicada à divulgação de estudos relativos à informação, cultura e tecnologia. A revista é multilíngue e publica trabalhos em português, espanhol, inglês e francês. Através da implementação da revista tivemos a oportunidade de contribuir, do ponto de vista da Ciência da Informação em interface com outras áreas de conhecimento, no debate sobre Ciências Sociais e inovações tecnológicas. No período citado divulgamos, através da revista, estudos, experiências, percepções, produtos e serviços concebidos nessa década de intensas transformações sociais e tecnológicas. A Revista foi incorporada ao NEMUSAD e atualmente

passa por reformulações para integrar o portal de periódicos da Escola de Ciência da Informação da UFMG.

A Coordenadoria de Políticas de Inclusão Informacional – CPINFO

Em 2010 fui convidada pelo atual Pró-Reitor de Planejamento da UFMG, professor João Antônio de Paula, a conceber e implantar um setor voltado ao diálogo entre a Universidade e a Sociedade a partir da na Pró- Reitoria de Extensão tomando como referência a informação de interesse público. Senti-me profundamente honrada com o convite e dei início a parcerias e projetos que tornassem a proposta viável. Assim, coordeno desde o mês de março de 2010 a CPINFO (Coordenadoria de Políticas de Inclusão Informacional) – órgão vinculado à Diretoria de Divulgação Científica e à Pró-Reitoria de Extensão da UFMG –, que objetiva identificar, sistematizar, organizar, produzir e disseminar informações e conhecimentos de interesse público na interação Universidade-Sociedade.

[...] À frente desta coordenadoria estabeleci parcerias internas e externas à UFMG que tem permitido ampliar a capilaridade das ações da Universidade e fortalecer o diálogo em torno das questões referentes aos processos de produção e disseminação da informação e do conhecimento.

Dentre os nossos principais parceiros estão as Prefeitura Municipais de Contagem e Belo Horizonte, os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia para Web e sobre a Dengue, o sistema de Bibliotecas da UFMG, o CEDECOM e o Laboratório de Ciência da Computação (LCC).

O projeto “Informação, inclusão e solidariedades em rede: a formação de lideranças informacionais comunitárias” integra os esforços da Prefeitura de Contagem em parceria com a UFMG e as agências da ONU (PNUD, UNESCO, UNODC, UNICEF, OIT, UN-Habitat) de desenvolver ações dirigidas a alcançar a redução da violência que afeta crianças, jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade. A ação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) relaciona-se à formação para a participação juvenil através de estratégias compartilhamento e de produção de informações em redes de solidariedade comunitária. O projeto visa ainda proporcionar educação pública e a formação de recursos humanos intra e extramuros acerca do uso de tecnologias da informação e comunicação nas diversas esferas

da vida, visando ampliar as possibilidades da participação cidadã na sociedade da informação e do conhecimento.

O projeto tem por objetivo atuar de forma orgânica na “realidade complexa e multideterminada do fenômeno metropolitano” através da identificação, sistematização, fomento e análise das redes informais e sistemáticas de solidariedade e cooperação comunitária desenvolvidas no âmbito da RMBH no campo da inclusão informacional, com vistas a fomentar a cultura informacional e o funcionamento colaborativo em rede, através da adoção de tecnologias sociais e da formação humana das lideranças informacionais comunitárias.

Através dessa iniciativa busca-se fomentar o protagonismo comunitário, sobretudo o juvenil no desenvolvimento de iniciativas que visem à sustentabilidade das ações comunitárias e sua autonomia em relação à tutela do Estado, das estruturas político-partidárias ou de organizações do terceiro setor. Busca-se ainda investir em processos de formação de lideranças juvenis com o objetivo de fazer face aos altos índices de violência a que estão submetidos os jovens do município de Contagem, de acordo com a constatação de vulnerabilidade presentes nos prognósticos baseados nas estatísticas de 2006 que previa 460 mortes por homicídio de adolescentes de 12 a 18 anos até 2012.

Como parte dessa iniciativa, publicamos em 2011 o livro “Cultura Informacional e Liderança Comunitária: concepções e práticas”, em versão impressa, E-book e Internet no qual fornecemos subsídios para a ação comunitária em tempos de inovações tecnológicas. A publicação toma como eixo fundamental a autonomia esclarecida das lideranças comunitárias desenvolvidas a partir da conexão de saberes acadêmicos e populares e busca criar os elementos necessários à participação comunitária na Sociedade da Informação e do Conhecimento e nos desdobramentos dela decorrentes de uma perspectiva mais equitativa e menos contingente.

Criei e coordeno desde agosto de 2010 o site de compartilhamento de vídeos acadêmicos UFMG TUBE. O projeto, mantido pela CPINFO, é um canal de postagem colaborativa de vídeos dedicados à divulgação da produção científica desenvolvida por professores, pesquisadores e alunos vinculados a UFMG. O projeto integra o esforço institucional de preservação, edição e publicação de acervos audiovisuais culturais e científicos.

Extensão e Ações Afirmativas na UFMG

Em agosto de 1998, assumi a coordenação do Centro de Extensão da Escola de Ciência Informação, mas, devido a minha liberação para qualificação no País a partir de outubro do mesmo ano, fui levada a deixar o referido cargo, passando a realizar contribuições pontuais em projetos específicos.

Em 2001, passei a integrar o Programa Ações Afirmativas na UFMG, coordenado pela professora Nilma Lino, da Faculdade de Educação, uma iniciativa que nasceu no bojo da discussão sobre a democratização do acesso ao ensino superior brasileiro. Nesse sentido,

“integra o conjunto dos 27 projetos aprovados no Concurso Nacional Cor no Ensino Superior, promovido pelo Programa Políticas da Cor, do Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, com apoio da Fundação Ford, no ano de 2001. Trata-se de uma proposta que apresenta estratégias de intervenção com vistas a reduzir os efeitos antidemocráticos dos processos de seleção e exclusão social impostos aos afro-brasileiros e a promover a permanência bem sucedida de estudantes negros(as), sobretudo os(as) de baixa-renda, regularmente matriculados(as) nos cursos de graduação da UFMG. Visa também a entrada destes(as) nos cursos de pós-graduação.”

O Programa se estrutura a partir de duas linhas de ação. A primeira envolve atividades para apoiar os estudantes beneficiários do programa, tanto do ponto de vista acadêmico, quanto material. A segunda volta-se para o desenvolvimento de sua identidade étnico/racial, a partir de debates, no interior da universidade, acerca da questão racial na sociedade brasileira e do envolvimento dos (as) alunos (as) em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Em virtude disso, me envolvi em distintas frentes de trabalho que implicaram na oferta de cursos de competência informacional para pesquisa voltada aos jovens que integraram o Programa; coordenação do Documentário “Ações afirmativas: entre o projeto e o gesto”; coordenação do programa de ensino PAD, que durante dois anos investiu na formação de bolsistas acerca da literatura clássica sobre a questão racial no Brasil. Além dessas atividades o Programa Ações Afirmativas produziu inúmeras publicações científicas dentre as quais publiquei os seguintes trabalhos.

No âmbito das atividades integradas ao Programa Ações Afirmativas na UFMG, atuei no ano 2007, como conselheira da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos à Educação dos afro-brasileiros – CADARA mantida pela SEPPIR e pelo Ministério da

Educação. A Comissão é responsável pela elaboração, acompanhamento, análise e avaliação de políticas educacionais voltadas para os afrodescendentes brasileiros.

O percurso como pesquisadora

O meu percurso como pesquisadora no campo da Ciência da Informação teve início em 1990, quando, num esforço coletivo com a professora Ana Maria Cardoso, e a colega Maria Carmem Castelo Branco Rena, tivemos aprovado o primeiro trabalho de pesquisa em nível de iniciação científica. Tratava-se de uma pesquisa voltada à identificação, sistematização e organização da linguagem adotada na informação produzida no contexto dos movimentos sociais organizados.

Nessa fase, esta atividade representava um desafio importante, haja vista a reabertura política brasileira que acontecia, em certa medida, sob os auspícios das universidades públicas. Tratava-se de uma aproximação conceitual e de linguagem que permitiria, do nosso ponto de vista, um melhor entendimento e comunicação entre os pesquisadores e os atores sociais envolvidos com as mudanças sociais que se descortinavam no período. Essa pesquisa teve a duração de 24 meses e gerou como produto final um tesouro para organização e disseminação da informação dos movimentos sociais brasileiros.

A referida pesquisa foi uma etapa importante por permitir-me a realização de uma reflexão mais específica na fronteira entre a efetividade dos fenômenos sociais e as práticas acadêmicas.

Na ocasião, as minhas ações de pesquisas se faziam na hoje reconhecida fronteira transdisciplinar entre a Ciência da Informação, Comunicação e Educação. Havia na atmosfera acadêmica uma forte tendência a esse tipo de articulação intelectual, absolutamente saudável ao ensino que se professava à época. Ademais, as ações profissionais por mim desenvolvidas no GETEC e, posteriormente, na Rede Minas de Televisão evidenciavam a importância da construção de fontes de informação alternativas como forma de garantir outros falares no contexto científico e social.

[...] O desenvolvimento da pesquisa, em plena expansão das tecnologias colaborativas em rede, o que hoje nomeamos Web 2.0, exigiu um olhar atento, para além da temática intrínseca ao estudo. [...]

[...] Nessa linha de raciocínio, tenho me especializado na discussão metodológica a partir do dispositivo digital, colaborativo e em rede. Assim, os trabalhos e orientações em nível de pós-graduação são conduzidos por essa preocupação e pelos impactos percebidos nos distintos contextos sociais.

[...] Desde a minha admissão no quadro permanente da Escola de Ciência de Informação, tenho estado envolvida com a formação de jovens pesquisadores no âmbito da Ciência da Informação. Nesse sentido, oriento trabalhos de bolsistas de iniciação científica, especialização, mestrado e doutorado, assim como participo de bancas de avaliação de exames de qualificação e apresentação dos trabalhos finais de pós-graduação em Ciência da Informação, Comunicação, Computação, Educação, dentre outras áreas. Atuo, ainda, como orientadora de trabalhos finais de formação em Biblioteconomia, Comunicação e áreas afins.

A possibilidade de trabalhar nesse contexto de articulação da pesquisa e a formação profissional tem sido uma excelente oportunidade de contato com distintos espaços sociais e áreas do conhecimento, bem como a possibilidade de desenvolver uma escuta sensível que nos permite incorporar mais agilmente as agendas emergentes de pesquisa no campo da Ciência da Informação. Nesses termos, a orientação retroalimenta e dinamiza a pesquisa e fomenta a proposição de cursos específicos e vice-versa.

Nos últimos anos, orientei diversos estagiários de final de curso de graduação em Biblioteconomia e Comunicação. Na especialização em Arquitetura da Informação foram três trabalhos de conclusão de curso e, em Gestão Cultural, nove. Na iniciação científica foram cerca de vinte orientandos nas modalidades PIBIC e PROBIC. Nos projetos especiais de Monitoria, PID, PAD, PAE orientei 14 alunos. Dentre os orientandos de iniciação científica, monitoria, PID e PAD e PAE dez alunos ingressaram em programas de pós-graduação e os demais atuam no mercado de trabalho em distintas profissões.

Como orientadora principal, orientei 23 dissertações de mestrado e co-orientei outros 04 trabalhos, sendo um na área de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em parceria como o professor Júlio Pinto, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC/Minas e no mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da UFMG. Orientei ainda um mestrado profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local como colaboradora do Centro Universitário UNA.

Quanto aos discentes de mestrado, nove ingressaram em programas de doutoramento, sendo um na Suécia e outro na França, dez tornaram-se docentes do ensino superior e os demais atuam como profissionais especializados e gestores nas áreas de Ciência da Informação, Comunicação, Gestão cultural, Educação e Computação.

[...] Dentre os temas por mim orientados na pós-graduação, percebe-se o apelo interdisciplinar do campo da CI. Nesse caso, os docentes que, como eu, possuem uma formação interdisciplinar orientam projetos que estabelecem a relação entre temáticas novas e aquelas já estabelecidas no campo da Ciência da Informação. Durante os dez anos em que atuo junto ao PPGCI, orientei temas emergentes na agenda de pesquisa da Ciência da informação, dentre os quais, qualidade de informação em webjornais, organização da informação para interfaces móveis, serviços de atendimento a clientes, **práticas informacionais em distintos segmentos sociais e profissionais**, competência informacional, redes de colaboração científica, ambientes virtuais de aprendizado, informação e **políticas públicas para a área da cultura**, informação, corpo e tecnologia, organização da informação em ambientes colaborativos, ambiente para geração e manutenção semiautomática de tesouros, organização da informação de sites turísticos, competência informacional e a formação do pesquisador juvenil, **construção social da informação em narrativas orais**, tradição pragmática da Ciência da Informação: uma leitura em diálogo com Wittgenstein, tradução intersemiótica estudos da perspectiva da Semiótica de Charles Sanders Peirce, dentre outros. [grifo nosso]

[...] No Núcleo de Estudos das Mediações e Usos Sociais dos Saberes e Informações em Ambientes Digitais (NEMUSAD) temos trabalhado também com a possibilidade de coleta e sistematização coletiva dos dados de pesquisa, formando assim repositórios de dados tratados que contribuam para a consolidação de estudos longitudinais nos eixos temáticos privilegiados pelo Núcleo. Com esse intuito, parte dos profissionais formados sob a minha orientação integra hoje o já citado grupo de pesquisa, NEMUSAD, dando continuidade ao diálogo acadêmico iniciado no processo de orientação nos distintos níveis.

Nessa conjuntura, a formação de pesquisadores sociais orientada por um novo registro formativo estabelece que o processo se realize com base na experimentação, no encorajamento mútuo e na produção coletiva. Isso se deve ao fato de estarmos a analisar fenômenos sociais fugidios sobre os quais ainda há pouco acúmulo reflexivo e autoral. Desse

ponto de vista, mestres e aprendizes se situam em patamares muito equilibrados no esforço de descrição, explicação e interpretação ainda provisória dos fenômenos.

[...] A minha formação como pesquisadora, nos últimos anos, foi construída nesse tecido social e em instituições e campos do conhecimento que tomaram para si a tarefa intelectual de refletir e produzir conhecimento na emergência do fenômeno. Desta feita, as minhas escolhas como pesquisadora se realizaram na confluência das transformações em curso e objetivaram compreender de que modo a CI pode ter uma participação autoral nas reflexões sobre os fenômenos contemporâneos.

Propor debates acadêmicos nas fronteiras do campo permitiu o alargamento de sua borda de modo consciente dos limites e perspectivas implicados. Desse modo, minhas escolhas temáticas foram guiadas por uma adesão inarredável ao campo da Ciência da Informação, mas ao mesmo tempo, busquei conhecimentos e parcerias esclarecedoras dos desafios enfrentados. [...]

Observações: Por muito tempo a professora Cida Moura foi a única professora negra da ECI/UFMG. Ela se tornou a primeira professora titular negra da história da Universidade Federal de Minas Gerais, em seus 85 anos de fundação, em 20 de novembro de 2012, dia da Consciência Negra.

5.1.3 Joselina por Joselina

Iniciaremos com alguns temas abrangentes sobre a sua trajetória de vida presente em alguns fragmentos extraídos de suas pesquisas, compartilhadas para este estudo, intituladas “De estudantes a professoras universitárias: docentes negras construindo práticas de enfrentamento ao racismo” (2018) e “Dialogando autoetnografias negras: intersecções de vozes, saberes e práticas docentes” (2019), portanto textos autorais, que segundo a pesquisadora enquadra-se como “autoetnografias” e enfoca no saber e o fazer científico de professoras negras, onde ela é uma das protagonistas que tem a trajetória narrada em primeira pessoa, complementaremos em seguida com texto autoral “Meu Baobá Genealógico: Histórias e memórias de mulheres que me sustentam” (2019). Dentre as pesquisadoras, a professora Joselina é a única que não disponibilizou memorial análise. Ela

informou que não tinha um atualizado, pois a última vez que precisou de um foi há mais de 10 anos atrás (conversa presencial). Vejamos:

Da docência – Primeira Incursão – o Pai

[...] Eu não desejava e era desestimulada por meu pai a ser professora. Acredito que ele – diferentemente de sua geração - não visse valor nesta profissão. Após o ginásio, era a hora de escolher o segundo grau. Só havia três cursos disponíveis o Normal, o Científico e o Secretariado. Escolhi o primeiro, pois era o único que me permitiria, aos dezenove anos, ter a possibilidade de ingressar no mercado de trabalho, para lecionar. Assim, não dependeria financeiramente de meu pai. Nossa economia vinha de uma barraca de camelô, no Centro de Duque de Caxias (RJ), onde meu pai vendia, ervas medicinais. Ele era um erveiro. O sonho dele é que me tornasse jornalista, como a Glória Maria, que víamos diariamente, no jornal noturno da televisão.

Do Racismo – Segunda excursão – “Amizades”

[...] Cresci ouvindo sempre expressões do tipo: “Ah... ela é negra, mas é inteligente”, como se o fato de me esforçar por estudar e saber, compensasse o fato de ser negra, por conseguinte, me tornasse inferior aos outros. Sendo “inteligente”, eu não era vista mais como negra e, por isso, era embranquecida. Esse, “mas”, era a condição para que transitasse livremente, em lugares onde boa parte das pessoas eram em sua maioria brancas. Era uma “negra de alma branca”, como a maioria dos meus amigos (as), diziam. Essas situações acabaram por fazer com que eu embutisse de fato a ideia de inferioridade e subordinação, por um bom tempo, interferindo na construção de uma identidade negativa sobre mim [...].

Graduação – Segunda Incursão – Universidade

Eu - Joselina da Silva – tive minha graduação num período sócio-histórico – década de setenta, no curso de Letras - em que estes núcleos e grupos [NEABs] de estudos não eram uma realidade. Ao contrário, discussões desta ordem eram explicadas como do campo dos movimentos sociais, portanto, rechaçadas no âmbito acadêmico.

Por frequentar palestras semanalmente ministradas no CEBA6 ou no IPCN7, era eu que contribuía com as reflexões e questionamentos, sobre gênero e raça, em sala de aula. Após essa experiência como estudante, a continuidade no percurso de escolarização foi sendo qualificada no debate e na percepção da invisibilidade das pessoas negras, principalmente mulheres negras, nos espaços públicos e de poder. Tive grande professores e professoras. Eram os (as) ativistas do Bloco Afro Agbara Dudu8, do CEAP9 e do movimento de mulheres negras.

[...] sou de uma época – anos setenta - em que as disciplinas específicas de Gênero e raça, ao lado dos atuais NEABs10. Com pouco mais de vinte anos - foi o engajamento no movimento negro que complementou as ferramentas que eu iniciara por receber em casa. Por conseguinte, ao ingressar na docência eu já sabia que teria que levar adiante ambos os ensinamentos: os de casa e os do movimento.

Religiosidade – Terceira Incursão – Candomblé / Umbanda

[...] Nosso terreiro estava há cerca de meia hora andando, até a Casa Babalaô Joãozinho da Gomeia, aclamado Rei do Candomblé. Naquele período, o famoso Pai de Santo, recebia em sua casa autoridades policiais, políticas e artistas famosos, das mais variadas vertentes. Suas festas, no Bairro Copacabana (na Cidade de Duque de Caxias, RJ), eram cobertas positivamente pela grande mídia da época. Revistas como O Cruzeiro e Fatos e Fotos, ao lado de jornais como o Diário de Notícias traziam estampadas em primeira página, o júbilo de cada momento público religioso daquela casa da Nação Angola.

Creio que isto ajudava a proteger as inúmeras casas afro religiosas da vizinhança. Eu, por minha vez, era a filha do Seu Manoel Baiano, Babalorixá e Quandalá da Oxum, lalorixá. Respeitada também por ser a que entregava os saquinhos de doces repletos, durante as festas de São Cosme e Damião. Muitas crianças e jovens desejavam ser meus amigos. O empoderamento dado a mim pelo candomblé atuou como blindagem contra o racismo, até porque sempre ouvi em casa: - Você é negra, tem que estudar! Em outras ocasiões também ouvia: -Estude para não depender de marido. Certamente, estas últimas eram lições de feminismo – sem esse nome- transmitidas por minha sábia avó, dona Maria Ambrósia de Jesus.

Machismo e Racismo – Quarta Incursão - Feminismo negro

Sempre tive - Joselina da Silva- quadris maiores que as meninas de minha faixa etária. Na infância fui apelidada, no pequeno quintal da Professora Dona Irene, de nega postafem pelos meninos [Dizia-se, popularmente à época, que este medicamento ajudava a engordar e aumentar os quadris das mulheres que o ingerissem. Nunca soube da veracidade destas afirmações.]. Já as meninas me perseguiam para levantar minha saia e ver se eu estava com algum enchimento. A mesma complexão corporal se transformou em quase tormento durante a adolescência. A cintura delineada e os quadris ressaltados emitiam, no entender de muitos homens – de diferentes faixas etárias – uma mensagem de sensualidade ao dispor de todos. Sem saber, eu representava uma bandeira de sexualização imaginária de um corpo feminino negro. Epítetos e insinuações misóginas eram emitidos em minha direção, mesmo, em sala de aula, como aluna adolescente.

Professora Universitária – Quinta Incursão – Relações acadêmicas profissionais

Esta visão determinística que posiciona, a nós, mulheres negras como eternas integrantes de lugares subalternizados, também se abateu sobre mim – Joselina da Silva- quando atuei no Ceará. Por estar num campus de interior (Juazeiro do Norte), grande parte do processo burocrático administrativo era decidido na capital, no campus Fortaleza, que ficava acerca de oito horas de distância. Encaminhei-me ao setor de pessoal para buscar uma carteira funcional. Fui recebida por um funcionário, apresentei-me como professora e informei a razão de minha presença. Fiquei aguardando em uma sala vazia de onde ouvia vozes de pessoas trabalhando. Minutos depois, uma outra funcionária – mulher branca de cabelos artificialmente alourados – surgiu e perguntou se eu era a mulher dos serviços gerais. Ao perceber o equívoco, o primeiro funcionário reapareceu imediatamente e disse quem eu era. A mulher retirou-se desconsertada e sem se desculpar. Quando finalmente recebi o documento dirigi-me ao cidadão que me atendera inicialmente e pedi-lhe que informasse à sua colega que nem todas as mulheres negras atuam nos serviços de faxina. E que ali estava uma professora adjunta, logo, com doutorado. Prefери retirar-me sem aguardar possíveis argumentações.

Influência da Vovó Maria Ambrósia

Sou de uma geração em que se aprendia a ler com as avós. No meu tempo, esta cultura estava quase chegando ao fim, nas franjas e periferias das cidades. Mas, consegui me beneficiar dela. Ainda foi possível chegar à escola já sabendo ler jornais – a Luta Democrática, era o mais popular da época - escrever e contar até cem, aos meus seis anos de idade.

Estudar com vó era mais que ser alfabetizada com as letras. Muitos outros ensinamentos eram espargidos em nossas tenras idades. Recebíamos, acima de tudo, amor, atenção e experiência de vida. Eu fui alfabetizada como quem fingia que estava na escola. Nosso terreno era daqueles em que há diferentes planos. Nossa casa ficava na frente. Quando eu pegava o caderno e subia as escadas, para encontrar vovó, eu dizia: - Mãe, já vou para a escola. Era bom brincar de saber ler e escrever.

Vovó era daquelas senhoras mineiras que tudo resolvia com rezas e chá de alguma folha do quintal ou dos matos que ainda existiam, nos terrenos baldios, em torno de casa. Meio calada diante dos desconhecidos e contadeira de casos entre amigos e família. Viveu numa casa nos fundos de nosso quintal até pelo menos meus dez anos, no Bairro Copacabana, em Duque de Caxias, Rio de Janeiro.

Depois, foi morar em outro bairro, no Jardim Metrópolis, em São João do Meriti. Lá, era perto da casa de minha Tia Marina e meus quinze primos. Podia-se ir de ônibus da minha casa para a de minha tia, mas vovó preferia ir andando. - O ônibus demora tanto que a pé, chega mais rápido, dizia ela. Quando se mudou, surgiu a oportunidade para eu dormir em sua casa - quando meu pai permitia - e compartilhar a diminuta cama que só cabia ela. Mas, que se alargava e recebia a nós duas. Uma para cada lado. Eu ficava estática, para não chutar sua cabeça enquanto dormia.

Mais tarde, esta experiência foi importante nas viagens e atividades do movimento de mulheres negras. Muitas vezes tínhamos que compartilhar estreitos leitos ao final das reuniões de vários dias e noites, no processo de organização de nossas atividades políticas. Éramos muitas compartilhando pouca estrutura. Assim, acabávamos em casa de alguma companheira que nos abrigava nos bairros, cidades e regiões brasileiras. Era a época anterior aos financiamentos nacionais ou internacionais. Não podíamos arcar com despesas de hotéis.

Visitar vovó era a oportunidade de comer o melhor feijão do mundo. Uma iguaria de feijão, arroz, angu, couve e carne se tornava o melhor presente que vovó me podia oferecer. Enquanto escrevo sinto o sabor e aroma daquele prato especial em minha memória afetiva. Eu recebia feliz aquela honraria. Uma pequena casa, muito simples e com poucos móveis oferecia um palácio de oportunidades de estar com vovó só para mim. Por alguma razão, os primos e primas não a visitavam quando eu estava lá. Hoje, penso que Tia Marina dizia para que nos deixassem a sós. Afinal, ela estava ali, para eles e elas, todos os dias.

Na adolescência, era com ela que conversava sobre os namorados reais ou imaginados, por uma jovem que desde cedo experimentava o que depois se convencional chamar por solidão da mulher negra. Sempre fui daquelas meninas, jovens e mulheres de quadris largos. Isto foi uma tormenta para mim e um estímulo à fantasia dos homens de diferentes idades. O medo deles se fazia presente em mim. Vovó ouvia as histórias e dava conselhos.

Influências de Dona Dorva (mamãe). Mulher de Oxum

Sou aquariana. Daquelas que acredita que tudo quer, tudo pode e tudo enfrenta. Mamãe me deu rumo. Fez-me entender os limites e equilíbrios da vida. Eu teria sido das que tudo começa e nada termina. Ela me fez ter planos e sonhos. Todos compartilhados com a realidade. Sou das que briga e fala tudo a todo o momento. Sua voz me dizendo “A franqueza quando é demais muda de nome, passa a ser falta de educação”, faz eco em meus ouvidos vinte anos após seu falecimento. Ajudou-me a vislumbrar oportunidades onde eu não percebia sua existência. Revelou-me a importância de exercitar o silêncio, quando surgisse a oportunidade.

Minha mãe me colocou e me manteve no caminho da fé e das tradições religiosas que hoje dão sentido ao meu olhar sobre o mundo. Ela me ensinou a ser uma mulher negra de axé. Foi amiga, mas antes de tudo foi Mãe. Instruiu-me, por metáforas, a enxergar bondades e maldades das pessoas ao meu redor. Sempre foi sabiamente atenta.

Eu já adulta e ela carinhosamente trazia um docinho, uma bananada ou uma paçoca – comprada no vendedor ambulante do ônibus - para me apresentar, na volta do trabalho. Assim, mantinha meu lado criança e nossa conexão de mulheres meninas, no compartilhar do doce, ao final da noite. Mulher que me levava de Duque de Caxias à capital, do Rio de

Janeiro, para conhecer a cidade. Assim, me fazia entender que o mundo era maior que minha rua e meu bairro. Desta forma, me fez uma andarilha. Ela já sabia que em seria uma mulher de caminhos e estradas.

Influências de Sandra Bello (Movimento social de Mulheres e o Amor)

Do terceiro galho surgem vários que são as mulheres negras do movimento social. Aquelas com as quais aprendi a ser mulher negra ativista. Uma delas é Sandra Bello - hoje vivendo na Alemanha - me ensinou a ser articuladora, a discutir politicamente sobre nossos direitos e reivindicar e denunciar os racismos e sexismos. Certa vez, quando organizávamos o primeiro encontro de Mulheres Negras do Estado do Rio de Janeiro, em 1987, tivemos um grande apoio financeiro e logístico do gabinete de uma deputada branca feminista do estado. Era nossa primeira experiência, no Brasil de realizar um encontro de mulheres negras sem homens e sem mulheres brancas. Algumas assessoras da referida deputada manifestaram desejo de ir ao encontro e argumentavam que afinal haviam sido grandes responsáveis pela realização do evento. Não aceitavam serem deixadas de fora daquele momento histórico. Naquela oportunidade Sandra disse: - Agora é hora de vermos a verdadeira parceria. Se ela realmente existe, vão entender que este momento é nosso e deve ser respeitado.

Pelas mãos de Sandra me iniciei no amor às mulheres com alma e corpo. Também reaprendi a subir morros e comunidades no Rio de Janeiro. Nascida na Baixada Fluminense, acabei assimilando que os morros e favelas eram regiões perigosas às quais deveria evitar.

Antes de Sandra eu consegui saber que esta máxima do perigo não era real, através de minha participação no Bloco Afro Agbara Dudu, de Madureira, no início dos anos oitenta. Vera Mendes, Dinha, Márcia, Néia, Sílvia e as muitas mulheres do Agbara me levaram a subir morros e vielas no ativismo político cultural daquele grupo que arrombava as fronteiras entre morro e asfalto. Mas, foi com Sandra Bello que tive maiores vivências em comunidades, permanecendo inúmeras vezes no morro dos Cabritos.

Influências de Geni Oliveira (Militância)

[..] mulher atuante na Baixada Fluminense. Com ela, conheci várias cidades da região onde nasci e até hoje, sigo pouco familiarizada. Saberla ainda menos, caso não houvesse sido levada por Geni a encontrar, conversar, ouvir e ser ouvida por mulheres negras das cidades que margeiam a capital do Estado. Participei de várias reuniões com a presença de Geni Oliveira. Em algum momento, ela tomava a palavra e fazia uma análise de conjuntura atenta a nos conduzir as reflexões e caminhos de luta. Num jeito simples, com palavras precisas e ponderações esclarecedoras, ela ia nos ajudando na luta coletiva.

Certa vez, numa das nossas infundáveis conversas de bar, após cada reunião. Geni disse: - Ninguém financia revolução. Ali, aprendi que ao escrever projetos para serem financiados, temos que pensar ações e vocabulários a serem relatados, sob pena da não obtenção dos recursos. Hoje, esta conversa segue comigo, na escrita acadêmica. Diante da pressão que obriga os professores a produzir para publicar parafraseio e penso: “Ninguém publica textos revolucionários”

Influências de Gisele Audrey Mills (Internacionalização)

Um outro galho, nasceu em terras de Sojourner Thuth, Angela Davis e Michele Obama. Minha amiga Gisele Audrey Mills que conheci em 1987, durante uma reunião de mulheres negras. Ela havia trabalhado todo um ano, nos Estados Unidos reunindo a quantia necessária, para viver os doze meses seguintes, fazendo ativismo no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro. Estamos habituados a receber afro estadunidense que vem nos pesquisar para seus trabalhos acadêmicos. Gisele, ao contrário, desejava compartilhar experiências técnicas, sobretudo, oficinas de vídeo e de sonorização.

Na Eco -92, foi a primeira a nos elucidar sobre os usos e utilização de algo novo e revolucionário, para a época: a internet. Explicou-nos e estimulou a ter nossos primeiros emails. Recordo-me dela, na sala do CEAP2, pacientemente nos introduzindo naquele mundo ainda misterioso.

Por seu intermédio e por um projeto coordenado por ela, fiz minha primeira viagem internacional, em mil novecentos e noventa. Nove meses visitando onze estados dos Estados Unidos, coordenados pelo Third World Women's Project, do IPS (Institute for Police Studies).

Foi a oportunidade de trocar e aprender com mulheres negras de diferentes partes do mundo.

Influências de Gwendolyn Snearl (Academia e o Sagrado)

Sou de uma geração de ativistas que costumava criticar os que ingressavam nas cátedras acadêmicas. Éramos chamados de traidores e assimiladores das teorias dos brancos. Sofri ainda mais, porque quando entrei no movimento eu já falava inglês fluentemente e era professora da língua. Então, eu além de traidora era disseminadora da cultura do colonizador. Foram anos difíceis. Afinal, era das aulas que mantinha a mim e a minha família com dignidade. Daí, quando me dei conta haviam - se passado vinte e cinco anos desde que eu terminara a universidade. Mestrado e doutorado eram os caminhos prováveis, embora jamais sonhados. Sofri outro baque ao fazer uma especialização e quando falei disto numa reunião, fui desqualificada por uma de nossas lideranças. - Especialização serve para que? Vai ajudar em que na luta?

Mas, ao preparar um currículo para umas palestras organizadas por Gwendolyn Snearl – em Baton Rouge, Estado da Luisiana, nos Estados Unidos – vi que estava a caminho da terceira década desde que terminara o curso de letras. O convite era para realizar uma série de atividades por dois meses, em várias cidades do sul do país, sob a coordenação da LSU (Luisiana State University). Dentre estas, em certa ocasião, ao terminar uma palestra - que foi bastante concorrida com presenças e perguntas - fomos almoçar, Gwendolyn Snearl e eu. Ali, ela me perguntou se eu havia percebido que grandes intelectuais presentes à palestra, haviam feito perguntas a mim e que eu respondera de forma sofisticadamente analítica. Acrescentou também, que eles haviam aprendido muito comigo. Surpreendi-me com a questão. Afinal, eu como ativista e mulher de Ogum, sou daquelas que acreditam que tudo sabem. E que também não se intimidam diante de pessoas tituladas. Ela então arrematou: - Você sabe qual a diferença entre você eles? Todos são PHD e você não. Após esta conversa, decidi regressar e buscar candidatar-me a um programa de mestrado segui no doutorado e recentemente no pós-doutorado.

Minha amiga Gwendolyn Snearl é pastora numa igreja negra metodista, no Estado de Luisiana. Eu fui criada numa casa de candomblé. Vi minha mãe visitar o quarto de santo de nossa casa de axé, todos os dias antes de dormir, durante quarenta anos. Eu jamais havia

feito o mesmo. Gwen, como a chamamos, levanta-se e se ajoelha aos pés da cama, para pedir a Deus que ilumine o seu dia. Antes de deitar, pede uma boa noite e agradece o dia vivido. Apesar dos ensinamentos de minha mãe, foi com Gwendolyn Snearl que reaprendi a conectar-me diariamente com o meu sagrado.

Influências de Neusa das Dores Pereira (afetividades)

Vivemos numa época de grandes transformações e novos conceitos e categorias são elaborados e constituídos. Dentre estas temos as inúmeras formas de manifestação das sexualidades. É neste mister que entra Neusa das Dores Pereira um dos meus galhos mais frondosos. Ela segue me ensinando a entender que falar de gênero não inclui automaticamente a sexualidade. É à Neuza a quem recorro e cito todas as vezes que tenho dúvidas e desconhecimentos sobre este tema. Certa vez, ouvi Neuza dizer: –Relação homo afetiva eu tenho com minha neta. Somos duas mulheres e nos amamos. Com minha namorada tenho relações homossexuais. Segundo Neuza, dizem relações homo afetivas para não falar em sexualidade. Para não admitir que pessoas do mesmo sexo fazem sexo.

Flores e Frutos

[...] Conversei com mulheres negras nos bares, restaurantes, salas de casas, cozinhas, salas de reuniões, auditórios, aeroportos, rodoviárias, passeatas, escolas, universidades, praças e muitas outras ocasiões. Em todas fui descobrindo diferentes valores e visões de mundo, além de estratégias e metodologias de lutas.

[...] frutos e flores que nascem nas universidades onde atuo. São as mulheres que decidem serem minhas orientandas, nos três níveis de formação: graduação, mestrado e doutorado. Balançam-me, desafiam, tencionam, chacoalham e me puxam. Nestes intensos movimentos solidificam minhas raízes que se fincam cada vez mais para se manter de pé. Assim, estes novos e ainda tenros galhos me levam para o alto num infinito que consigo vislumbrar através do engrossar e enroscar de seus galhos que me projetam.

Observações: A professora Joselina trabalhou no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará, Campus Cariri de 2006 a 2013, período que nos interessa, se

tratando do recorte para análises da construção das suas tranças intelectuais e contribuições para o campo da biblioteconomia e Ciência da Informação.

5.1.4 Análises e Discussões a partir de uma Epistemologia Social Feminista Negra

O princípio analítico da interseccionalidade que transpassa todo o processo de análise de dados, e que também chamamos de “sensibilidade analítica” nos dizeres de Carla Akotirene (2018), é ponto de partida destas análises e discussões. Pois, compreendemos, que não é possível uma discussão sobre os elementos/categorias fundamentais presentes nas narrativas dos textos memorialísticos, das protagonistas desta pesquisa, sem que façamos uma introdução sobre os marcadores interseccionais que foram e são indispensáveis para enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso de outras teorias em contemplar mulheres negras.

Cabe dizer que a epistemologia do “Pensamento Feminista negro”, segundo Patricia Hill Collins (2000) tem por essência colocar as “experiências e ideias das mulheres negras no centro da análise”. Essa perspectiva define o nosso fazer teórico e político de, para e com mulheres negras. Ou seja, construímos uma lógica analítica para mulheres negras, experienciada por professoras negras e com um referencial, teórico-político, em sua maioria, de intelectuais negras, com base na epistemologia social das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

De acordo com Carla Akotirene (2018), o projeto feminista negro, desde sua fundação, trabalha o marcador racial para superar estereótipos de gênero, privilégios de classe e cisheteronormatividades articuladas em nível global. Essa autora entende que o feminismo negro dialoga concomitantemente entre e com as encruzilhadas, ou seja, com as avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo. Assim, o letramento produzido neste campo discursivo precisa ser aprendido por lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, (LGBT), pessoas deficientes, indígenas, religiosos do candomblé, trabalhadoras e tantas outras, não se encaixam em um padrão global basilar e administrador de todas as opressões contra mulheres, construídas heterogeneamente nestes grupos, vítimas das colisões múltiplas do capacitismo, terrorismo religioso, cisheteropatriarcado e imperialismo. O princípio analítico da interseccionalidade, nesse sentido, vem como uma ferramentas importante nas agendas de pesquisa, ações cidadãs e políticas públicas, a fim de

proporcionar o fluxo entre teoria, metodologia e prática a essas pessoas “acidentadas”²³ durante “a colisão, entre as encruzilhadas, amparando-os intelectualmente na própria avenida do acidente” (AKOTIRENE, 2018, p. 16).

Fundamentadas nessas encruzilhada teórica-metodológica, e a partir da análise das trajetórias de vida das protagonistas, narradas por elas mesmas, foi possível identificar além dos marcadores de **raça e gênero**, presente na vida de todas as mulheres negras, outros comuns as três, como: **geração e regionalidade**. E, na narrativa na protagonista Joselina da Silva, ainda foi possível identificar os marcadores de **sexualidade e religiosidade**²⁴.

Como puderam observar, as narrativas não estão divididas da mesma forma. Respeitamos a desenho como essas protagonistas pensaram e formularam a escrita dos textos. Nossa intervenção foi no sentido de extrair elementos das fontes bibliográficas selecionadas e apresentadas, na qual foi possível refletir e (re)contar essas trajetórias de vida, principalmente pensando na formação educacional/acadêmica, no protagonismo científico, no protagonismo social e na trajetória/contribuição em Biblioteconomia e Ciência da informação.

Nesse sentido, buscamos na Epistemologia Social categorias elementares como fundamento para refletir essas trajetórias de vida, a saber:

- a) Apropriação do Conhecimento
- b) Epistemicídio;
- c) (Des)legitimação do saber;
- d) Práticas sociais;
- e) Socialização do saber;
- f) Compreensão de redes;

As categorias serão discutidas cruzando os marcadores interseccionais elencados acima, e sendo assim, uma estratégia para a construção de um pensamento baseado em uma “Epistemologia Social Feminista Negra” (Episfene).

²³ Carla Akotirene (2018, p. 17) usa como metáfora “a agência da mulher negra acidentada”, como se em uma encruzilhada, fosse tão somente o lugar da decisão da vítima: levantar-se ou continuar caída? Sentir ou não as feridas da colonização? Pois, para essa autora, é da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade. Nessa metáfora, não existem saídas para esse mulher negra a não ser esses questionamentos. Visto que, os instrumentos teórico-metodológicos que nos é disponibilizado “não socorre as vítimas do colonialismo moderno prestando atenção à cor da pele, ao gênero, à sexualidade, genitália ou língua nativa”.

²⁴ Tendo em vista o cronograma de pesquisa e amplitude que envolve as trajetórias de vida de mulheres negras, optamos em não analisar cada marcador individualmente, e sim envolvê-los nas questões da epistemologia social, como foi apontando. Entendemos esta, como uma delimitação da pesquisa, assim como possibilidade de agenda para pesquisas futuras.

Para nos ajudar a guiar essa discussão, baseada nas reflexões de Grada Kilomba (2016) sobre “Quem Pode Falar?”, adaptamos algumas dessas reflexões a nossa pesquisa, com vistas a introduzir a problemática entre Epistemologia Social e Feminismo Negro, vejamos o quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Questões norteadoras para reflexão das categorias em Epistemologia Social

CATEGORIA Epistemologia Social	Questionamento Norteador
Apropriação do Conhecimento	A quem pertence os conhecimentos nos campos de Biblioteconomia e CI?
Epistemicídio	Qual conhecimento tem feito parte das agendas e currículos oficiais em Biblioteconomia e CI? E qual conhecimento não faz parte de tais currículos?
(Des)legitimação do saber	Qual conhecimento é reconhecido legitimador no campo de Biblioteconomia e CI? E qual conhecimento não o é?
Práticas sociais	Quem pode produzir conhecimentos nos campos da Biblioteconomia e CI? Quem pode performá-lo? E quem não pode?
Socialização do saber	Quem pode ensinar conhecimentos nos campos da Biblioteconomia e CI?
Compreensão de redes	Quem(s) é reconhecido/a(s) como alguém(s) que tem conhecimentos nesses campos? E quem(s) não é?

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Entendemos que essas questões são complexas e cheias de nuances que não cabe a nós respondê-las. Contudo, é nosso dever problematizá-las. Também ressaltamos, que não são questionamentos exclusivos dos campos da Biblioteconomia da CI. Como já foi abordado nesta pesquisa, sabe-se que o processo de produção de conhecimento é atravessado por políticas de mérito/demérito, onde a categoria raça é estrutural, não existe neutralidade acadêmica, e o campo científico, assim como outros, é permeada por inúmeras violências, que preservam uma estrutura hierarquizante de dominação branca, ocidental e base eurocêntrica (KILOMBA, 2016). Assim, a partir de agora vamos analisar e discutir categoria por categoria:

a) Apropriação do Conhecimento:

Estudando a noção de apropriação, Perla Serfaty-Garzon (2003, tradução nossa) afirma que a noção de apropriação veicula duas ideias dominantes: a adaptação de algo ou alguma coisa que serve para usar ou ajustar para um destino específico e a outra surge a partir da primeira ação para fazer algo próprio. A apropriação se configura como a tomada

do objeto e uma dinâmica de ação sobre o mundo material e social com a intenção de construção do sujeito, que passa pela moral, cognição e emoção do indivíduo. Para Roger Chartier (1999, p. 77). “apropriar-se é transformar o que se recebe em algo próprio, é produzir um ato de diferenciação que se contrapõe a qualquer tentativa rígida imposta [...], é atividade de invenção, produção de significados”.

Sendo assim, percebemos que a noção de apropriação, utilizada como instrumento de conhecimento, pode também reintroduzir uma nova ilusão que pressupõe compreender a cultura, vista sob dois aspectos: 1) os mecanismos da dominação simbólica, cujo objetivo é tornar aceitável, pelos próprios dominados, as representações e os modos de consumo que, precisamente, qualificam (ou antes, desqualificam) sua cultura como inferior e ilegítima e; 2) as lógicas específicas em funcionamento nos usos e nos modos de se apropriar do que é imposto.

No que diz respeito à **apropriação de conhecimento** pelas protagonistas pesquisa, entendemos que essa apropriação se dá a partir do momento em que o(a) sujeito(a) (mulher negra) tem o contato com essa informação, a toma para si e modifica as estruturas do pensamento, produzindo e ampliando novos significados, como também possibilita a ressignificação de atitudes, ações e comportamentos.

Com base nesse argumento, reafirmamos a importância da apropriação do conhecimento para os grupos que dela necessitem e que não fazem parte “desse centro acadêmico”, nossa questão norteadora: A quem pertence os conhecimentos nos campos de Biblioteconomia e CI? Se faz necessário, assim como, as trajetórias de vida das pesquisadoras apontam que esses conhecimentos não, apenas sejam utilizados pelos(as) usuários(as) de informação, mas sejam apropriados de fato, pois acreditamos que a cultura, hoje, passe exatamente pelo conhecimento teórico-prático, pelo uso de novos instrumentos de produção e pela comunicação entre os homens.

Na área da CI, presencia-se uma busca no sentido de capacitar a pessoal profissional a compreender o valor da informação e reconhecer sua importância política, social, econômica e cultural. Trata-se de contribuir com os conhecimentos de áreas que lidam com a informação e podem ser articulados aos conhecimentos da educação, numa perspectiva interdisciplinar, auxiliando no exercício da cidadania (AQUINO, 2010). Essa tarefa requer a apropriação do conhecimento.

b) Epistemicídio;

Ao longo da construção deste texto demonstramos em vários momentos a existência de um dispositivo estrutural - raça/racialidade – e que opera na sociedade brasileira como instrumento articulador de uma rede de elementos bem definida pelo contrato racial que define as funções (atividades no sistema produtivo) e papéis sociais, este recorte interpretativo localiza neste cenário o epistemicídio como um elemento constitutivo do dispositivo de raça/racialidade.

Entendemos o epistemicídio como uma abordagem que decorre de um empreendimento colonial, da visão civilizatória que o informou, e que alcançou a sua formulação plena no racismo do século XIX, conforme nos orienta Sueli Carneiro (2005). Essa categoria como uma base para pensar as Epistemologias Sociais Feministas Negras é fundamental para questionar “Qual conhecimento tem feito parte das agendas e currículos oficiais em Biblioteconomia e CI? E qual conhecimento não faz parte de tais currículos?”.

Contudo, ela também nos ajuda a refletir nos porquês levantados pelas nossas protagonistas em suas narrativas. Porquês que vão para além da anulação e desqualificação do conhecimento em seus espaços cotidianos de atuação profissional, mas consistem em um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade, pela produção da inferiorização intelectual, pelos diferentes mecanismos de deslegitimação da pessoa negra como portadora e produtora de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade da pessoa subjugada ou a “sequestra, mutila a capacidade de aprender” (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Sueli Carneiro (2005) nos ajuda entender esse “sequestro” da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta. Sendo assim, um processo persistente de produção da inferioridade intelectual ou da negação da possibilidade de realizar as capacidades intelectuais.

Nessa linha, Claudia Pons Cardoso (2018) aponta que o discurso colonial, especialmente o fundamentado no “racismo científico do século XIX”, construiu corpos destituídos do status do ‘ser’ excluídos(as) da condição de sujeitos sociais, e suas habilidades intelectuais para produzir conhecimento e participar ativamente do fazer histórico foram negadas.

Essa autora, ela afirma que esse discurso afetou profundamente principalmente mulheres colonizadas, em função da complexidade das intervenções que lhes sequestraram a humanidade. Ou seja, mulheres negras, uma vez desumanizadas, foram transformadas no “outro feminino” racializadas, ou “O Outro do Outro”, como aponta Grada Kilomba (2016).

Então, nos parece adequado afirmar o epistemicídio como categoria de uma Episteme, pois nos permite questionar esses poderes, desafiar estereótipos, preconceitos e representações negativas, enfrentando violências, desigualdades e discriminações. Pois, esse se apresenta como a destruição e/ou desqualificação da cultura “subalternizada”, que retira a legitimidade epistemológica da cultura dominante, justificando a hegemonização cultural da modernidade ocidental.

Assim, as trajetórias de vidas que aqui apresentamos, se configuram como espaços possíveis de construção política de ação coletiva de mulheres negras e afrodiáspóricas que vem produzindo conhecimento a partir de diferentes experiências e vivências, narrativas e contextos.

c) (Des)legitimação do saber;

A legitimação tem por modelo a da autoridade e da legislação (legislador) – o(a) cientista “legislador(a)” estabelece que tal enunciado será científico se obedecer a tais critérios, tal como um legislador(a) o faz ao dispor que tais cidadãos(os) devem exercer funções específicas (LYOTARD, 1986) .

A análise e discussão sobre essa categoria sobre o *prima interseccional* foi iniciada acima, com a categoria de epistemicídio. Como foi abordado, em um contexto organizado pelos dispositivos de raça e racialidade torna-se imperativa a produção de realidades onde a legitimação é baseada em hierarquias sociais, saberes e poderes que a racialidade engendra.

Levantamos a questão norteadora para essa categoria: Qual conhecimento é reconhecido legitimador no campo de Biblioteconomia e CI? E qual conhecimento não o é?

Entendemos que é partir da legitimidade da fala consagrada academicamente, que vozes se apresentam e são convocadas para opinar no espaço público e, ao fazê-las, tornam-se também sujeitos(as) políticos(as) no campo de disputa, no qual o tema/campo está imerso (CARNEIRO, 2005).

Essa disputa constitui em um dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica e racial. Pois, como podemos observar a partir das próprias narrativas, em momentos quando as protagonistas narram a dificuldade de alcançar determinados espaços dentro da universidade. Essa prática se faz pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos periféricos e, conseqüentemente, de seus/suas membros enquanto sujeitos(as) de conhecimento.

Por isso, voltamos a questão inicial da pesquisa, a Ciência Posicionada (HARAWAY, 1995). As experiências dos grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratadas de modo igualmente subalternizado, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente. Isso, de forma alguma, significa que esses grupos não criam ferramentas para enfrentar esses silêncios institucionais, ao contrário, existem várias formas de organização políticas, culturais e intelectuais, como as narrativas das nossas protagonistas demonstram. A questão é que essas condições sociais dificultam a visibilidade e a legitimidade dessas produções.

Então, a questão é: existe o mesmo espaço e legitimidade para os grupos no campo de BCI? Quando existe algum espaço para falar, por exemplo, para uma travesti negra, é permitido que ela fale sobre Gestão, Algoritmos, Epistemologia do Campo, ou só é permitido que fale sobre temas referentes ao fato de ser uma travesti negra? Saberes construídos fora do espaço acadêmico são considerados saberes?

Grada Kilomba (2016) nos incita a pensar sobre quais são os limites impostos dentro dessa lógica colonial e nos faz refletir sobre as consequências da imposição da máscara do silêncio. No caso específico no nosso campo, questionamos inclusive o direito de performance dessa mulher trans negra.

Lélia Gonzalez (1984) refletiu sobre a ausência de mulheres negras e indígenas no feminismo hegemônico e criticou essa insistência das intelectuais e ativistas em somente reproduzirem um feminismo europeu, sem dar a devida importância sobre a realidade dessas mulheres em países colonizados. Ela reconhecia a importância do feminismo como

teoria e prática no combate às desigualdades, no enfrentamento ao capitalismo patriarcal e desenvolvendo buscas de novas formas de ser mulher. Entretanto, a autora afirmava que somente basear as análises no capitalismo patriarcal não dava conta de responder às situações de mulheres negras e indígenas da América Latina, pois, para a autora, faltava incluir outro tipo de discriminação tão grave quanto as outras citadas: a opressão de caráter racial.

Essa pensadora evidenciou as diferentes trajetórias e estratégias de resistências dessas mulheres e defendeu um feminismo afrolatinoamericano colocando em evidência o legado de luta, a partilha de caminhos de enfrentamento ao racismo e sexismo já percorridos. Assim, mais do que compartilhar experiências baseadas na escravidão, racismo e colonialismo, essas mulheres partilham processos de resistências. Ela também confrontou o paradigma dominante e em muitos de seus textos utilizou uma linguagem sem obediência às regras da gramática normativa dando visibilidade ao legado linguístico de povos que foram escravizados. Os trabalhos e as obras de Lélia Gonzalez (1984) também têm como proposta a descolonização do conhecimento e a refutação de uma neutralidade epistemológica.

Importante ressaltar o quanto é fundamental para muitas feministas negras e latinas a reflexão de como a linguagem dominante pode ser utilizada como forma de manutenção de poder, uma vez que exclui indivíduos que foram apartados das oportunidades de um sistema educacional justo. A linguagem, a depender da forma como é utilizada, pode ser uma barreira ao entendimento e criar mais espaços de poder em vez de compartilhamento, além de ser um – entre tantos outros – impeditivo para uma educação transgressora.

Essa autora negra brasileira, refletiu sobre o modo pelo qual as pessoas que falavam “errado”, dentro do que entendemos por norma culta, eram tratadas com desdém e condescendência e nomeou como “pretuguês” a valorização da linguagem falada pelos povos negros africanos escravizados no Brasil.

É engraçado como eles [sociedade branca elitista] gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l nada mais é do que a marca lingüística de um idioma africano, no qual o l inexistente. Afinal quem é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês. (GONZALEZ, 1984, p. 238.)

Assim, entendemos que falar sobre “(des)legitimação do saber” para reflexões de uma Epistemologia Social Feminista Negra é problematizar a necessidade de se pensar outros saberes. Saberes das mulheres negras de diversos movimentos, seja na luta comunitárias, nas irmandades negras, nos movimentos sociais, nas referências provenientes de religiões de matriz africanas, outras geografias de razão e saberes. Deste modo, desestabilizar e transcender a centralidade discursiva branca, masculina, cis e heteronormativa que estrutura as sociedades.

d) Práticas sociais;

Uma das premissas teóricas da epistemologia social vem das contribuições da área de Sociologia da Ciência que nos ensina que as investigações sobre a ciência devem levar em conta, simultaneamente, suas formas institucionais, seus usos sociais, suas práticas e seu conteúdo (ODONNE, 2007). Logo, ter como categoria “práticas sociais” para além do lugar que centramos nossa pesquisa, é acima de tudo, assinalar esse compromisso da epistemologia social com a sociologia da ciência. Pois, entendemos que o produto da ciência, e ela mesma, não pode ser entendido como algo separado das práticas sociais que o constituíram.

Em outras palavras, uma verdadeira prática social da atividade científica não pode pretender segregar as questões epistemológicas colocadas pela ciência e vice-versa: a epistemologia não pode eximir-se de levar em conta as questões culturais e sociais envolvidas na atividade científica. Isso significa, em última instância, que o corte que vem mantendo isoladas a natureza e a cultura deve ser vencido para que legitimamente se possa falar em ciência social.

No nosso caso em particular, nos referimos às práticas sociais das protagonistas, narradas por meios dos textos autobiográficos que se reafirmam em diferentes formas de mobilizações democráticas e descolonizadoras organizadas pelas e para mulheres negras, professoras, pesquisadoras e ativistas. Afinal como é possível observar por meio dessas histórias, as organizações do movimento de mulheres negras, não são os únicos lugares onde o ativismo é exercido e vivido. Para essas mulheres, a universidade, em suas práticas de ensino, pesquisa e extensão, se caracteriza como um espaço de resistências e enfrentamentos ao racismo, ao machismo, a LGBTfobia e outras formas de discriminação

social, através da participação, organização e mobilização, sobretudo de mulheres negras, em defesa dos direitos da população negra.

Sobre essa categoria nosso questionamento foi: Quem pode produzir conhecimentos nos campos da Biblioteconomia e CI? Quem pode performá-lo? E quem não pode? Essas questões foram elaboradas no sentido de compreender como se dão essas práticas. Ou seja, quem de fato produz? Quem de fato performa? E quem não está presente neste cenário?

A pesquisadora Claudia Pons Cardoso (2018, p. 326) no diz que a escrita pode ser “um espaço seguro de onde é possível desafiar as imagens negativas e estereotipadas”, no nosso caso específico externamente definidas sobre mulheres negras, produzindo outras imagens e representações sociais negras positivas, “restituindo-lhes politicamente sua condição de sujeito histórico”.

Essa autora, nos ajuda a entender como a prática da escrita científica pode ser uma ferramenta importante de empoderamento e na transformação de sujeitos que foram objetificados(as), desumanizados(as) e retirados seu lugar como produtores(as) de conhecimento. Desde que, esteja atrelada as vivências dessas e desses sujeitos.

e) Socialização do saber;

A socialização é um processo de compartilhamento de experiências. Sem experiência compartilhada, é extremamente difícil para uma pessoa se envolver no processo de entendimento de outra pessoa. Apenas a transferência de informações não consegue dar conta de resolver a questão da socialização, se estiver desligada das emoções associadas e dos contextos específicos nos quais as experiências compartilhadas são embutidas.

Apresentamos a socialização do saber como uma categoria abordada anteriormente por autorias deste trabalho, no escopo da epistemologia social, ou melhor em busca da compreensão deste “social” no campo da CI.

Solange Mostafa (1985) defende que biblioteca não deveria refletir puramente o elitismo das ciências, mas promover a socialização do saber, a partir da relação sujeito-objeto dentro da Biblioteconomia, e o seu uso social em prol da humanidade. Assim, ao observamos o campo de pesquisa, percebemos esse uso social da informação a serviço de grupos socialmente subalternizados.

Essa autora, ainda reforça o compromisso do campo com promoção da socialização do saber enquanto prática da biblioteca, e principalmente da CI. Ela entende que o papel político da Ciência da Informação está em ultrapassar a mecânica da transmissão de conhecimentos, chegar ao conhecimento em si, e isso exige mais do que análises de fluxos, e relações de difusão e criação. É preciso romper as fronteiras que nos impedem que estudar como esses conhecimentos são produzidos, quem determina o que conhecimento, ou como a questão para categoria se propõe: Quem pode ensinar conhecimentos nos campos da Biblioteconomia e CI? (quem está autorizado(a) a socializar esses saberes/conhecimentos)

Nossas protagonistas, promovem eventos, discussões, debates e reflexões sobre as relações étnico-raciais, entrelaçadas com os saberes interdisciplinares do campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação e outras áreas do conhecimento. Possibilitam a construção de espaços na e fora da academia que ressignificam o papel dos(as) intelectuais, criam elementos à participação comunitária, representam corpos de mulheres negras, presente e vivo, em um espaço que teima em negar suas existências, a fim de tornar a Universidade um espaço de democratização dos saberes.

Entendemos a ação dessas mulheres negras, como uma prática de democratizadora. Pois, ao possibilitar a socialização dos saberes e abrir espaço para diálogo com grupos que não tem, na maioria das vezes, nem lugar, nem voz, invisíveis se tornam visíveis, mudando a lógica silenciadora de base colonial, como um passo para descolonizar o conhecimento (KILOMBA, 2016).

f) Compreensão de redes;

Acreditamos que a(o) pesquisador(a) não trabalha sozinha(o), nem produz sozinha(o). A intercomunicação com pares, o trabalho em equipe, as redes de trocas de ideias e disseminação de propostas, os grupos de referência temática, constituem hoje uma condição essencial à realização de investigações científicas e ao avanço dos conhecimentos.

A categoria “Compreensão de redes” está diretamente relacionada ao pensamento de Margaret Egan e Jesse Shera na década de 1950, ao cunhar o conceito de epistemologia social.

Um dos programas da epistemologia social seria mapear e descrever a inteligência coletiva que se distribui em redes complexas, compartilhadas por diferentes agentes e

agenciamentos, humanos e técnicos, sem as quais não haveria nem pensamento, nem inteligência, nem informação.

Pensar nessa concepção de epistemologia social, seria então, uma análise das relações recíprocas que se estabelecem entre os seres humanos e seu entorno social, cultural e tecnológico, visando à atividade cognitiva, ou seja, o estudo do ciclo que envolve a produção, a circulação e o uso do conhecimento (EGAN; SHERA, 1952). Essas redes de práticas, de saberes, de instrumentos e de documentos transformam o conhecimento, acessível a todas as pessoas que estiverem dispostas a conectar-se e a adotar seus requisitos.

Os coletivos, grupos, associações, organizações e redes têm se constituído nos principais espaços políticos mobilizados pelas mulheres negras para levarem adiante seu projeto de justiça social e para garantir participação na sociedade. Na verdade, historicamente, mulheres negras têm se utilizado dos espaços formais e informais para assegurar o fortalecimento coletivo.

Duas de nossas protagonistas, criaram grupos de pesquisa visando essa constituição de rede, especificamente para debater e criar possibilidades para ampliação do debate em torno das questões étnico-raciais e gênero na Biblioteconomia e Ciência da Informação. Mas, a presença em grupos de estudos e pesquisa que tinham com agenda questões sociais como raça, gênero, movimentos sociais e outros, sempre fizeram parte das trajetórias de vida dessas mulheres negras.

Sendo assim, partir de agora, vamos adentrar na questão das tranças intelectuais destas pesquisadoras, suas agendas e relacionamentos, sobretudo relações de orientação, pois entendemos esta como uma das questões centrais da pesquisa.

5.2 “BAOBÁ GENEALÓGICO”: tranças intelectuais

De que modo podemos compreender os elos e travessias que produzimos ao longo da nossa trajetória de vida?

Patrícia Collins (2000, p. 288-290) aponta que “as mulheres negras se fortalecem e se tornam empoderadas quando entendem e usam individualmente e em grupo as dimensões e as formas interdisciplinares de saber que promovem a sua/nossa humanidade como sujeitos plenamente humanos”. Assim, ao apresentar suas trajetórias de vida por meio de

suas ligações e interlocuções é uma das formas de compreender como esse empoderamento se realiza.

Nesse sentido, para atender o objetivo “identificar as tranças intelectuais de pesquisadoras em Biblioteconomia e Ciência da Informação a partir da noção de Baobá Genealógico”, pensando na afirmativa inicial desta pesquisa, de que essas pesquisadoras contribuíram e ainda contribuem para construção e formação de uma rede de intelectuais negras e negros e não negras e não negros, que são sensíveis e atuam para o enfrentamento de problemáticas geradoras de discriminação e exclusão social, como racismo, machismo, sexismo e LGBTfobia. Utilizamos como fonte a Plataforma Lattes, via as bases de Currículos Lattes e o Diretório de Grupos de Pesquisa (DPG), depois identificamos os currículos e os grupos de pesquisa dos quais as pesquisadoras fazem parte, selecionamos os dados referente as orientações em Biblioteconomia e Ciência da Informação em ensino, pesquisa e extensão, da iniciação científica até o doutorado, extraímos as publicações em coautoria com as pesquisadoras com o recorte de relações étnico-raciais, gênero e diversidade, e por fim discutimos sobre as fontes biobibliográficas selecionadas e os resultados encontrados.

Para trabalhar com esse volume de dados, optamos por construir um ambiente virtual para disponibilização, organização e disseminação dessa etapa da pesquisa. Trabalhamos com assessoria especializada em web designer para construção do ambiente²⁵, que resultou na seguinte página:

²⁵ Mirna Galiza foi assistente de pesquisa, nesta etapa de construção do ambiente virtual. Ela é mulher negra, graduanda em Arquivologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com experiência na área de competências infocomunicacionais, produção e compartilhamento de conhecimento ambientadas em espaços de mídias sociais. Fez parte da disciplina “Feminismo Negro na Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação” ministrada em 2019.2 como componente especial e exercício metodológico desta pesquisa, como apresentado na introdução. Ainda atua na área de Designer Gráfico e Web Designer. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3437396680363582>

Imagem 3 – Página inicial do Ambiente Virtual “Pesquisadoras Negras”



Fonte: Disponível em: <https://www.pesquisadorasnegras.com/>

O ambiente foi construído na plataforma online “Wix.com” de criação e edição de sites, que permite aos(as) usuários(as) criar sites em HTML5 e sites Mobile. A plataforma possibilita criar um site profissional, independentemente de conhecimento prévio em programação ou design. Sendo assim, após a criação da conta, adquirimos o domínio “**pesquisadorasnegras.com**” e, a partir daí, iniciaram-se os processos de edição, organização e tabulação dos dados, voltados ao ambiente virtual.

A estrutura do espaço, como mostra a imagem 3 (três) acima, compreende: Página Inicial; Metodologia; Pesquisadoras; Baobás; Sobre Mim; Sobre a Pesquisa; e, Contato. Na

página inicial apresentamos imagens das 3 (três) pesquisadoras, onde é possível remeter ao Item “Pesquisadoras”, imagem 4, a seguir:

Imagem 4 – Página “Pesquisadoras” do Ambiente Virtual “Pesquisadoras Negras”

Pesquisadoras

Joselina da Silva

Graduada em Letras com especialização em Sociologia Urbana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 1996, onde realizou um estudo sobre um dos lugares de organização do movimento negro no Brasil. Em 2001 concluiu o mestrado em Ciências Sociais, com a dissertação *Lugar de negros no plural*. É ainda pela UERJ defendeu a tese, no ano de 2005, *União das Mulheres do Cor*, uma história do Movimento Negro após o Estado Novo.

Atualmente é Pós-doutoranda pela Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-RJ). Atuou como professora na Universidade Federal do Ceará (UFCA), no curso de Biblioteconomia, nível de graduação dos anos de 2003 a 2005, exercendo cargo de diretora na mesma instituição. Também foi professora na Universidade Federal do Ceará, nos níveis de graduação (2006-2008), especialização, pós-graduação desde o ano de 2007 mantendo o vínculo até hoje. Também atua na Fundação Cultural Palmares (2014-2015) e no Centro de Estudos Afro-Brasileiros (1999-2005) e atualmente é professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRJ tendo ingressado no ano de 2015 e coordena NUBAC (Núcleo Brasileiro Latino Americano e Caribeño de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais), certificado pelo CNPQ.

Maria Aparecida Moura

Professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no ano de 1983, com mestrado em Educação também na mesma instituição, concluído no ano de 1986 e no ano de 2002 concluiu o doutorado, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

Ela também realizou dois pós-doutorados, o primeiro deles na Maison des Sciences d'Homme (2008-2007) e o segundo na Université Paris-Est Créteil Val-de-Marne (2008). Ingressou na UFMG como professora substituta, durante o período de 1995-1998, e em 1998 como professora efetiva sob o regime de dedicação exclusiva, vínculo que mantém até hoje. Coordena o Museu virtual - Saberes Puraís e o Laboratório de Culturas e Humanidades digitais (LabOut/PROCI/UFMG).

Atua nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação Social (PROCOM/UFMG) e Ciências da Informação (PROCI/UFMG) como membro permanente. Integra a Rede de Direitos Humanos da UFMG. Tem experiência na área de Ciência da Informação, Comunicação e Educação, com ênfase em tecnologias da informação e na produção de conteúdos relacionados aos direitos humanos e à preservação, registro e difusão da cultura popular e dos

Mirian de Albuquerque Aquino

Graduada em Licenciatura em Letras Vernáculas (1979-1979), pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, iniciou sua trajetória no campo da Educação, onde se especializou em Pesquisa Educacionais (1988-1988).

Faz o mestrado em Biblioteconomia, concluído no ano de 1994, e no doutorado retoma a Educação, concluído no ano 1998 com a tese *Discursiva e Construção do Sentido no Sala de Aula*. Em 2004 retorna de Barcelona, onde realizou seu estágio pós-doutoral na Universidade de Barcelona.

Em sua atuação profissional, vinculou-se a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia durante o período de 1987 a 2002, e também a Universidade Federal do Paraná de 1999 até o ano de 2006 (quando se aposentou), onde foi fundadora e coordenadora do Grupo de Estudos Integrando Competências, Construindo Saberes, Formando Cientistas (GECNCS) e posteriormente do Núcleo de Estudos em e Relações Étnico-Raciais (NEPER), quando começou a trabalhar de maneira mais enfática as questões étnico-raciais.

A Professora Mirian Aquino destaca-se em sua trajetória de vida, seu processo de formação pessoal e profissional, vindo desde as relações familiares, o princípio da vida acadêmica, a vivência como discente, chegando ao estágio da docência e pesquisa. Sendo a formação da professora-pesquisadora na ensino superior a causa da maior mudança em sua realidade.

Fonte: Disponível em: <https://www.pesquisadorasnegras.com/pesquisadoras>

Nessa página, apresentamos informações sobre as pesquisadoras, como miníbio, link para o Currículo Lattes e link para o Baobá.

No item “Sobre a pesquisa” (imagem 5) disponibilizamos um resumo expandido sobre a pesquisa de tese e informações sobre o orientador (foto, miníbio, link para o Currículo Lattes e grupo de pesquisa), nesta, ainda consta uma subpágina “Metodologia” com um breve resumo sobre a metodologia do Baobá genealógico, como ele surgiu na pesquisa, as fontes utilizadas, e as primeiras visualizações.

Imagem 5 – Página “Sobre a Pesquisa” do Ambiente Virtual “Pesquisadoras Negras”

Pesquisa de Tese

Esse ambiente foi criado como extensão da pesquisa de doutorado **"Feminismo negro e epistemologia social: trajetórias de vida de pesquisadoras negras em Biblioteconomia e Ciência da Informação"**, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPCI) – Linha de Pesquisa: Comunicação, Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia como requisito para obtenção do grau de Doutora em Ciência da Informação, orientada pelo Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha.

A construção deste espaço também foi pensada tomando como base os princípios de uma ciência cidadã, que se baseia na participação informada, consentida e voluntária, de milhares de cidadãos e cidadãs que geram e analisam grandes quantidades de dados, partilham o seu conhecimento e discutem e apresentam os resultados. Uma prática de Dados abertos de pesquisa, como preconiza a Declaração de Berlim sobre o Acesso Aberto ao Conhecimento em Ciências e Humanidades publicada em 2003, a fim de ampliar as fronteiras do movimento de livre acesso ao explorar o que se compreende por contribuições de acesso livre.

Sobre o Orientador

Gustavo Silva Saldanha

Gustavo Saldanha é Pesquisador Titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Professor Adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), bolsista de produtividade 2 do CNPq (2016-2018; 2019-2021), bolsista Jovem Cientista do Estado da FAPERJ (2019-2022). Atua como docente nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação do IBICT e em Biblioteconomia da UNIRIO. É líder, desde 2011, do grupo de pesquisa "Ecce Liber: filosofia, linguagem e organização dos saberes" (IBICT-UNIRIO). É editor executivo do periódico LINC EM REVISTA. É membro, desde 2019, do Círculo Iberoamericano de Ciência de la Información Documental (CIIBERCID), desde 2017, da equipe de pesquisadores Méditations en information – communication spécialisée do Laboratoire d'Études et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales (Lerass) da Université Toulouse III Paul Sabatier, França; desde 2008, da Rede Franco-Brasileira de Pesquisadores em Medi-

ação e Usos Sociais dos Saberes e da Informação (Rede Mussi) e, desde 2014, da International Center for Information Ethics (ICIE). É co-fundador do Fórum Internacional A Arte da Bibliografia (2014) e do Fórum de Estudos Críticos da Informação (Ikritika) (2013). Foi vice-coordenador na gestão 2015-2016 do Grupo de Trabalho 1 (Estudos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação) da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIPI). Atuou como bibliotecário da Fundação

Baobá Genealógico

O Baobá surgiu como um presente, assim como quase todos os elementos deste trabalho. Ao receber da Professora Joselina da Silva, uma das protagonistas da pesquisa, o material sobre sua trajetória de vida, para compor o corpus de análise, referente aos dados das narrativas autobiográficas nos deparamos com um artigo autoral intitulado "Meu Baobá Genealógico: histórias e memórias de mulheres que me sustentam", onde a autora homenageia as mulheres negras contribuíram para sua trajetória acadêmica e de vida. Assim, encontramos nosso método para a visualização e compreensão das redes intelectuais e orgânicas das pesquisadoras e seus vínculos.

Na África, o Baobá é uma árvore sagrada. Encontramos algumas histórias que contam sobre pessoas africanas da Costa Ocidental, e que antes de serem brutalmente embarcadas nos "navios negreiros", eram obrigadas por seus captores a dar voltas em torno de uma Baobá, conhecido assim como "Árvore do Esquecimento". A intenção era forçar as pessoas africanas a se esquecerem de suas culturas e da vida livre que levavam nas suas terras natais (MUSEU AFRO BRASIL, 2015).

Fonte: Disponível em: <https://www.pesquisadorasnegras.com/sobre-a-pesquisa>

No item Baobá, imagem 6, apresentamos os Baobás, propriamente ditos, com subpáginas específicas para o detalhamento das tranças/galhos de cada pesquisadora.

Imagem 6 – Página “Baobás” do Ambiente Virtual “Pesquisadoras Negras”

Baobá Mirian de Albuquerque Aquino

Leyde Klebia Rodrigues da Silva, Henry Ponce Cruz de Oliveira, Alba Lúcia de Almeida Silva, Sérgio Rodrigues de Santana, Aníbal Gomes Elliott, Ronheley Pereira Severo, Celcy de Brito Lima, Maria Vânia Leite, Izabel Franca de Lima, Vanessa Alves Santana, Ana Roberta Sousa, Thais Helen do Nascimento Santos, Mota, Clecyane Cassia, Gibson Francisco da Silva Junior, Moreira Pereira

Baobá Joselina da Silva

Nicácia Lima do Carmo, Maria Josilândia da Silva, Davila Maria Feitosa da Silva, Erinaldo Dias Valério, Dalane Patricia Feitosa da Silva, Ana Cláudia Emidio da Silva, Marilucia Antonio de Sousa

Baobá Maria Aparecida Moura

Romulo Ferreira Pereira, Rosana Matos da Silva, Ranito Zambé Waete, Trivelato, Mara Magda Soares Santos, Mardochêe Ogécime, Luiz Fernando Campos de Andrade Junior, Priscilla Pereira Gonçalves

Baobá Joselina da Silva

Baobá Maria Aparecida Moura

Fonte: Disponível em: <https://www.pesquisadorasnegras.com/baobas>

No item “Sobre mim” (imagem 7) constam informações como minibiografia da pesquisadora principal, link para o Currículo Lattes, e uma subpágina para o Memorial Completo.

Imagem 7 – Página “Sobre Mim” do Ambiente Virtual “Pesquisadoras Negras”

Sobre mim

Meu nome é Leyde Klebia Rodrigues da Silva, sou paraibana, sertaneja de Patos. Egressa da graduação em biblioteconomia, do mestrado em ciência da informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e doutora também em ciência da informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). E, atualmente estou como docente do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (IC/UFBA).

Desde a graduação me envolvi com a iniciação científica em projetos no campo das relações étnico-raciais, orientada pela ilustre Prof. Mirian Aquino, o primeiro deles buscava identificar na produção de conhecimento da Universidade Federal da Paraíba temas voltados sobre a população negra.

1 Apresentação

Essa pesquisa tem como objeto as trajetórias de vida de três pesquisadoras negras que atuam e/ou atuaram na pesquisa, ensino e extensão em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Mirian de Albuquerque Aquino, Maria Aparecida Moura e Jussalinda da Silva. Partimos da pressuposta que essas pesquisadoras construíram e ainda constroem redes de intelectualidade negras e negras e não negras e não negras. Elas integram saberes e formam profissionais/cientistas/pessoas sensíveis e atuentes a problemáticas que afetam a sociedade e são fatores geradores de discriminação e exclusão social, como racismo, machismo, sexismo e LGBTfobia.

A trajetória desta pesquisa não é recente, ao contrário, faz parte de um conjunto de inquietações que foram crescendo e se acumulando ao longo dos anos de pesquisa, convivência no grupo de estudos, a Geórgia (fui me debruçar mais a frente sobre essa história). Afinal, não posso falar sobre trajetórias de vida, e não me justificar, ou melhor não me apresentar. Pois, entrei nesse curso de doutorado no ano de 2015, com outras pretensões. Para ser mais específica, ela tinha o seguinte tema: "Resignificação dos conceitos de apropriação e democratização em ciência da informação a partir do olhar da sociologia da informação". Entretanto, foram muitos os obstáculos e dilemas que me fizeram caminhar para a mudança do tema, começarei com um breve memorial sobre mim, na esperança que ao lerem compreendam essa tese como eu a escrevi, um trabalho de inquietações acadêmicas e cura pessoal que construiu e vem construindo a forma como universidade, a pesquisa e o ensino me transformaram e tantas outras pessoas com histórias como a minha.

A proposta deste memorial é descrever minha trajetória profissional e acadêmica, enfatizando os processos e produtos científico-tecnológicos, bem como as expectativas e contribuições para a ciência, sobretudo para o campo da Ciência da Informação.

Fonte: Disponível em: <https://www.pesquisadorasnegras.com/sobre-mim>

Por fim, no item “Contato” (imagem 8) informações como e-mails, endereço profissional e contatos de mídias digitais são disponibilizados.

Imagem 8 – Página “Contato” do Ambiente Virtual “Pesquisadoras Negras”

Leyde Klebia Rodrigues da Silva

E-mail: leydeklebia@gmail.com / leydeklebia@ufba.br
 Instagram: [@leydeklebia](https://www.instagram.com/leydeklebia)
 Twitter: [@LeydeKlebia](https://twitter.com/LeydeKlebia)

Endereço Institucional
 Instituto de Ciência da Informação - UFBA
 Campus Universitário de Canaleta
 Rua Basílio da Gama, s/n
 CEP 40110-100 - Salvador - BA

Diga oi :)

Nome

Email *

Telefone

Digite sua mensagem aqui:

Enviar

Fonte: Disponível em: <https://www.pesquisadorasnegras.com/contato>

A construção do ambiente também foi pensada tomando como base os princípios de uma ciência cidadã, que se baseia na participação informada, consciente e voluntária, de milhares de cidadãos e cidadãs que geram e analisam grandes quantidades de dados, partilham o seu conhecimento e discutem e apresentam os resultados. Uma prática de Dados abertos de pesquisa, como preconiza a Declaração de Berlin sobre o Acesso Aberto ao Conhecimento em Ciências e Humanidades publicada em 2003, a fim de ampliar as fronteiras do movimento de livre acesso ao explicitar o que se compreende por contribuições de acesso livre.

Os Baobás foram idealizados e estruturados da seguinte forma: imagens baseada em um Baobá clássico (a árvore), que foram desenhadas pela assistente de pesquisa no *CorelDraw*²⁶, uma foto da pesquisadora inserida na base da árvore representando a base do Baobá (raiz e tronco) e os nomes das pessoas que elas orientaram no campo de Biblioteconomia e Ciência da Informação, com o recorte de raça, gênero e sexualidade (problemáticas que afetam a sociedade e são fatores de discriminação e exclusão social - Hipótese), ao lado dos galhos, representando essa rede intelectual/orgânica/genealógica. Para o trabalho textual iremos apresentar apenas como essa visualização está estruturada, mas salientamos que no ambiente virtual da pesquisa, a hipertextualidade²⁷ está presente, na forma como apresentamos e como os sujeitos interagem com o Baobá e as pessoas que dele fazem parte.

Também é importante justificar o porquê da escolha por uma rede intelectual baseada nos elos de orientação acadêmica. Nossa tese, parte do pressupostos que essas mulheres negras construíram tranças a partir de suas relações com ensino, pesquisa e extensão e na relação em grupos de pesquisas, na maioria criados por elas. Pelo tempo da pesquisa não seria possível analisar todos os nós dessas tranças, por isso optamos, nesse momento, por analisar o que consideramos um dos elos mais fortes, em um estudo de genealogia, a filiação direta, no caso a orientação, seja de iniciação científica, pesquisa, graduação, mestrado ou doutorado. É interesse seguir com a pesquisa em outros momentos

²⁶ Software de design gráfico baseado em janelas, desenvolvido e comercializado pela Corel Corporation. É basicamente um editor de gráficos vetoriais que cria e edita imagens digitais, através de uma sequência de comandos ou equações matemáticas. Disponível em: <https://www.coreldraw.com/br/>

²⁷ A Hipertextualidade pode ser entendida como uma produção coletiva do conhecimento, que se fundamenta na participação de diferentes autores(as) e de equipes interdisciplinares que realizam uma atividade cooperativa. Disponível em: <https://www.infoescola.com/informatica/hipertexto/>

(pós-doutorados, pesquisas de longa duração e outras), mas nesse momento, reforçamos, que não seria possível, sobretudo pelo tempo analisar todas as conexões estabelecidas entre as pesquisadoras e suas e seus pares.

Por isso, depois que apresentamos a visualização dos Baobás, selecionamos, organizamos e tabulamos os dados de cada orientação, vinculada as pesquisadoras, e detalhamos sua relação, seja ela de ensino, pesquisa ou extensão, com as mesmas e continuidade dos estudos, pesquisa e trabalho, de acordo os critérios apresentados acima. Os dados completos encontram-se disponíveis no ambiente digital que construímos. Até porque, pela quantidade de dados seria inviável incluir como apêndice do trabalho. Nesse sentido, recomendamos que a pessoa que esteja lendo esta pesquisa, confira as conexões e seus desdobramentos com mais riqueza de detalhes no ambiente virtual “<https://www.pesquisadorasnegras.com/baobas>”.

Para o trabalho textual, utilizamos quadros como instrumentos de coleta e visualização de dados, pelos quais detalhamos a rede intelectual/orgânica/genealógica, e como foi apresentado no início deste capítulo, a pesquisa foi realizada na Plataforma Lattes, via as bases de Currículos Lattes e o Diretório de Grupos de Pesquisa (DPG). Dentre os dados coletados, para apresentação no trabalho textual, elencamos algumas categorias para estruturar este instrumento, a saber: **Nome /Titulação/Vinculação Institucional** a fim de saber os dados profissionais, **Último Trabalho de orientação com a pesquisadora/Ano de defesa**, com vistas a informar relação de pesquisa e o ano quando o trabalho foi realizado com a pesquisadora em questão, e **Continuidade dos Estudos, Pesquisa e Trabalho** com o intuito de descobrir se o envolvimento com a pesquisadora possibilitou o desenvolvimento da pesquisa posterior ou sensibilizou para atuação/enfrentamento em estudos com temas voltados as questões que afetam a sociedade e são fatores geradores de discriminação e exclusão social, como racismo, machismo, sexismo e LGBTfobia, que é nosso ponto de partida (Hipótese).

Sendo assim, a partir de agora, iremos apresentar individualmente cada Baobá e sua respectiva rede/galhos.

5.2.1 Baobá genealógico de Mirian de Albuquerque Aquino

A Professora Mirian Aquino destaca-se em sua trajetória de vida, seu processo de formação pessoal e profissional, vindo desde as relações familiares, o princípio da vida acadêmica, a vivência como discente, chegando ao estágio da docência e pesquisa. Sendo a formação de professora-pesquisadora no ensino superior a causa da maior mudança em sua realidade. Podemos verificar quando a Professora Mirian Aquino declara:

É por meio do desenvolvimento de projetos de pesquisa sobre a temática étnico-racial e a criação de grupos de estudos e relações de orientações com alunos que as tensões, os conflitos, os preconceitos, as discriminações e os racismos vão se minimizando nas relações com os pares de minha carreira acadêmica (AQUINO, 2014, p. 10).

Com base em seu currículo lattes²⁸ é possível destacar que a professora Mirian Aquino possui um vasto acervo de produções, orientações acadêmicas entre graduação, mestrado e doutorado e de outras naturezas. Além de muitos trabalhos em grupos de pesquisa orientados e voltados para a temática de relações raciais, gênero e diversidade. Percebe-se nitidamente também o trânsito entre a área das letras e da ciência da informação, ao passo que a intelectual também tem formação, orientação e produção na área de educação e políticas educacionais. Como já mencionado, ela possui Graduação em Licenciatura em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (1979), Mestrado em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba (1994), Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1998) e Pós-Doutorado na Universidade de Barcelona (UB/Es). Foi Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e Professora Associada IV da Universidade Federal da Paraíba até 2016, quando se aposentou. Coordenou e fundou o Núcleo de Estudos em e Relações Étnico-Raciais (NEPIERE) e do Grupo de Estudos Integrando Competências, Construindo Saberes, Formando Cientistas (e-GEINCOS).

Atuou nas seguintes linhas de pesquisa: Pesquisa, Ciência e Educação; Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação; Estudos Culturais em Educação; e Informação, Cidadania e Memória. Onde é observável o pertencimento da professora a duas grandes

²⁸ Currículo Lattes de Mirian de Albuquerque Aquino. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2023496822513593>. Acesso em: 15 fev. 2020.

áreas: Educação e Ciência da Informação, com ênfase nos usos das tecnologias de informação e comunicação.

Desde 1987 a pesquisadora participou de 15 projetos de pesquisa, alguns aprovados por mais de um período. Destes foi coordenadora de 13 deles. Contudo, como ela mesma relata na seção anterior, só em 2001, de fato, ela inicia um trabalho de investigação voltado para a temática étnico-racial. Nesse sentido, destacamos: “Trajetórias e contribuições dos Núcleos de Estudos da Mulher e Relações de Gênero integrantes da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero-REDOR” (2012-2016); “Conhecimento Prudente para uma vida decente: uma análise da temática étnico-racial na produção de conhecimento em Ciência da Informação/Biblioteconomia -período-2000-2012” (2012-2016); Gênero e educação superior: políticas, narrativas e currículo (2012-2016); Processos de apropriação, organização, disseminação e democratização da informação no Movimento Negro da Paraíba (2010-2011); Ciência e Memória: (e)vidências da (in)visibilidade de negros/as de matriz africana nas imagens do discurso da produção de conhecimento da Universidade Federal da Paraíba (2009-2012); e “Informação e Diversidade Cultural: imagem do afrodescendente no discurso de inclusão social” (2004-2005). Todos no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Na sua vasta produção bibliográfica, com 70 artigos publicados em periódicos, destacamos as produções sobre a produção científica sobre e por autores e autoras negras e negros, que representam uma quantidade significativa da sua produção no campo. Dentre elas destacamos: “A construção da identidade profissional de mulheres negras na carreira acadêmica de ensino superior” (2015); “A inclusão étnico-racial na era da informação” (2013); “Políticas de informação para inclusão de negros afrodescendentes a partir de uma nova compreensão da diversidade cultural” (2010) e “A ciência da informação: novos rumos sociais para um pensar reconstrutivo no mundo contemporâneo” (2007), essas individuais. Algumas em colaboração com suas orientandas e orientandos, ressaltamos: “Imagens de exclusão de negros/as em produção de conhecimento em universidades públicas” (2014) com Jobson Francisco da Silva Júnior e Ronhely Pereira Severo; “Práticas de organização e representação da informação étnico-racial em bibliotecas universitárias: necessidade de preservação da memória de negro” (2014) com Vanessa Alves Santana; “Fontes de informação na Web: apropriação, uso e disseminação da informação étnico-racial no movimento negro da Paraíba” (2014) com Leyde Klebia Rodrigues da Silva; “O conceito de

informação étnico-racial na Ciência da Informação” (2012) com Henry Pôncio Cruz de Oliveira; “A (in)visibilidade de negros(as) na produção de conhecimento em programas de pós-graduação da UFPB” (2011) com Alba Lígia Almeida Silva e “A informação que circula sobre a política de cotas no ensino superior” (2010) com Izabel França de Lima.

Nos livros publicados/organizados salientamos os livros: “O campo da ciência da informação: Gênese, conexões e especificidades”, obra de grande importância para o campo da CI no Brasil (citada no capítulo 2 desta pesquisa). E o livro “A responsabilidade ético-social das universidades públicas e a educação da população negra”, fruto do “I Seminário a responsabilidade ético-social das universidades públicas e a educação da população negra”, sendo um evento de grande importância para a discussão das temáticas raciais na UFPB, que passou a envolver docentes e discente não só de todos os centros da UFPB, mas como de pessoas de diversas instituições de ensino do país.

No currículo da professora podemos observar, além da grande contribuição para os campos da Educação e Ciência da Informação, que a mesma pode ser apontada como uma das percussoras das discussões étnico-raciais na Ciência da Informação no país, tendo nos seus orientandos e orientandas a continuidade do seu trabalho e a difusão da temática para além da UFPB e para além do campo da informação. Mirian de Albuquerque Aquino realizou mais de 70 orientações, 72 no total sendo elas: 24 de mestrado, 8 de doutorado, 8 Trabalhos de conclusão de curso de graduação, 4 Monografias de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização, 27 de iniciação científica e 1 orientação de outra natureza.

No DGP, mesmo aposentada, consta como pesquisadora honorária no grupo de pesquisa que fundou, e que ainda se mantém ativo, o “Grupo de Estudos Formando Competências, Construindo Saberes e Formando Cientistas (GEINCOS)”²⁹, agora coordenado pelas professoras Alba Cleide Calado Wanderley e Lebiã Tamar Gomes Silva, ambas suas ex-orientandas no Programa de Pós-Graduação em Educação, e que estão no grupo desde a sua formação inicial em 2008.

Com relação as orientações, foram 24 (vinte e quatro) de Mestrado, 9 (nove) de Doutorado, 4 (quatro) Monografias de Conclusão de Curso de Aperfeiçoamento/Especialização, 8 (oito) Trabalhos de conclusão de curso de graduação e 27 (vinte e sete) de Iniciação científica. A listagem completa está disponível no Apêndice A

²⁹ Página do Grupo no DGP: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6558942196898730. Acesso em: 03 nov. 2020.

Para a construção do Baobá da Professora Mirian Arquino e seus galhos (pessoas que ela orientou/influenciou), levamos em consideração o campo Biblioteconomia e Ciência da Informação, nas fases de Mestrado, Graduação e Iniciação Científica em Biblioteconomia (UFPB), que faziam parte do Geincos/Nepiere e com pesquisas no campo das relações étnico-raciais, gênero, diversidade e estudos sociais. A seguir, apresentamos a visualização na imagem 9, a seguir.

Imagem 9 – Baobá Genealógico de Mirian de Albuquerque Aquino



Fonte: Dados da pesquisa (2020). Disponível em: <https://www.pesquisadorasnegras.com/baobas>

A partir desta visualização, apresentamos a seguir o quadro 2, os dados sobre essa rede intelectual/orgânica.

Quadro 2 – Tranças/Galhos de Mirian de Albuquerque Aquino em Biblioteconomia e Ciência da Informação

Nome /Titulação/Vinculação Institucional	Último Trabalho de orientação com a pesquisadora / Ano de defesa
Alba Lígia de Almeida Silva Professora DCI/UFPB	(Cons)Ciência da responsabilidade social e ét(n)ica na produção de conhecimento sobre negros (as) em programas de pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba. 2009.
Ana Roberta Sousa Mota Bibliotecária, UFPB Pós-doutoranda CEIS20, Universidade de Coimbra	Memória Iconográfica: uma análise da representação de negros (as) em cursos da área de saúde nas universidades públicas. 2012.
Arluci Goes Elliott Professora UFCA, Cariri Doutora em CI PPGCI/UNESP-Marília.	Informação, Imagem e Memória: uma análise de discurso em jornais da imprensa negra na Biblioteca da Universidade Federal do Ceará - Campus Cariri. 2010.
Celly Brito de Lima Professora DCI/UFPE Doutora em CI PPGCI/USP	Identidades afrodescendentes: acesso e democratização da informação na cibercultura. 2009.
Cleyciane Cássia Moreira Pereira Bibliotecária, UFPB. Doutora em CI PPGCI/UFBA	Mitos como elementos de informação e preservação da cultura de matriz africana na comunidade quilombola de Itatamutatia -São Luís. 2011.
Henry Pôncio Cruz de Oliveira Professor PPGCI/DCI/UFPB Doutor em CI PPGCI/UNESP	Afrodescendência, Memória e Tecnologia: uma aplicação do conceito de informação etnicorracial ao projeto. 2010.
Izabel França de Lima Professora PPGCI/DCI/UFPB Doutora em CI PPGCI/UFMG	Biblioteca Digital Paulo Freire como dispositivo de inclusão: visão de professoras de escola pública de João. 2007.
Jobson Francisco da Silva Júnior Doutor em CI PPGCI/IBICT/UFRJ	Informação musical, acesso e uso: compreendendo os processos de apropriação e construção da identidade de jovens afrodescendentes. 2014
Leyde Klebia Rodrigues da Silva Doutoranda em CI Professora ICI/UFBA	Bamidelê: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização de mulheres negras da Paraíba. 2014.
Maria Vânia Leite Bibliotecária, Prefeitura Municipal de Itaporanga (PB)	A disseminação da informação étnico-racial no Movimento Negro da Paraíba. 2011. Iniciação Científica.
Sérgio Rodrigues de Santana Doutorando em Ciência da Informação (UFPB)	“Conhecimento Prudente para uma Vida Decente”: uma análise da temática étnico-racial na produção de conhecimento em Ciência da Informação/Biblioteconomia/Arquivologia - período-2000-2013. Conclusão: 2014. Iniciação Científica.
Ronhely Pereira Severo Graduando em Biblioteconomia (UFPB)	A democratização da informação etnicorracial no Movimento Negro da Paraíba. 2010. Iniciação Científica.
Thais Helen do N. Santos Professora DCI/UFPE Doutora em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais. FLUP, Portugal.	Fontes iconográficas e memória afrocêntrica: uma análise da informação étnico-racial a partir do ensaio fotográfico Engenheiros e Senzalas do Arquivo Histórica do estado da Paraíba. 2012.

Nome /Titulação/Vinculação Institucional	Último Trabalho de orientação com a pesquisadora / Ano de defesa
Vanessa Alves Santana Bibliotecária Doutoranda em CI, UFPB	Memória Esquecida: uma análise da informação étnico-racial no Opac da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba. 2012.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Plataforma Lattes (CV e DGP) coletados em fevereiro, e atualizados em outubro/novembro de 2020.

A partir desses dados, ampliados no ambiente virtual, pudemos observar à primeira vista que das 14 orientações, ou melhor, galhos desse Baobá é possível amadurecer o debate acerca das tranças intelectuais construídas por essa pesquisadora. No site, apresentamos os dados de forma mais detalhada, mostrando o relacionamento de cada orientação com a pesquisadora (produções, pesquisas etc.). Ressaltamos, que os impactos de uma vida dedicada à luta étnico racial, às questões gênero, a inclusão a diversidade, a Ciência da Informação e a Educação não pode ser mensurada.

5.2.2 Baobá genealógico de Maria Aparecida Moura

A narração de si da trajetória de vida acadêmica e profissional da pesquisadora Aparecida Moura evidencia momentos de sua trajetória onde percebemos seu compromisso com os problemas sociais que afetam a sociedade.

Finalizamos a seção “Cida por Cida” informando que ela foi a primeira professora titular negra da UFMG. Uma instituição que levou 85 anos para ter uma professora negra como titular em seu quadro de docentes, quadro esse que deveria causar estranheza, uma vez que vivemos em um país onde a maior parte da população, atualmente, declara-se como preta ou parda (população negra). Contudo entendemos que esta defasagem é reflexo do racismo estrutural e estruturante no Brasil e que Maria Aparecida Moura combate de forma exemplar, não apenas por ser um corpo negro ocupando esse espaço, mas também pelas ações, projetos que realiza, seja como professora ou por meio dos cargos administrativos que ocupa/ocupou na universidade.

Contudo, os passos de Maria Aparecida Moura, professora e pesquisadora negra, vem de longe:

Quando eu nasci, conta a minha avó que, ao invés de receber a tradicional palmada que provoca o choro da vida, fui colocada embaixo de uma bacia feita de folhas de Flandres sobre a qual tocaram até que eu chorasse. Desse modo, em meio à escuridão do desconhecido e diante desse primeiro gesto coletivo da linguagem do eco das mãos no Flandres, chorei e me apresentei à vida. Desde então, sempre que

me lembro da história do meu nascimento vejo poesia, cultura e a linguagem das possibilidades e da sabedoria das pessoas comuns (MOURA, 2012, p. 1).

Relembra que foi a avó que com a sabedoria matuta a ensinou que “A educação e a dignidade são a riqueza do pobre, algo que ninguém jamais pode tirar de você” (MOURA, 2012, p. 1) e assim seguia para a escola onde exercitava a sua curiosidade e por não ter acesso às enciclopédias, que na época eram a fonte informacional mais indicada, Aparecida e seus colegas tinham nos seus vizinhos fontes de informação. Foi nesse período que a cientista começou a ter a biblioteca como “gênero de primeira necessidade” e a formar o seu acervo pessoal com os livros encontrados no lixo (MOURA, 2012).

Após graduar-se em Biblioteconomia (1993) fez o mestrado em Educação na UFMG, com a dissertação: Tecnologias da Informação e capacitação de trabalhadores em telecomunicação (1993). E, em 2002 concluiu o Doutorado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com a tese Semiótica e Mediação digitais.

Interrompemos esse trilhar, para trazer à tona uma questão de extrema importância na vida de mulheres negras, apontado por essa protagonista, “a solidão” de traçar esse caminho em espaços, nesse caso o acadêmico, onde mulheres negras são vistas com desconfiança e constantemente tendo que mostrar que seu trabalho é tão científico quanto outros. Por trabalhar com temas diversos que perpassam pela Ciência da Informação e pela Comunicação, alegações como “devido a uma falta de foco”, surgem como fruto dessa desconfiança com a qual cientistas negras ainda são vistas pela Academia.

Entendemos que essa questão perpassa mais uma vez pela discussão sobre epistemicídio que apresentamos no capítulo 2, para fundamentar como os trabalhos de pessoas negras ou sobre pessoas negras são deslegitimados em prol de um discurso científico “universalizante” que é tão localizado e específico como qualquer outro, pois em sua essência só privilegia um único saber, o do homem branco eurocentrizado.

Atualmente ela é Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (Nível 2). Professora Titular da Universidade Federal de Minas Gerais. Diretora da Universidade dos Direitos Humanos (UDH/PROEX/UFMG). Atua nos programas de pós-graduação em Comunicação Social (PPGCOM/UFMG) e Ciência da Informação (PPGCI/UFMG) como membro permanente. Coordena o Museu virtual - Saberes Plurais e o Laboratório de Culturas e Humanidades digitais (LabCult/PPGCI/UFMG).

Ao analisar o Currículo Lattes dessa pesquisadora³⁰, observamos que em sua atuação profissional, além da UFMG, destacamos a atuação em diversas instituições como professora visitante, orientadora e coorientadora, o que indica uma forte ligação da professora com a pesquisa científica.

As linhas de pesquisa a qual está vinculada são: Textualidades Mediáticas; Memória social, patrimônio e produção do conhecimento; e Semiótica e Novas mídias. As linhas de textualidades mediáticas e semiótica e novas mídias estabelecem um diálogo mais próximo entre si do que com a linha Memória social, patrimônio e produção do conhecimento, embora as três podem ser facilmente apropriadas pelo campo da Ciência da Informação.

Em seu currículo foram incluídos 18 projetos de pesquisa, onde destacamos: “Interseccionalidade e a organização social do conhecimento” (2020-Atual), onde se propõe estudar as possíveis relações entre organização da informação, dispositivos e epistemicídio; “A construção e a expressão de modos de existência éticos: transversalidade, relações de poder e conhecimento em Foucault” (2019-2020) onde tomou como referência as contribuições teóricas do Filósofo Michel Foucault em interface com os processos de representação interseccional do conhecimento nas temáticas gênero, raça, sexualidade e estudos feministas; “Perfil dos pesquisadores negros brasileiros (2005-2005) e Estudo de viabilidade para a criação do Curso de graduação em Ciência da Informação em Moçambique Pró-África / CNPq” (2005-2008). Dentre os projetos de extensão contabilizamos um total de 7 (sete), dos quais destacamos: “Programa Ações Afirmativas na UFMG” (2001- atual), “Programa Conexão de Saberes” (2011-atual) e “Saberes Plugados - Informação, juventude e tecnologias sociais em rede” (2011–2013), ambos projetos trabalham com jovens, “pobres, negros e de classes populares” visando promover o acesso dos mesmo a culturas digitais e informacionais.

Em 2017 a professora recebe a homenagem pela relevante atuação em Belo Horizonte na luta contra o racismo, Câmara Municipal de Belo Horizonte - Vereadoras Áurea Carolina e Cida Falabella, a homenagem evidencia que a professora desempenha um papel marcante na luta contra o racismo.

Sua produção bibliográfica é vasta, com 64 artigos publicados em periódicos científicos, 35 capítulos de livros e 74 artigos publicados em anais de eventos, para citar uma

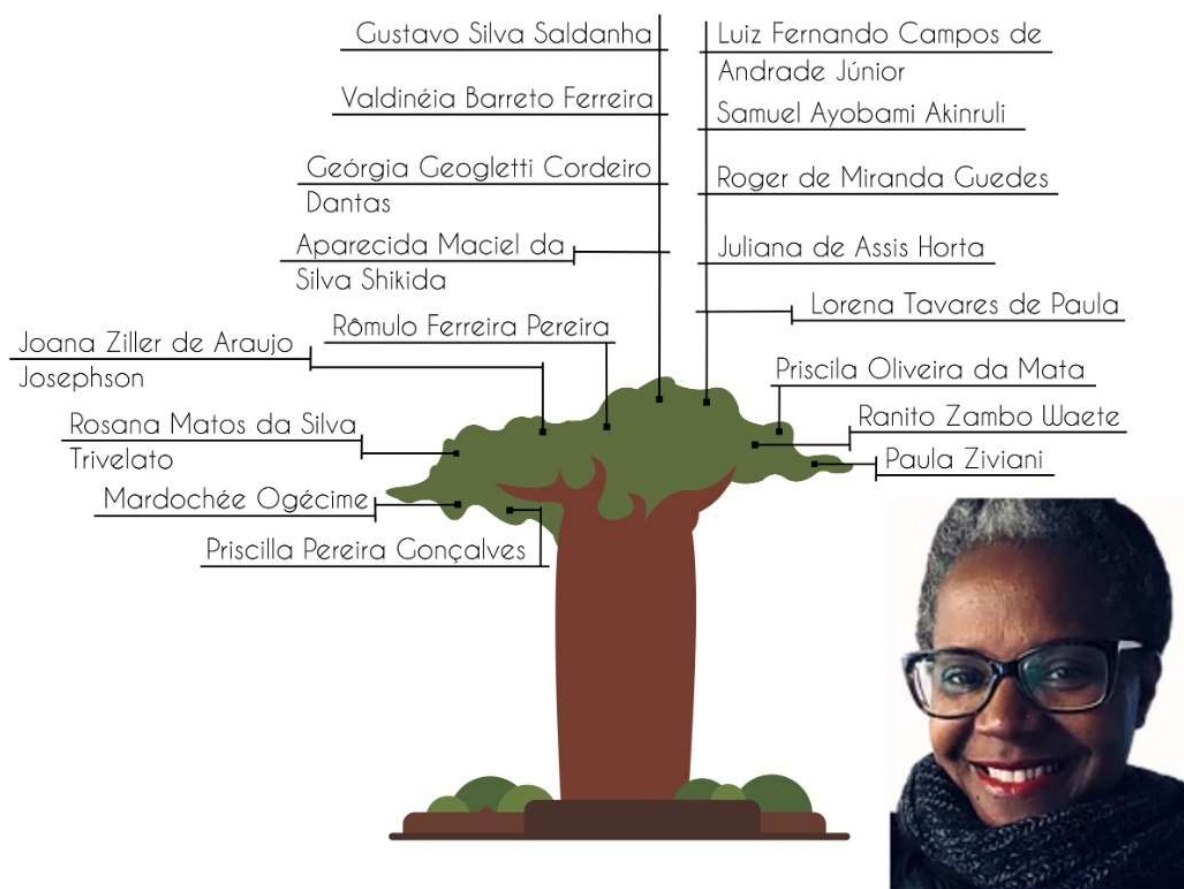
³⁰ Currículo Lattes de Maria Aparecida Moura. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3179079966117749>. Acesso em: 15 fev. 2020.

parte de sua publicação. Sua produção em diferentes temáticas, como apontou, denotam um pertencimento da professora ao campo da Ciência da Informação, que ao lidar com os problemas sociais que afetam negras e negros os transversaliza em suas várias práticas, seja de ensino, pesquisa e/ou extensão. Destacamos as produções: “Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder” (2018); “Informação e cultura política: desafios para a formação humana no campo da biblioteconomia (2018); *“Intersectionality and the social construction of Knowledge Organization”* (2018); “Educação, ação extensionista e as políticas de promoção da igualdade racial no Brasil: desafios e perspectivas” (2014); “Por uma cidadania radical” (2005) e “As políticas de ação afirmativa no contexto da sociedade da informação. Afirmando direitos: Acesso e permanência de jovens negros na universidade” (2004).

No DGP encontramos 2 (dois) grupos de pesquisa em que a pesquisadora atua: Coragem - Grupo de Pesquisa em Comunicação, Raça e Gênero (UFMG) e o #FOLKCoLAB - Colaboratório de pesquisas e práticas sobre Folksonomia e Sistemas Híbridos de Organização do Conhecimento (UFRJ). Ambos estão ligados aos programas de pós-graduação que faz parte, Comunicação e Ciência da Informação.

Com relação as orientações concluídas, foram 38 (trinta e oito) de Mestrado, 15 (quinze) de Doutorado, 2 (duas) Supervisões de pós-doutorado, 13 (treze) Monografias de Conclusão de Curso de Aperfeiçoamento/Especialização, 32 (trinta e dois) Trabalhos de conclusão de curso de graduação e 22 (vinte e dois) de Iniciação científica. A listagem completa está disponível no Apêndice B

Para a construção do Baobá da Professora Maria Aparecida Moura, selecionamos seus galhos (pessoas que ela orientou/influenciou), a partir da sua atuação no campo Biblioteconomia e Ciência da Informação. Lembramos que nosso foco não é quantidade de produções, tendo em vista, que já apresentaremos na listagem acima, pois para a visualização do baobá o importante são as relações com temas que lidam com problemas sociais estruturantes, os aspectos sociais do campo e continuidade nos estudos com a pesquisadora. Salientamos que é apenas um dos elementos para observar a contribuição dessa pesquisadora, como já apresentamos na seção 5.1. Nesta fase, selecionamos trabalhos da pós-graduação na área de Ciência da Informação, TCCs em Biblioteconomia e orientações de Iniciação Científicas concluídas e andamento, no seu vínculo com a UFMG. Vejamos a seguir na imagem 5:

Imagem 10 – Baobá Genealógico de Maria Aparecida Moura

Fonte: Dados da pesquisa (2020). Disponível em: <https://www.pesquisadorasnegras.com/baobas>

A partir desta visualização, apresentamos a seguir o quadro 3, onde detalhamos os dados sobre essa rede intelectual/orgânica e suas respectivas relações.

Quadro 3 – Tranças/Galhos de Maria Aparecida Moura em Biblioteconomia e Ciência da Informação

Nome /Titulação/Vinculação Institucional	Último Trabalho de orientação com a pesquisadora / Ano
Rômulo Ferreira Pereira Mestrando em Ciência da Informação (UFMG)	“Redes sociais on-line como dispositivo de diálogo, afirmação e liberdade LGBTQIA+”. Ingresso: 2020.
Priscila Oliveira da Mata Doutoranda em Ciência da Informação (UFMG)	“Algoritmos: impactos sociais, políticos e culturais”. Ingresso: 2020.
Samuel Ayobami Akinruli Doutorando em Ciência da Informação (UFMG)	“Etnografando museus: memória, patrimônio cultural e representação social do médium Chico Xavier”. Ingresso: 2018. Tese em andamento.
Rosana Matos da Silva Trivelato Doutoranda em Ciência da Informação	“A diversidade tem muitos nomes: reminiscências de uma emergência conceitual”. Ingresso: 2017.

Nome /Titulação/Vinculação Institucional	Último Trabalho de orientação com a pesquisadora / Ano
(UFMG)	
Mardochée Ogécime Graduação em Ingeniería Informática, UTESA, República Dominicana.	“Políticas da Informação no Haiti: Panorama atual e perspectivas para a sociedade da informação e do conhecimento”. Ingresso: 2017
Priscilla Pereira Gonçalves Mestra em Ciência da Informação (UFMG)	Dissertação “As relações de poder no discurso dos dispositivos legais e o desenvolvimento das coleções em bibliotecas públicas”. Concluída em 2019.
Ranito Zambo Waete Bibliotecário, DNDR - MITADER, Moçambique.	Dissertação “Uso de Periódico Eletrônico nas Instituições do Ensino Superior e de Pesquisa em Moçambique”. Concluída em 2013.
Luiz Fernando Campos de Andrade Júnior Mestre em Ciência da Informação (UFMG)	Dissertação “Ocupa Belo Horizonte: cultura, cidadania e fluxos informacionais no Duelo de MCs”. Concluída em 2013.
Roger de Miranda Guedes Doutor em Ciências da Informação (UFMG) Gestor em Ciência e Tecnologia da Fundação João Pinheiro (FJP)	Tese “O princípio da garantia semântica e os estudos da linguagem”. Concluída em 2016.
Juliana de Assis Horta Professora, FACC, UFRJ Doutora em Ciência da Informação (UFMG)	Tese “A interoperabilidade a partir de consensos e semânticas emergentes: um modelo para elaboração e atualização de sistemas de organização do conhecimento”. Concluída em 2015
Lorena Tavares de Paula Professora, ECI, UFMG Doutora em Ciência da Informação (UFMG)	Tese “Nanopublicação e Indexação”. Concluída em 2016.
Gustavo Silva Saldanha Pesquisador (IBICT) Professor (UNIRIO) Bolsista de produtividade 2 (CNPq)	Dissertação “Viagem aos becos e travessas da tradição pragmática da Ciência da Informação: uma leitura em diálogo com Wittgenstein”. Concluída em 2008.
Paula Ziviani Doutora em Comunicação Social (UFMG)	Dissertação “A consolidação dos indicadores culturais no Brasil: uma abordagem informacional”. Concluída em 2008.
Aparecida Maciel da Silva Shikida Doutora em Ciência da Informação (UFMG)	Dissertação “Informação, História e Memória: A Constituição Social da Informação em Relatos Orais”. Concluída em 2005.
Valdinéia Barreto Ferreira Doutora em Ciência da Informação (UFBA).	Dissertação “e-Science e políticas públicas para ciência, tecnologia e inovação no Brasil: colaboração, infraestrutura e repercussão nos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia da área de Nanotecnologia”. Concluída em 2016. OBS Coorientadora
Geórgia Geogletti Cordeiro Dantas	Tese “A cultura informacional de fãs: análise da rede de processo de interpretações, reinterpretações e retrabalhos de obras por leitores/autores” Concluída em 2015.
Joana Ziller de Araujo Josephson Professora, DCS, PPGCS (UFMG) Doutora em Ciências da Informação (UFMG)	Tese “Qualidade da informação e produsage: semiótica, informação e o usuário antropofágico”. Concluída em 2011.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Plataforma Lattes (CV e DGP) coletados em fevereiro, e atualizados em outubro/novembro de 2020.

No site, apresentamos os dados de forma mais detalhada, mostrando o relacionamento de cada orientação com a pesquisadora (produções, pesquisas etc.). Observamos que a rede que a pesquisadora construiu e continua construindo, como vemos nas pesquisas em andamento, por meio dos vínculos institucionais, são fortes, e alguns deles abordaram e ainda trabalham com temas que atinge a sociedade em sua estrutura.

Contudo, ressaltamos que a sua maior militância está presente nas ações de extensão, ensino e atuação profissional. Observamos também que essa militância tem estado mais evidente em seus trabalhos acadêmicos recentes, como por exemplo o seu segundo pós-doutorado, onde a sua produção tem se aproximado das taxonomias de reparação, levando em conta os aspectos éticos e étnicos na produção, organização e circulação do conhecimento.

5.2.3 Baobá genealógico de Joselina da Silva

Como abordado na metodologia, foi da Professora Joselina que nos veio a ideia e inspiração de trabalharmos com a noção de Baobá Genealógico para construção e visualização das tranças intelectuais das pesquisadoras.

Como já mencionado, Joselina é professora associada da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Pós doutora pela Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUCP), Doutora e Mestra em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Especialista em Sociologia Urbana também UERF. Além de ter fundado e coordenar o N'BLAC (Núcleo Brasileiro, Latino-Americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais), certificado pelo CNPQ.

Assim como na narração da sua trajetória de vida e corroborado por fragmentos/dados que recuperamos de seu Currículo Lattes³¹ fica evidenciado sua atuação consistente no campo dos estudos étnico-raciais, de gênero e movimentos sociais. Suas linhas de pesquisa concentram-se no estudo das Relações Raciais, Gênero, Movimentos Sociais e Religiões Afro-Brasileiras.

Institucionalmente, é uma das redatoras dos verbetes relacionados à raça, ao racismo e ao movimento negro, na Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do

³¹ Currículo Lattes de Joselina da Silva. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1785433331883652>. Acesso em: 15 fev. 2020.

Caribe (2006), é integrante do conselho consultivo e da equipe de redação de textos da Enciclopédia Mulheres Negras do Brasil (2007), foi a segunda vice-secretária da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) - 2006 – 2008, tendo também Coordenadora Geral do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra/CNIRC - Fundação Cultural Palmares (2014).

Observamos sua participação em 10 (dez) projetos de pesquisa, oito deles concluídos e um em andamento, 9 (nove) sendo coordenadora, dentre eles destacamos: “Interseccionalidade entre gênero e raça: o movimento de mulheres negras na América Latina (Peru, Uruguai e Argentina)” (2018-2019); “Interseccionalidade entre gênero, raça e educação: trajetórias de professoras doutoras negras atuantes nos departamentos de educação das universidades federais dos estados do Ceará e do Rio de Janeiro” (2016-Atual); “A construção da identidade: um olhar sobre os estudantes negros do curso de biblioteconomia (UFC -CAMPUS CARIRI)” (2012-2015); “As falas das mulheres negras do Cariri cearense: um olhar voltado para a preservação de suas memórias” (2011-2015) e “As Bibliotecas e a Implementação do Ensino de História e cultura afro-brasileira - LEI 10639/03” (2009-2011).

Os projetos de extensão contabilizamos 3 (três), 2 (dois) em andamento. Todos os projetos de pesquisa e extensão gravitam em torno das questões étnico-raciais e gênero. Destacamos o “Curso de Extensão Iniciativas Negras Trocando Experiências” que teve início em 2006, quando a professora ainda atuava na Biblioteconomia da UFC Cariri e ainda continua em andamento, em parceria com docentes da UFCA, a exemplo de Maria Cleide Rodrigues Bernardino.

A produção bibliográfica compreende em: artigos completos em periódicos (32), livros publicados/organizados ou edições (7), capítulos de livros publicados (20), textos em jornais de notícias/revistas (2), trabalhos completos publicados em anais de congressos (20), resumos expandidos publicados em anais de congressos (6), resumos publicados em anais de congressos (17), apresentações de trabalho e outras produções bibliográficas (54) da professora, com exceção de um resumo expandido, encontra-se no escopo das relações étnico-raciais, gênero e movimentos sociais. Neste quesito, destacamos alguns trabalhos em colaboração com orientações advindas da sua atuação no Curso de Biblioteconomia na UFC Cariri: “Grupos de Pesquisa sobre relações raciais no Diretório do CNPq” com Nicácia Lina do Carmo; “Etnografia do bullying racial na escola: um olhar da biblioteconomia e da ciência da

informação” (2016) com Maria Josilânia da Silva; “O lugar da biblioteca universitária na implementação da lei 10.639/03 nos cursos de história e pedagogia” (2015) com Dávila Maria Feitosa da Silva e Maria Cleide Rodrigues Bernardino; e, “A produção científica sobre os (as) negros nos Enancibs sob um olhar cientométrico” (2012) com Erinaldo Dias Valério e Maria Cleide Rodrigues Bernardino.

O mesmo direcionamento marca sua participação em bancas, na condição de orientadora ou examinadora, onde toda a sua participação foi em trabalhos sobre as questões étnico-raciais, de gênero e movimentos sociais.

No DGP encontramos 4 (quatro) grupos de pesquisa em que a pesquisadora atua: Núcleo Brasileiro, Latino-Americano e Caribenho de estudos em relações raciais, gênero e movimentos sociais (UFC); Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Direitos e Diversidades: Gênero, Etnia, Raça, Religião e Etnomúsica. (NEPEDDE) vinculado a Universidade de Mackenzie; SANKOFA - Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Memória da Escravidão e do Pós-Abolição (UESPI); e o Alaye - laboratório de pesquisa em informação antirracista e sujeitos informacionais (UFG). Todos ligados as questões de relações étnico-raciais, gênero, movimentos sociais, foco de sua área de pesquisa.

Com relação as orientações concluídas, foram 11 (onze) de Mestrado, 7 (sete) de Doutorado, 7 (sete) Trabalhos de conclusão de curso de graduação e 7 (sete) de Iniciação científica. A listagem completa está disponível no Apêndice C.

Para a construção do Baobá da Professora Joselina da Silva, principalmente tendo em vista sua formação e atuação em várias áreas do conhecimento, o recorte que nos interessa da sua trajetória, para construção do Baobá Genealógico, se refere ao período que esteve como professora na Universidade Federal do Ceará, nos níveis de graduação e iniciação científica, especificamente em Biblioteconomia (2006-2013).

Nesse sentido, a visualização do seu Baobá Genealógico ficou da seguinte forma, vejamos a seguir na imagem 11:

Imagem 11 – Baobá Genealógico de Joselina da Silva

Fonte: Dados da pesquisa (2020). Disponível em: <https://www.pesquisadorasnegras.com/baobas>

Tendo em vista este Baobá Genealógico, apresentamos a seguir o quadro 4, detalhando esses relacionamentos.

Quadro 4 – Tranças/Galhos de Joselina da Silva em Biblioteconomia

Nome /Titulação/Vinculação Institucional	Último Trabalho de orientação com a pesquisadora / Ano de defesa
Maria Josilânia da Silva Graduada em Biblioteconomia	Etnografia do bullying racial na escola: contribuições da biblioteconomia e ciência da informação. 2014
Daiane Patrícia Feitosa da Silva Graduada em Letras e em Biblioteconomia	A mulher como produtora de informação etnicorracial nos movimentos sociais: jornais da imprensa negra. 2014
Marilucia Antonia de Sousa Bibliotecária do Centro Cultural Banco do Nordeste	Preservação da memória: as falas das mulheres negras caririenses acima de setenta anos. 2014
Dávila Maria Feitosa da Silva Bibliotecária Escolar Mestra em Biblioteconomia, UFCA	A biblioteca universitária como auxiliar na implementação da Lei 10.639/03 nos cursos de História e Pedagogia. 2013
Ana Cláudia Emídio da Silva Bibliotecária Escolar do Colégio Espaço Aberto Cariri.	Análise da Lei 10.639/03 nas bibliotecas das escolas estaduais de Juazeiro do Norte – CE. 2012
Nicácia Lina do Carmo Bibliotecária, UFC Doutoranda em Educação, UFC	História e cultura afro-brasileira: um olhar sobre o acervo das bibliotecas públicas do CRAJUBAR. 2011
Erinaldo Dias Valério. Professor, FIC, UFG Doutor em CI PGCI/IBICT-UFRJ	A produção científica sobre os (as) negros(as) nos ENANCIBs: um olhar cientométrico. 2011

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Plataforma Lattes (CV e DGP) coletados em fevereiro, e atualizados em outubro/novembro de 2020.

Assim como nas outras pesquisadoras, no site, apresentamos os dados de forma mais detalhada, mostrando o relacionamento de cada orientação com a pesquisadora (produções, pesquisas etc.). Segundo Dávila Maria Feitosa da Silva (2019) em sua pesquisa sobre bibliotecárias cearenses, somente no ano de 2011, foram apresentadas as primeiras monografias do curso com o tema das relações raciais. Sendo assim, é possível constatar a partir do exposto, que foi só a partir da inclusão da Professora Joselina da Silva no quadro docente do Curso de Graduação em Biblioteconomia que uma sensibilização para esse tema aconteceu. Mesmo tendo em vista a obrigatoriedade da Lei n. 10.639/2003 que institucionalizou o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na educação, como alerta a pesquisadora.

A passagem de Joselina da Silva nesse campo pode até ser considerado curto, se considerarmos sua atuação no campo da educação, por exemplo, mas tendo em vista as marcas que deixou, não apenas nas e nos estudantes, mas na estrutura do próprio curso e seu contexto, onde pelo menos 3 (três) das pessoas que orientou e fizeram parte do seu grupo, deram continuidade aos estudos até o doutorado. Desse modo, destacamos, o papel docente ao assumir compromissos com os problemas que afligem a sociedade em sua estrutura, podem provocar um impacto positivo na vida de alguém. Mesmo se tratando de uma parcela dos dados, pois o conjunto total está disponível no ambiente virtual, nos arriscamos a afirmar que essa pesquisadora além de galhos que acrescentou em sua árvore, plantou boas sementes, e que hoje estão construindo seus próprios Baobás.

5.3 Discussões genealógicas

As trajetórias de vida de mulheres negras, por mais que tenham elementos em comum, como o racismo e o machismo, elas têm suas singularidades. E essa também é uma defesa desse trabalho. Por vezes, mulheres negras são apagadas da história, quando não, generalizadas, mas quase nunca reconhecidas em suas individualidades.

As trajetórias de vida dessas três mulheres negras nos mostram o quanto as diferenças são marcantes e importantes na vida de uma pessoa. Nossas protagonistas, são mulheres negras infiltradas na academia, engajadas em desfazerem “rotas hegemônicas da teoria feminista e maternarem afeto, de si, em prol de quem sangra” como alude Carla

Akotirene (2018, p. 15), porque o racismo estruturado pelo colonialismo moderno insiste em dar cargas pesadas a mulheres negras.

A Professora Mirian, uma mulher baiana, que em busca de um sonho onde a educação sempre foi prioridade muda-se para outro estado, recomeça sua carreira em outra área, enfrenta todo tipo de preconceito institucional e ainda assim consegue ter forças para atuar em defesa da luta antirracista. Cria um grupo de pesquisa sozinha, apenas com suas orientandas e seus orientandos, fomenta a discussão de cotas, a presença da população negra na universidade, na memória da ciência e ainda busca dar visibilidade as narrativas de vida de docentes negras como ela. Pioneira na Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação, buscou e abriu portas para criar espaços, onde fosse possível discutir as questões étnico-raciais e de gênero nestes campos. Sua trajetória de vida, suas publicações, suas orientações e suas pesquisas inspiram pessoas a criarem projetos. Seu legado vai além dos muros da universidade, fez com que pessoas, assim como ela buscassem o caminho da educação e da pesquisa, de uma educação libertadora e transformadora.

A professora Cida, uma mulher mineira, de família humilde, encontrou nesse espaço todo apoio que precisava para acreditar na educação como uma questão central na vida das pessoas. Militante desde jovem, muito cedo descobriu que tinha que lutar para combater as desigualdades. Se formou nessa conjuntura, onde aliou a demanda que tinha em documentar a emergência dos fatos, sua paixão por livros e biblioteca. Seu caminho foi solitário. Foi a única negra na universidade por muito tempo. Teve que criar estratégias de sobrevivência e de afirmação da sua identidade cotidianamente. Hoje é professora titular da ECI/UFMG, uma das maiores escolas de Ciência da Informação do país, com vasta produção, atuação em pesquisa, ensino extensão. Ainda tem tempo para militância, em várias instâncias da universidade onde atua. E é nessa prática de fazer permanecer a memória viva contra uma sociedade opressora que nossa protagonista segue trilhando seu caminho.

Na professora Joselina, uma mulher da baixada fluminense, enxergamos a força das mulheres traduzida em versos. A forma de narrar sua vida e a vida das mulheres que a sustentam nos levaram a caminhos das matas africanas, onde os Baobás frondosos nasceram. A professora Joselina também tem a militância marcada em sua trajetória de vida, assim como, infelizmente, o racismo e o machismo estrutural que a perseguiram por toda sua vida. Em um primeiro momento escolheu a educação como uma forma de se libertar mais rapidamente e financeiramente do pai. O racismo nosso de cada dia estava presente

em suas amizades, na universidade, no trabalho, na rua, afinal ser mulher negra também é ser objeto de sexualização como ela mesma relata. Encontrou nos movimentos sociais a rede de apoio para lutar em defesa das suas e dos seus. Sua religiosidade é seu guia. Pesquisadora voltada totalmente para questões raciais, de gênero e movimentos sociais. É uma força e uma referência quando se trata de trajetórias de vida de mulheres negras. E levou para biblioteconomia do interior do Ceará essa força fazendo com que outras pessoas despertassem seu olhar e fizessem da sua trajetória de vida, uma vida pautada no combate ao racismo e ao machismo.

No mais, concluímos essa etapa refletindo: por mais dados que possamos acessar/coletar é impossível medir o quão potente foram os impactos de toda uma vida dedicada à luta étnico-racial e às questões de gênero dessas mulheres. No entanto, não nos resta dúvidas do quanto a produção, vida e obra dessas mulheres negras, fundamental para nos inspirarmos e aprendermos a ser, todas nós, protagonistas de nossas próprias histórias.

Está mais do que na hora de enxergarmos que a produção científica hegemônica não é neutra, pois não existe neutralidade possível na disputa de poder instaurada hoje no mundo. Imbuída de uma compressão do feminismo negro, afirmamos que ao terem voz, e se fazerem ouvir, mulheres negras, não brancas e intelectuais como Mirian de Albuquerque Aquino, Maria Aparecida Moura e Joselina da Silva, são pessoas de micro revoluções por onde passam, movendo de forma coletiva e criando rachaduras sistêmicas no estado racista, misógino e colonial brasileiro. Cabe agora a nós, mulheres negras e não brancas nos reconhecermos nesse papel de intelectuais orgânicas e movimentar as estruturas sociais para finalmente derrubar esse sistema que nos objetifica e nos mata simbólica e fisicamente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minha luta diária é para ser reconhecida como sujeito, impor minha existência numa sociedade que insiste em negá-la. [...]

Minha luta é para que nós mulheres negras possamos ser consideradas não mais sujeitos implícitos, mas sujeitos protagonistas, que não sejamos mais aviltadas em nossa humanidade (RIBEIRO, 2015)³².

Ao longo deste estudo, nos situamos como integrantes de uma forma de saber que se afirma Ciência Posicionada, abordando as trajetórias de vida de pesquisadoras negras em Biblioteconomia e Ciência da informação a partir do fundamento da epistemologia social. Tecemos discussões sobre os atentados que pesquisadores e pesquisadoras negras sofrem dentro das universidades, principalmente quando seu lugar de fala é tomado, colocando-os(as) em uma posição de objetos de sua própria história.

Nas diversas sociedades, especialmente as ocidentais, as desigualdades entre homens e mulheres estão presentes em todas as atividades sociais, sejam elas econômicas, profissionais ou educacionais. Essa problemática é foco de pesquisadoras e pesquisadores que fazem a análise da sociedade, da universidade e do acesso de pessoas excluídas dos bens econômicos, materiais e culturais, educacionais e informacionais.

Para as pessoas negras, a escravidão não significa unicamente uma memória sofrida, mas uma herança marcada pelo estigma social. Já para as mulheres negras, os problemas não estão apenas relacionados à privação de liberdade e aos trabalhos pesados aos quais elas estavam sujeitadas, mas também à exploração sexual. Do lugar de dominação, da posição masculina, branca, patriarcal, as mulheres negras serviam apenas para satisfazer à insanidade dos desejos masculinos, não tendo direito à individualidade, à própria existência.

Atualmente, ainda que de forma extremamente lenta e à custa de muita luta contra hegemônica, o número de mulheres negras vem crescendo tanto nas esferas acadêmica, econômica, política, social como na educacional. Pelos registros de seu ingresso em universidades públicas brasileiras (e, conseqüentemente, no âmbito profissional, em

³² Djamila Ribeiro é filósofa, feminista negra, escritora e acadêmica brasileira. Mestre em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo. Nos últimos anos tem se tornado o nome mais conhecido quando se fala em ativismo negro no Brasil. É coordenadora da Coleção Feminismos Plurais que se destina à disseminação de conteúdo crítico produzido por pessoas negras, sobretudo mulheres, a preço acessível e linguagem didática, como forma de construir instrumentos teórico-metodológicos para compreender a realidade e fomentar debates necessários no país. Citação publicada em Revista Trip, disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/a-luta-de-djamila-ribeiro>. Acesso em: 10 nov. 2020.

especial como professoras de universidades), esse cenário começou a se configurar de forma mais otimista, se comparado a todo um processo histórico passado.

Ressalta-se aqui que se inclui nesses dados a presença significativa de mulheres negras que lutaram e ainda lutam para quebrar barreiras culturais, sociais, econômicas e de toda ordem. Dessa feita, um novo panorama de luz finalmente resplandece, apresenta seus sinais tímidos e, portanto, esperançosos em especial das mulheres negras de um novo milênio, que tardiamente, mas felizmente, começa a imprimir a sua marca e a fazer a sua história de forma positiva.

Contudo, os processos de construção das identidades de mulheres negras, sejam eles de cunho individual ou coletivo, se dão em um cenário conturbado e perverso. Apesar dessas mulheres conviverem com diversas identidades de raça, etnia, gênero, religião, sexo etc., elas são constantemente afrontadas em conflitos para se afirmar umas em relação a outras, dependendo do contexto relacional. Advertimos que, se não houver ingresso de mulheres negras em posições de liderança na sociedade, dificilmente elas poderão resistir e elaborar um projeto de mudanças, de construção de uma identidade étnico-racial e profissional que inclua e valorize os saberes da cultura africana e afro-brasileira.

Nesse sentido, nos baseamos em premissas do Feminismo Negro Interseccional, vertente do movimento feminista que atua na redução das desigualdades. As pautas levantadas pelos movimentos de mulheres negras se fundamentam no legado de uma história de luta que entrecruza gênero, raça e classe, se alimentando do protagonismo dessas mulheres negras nos vários espaços que atuam (mães, professoras e líderes comunitárias), agindo pelo combate aos estereótipos e, não menos importante, pela revisão de uma política sexual que rege os corpos de mulheres.

A interseccionalidade de raça, gênero, classe e sexualidade, marcadores da realidade social, cultural e política dessas mulheres – teorizada como conceito de potente operacionalidade epistemológica e política por Kimberlé Crenshaw – é vivida cotidianamente pelas mulheres negras, nos mais diversos lugares do mundo, com contornos, intensidades, capacidade de resistência e percepções diferentes. E é essa mesma interseccionalidade que se faz presente na vida das mulheres negras cujas vozes foram ressaltadas e as presenças estão sendo visibilizadas por meio desta pesquisa.

São vozes e práticas que ressoam e se impõem diante de um mundo opressor e trajetórias de vida que se apresentam, ao mesmo tempo, tão diferentes nas suas

individualidades e tão iguais na luta contra a opressão e nas experiências de superação. Mulheres cujas vozes, vivências e experiências sociais e raciais vêm de uma origem popular, possuem trajetória familiar de luta, e vem conseguindo furar o cerco das desigualdades socioeconômicas, do racismo e do patriarcado, avançando nos estudos, chegando até a universidade.

Elas têm consciência política do que significa ser negra em uma sociedade machista, racista e heteronormativa. Dessa forma, ressaltamos a importância de considerar, ou melhor expandir, a noção de conhecimento acadêmico, para incluir diferentes formas de vulnerabilidade que, muitas vezes, na prática, pautam as ações e ambições das mulheres negras nos diversos ambientes, inclusive na academia.

Na CI, presencia-se uma busca no sentido de capacitar profissionais para o processo de compreensão do valor da informação e reconhecimento de sua importância política, social, econômica e cultural. Trata-se de contribuir com os conhecimentos de áreas que lidam com a informação e podem ser articulados aos conhecimentos da educação e outras áreas afins, numa perspectiva interdisciplinar, auxiliando o exercício da cidadania (AQUINO, 2010).

Deste modo, retomamos nossa hipótese, agora como um questionamento: As trajetórias de vida dessas três pesquisadoras negras, compreendidas sob a ótica da Epistemologia Social, contribuíram e ainda contribuem para a construção e formação de uma rede de intelectuais negras e negros e não negras e não negros, que são sensíveis e atuam para o enfrentamento de problemáticas geradoras de discriminação e exclusão social, como racismo, machismo, sexismo e LGBTfobia? Nossa pesquisa conseguiu alcançar seu principal objetivo que foi “(re)contar as trajetórias de vida de pesquisadoras negras do campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação e suas tranças intelectuais, tendo como base o fundamento da epistemologia social”?

Acreditamos que cumprimos nossos objetivos e, ao descrever como os objetivos específicos foram desenvolvidos, consideramos nossa hipótese devidamente justificada.

Primeiro, “discutimos a epistemologia social como base teórica para trabalhar com trajetórias de vida”. A partir desse embasamento teórico-conceitual, foi possível compreender e extrair categorias fundamentais da epistemologia social que, aliadas às epistemologias feministas negras, com o aprofundamento e desenvolvimento do segundo objetivo específico, a saber, “refletir sobre o feminismo negro, as epistemologias feministas,

os debates e enfrentamentos de mulheres negras na ciência a partir de narrativas de vida”, nos ofereceu uma estratégia para análise e compreensão das trajetórias de pesquisadoras negras em Biblioteconomia e Ciência da Informação. O resultado combinado dos dois primeiros objetivos **foi** chamado de Epistemologia Social Feminista Negra (Episfene).

Nesse sentido, agora munidos(as) de ferramentas teórico-metodológicas fortemente capazes de dar conta do nosso escopo de pesquisa, partimos para o campo empírico. Ao recontar as trajetórias de vidas de Mirian de Albuquerque Aquino, Maria Aparecida Moura e Joselina da Silva observamos, nas narrativas, uma rede de relacionamentos e conexões que, assim como propõem as epistemologias feministas negras, trazem consigo a experiência como base legítima para a construção do conhecimento, enfatizando o ângulo particular de visão do eu, da comunidade e da sociedade.

A partir do objetivo específico “narrar as trajetórias das protagonistas pesquisadoras negras a partir das fontes biobibliográficas selecionadas”, recontadas a partir do método autobiográfico, identificamos, nessas mulheres, as pessoas complexas e múltiplas que são, sobretudo na condição de pesquisadoras negras comprometidas com a luta por um sociedade mais justa e igualitária, livre de racismo, machismo, LGBTfobia e outros tipos de preconceitos que geram discriminação e exclusão social.

Tomando por base essas narrativas, conseguimos identificar os marcadores de **raça e gênero**, presentes na vida de todas as mulheres negras e outros dois comuns às três: **geração** e **regionalidade**. Já na narrativa da protagonista Joselina da Silva, ainda foi possível identificar os marcadores de **sexualidade** e **religiosidade**. Com relação à epistemologia social, as categorias identificadas foram: **apropriação do conhecimento; epistemicídio; (des)legitimação do saber; práticas sociais; socialização do saber e compreensão de redes**.

Construímos, assim, uma rede de relações entre essas categorias e os discursos proferidos nas narrativas, onde nos questionamos: A quem pertencem os conhecimentos nos campos de Biblioteconomia e CI? Qual conhecimento tem feito parte das agendas e currículos oficiais em Biblioteconomia e CI? E qual conhecimento não faz parte de tais currículos? Qual conhecimento é reconhecido legitimador no campo de Biblioteconomia e CI? E qual conhecimento não o é? Quem pode produzir conhecimentos nos campos da Biblioteconomia e CI? Quem pode performá-lo? E quem não pode? Quem pode ensinar conhecimentos nos campos da Biblioteconomia e CI? Quem é reconhecido/a como alguém que tem conhecimentos nesses campos? E quem não é?

Consideramos que é necessário discutir não só os motivos das ausências que as perguntas acima receberam como respostas, mas também mecanismos para abrir espaço para a entrada da diversidade no campo, sobretudo da Ciência da Informação, tanto na graduação de áreas correlatas (Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia) quanto na pós-graduação. Só desta maneira será possível produzir conhecimentos junto com pessoas diversas, que nos desafiem a lançar múltiplos olhares sobre a relação entre informação, gênero, raça, classe, sexualidades, poder, política, dentre outros.

Nosso último objetivo específico, “identificar as tranças intelectuais dessas pesquisadoras em Biblioteconomia e Ciência da Informação a partir da noção de Baobá Genealógico” mostra que essa realidade é possível. A exposição da nossa rede, chamada de Baobá Genealógico, configura-se como a resposta propriamente dita da nossa tese à essa urgência.

Ao construirmos um ambiente virtual para disponibilização, organização e disseminação dos dados coletados na Plataforma Lattes, via as bases de Currículos Lattes e o Diretório de Grupos de Pesquisa (DPG), descobrimos uma teia de envolvimento das pesquisadoras com seus/suas orientações. A sensibilização que foi gerada para atuação em estudos, pesquisas e extensão com temas voltados a raça, gênero, sexualidades (diversidade e diferença) não só é visível, como já rende seus próprios frutos.

Essa pesquisa só reforça que trajetórias de vida de mulheres negras, por mais que tenham elementos em comum, como o racismo e o machismo, também têm suas singularidades. Por vezes, mulheres negras são apagadas da história. Quando não, são generalizadas, mas quase nunca reconhecidas em suas individualidades. Como diz bell hooks (1995), o fato de a mídia e os currículos escolares não abordarem a profundidade da nossa existência, não significa que as nossas vidas não sejam complexas e sem valia.

Não apenas pelo fato da resistência em relação a tudo aquilo que foi imposto pelas sociedades ao longo do tempo, mas, principalmente, pela centralidade que as mulheres negras ocupam nos processos históricos. Mulheres negras e não-brancas foram personagens importantes de muitos fatos sociais, culturais políticos, silenciadas pela história oficial, a exemplo das nossas escolhas de epígrafes: Alzira Rufino, Beatriz Nascimento, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Marielle Franco, esta assassinada brutalmente no auge da luta política em defesa dos direitos da população negra e periférica.

Por isso, é necessário e urgente visibilizar essas histórias. Contar - e se orgulhar - das trajetórias de mulheres negras que, quando visibilizadas, nos ajudam a humanizar a nossa própria vivência e toda uma ancestralidade que nos foi negada. Dessa forma, não precisaremos mais ficar à procura de heróis e heroínas, super-homens e supermulheres da era colonial ou dos tempos atuais: teremos exemplos reais de vidas vividas, lutas travadas e conquistas obtidas para nos inspirar.

As informações também fazem parte das ações do dia-a-dia, das experiências, das capacidades de ação e negociação que a nossa população tem utilizado em contextos específicos, com possibilidades e oportunidades limitadas ou escassas. É preciso explorar novas formas de conhecimento em busca de novas epistemologias, que reconheçam o lugar de fala e os saberes produzidos por sujeitos além de uma esfera dominada por um poder dito universal, centralizador e excludente.

Hoje é dia 20 de novembro de 2020, dia que se comemora a Consciência Negra no Brasil. Acordei cedo e cheia de alegria para concluir esse texto, mas com aquela sensação de cansaço, que faltam palavras e não há mais nada a ser dito, que só quem passou ou está passando por esse processo entende. Esse texto não segue uma escrita acadêmica rígida, ele apresenta nuances que o objeto da pesquisa exige. Escrever esse tipo de comentário não é usual, eu sei. Mas não posso deixar de comentar que um dia como hoje, para quem está luta, representa apenas mais um dia. Contudo, ele é importante para a visibilidade das pautas dos movimentos negros, para que a indignação e as resistências se espalhem por mais camadas e toquem grupos diversos até que toda a sociedade possa ultrapassar o racismo.

E mais uma vez eu repito: estamos em 20 de novembro e o ano é 2020, mais de 132 anos da dita “abolição da escravidão no Brasil”. Infelizmente, o dia não é de alegria, mais uma pessoa negra é assinada cruelmente por culpa do racismo estrutural de raiz colonial que nunca deixou de nos assolar. João Alberto Silveira Freitas, um homem negro de 40 anos, foi morto na noite desta quinta-feira (19 de novembro de 2020) quando fazia compras com sua esposa, no supermercado Carrefour, em Porto Alegre. João, foi “conduzido” ao estacionamento, onde foi espancado até a morte, por dois homens brancos (ÉPOCA, 2020).

João perdeu a vida, mais uma estatística para composição dos dados. Sua esposa, mulher negra, que presenciou o ocorrido, sofre e chora pela dor da sua perda, assim como sua

mãe, filhas e demais entes queridos que lutavam junto com João por sua sobrevivência cotidiana na comunidade em que residiam na Zona Norte de Porto Alegre.

E não é somente uma perda. Mulheres negras, principalmente, se tornam duplamente vítimas da violência. Quando não são elas mesmas vítimas de homicídio, sofrem a violência indireta, marcada pelo sofrimento incomensurável advindo do assassinato de seus filhos, maridos, pais e irmãos, vítimas do genocídio da população negra que acontece diariamente nesse país.

Marielle Franco, uma das protagonistas que escolhemos para abrir os capítulos com suas falas, virou símbolo dessa violência. Ela, à época veradora do Rio de Janeiro, e o motorista Anderson Pedro Gomes foram assassinados com 13 tiros no dia 14 de março de 2018. Lembro bem desse dia, pois estava no Rio de Janeiro em atividades do doutorado. Também lembro, assim como hoje, que não consegui conter minhas emoções, mesmo, infelizmente, sabendo que Marielle e João não são exceções, são a regra.

O caso Marielle, como ficou conhecido, foi notícia em diversos jornais nacionais e internacionais, e gerou inúmeras manifestações que, mais de dois anos depois, continuam pedindo justiça e buscando manter seu legado vivo. O legado de uma mulher negra, mãe, favelada e LGBT, que lutava pelos direitos das mulheres, contra o racismo, bem como a defesa dos direitos humanos nas favelas do país.

O caso de João também vem ganhando repercussão, mas quantas Marielles e Joãos ainda precisam existir para que esse problema tenha a devida atenção por todos os setores da sociedade? Porque, obviamente não foram os primeiros casos, nem são isolados, “ou não tem nada a ver com racismo”, como uma parcela da sociedade nos faz querer acreditar³³.

Ancorada nas palavras de Nelson Mandela: “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender”. E se podemos aprender a odiar, também podemos desconstruir o racismo a partir da educação (CORREA, 2018).

Concluo reforçando o quanto acredito no potencial revelador e transformador desta pesquisa, principalmente, em uma educação libertadora e não opressora. Para alcançá-la, é preciso estar ciente da importância das questões como luta antirracista e equidade de

³³ Vice-presidente Mourão lamenta morte de homem negro no Carrefour, mas diz que ‘não existe racismo’ no Brasil. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/mourao-diz-que-nao-existe-racismo-no-brasil-e-e-denotado/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

gênero, sobretudo da presença de mulheres negras em espaços públicos, como a academia. As universidades ainda são um espaço possível para remodelar e pressionar agendas para a construção de conhecimentos decoloniais.

Por fim, entendo que o campo biblioteconômico-informacional precise se colocar como área que pode contribuir ativamente para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político do país. É fundamental que nossa epistemologia e nossos métodos se percebam e se posicionem como elementos-chave na organização e na disponibilização de conhecimentos múltiplos, diversos e inclusivos. Como campo alinhado à luta pela eliminação de toda forma de discriminação, a começar com uma revisão de suas próprias bases. E que saibam que podem contar conosco, pois, como bem manifesta a diva Angela Davis (2017), “quando mulheres negras se movimentam, toda a estrutura da sociedade se movimenta com elas”.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018. 143 p. (Feminismos Plurais).

ALVES, Ana Paula Meneses. Prefácio. *In*: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da (org.). **Mulheres negras na Biblioteconomia**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2019. (Selo Nyota).

AMNB. **Articulação Mulheres Negras Brasileiras**. Disponível em: <http://www.amnb.org.br/index.asp>. Acesso em: 20 out. 2019.

ANDRÉ, Maria da Consolação. **O ser negro**: a construção de subjetividades em afro-brasileiros. Brasília: LGE Editora, 2008.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS - ANPG. **Cientistas defendem direito à licença maternidade e assistência estudantil para pós-graduação**. 24 ago. 2015. Disponível em: <http://www.anpg.org.br/cientistas-defendem-direito-a-licenca-maternidade-e-assistencia-estudantil-para-pos-graduacao/>. Acesso em: 5 jan. 2019.

AQUINO, Mirian de Albuquerque. A presença de mulheres negras em espaços públicos como uma questão de desigualdade de gênero. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 10, n. 2, p. 555-576, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6203096.pdf>. Acesso em: 5 set. 2020.

AQUINO, Mirian de Albuquerque. **Narrativas de vida**: a construção da identidade profissional de mulheres negras na carreira acadêmica do ensino superior. 2014. 130 f. Relatório de Estágio Pós-Doutoral - Universidade de Barcelona (Es), Barcelona, 2014.

AQUINO, Mirian de Albuquerque (org.). **O campo da Ciência da Informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Editora da UFPB, 2002.

ARAGÃO, Milena Cristina; KREUTZ, Lucio. Representações acerca da mulher-professora: entre relatos históricos e discursos atuais. **Revista História da Educação – RHE**, Porto Alegre, v. 15, n. 34, p. 106-122, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/19410/12238>. Acesso: 10 mar. 2020.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

ÀVILA, Rebeca Contrera; PORTES, Écio Antônio. Notas sobre a mulher contemporânea no ensino superior. **Mal-estar e Sociedade**, Barbacena, ano 2, n. 2, p. 91-106, jun. 2008.

BARROSO, Danielle; GOMES, Elisangela; VALÈRIO, Erinaldo Dias; SILVA, Franciele do Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos Lima. **Epistemologias negras: relações raciais na biblioteconomia**. Florianópolis: ACB, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, jan./abr. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000100007&nrm=iso. Acesso em: 22 nov. 2020.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BEZERRA, Arthur; SALDANHA, Gustavo Silva. Sobre Comte, Durkheim e Tarde em Otlet: o papel do positivismo na consolidação dos estudos da informação. In: ALBAGLI, Sarita (org.). **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, 2013. Cap. 2, p. 34-56. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/446/1/Fronteiras%20da%20Ci%C3%aancia%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso: 10 mar. 2020.

BLAY, Eva Alterman; CONCEIÇÃO, Rosana R. da. A mulher como tema nas disciplinas da USP. **Cadernos de Pesquisa**, n. 76, p. 50-56, fev. 1991. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1054/1062>. Acesso: 10 mar. 2020.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta M. (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BRANDÃO, Wladimir Cardoso; PARREIRAS, Fernando Silva; SILVA, Antonio Braz de Oliveira e. Redes em ciência da informação: evidências comportamentais dos pesquisadores e tendências evolutivas das redes de coautoria. **Informação & Informação**, v. 12, n. esp., 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1778/1516>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL avança em políticas de inclusão para minorias. **Portal Brasil**, [s./], 2 jun. 2014. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/06/brasil-avanca-em-politicas-de-inclusao-para-minorias>. Acesso em: 20 fev. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 3.012/2015**. Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento para proteção às mulheres bolsistas em função de maternidade. Autora: Alice Portugal (PCdoB/BA). Brasília, DF, 16 set. 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1733047>. Acesso em: 20 nov. 2020.

BUDD, John. Phenomenology and information studies. **Journal of Documentation**, v. 61, n. 1, p. 44-59, 2005.

CAPES, COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **[Tabelas de áreas do conhecimento]**. Brasília: Capes, 2017. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/documentos/documentos_diversos_2017/TabelaAreasConhecimento_072012_atualizada_2017_v2.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020.

CAMARGO, Edwiges Pereira Rosa. **O negro na educação superior: perspectivas das ações afirmativas**. 2005. 189 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. Tradução de Ana Maria Rezende et al. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 5. 2003, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 10 abr. 2018.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Geledés: Instituto da Mulher Negra**, 06 mar. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 20 out. 2013.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 1-16, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008. Acesso em: 3 jan. 2018.

CARDOSO, Claudia Pons. Experiências de mulheres negras e o feminismo negro no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 10, n. 25, p. 317-328, jun. 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/618>. Acesso em: 08 nov. 2020.

CHAGAS, Isabelle. Maria Aparecida Moura, entre habitar mundos e fincar bandeiras. *In: FREITAS, Viviane Gonçalves (org.). Intelectuais negras: vozes que ressoam*. Belo Horizonte: PPGCOM, 2019. Cap. 1, p. 15-34.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador, conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Imprensa Oficial/UNESP, 1999.

CLEMENTE, Aline Ferraz. **Trança afro: a cultura do cabelo subalterno**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/media/tcc/247-754-1-SM.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ. **[Tabelas de áreas do conhecimento]**. Brasília: CNPq, 2019. Disponível em: <http://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ. **Chamada CNPq N º 12/2017: bolsas de produtividade em pesquisa**. Brasília: CNPq, 2017. Disponível em: <http://resultado.cnpq.br/4215323218279241>. Acesso em: 22 nov. 2020.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider *within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/05/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. New York/London: Routledge, 2000.

COLLINS, Randall. **The sociology of philosophies**. Cambridge: Harvard University Press, 1998

CORREA, Ricardo Alexandre. Ninguém nasce odiando, para ser racista é preciso ter o aprendizado do ódio. **Carta Campinas**, 30 jul. 2018. Disponível em: <https://cartacampinas.com.br/2018/07/ninguem-nasce-odiando-para-ser-racista-e-preciso-ter-o-aprendizado-do-odio/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

CRUZ, Denise Ferreira da Costa. **Seguindo as tramas da beleza em Maputo**. 2012. 178 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11460/1/2012_DeniseFerreiraCostaCruz.pdf. Acesso em: 06 jan. 2021.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, Jeruse (org.) **História da educação do negro e outras histórias**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. 278p. (Coleção Educação para Todos).

CUNHA, Vanessa Lima. Quilombo: a voz do teatro experimental do negro (Rio de Janeiro, 1940/1950). **Cadernos de Clio**, Curitiba, n. 3, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/clio/article/viewFile/40401/24646>. Acesso em: 10 nov. 2020.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo, Boitempo, 2018.

DAVIS, Angela. Conferência "atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo". Salvador: UFBA, 25 jul. 2017. 1 vídeo (2h10min). Publicado no Canal da TV UFBA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=waCyuZZap9I&ab>. Acesso em: 20 nov. 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo, Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo, Boitempo, 2016.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **Pesquisa (auto) biográfica e educação**. Tradução de Maria da Conceição Passeggi, João Gomes da Silva Neto, Natal: EDUFRRN; São Paulo: PAULUS, 2008.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução de Sandra Regina. Porto Alegre: Artmed, 2006. Cap. 1, p. 15-47.

DOMINGUES, Ivan. **Epistemologia das ciências humanas**. tomo 1: positivismo e hermenêutica. São Paulo: Loyola, 2004.

DOSSIÊ Decolonialidade e perspectiva negra. **Soc. estado.**, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-699220160001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 fev. 2020.

DOYLE, Andrea. Analyzing the laws of mil: a five-step scientific conversation on critical information literacy. **Communications in Information Literacy**, v. 13, n. 1, p. 114-126, 2019. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1227518.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

EGAN, Margaret E.; SHERA, Jesse H. Exame do estado atual da biblioteconomia e da documentação. In: BRADFORD, S. C. **Documentação**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. p. 15-61.

EGAN, Margaret E.; SHERA, Jesse H. Foundations of a theory of bibliography. **Library Quarterly**, v. 22, n. 2, p. 125-137, 1952.

ÉPOCA. 'Ele pediu ajuda': mulher viu marido ser morto por seguranças em supermercado no RS. **Época**, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/brasil/ele-pediu-ajuda-mulher-viu-marido-ser-morto-por-seguranças-em-supermercado-no-rs-24757509>. Acesso em: 20 nov. 2020.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Os estudos de gênero na ciência da informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 317 - 332, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/6389/4744>. Acesso em: 20 nov. 2020.

EUCLIDES, Maria Simone; SILVA, Joselina da. De estudantes a professoras universitárias: docentes negras construindo práticas de enfrentamento ao racismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES NEGROS, 10., 2018, Uberlândia. **Anais eletrônicos...** Uberlândia: UFU, 2018. Disponível em: https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1532898649_ARQUIVO_Textocopenefinal.pdf. Acesso em 10 mar. 2020.

EUCLIDES, Maria Simone; SILVA, Joselina da. Dialogando autoetnografias negras: intersecções de vozes, saberes e práticas docentes. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 15, n. 32, p. 33-52, abr./jun. 2019. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5042/3911>. Acesso em 10 mar. 2020.

EVARISTO, Conceição. **Poemas de recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2017.

FARIA, Maria Isabel Ribeiro de; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro**. Coimbra: Almedina, 2008.

FERNANDES, Geni Chaves. SALDANHA, Gustavo Silva. Contribuições de Marteleto e González de Gómez ao entendimento do informacional: diálogos com três aportes da informação. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 2-31, abr. 2012. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/5413/4343>. Acesso em: 10 mar. 2020.

FERREIRA, Maria Mary. O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 189-201, 2003. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/371>. Acesso em: 20 fev. 2018.

FERREIRA, Mary; BORGES, Elinielle Pinto; BORGES, Luís Cláudio. Mercado de trabalho e a desigualdade de gênero na profissão da(o) bibliotecária(o). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO, 33., 2010. João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2010.

FICHER, Mariana Pimentel. Por que é importante falarmos em feminismos (no plural)? **Portal Geledés**, 18 jul. 2018. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/por-que-e-importante-falarmos-em-feminismos-no-plural/>. Acesso em: 10 mar. 2020.

FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; MENEGHEL, Stela Nazareth. **Dicionário feminino da infâmia**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2015.

FRANCO, Marielle. “As rodas da resistência nascem do asfalto [...]”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 mar 2018. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/as-rosas-da-resistencia-nascem-do-asfalto-gente-recebe-rosas-mas-vamos-estar-com-punho-cerrado-falando-do-nosso-lugar-de-existencia-contr-os-mandos-desmandos-que-afetam-nossas-vidas-22496318>. Acesso em: 22 nov. 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.

FROZ, Suany Clise Cutrim. **ONGs e movimentos sociais**: para uma análise dos elementos conceituais. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2005, São Luís. **Anais eletrônicos...** São Luís: PPGPP/UFMA, 2005. Disponível em:

http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Suany_Clise_Cutrim150.pdf. Acesso em: 10 dez. 2019.

FULLER, Steve. Social epistemology. *In*: BULLOCK, A.; TROMBLEY, S. (Eds.). **Norton dictionary of modern thought**. New York: Norton, 1999. p. 801-802.

GELEDÉS. Baobá: árvore símbolo fundamental das culturas africanas tradicionais. **Geledés**: Instituto da Mulher Negra, 15 jul. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/baoba-arvore-simbolo-fundamental-das-culturas-africanas-tradicionais/>. Acesso em: 10 mar. 2020.

GELEDÉS. E não sou uma mulher? – Sojourner Truth. Tradução: Osmundo Pinho. **Geledés**: Instituto da Mulher Negra, 08 jan. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 22 nov. 2020.

GIL, Antônio Carlos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOLDMAN, Alvin. **Knowledge in a social world**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo social e mediação da informação. **Logeion**: Filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 5 n. 2, p.10-21, mar./ago. 2019.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira e educação**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 75-85, maio/ago. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a05.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2021.

GONZALEZ, Lélia. “A categoria político-cultural de amefricanidade,” **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020.

GONZÁLEZ DE GOMÉZ, Maria Nélida. **A configuração temática de Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia**. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1982.

GOODSON, Ivor. F. Dar a voz ao professor: as histórias de vida dos professores e o seu desenvolvimento pessoal. *In*: NÓVOA, António. **Vidas de professores**. Porto: Porto, 1995. (Coleção Ciências da Educação).

GROULX, Lionel-Henri. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008. Tradução de: La recherche qualitative. p. 95-124.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 5. Campinas: Ed. Unicamp, v. 5, p. 07-41, 1995.

HERINGER, Rosana. Diversidade racial e relações de gênero no brasil contemporâneo. In: UNIFEM (org.). **O progresso das mulheres no Brasil**. Brasília: Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), 2006. p. 140- 165. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/Progresso%20das%20Mulheres%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

HJØRLAND, Birger. Fundaments of knowledge organization. **Knowledge Organization**, v.30, n. 2, p. 87-111, 2003.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da Liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, ano 3, p. 464-478, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16465/15035>. Acesso em: 15 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. IBGE: analfabetismo é três vezes maior entre negros. **Centro do Professor Paulista**, 15 jul. 2020. Disponível em: <https://www.cpp.org.br/informacao/noticias/item/15578-ibge-analfabetismo-entre-negros-e-tres-vezes-maior>. Acesso em: 13. nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. PNAD Contínua 2018: educação avança no país, mas desigualdades raciais e por região persistem. **Agência IBGE Notícias**. Rio de Janeiro, 19 jun. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24857-pnad-continua-2018-educacao-avanca-no-pais-mas-desigualdades-raciais-e-por-regiao-persistem>. Acesso em: 13. nov. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Censo da educação superior 2017**. Brasília, DF: Inep, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo&Itemid=30192. Acesso em: 22. nov. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopse estatística da educação superior 2018**. Brasília, DF: Inep, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 13. nov. 2019.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília: Ipea, 2011.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

JOSSO, Mari-Christine. **Experiências de vida e formação**. Lisboa: Educa, 2002.

KILOMBA, Grada. "Who can speak? Tradução de Anne Caroline Quiangala. **Preta, Nerd e Burning Hell**, 12 jan. 2016. Disponível em: <http://www.pretaenerd.com.br/2016/01/traducao-quem-pode-falar-grada-kilomba.html>. Acesso em: 27 out. 2019.

KILOMBA, Grada. **Plantation memories, episodes of everyday racism**. Alemanha: Editora UNRAST, 2016.

KRAMER, Sônia; SOUZA, Solange Jobim. Professores: sujeitos na história e sujeitos da história. In: KRAMER, Sônia; SOUZA, Solange Jobim (orgs.). **História de Professores**: leitura, escrita e pesquisa em educação (pp. 7-12). São Paulo: Ática, 1996.

LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira; CORRÊA, Elisa Cristina Delfine; EGGERT-STEINDEL, Gisela (orgs.). **As contribuições de Ranganathan para a Biblioteconomia**: reflexões e desafios. São Paulo: FEBAB, 2016. Disponível em: <http://www.febab.org.br/livros/>. Acesso em: 28 out. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. "Nas redes do conceito de gênero". In: LOPES, M. J. D.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1996.

LYOTARD, Jean-Francois. **A condição pós-moderna**. 17. ed. São Paulo: José Olympio, 1986.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. As cinco leis da biblioteconomia e o exercício profissional. **Conexão Rio**, Rio de Janeiro, [2014]. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/bit/mluiza/index.htm>. Acesso em: 10 mar. 2020.

MARTELETO, Regina Maria. **Cultura, educação e campo social**: discursos e práticas de informação. 1990. Tese (Doutorado em Comunicação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

MARTELETO, Regina Maria. Epistemologia social e cultura digital: reflexões em torno das formas de escritas na web. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 9-25, set./dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/58683/36040>. Acesso em: 30 jun. 2020.

MARTELETO, Regina Maria. Informação, rede e redes sociais: fundamentos e transversalidades. **Informação & Informação**, v. 12, p. 1-17, 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1785>. Acesso em: 30 jun. 2020.

MARTELETO, Regina Maria. Redes e configurações de comunicação e informação: construindo um modelo interpretativo de análise para o estudo da questão do conhecimento na sociedade. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 14, n. 29, p. 69-94, jul./dic. 2000.

MARTELETO, Regina Maria. Redes sociais, mediação e apropriação de informações: situando campos, objetos e conceitos na Ciência da Informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 3, n.1, 2010. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/26/56>. Acesso em: 25 maio 2015.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antônio Braz de Oliveira e. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, v. 3, n. 33, p. 41-49, set./dez. 2004.

MARTÍNEZ, Rosa María Capel. Mujeres y espacio público en Inglaterra, 1640-1660. *In*: CAPEL, R. M. **Presencia y visibilidad de las mujeres: recuperando história**. Madrid: Abada Editores, 2013.

MATA, Diogo Xavier da. **A ordem do discurso biobibliográfico**: uma reflexão sobre a construção social entre as fontes de informação biográfico-científicas as apropriações em rede. 2017. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MONNERAT, Alessandra. “Teto de vidro” na ciência: apenas 25% na categoria mais alta do CNPq são mulheres. **Gênero e Número**, 12 set. 2017. Disponível em: <http://www.generonumero.media/2mulheres-representam-metade-da-producao-cientifica-no-brasil-mas-sao-apenas-25-em-categoria-mais-alta-do-cnpq/>. Acesso em: 5 jan. 2018.

MOSTAFA, Solange Puntel. **Epistemologia da Biblioteconomia**. 1985. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.

MOURA, Maria Aparecida. **A poética das folhas de flandres**: notas (a/e)fetivas de uma cidadania forjada entre muros. Memorial apresentado à banca de professora titular da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

MOURA, Maria Aparecida. Narrativas culturais, protagonismo e mundo comum. *In*: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 93-106.

MOURA, Maria Aparecida. Por uma cidadania radical. **Boletim da UFMG**, Belo Horizonte, n.1485, p. 2-2, 2005.

MOURA, Maria Aparecida. Prefácio. *In*: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos (Orgs.). **Bibliotecári@s negr@s: ação, pesquisa e atuação política**. Florianópolis, SC: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018. p. 11-12.

MOURA, Maria Aparecida. Prefácio. *In*: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; ROMEIRO, Nathália Lima (orgs.). **O protagonismo da mulher na biblioteconomia e ciência da informação**. Florianópolis: ACB, 2018. p. 11-12.

MUNANGA, Kabengele. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. *In*: SPINK, Mary Jane Paris (org.) **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994.

MUSEU AFRO BRASIL. **Museu afro brasil planta o primeiro baobá do parque Ibirapuera**. 13 abr. 2015. Disponível em: <http://www.museuafrobrasil.org.br/noticias/detalhe-noticia/2015/04/13/museu-afro-brasil-planta-o-primeiro-baob%C3%A1-do-parque-ibirapuera#:~:text=Reza%20a%20hist%C3%B3ria%20que%20alguns,da%20vida%20livre%20que%20levavam>. Acesso em: 20 nov. 2020.

NEVES, Tatiely Mayara de Oliveira. O protagonismo de mulheres na política de editoração de periódicos científicos da região Nordeste: em foco a biblioteconomia e a ciência da informação. 2019. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, 2019.

NÓVOA, Antônio. Os professores e as histórias da sua vida. *In*: NÓVOA, Antônio. **Vidas de professores**. Porto: Porto, 1995. p. 11-30. (Coleção Ciências da Educação).

ODDONE, Nanci. Revisitando a “epistemologia social” esboço de uma ecologia sociotécnica do trabalho intelectual. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 108-23, 2007.

OLINTO, Gilda. Indicadores de gênero para a sociedade do conhecimento. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7. 2006, Marília. **Anais eletrônicos...** Marília: Unesp, 2006. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/310>. Acesso em: 23 dez. 2017.

OTLET, Paul. **Traité de documentatation: le livre sur le livre: théorie et pratique**. Bruxelas: Editiones Mundaneum, 1934.

PASSOS, Elizete S. A mulher na Universidade Federal da Bahia: avanços e recuos. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 7, n. 2, p. 142-150, set. 1997.

PERNAMBUCO. Secretaria da Mulher. **Mulheres construindo igualdade: caderno étnicorracial**. Recife: Secretaria da Mulher, 2011.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. **A Ciência da Informação entre sobra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar**. 1997. 280 f. Tese (Doutorado em Comunicação e

Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

PINHEIRO, Lêna Vânia Ribeiro. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da ciência da informação. **Informação e Sociedade: estudos**. João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 13-48, jan./jun. 2005.

PIZARRO, Daniella. Prefácio. *In*: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; ROMEIRO, Nathália Lima (orgs.). **O protagonismo da mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2019. (Selo Nyota). p. 11-12.

RANGANATHAN, Shiyali Ramanrita. **The five laws of library science**. Bombay: Asia Publishing House, 1967.

RIBEIRO, Djamila. A utopia de Angela Davis. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 9 jun. 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/09/a-utopia-de-angela-davis/>. Acesso em: 15 fev. 2018.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **SUR 24**, v. 13, n. 24, p. 99-104, 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/9-sur-24-por-djamila-ribeiro.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 112 páginas, 2017. (Coleção: Feminismos Plurais).

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada: aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2003.

ROMEIRO, Nathália Lima Romeiro; DOYLE, Andréa, BRISOLA, Anna. Por uma representatividade feminina nas bibliografias: um ensaio teórico militante. *In*: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; ROMEIRO, Nathália Lima (orgs.). **O protagonismo da mulher na biblioteconomia e ciência da informação**. Florianópolis: ACB, 2018. Cap. 7, p. 185-214.

ROUBAKINE, Nicolas. **Introduction a la psychologie bibliologique**. Paris: Association Internationale de Bibliologie, 1998a. V. 1.

ROUBAKINE, Nicolas. **Introduction a la psychologie bibliologique**. Paris: Association Internationale de Bibliologie, 1998b. V. 2.

RUFINO, Alzira. **Eu, mulher negra, resisto**. Santos: Edição da Autora, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado: a necessidade da violência. *In*: CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Suely de (orgs.). **Marcadas a ferro: violência contra a mulher: uma visão multidisciplinar**. Brasília: Presidência da República/Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. p. 35-76.

SAILLANT, Francine. **O navio negreiro**. refiguração identitária e escravidão no Brasil. **Tempo** [online], v.15, n. 29, p. 111-137, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tem/v15n29/05.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SAINT-EXUPÉRY. Antoine de. **O pequeno príncipe**. Tradução: Dom Marcos Barbosa. São Paulo: Editora Escala, 2015.

SALDANHA, Gustavo Silva. **Viagem aos becos e travessas da tradição pragmática da Ciência da Informação**: uma leitura em diálogo com Wittgenstein. 2008. 337 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2008.

SALDANHA, Gustavo Silva; MATA, Diogo Xavier da. O discurso biobibliográfico em Gabriel Peignot: notas sobre o sujeito e o autor na modernidade bibliológica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, p. 159-175, Edição Especial V Seminário Internacional A Arte da Bibliografia, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/92421/54060>. Acesso em: 10 ago. 2020.

SAMSOVA, Elena. Avant-propos. In: ROUBAKINE, Nicolas. **Introduction a la psychologie bibliologique**. Paris: Association Internationale de Bibliologie, 1998. p. 7-18.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. As ONGs de mulheres negras no Brasil. **Sociedade e cultura**: Revista de Ciências Sociais, v. 12, n. 2, p. 275-288, jul./dez. 2009.

SANTOS, Yuri Tomaz dos. Raça, racialidade e racismo: a ressignificação etimológica de uma pseudo-sociologia e a reverberação do espetáculo racial no contexto brasileiro. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 02, n. 10, ano 05, p. 78-95, out. 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/comunicacao/raca-racialidade>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SCHOUTEN, Maria Johanna. **Uma sociologia do gênero**. Braga: Edição Húmus, 2011. Coleção Debater o social.

SERFATY-GARZON, Perla. L'Appropriation. In: SEGAUD, Marion; BRUN, Jacques; DRIANT, Jean-Claude (Dir.). **Dictionnaire critique de l'habitat et du logement**. Paris: Editions Armand Colin, 2003. p. 27-30.

SHERA, Jesse H. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1977. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/92/92>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SHERA, Jesse H. Toward a theory of librarianship and information science. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 87-97, 1973.

SHERA, Jesse H.; CLEVELAND, Donald B. History and foundations of Information Science. **ARIST**, Washington, v. 12, p. 249-275, 1977.

SILVA, Dávila Maria Feitosa da. Bibliotecárias negras cearenses: contribuições para a luta antirracista. In: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da (org.). **Mulheres negras na Biblioteconomia**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2019. (Selo Nyota). Cap. 3, p. 67-86.

SILVA, Denise Ferreira da. Ninguém: direito, racialidade e violência. **Meritum**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 67-117, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://fumec.br/revistas/meritum/article/viewFile/2492/1482>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. **Representações sociais acerca das culturas africana e afrobrasileira na educação em biblioteconomia no Brasil**. 2019. 518 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da (orgs.). **Mulheres negras na biblioteconomia**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2019. (Selo Nyota).

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da.; LIMA, Graziela dos Santos. (orgs.). **Bibliotecári@s negr@s: ação, pesquisa e atuação pesquisa**. Florianópolis: ACB, 2018.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da.; LIMA, Graziela dos Santos. (orgs.). **Bibliotecári@s negr@s: informação, educação, empoderamento e mediações**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2019. (Selo Nyota).

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da.; ROMEIRO, Nathália Lima (orgs.). **O protagonismo da mulher na arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2019. (Selo Nyota).

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da.; ROMEIRO, Nathália Lima (orgs.). **O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis: ACB, 2018. Cap. 7, p. 185-214.

SILVA, Joselina da. Doutoradas professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais. **Perspectiva**, v. 28, p. 19-36, 2011.

SILVA, Joselina da. Meu baobá genealógico: histórias e memórias de mulheres que me sustentam. **ReDoc**: Revista Docência e Cibercultura, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 263-270, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/46914>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da. **Bamidelê: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba**. 122 f. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SILVA, Reinaldo Miranda. **Criação de um protótipo de metadados e termos do domínio do samba: sob uma perspectiva ontológica**. 2015. 61 f. Trabalho de conclusão de curso

(Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Silvana B. G. da. Feminismo negro no Brasil: história, pautas e conquistas. **Politize**, 27 nov. 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/feminismo-negro-no-brasil/>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SOUZA, Elizandra. Cinco poemas de Elizandra Souza. **Ruído Manifesto**, 18 maio 2019. Disponível em: <http://ruidomanifesto.org/cinco-poemas-de-elizandra-souza/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SOTERO, Edilza Correia. Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo. *In*: MARCONDES, Mariana Mazzini; PINHEIRO, Luana; QUEIROZ, Cristina; QUERINO, Ana Carolina; VALVERDE, Danielle (orgs.) **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres no Brasil. Brasília: IPEA, 2013.

TOMAÉL, Maria Inês; MARTELETO, Regina Maria. Redes Sociais: posições dos atores no fluxo da informação. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação; Especial, Florianópolis, p. 75-91, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11nesp1p75/387>. Acesso em: 22 nov. 2020.

TRUTH, Sojourner. E não sou uma mulher? Tradução: Osmundo Pinho. **Geledés**: Instituto da Mulher Negra, 08 nov. 2014. Título original: "Ain't I a Woman?" (1851). Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 10 mar. 2020.

VALENTIM, Silvani dos Santos. Crianças escravas no Brasil colonial. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 11, p. 30-38, jul. 1990. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n11/n11a04.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

VANNELLE, Lorena Alleyne. **O samba da ouvidor**: um entrelace de memórias?. 2015. 114 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

VIEIRA, Bianca. **Mulheres negras no Brasil**: trabalho, família e lugares sociais. Campinas: [s.n.], 2018.

WALBY, Sylvia. Feminismo: direitos da mulher: uma história de dominação e lutas. **Revista Sociologia Ciência & Vida**, São Paulo: Editora Escala, ano 3; n. 22, 2009.

WERNECK, Jurema. Jurema Werneck: "somos herdeiras de mulheres que construíram a própria força". [Entrevista cedida a] Mariana Pitasse. **Brasil de Fato**, Rio de Janeiro, 27 jul. 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/07/27/jurema-verneck-somos-herdeiras-de-mulheres-que-construiram-a-propria-forca/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

ZANDONADE, Tarcisio. **As implicações da epistemologia social para uma teoria da recuperação da informação**. 2003. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil: um debate**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

APÊNDICE A – LISTA DE ORIENTAÇÕES: MIRIAN DE ALBUQUERQUE AQUINO

Orientações e supervisões concluídas

Dissertação de mestrado

1. Leyde Klebia Rodrigues da Siva. Bamidelê: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização de mulheres negras da Paraíba.,. 2014. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Universidade Federal da Paraíba, . Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.
2. Jobson Francisco da Silva Júnior. Informação musical, acesso e uso: compreendendo os processos de apropriação e construção da identidade de jovens afrodescendentes. 2014. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Universidade Federal da Paraíba, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.
3. Vanessa Alves Santana. Memória Esquecida: uma análise da informação étnico-racial no Opac da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba. 2012. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.
4. Poliana Rezende Soares Rodrigues. Infância negra: (im)possibilidades de afirmação da identidade étnico-racial a partir de livros infantis. 2012. Dissertação (**Mestrado em Educação**(mestrado e Doutorado)) - Universidade Federal da Paraíba, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.
5. Ana Roberta Sousa Mota. Memória Iconográfica: uma análise da representação de negros(As) em cursos da área de saúde nas universidades públicas. 2012. Dissertação (Mestrado em **Mestrado em Educação**) - Universidade Federal da Paraíba, . Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.
6. Thais Helen do Nascimento Santos. Fontes iconográficas e memória afrocêntrica: uma análise da informação étnico-racial a partir do ensaio fotográfico Engenhos e Senzalas do Arquivo Histórica do estado da Paraíba. 2012. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.
7. Cleyciane Cássia Moreira Pereira. Mitos como elementos de informação e preservação da cultura de matriz africana na comunidade quilombola de Itatamutatia -São Luís. 2011. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Universidade Federal da Paraíba, . Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.
8. Tarcia Regina da Silva. A Construção da Identidade Negra em Territórios de Maioria Afrodescendente: Uma Análise do Programa Lição de Vida. 2011. Dissertação (Mestrado em **Mestrado em Educação**) - Universidade Federal da Paraíba, . Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

9. Henry Pôncio Cruz de Oliveira. Afrodescendência, Memória e Tecnologia: uma aplicação do conceito de informação etnicorracial ao projeto. 2010. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

10. Ariluci Goes Elliott. Informação, Imagem e Memória: uma análise de discurso em jornais da imprensa negra na Biblioteca da Universidade Federal do Ceará - Campus Cariri. 2010. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

11. Alcilene Costa Andrade. Entre a letra e o espírito: o discurso de professores(as) sobre estudantes negros(as) pós-implementação da Lei 10.639/2003 em escola pública. 2010. Dissertação (**Mestrado em Educação**) - Universidade Federal da Paraíba, . Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

12. Celly Brito de Lima. Identidades afrodescendentes: acesso e democratização da informação. 2009. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Universidade Federal da Paraíba, . Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

13. Alba Lígia de Almeida Silva. (Cons)Ciência da responsabilidade social e ét(n)ica na produção de conhecimento sobre negros (as) em programas de pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba. 2009. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Universidade Federal da Paraíba, . Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

14. Stella Márcia de Moraes Santiago. Mídia e Educação: influências televisivas da formação identitária de adolescentes. 2007. Dissertação (**Mestrado em Educação**) - Universidade Federal da Paraíba, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

15. Izabel França de Lima. Biblioteca Digital Paulo Freire como dispositivo de inclusão: visão de professoras de escola pública de João. 2007. Dissertação (**Mestrado em Educação** (mestrado e Doutorado)) - Universidade Federal da Paraíba, . Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

16. Lebiam Tamar Silva Bezerra. A docência do século XXI: formando competências para o uso das TIC s na UFPB. 2006. Dissertação (**Mestrado em Educação**) - Universidade Federal da Paraíba, . Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

17. Maria Luciane da Silva. Educação e Tecnologias: o uso do computador no ensino de Língua portuguesa no Cefet -Al. 2005. Dissertação (**Mestrado em Educação**) . Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

18. Nabal Gomes Barreto. Dilemas Metodológicos no Desenho Técnico: Um hiato na metodologia e a tecnologia educacional. 2005. Dissertação (**Mestrado em Educação**) . Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

19. Manuela Eugênio Maia. As tecnologias que agem sobre os corpos: as relações de poder nas instituições educativas modernas. 2004. Dissertação (Mestrado em **Mestrado em Educação**) - Universidade Federal da Paraíba, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

20. Alzira Karla Araújo da Silva. O discurso e as práticas informacionais de leitura: por uma formação de cidadãos-leitores na sala de aula. 2003. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Universidade Federal da Paraíba, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

21. Edna Gomes Pinheiro. Entre o sonho e a realidade: a leitura como atribuição de sentidos no contexto do câncer infantil. 2001. 0 f. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Universidade Federal da Paraíba, . Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

22. Bernardina Maria Juvenal Freire. Paixão de (In)formar: Prática Alfabetizadoras no Programa Tijolo Sobre Tijolo - Projeto Escola Zé Peão em Canteiros de Obras. 1999. 0 f. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Universidade Federal da Paraíba, . Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

23. Suzyneide Soares Dantas. In)formação de Leitores: resignificando as práticas de leitura na alfabetização de adultos- Projeto Acreditar, Natal/RN. 1999. 0 f. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Universidade Federal da Paraíba, . Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

24. Maria Onilma Moura Fernandes. Práticas de leitura na escola: uim estudo entre professores envolvidos no programa construindo o sucesso escolar – classes de aceleração. 1999. 0 f. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) – Universidade Federal da Paraíba, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

Tese de doutorado

1. Luciana Augusto Barreto. "Pela Graça da Mistura": Ações Afirmativas, Discurso e Identidade no Curso de Direito em Universidades Paraibanas. 2014. Tese (**Doutorado em Doutorado em Educação**) - Universidade Federal da Paraíba, . Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

2. Lígia Luís de Freitas. Juventude em cena: percepções juvenis de seus processos identitários a partir do Projovem Urbano. 2014. Tese (Doutorado em **Doutorado em Educação**) - Universidade Federal da Paraíba, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

3. Antonio Germano Ramalho. A Cultura Jurídica Como Referência na Construção das Dimensões Pedagógicas do Ensino Jurídico: A contribuição do saber multicultural como processo transdisciplinar. 2014. Tese (Doutorado em **Doutorado em educação**) - Universidade Federal da PArAã ba, . Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

4. Adolfo Júlio Porto de Freitas. A informação como fundamento para formação da cultura cívica no âmbito do orçamento participativo (OP). 2012. Tese (**Doutorado em Ciências da Informação**) - Universidade Federal de Minas Gerais, . Coorientador: Mirian de Albuquerque Aquino.
5. Lebiã Tamar Silva Bezerra. Cultura Acadêmica e Tecnologias Intelectuais Digitais: ensinar e a aprender com blogs educativos no ensino superior. 2011. Tese (**Doutorado em Educação**) - Universidade Federal da Paraíba, . Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.
6. Maria Daluz Olegário. Discursos sobre gênero e amor no espaço pedagógico do MADA: a (des) construção do sujeito amoroso. 2010. Tese (**Doutorado em Educação**(mestrado e Doutorado)) - Universidade Federal da Paraíba, . Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.
7. Alba Cleide Calado Wanderley. A construção de identidade das Irmandades do Rosário do Alto do Sertão Paraibano. 2009. Tese (**Doutorado em Doutorado**) - UFPB, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.
8. Antônio Roberto Faustino da Costa. O discurso da industrialização do ensino na política nacional de educação a distância. 2008. Tese (**Doutorado em Programa de Pós-graduação em Educação**) - Universidade Federal da Paraíba, . Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. Izabel França de Lima. Práticas de inclusão digital: os profissionais da informação da seção de referência da Biblioteca Central da UFPB. 2006. Monografia. (**Aperfeiçoamento/Especialização em Biblioteconomia**) - Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.
2. Chirley de Souza Sales Martins. Inclusão digital na educação de jovens e adultos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Profº Paulo Freire.. 2005. Monografia. (**Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Tecnologias da Informação e Comu**) - Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.
3. Maria José Cândido Barbosa. As representações dos profissionais da educação sobre o Curso de Especialização em Educação e Tecnologias da Informação e Comunicação à Prática Profissional dos Cursistas. 2005. Monografia. (**Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Tecnologias da Informação**) . Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.
4. Alcilene da Costa Andrade. Inclusão Digital e Cidadania: o cotidiano da Comunidade do Bairro dos Novais. 2005. Monografia. (**Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Educação e Novas Tecnologias**) . Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. Hérick Dayann M. de Meneses. Informação: Diálogos e perspectivas para Biblioteconomia na sociedade da aprendizagem. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (**Graduação em Biblioteconomia**) - Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.
2. Flavia Cristina Brito do Nascimento. A educação a distância na formação de aprendentes: o papel do ensinante-bibliotecário. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (**Graduação em Biblioteconomia**) - Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.
3. Jobson Francisco Júnior. Informação musical como possibilidade de construção da identidade afrodescendente na cibercultura. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (**Graduação em Biblioteconomia**) - Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.
4. Leyde Klebia Rodrigues da Silva. Fontes de Informação na Web: uso e apropriação da informação como possibilidade de disseminação e memória do Movimento Negro no Estado da Paraíba. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (**Graduação em Biblioteconomia**) - Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.
5. Vanessa Silva Gomes. O desenvolvimento da autonomia em crianças afrodescendentes. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (**Graduação em Pedagogia**) - Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.
6. Vanessa Alves Santana. A responsabilidade social dos profissionais da informação na inclusão de negros/as afrodescendentes na Universidade Federal da Paraíba. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (**Graduação em Biblioteconomia**) - Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.
7. Bruna Araújo Candimba. Práticas de leitura e educação de jovens e adultos na escola Cônego Mathias Ferreira. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (**Graduação em Biblioteconomia**) - Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.
8. Georgia Geogletti Cordeiro Dantas. Softwares Educativos na Formação de Inteligências Múltiplas. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (**Graduação em Biblioteconomia**) . Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

Iniciação científica

1. Sérgio Rodrigues de Santana. A organização da informação étnico-racial no Movimento Negro da Paraíba. 2012. Iniciação Científica. (**Graduando em Artes Visuais**) - Universidade Federal da Paraíba, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.
2. Leyde Klebia Rodrigues da Silva. A disseminação da informação etnicorracial no Movimento Negro da Paraíba. 2011. Iniciação Científica. (**Graduando em Biblioteconomia**) -

Universidade Federal da Paraíba, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

3. Taiany Pereira Cabral de Oliveira. A organização da informação etnicorracial no Movimento Negro da Paraíba. 2011. Iniciação Científica. (**Graduando em Arquivologia**) - Universidade Federal da Paraíba, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

4. Franciely Fernandes Duarte. A democratização da informação étnico-racial no Movimento Negro da Paraíba. 2011. Iniciação Científica. (**Graduando em Sociologia**) - Universidade Federal da Paraíba, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

5. Maria Vânia Leite. A disseminação da informação étnico-racial no Movimento Negro da Paraíba. 2011. Iniciação Científica. (**Graduando em Biblioteconomia**) - Universidade Federal da Paraíba, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

6. Leyde Klébia Rodrigues da Silva. A in(visibilidade da temática etnicorracial na produção de conhecimento de pesquisadores: uma análise dos periódicos. 2010. Iniciação Científica. (**Graduando em Biblioteconomia**) - Universidade Federal da Paraíba, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

7. Ronhely Pereira Severo. A democratização da informação etnicorracial no Movimento Negro da Paraíba. 2010. Iniciação Científica. (**Graduando em Biblioteconomia**) - Universidade Federal da Paraíba, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

8. Taiany Ferreira Cabral de Oliveira. A construção de base de dados de produção de conhecimento sobre (a) negro(a) na Universidade Federal da Paraíba. 2010. Iniciação Científica. (**Graduando em Arquivologia**) - Universidade Federal da Paraíba, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

9. Sérgio Rodrigues de Santana. A construção de base de dados de produção de conhecimento sobre (a) negro(a) na Universidade Federal da Paraíba. 2010. Iniciação Científica. (**Graduando em Biblioteconomia**) - Universidade Federal da Paraíba, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

10. Jobson Francisco da Silva Júnior. Tipos de fontes de informação acerca de negros/as na memória da ciência da Universidade Federal da Paraíba. 2009. Iniciação Científica. (**Graduando em Biblioteconomia**) - Universidade Federal da Paraíba, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

11. Leyde Klébia Rodrigues da Silva. Produção de Conhecimento sobre Negros (as) na Memória da Ciência da Universidade Federal da Paraíba. 2009. Iniciação Científica.

(Graduando em Biblioteconomia) - Universidade Federal da Paraíba, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

12. Sérgio Rodrigues Santana. Temas sobre negro(as) na produção de conhecimento da Universidade Federal da Paraíba. 2009. Iniciação Científica. **(Graduando em Biblioteconomia)** - Universidade Federal da Paraíba, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

13. Sérgio Rodrigues de Santana (Voluntário). : O desenvolvimento da fluência em uso de multimídia na educação para inclusão na sociedade da aprendizagem. 2008. Iniciação Científica. **(Graduando em Biblioteconomia)** - Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

14. Vanessa Silva Gomes. Produção do conhecimento sobre o/a negro/a na memória da ciência da Universidade Federal da Paraíba . 2008. Iniciação Científica. **(Graduando em Pedagogia)** - Universidade Federal da Paraíba, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

15. Heloisa Cristina Silva Leandro. A categorização de objetos multimídia na Universidade Federal da Paraíba. 2007. Iniciação Científica. **(Graduando em Biblioteconomia)** - Universidade Federal da Paraíba, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

16. Vanessa Alves Santana. A imagem do afrodescendente no discurso de inclusão social/racial. 2007. Iniciação Científica. **(Graduando em Biblioteconomia)** - Universidade Federal da Paraíba, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

17. Vanessa Gomes da Silva. O desenvolvimento de fluência em uso de objetos multimídia para educação na sociedade da aprendizagem. 2007. Iniciação Científica. **(Graduando em Pedagogia)** - Universidade Federal da Paraíba, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

18. Leyde Klébia Rodrigues da Silva. O uso de objetos multimídia na informação para educação na sociedade da aprendizagem. 2007. Iniciação Científica. **(Graduando em Biblioteconomia)** - Universidade Federal da Paraíba, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

19. Sérgio Rodrigues de Santana. O desenvolvimento da fluência em uso de multimídia na educação para inclusão na sociedade da aprendizagem. 2007. Iniciação Científica. **(Graduando em Biblioteconomia)** - Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

21. Vanessa Silva Gomes. O desenvolvimento de fluência em uso de objetos multimídia para educação na sociedade da aprendizagem. 2007. Iniciação Científica. **(Graduando em Pedagogia)** - Universidade Federal da Paraíba, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

22. Geórgia Geogletti Cordeiro Dantas. Aquisição e Disponibilização de Softwares Educacionais na UFPB/NTI/CEAD. 2005. Iniciação Científica. (**Graduando em Biblioteconomia**) , Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.
23. Georgia Geogleti Cordeiro Dantas. Cadastramento de objetos multimídia para uso na educação na sociedade da aprendizagem . 2005. Iniciação Científica. (**Graduando em Biblioteconomia**) - Universidade Federal da Paraíba, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.
24. Vanessa Alves Santana. A imagem do(a) negro (a) no discurso de inclusão social/racial. 2004. Iniciação Científica. (**Graduando em Biblioteconomia**) - Universidade Federal da Paraíba, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.
25. Fernanda Mirelle de Almeida Silva. Recuperação do conteúdo freireano para construção da Biblioteca Digital Paulo Freire. 2003. Iniciação Científica. (**Graduando em Biblioteconomia**) - Universidade Federal da Paraíba, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.
26. Patrícia Helena do Egypto Lucena. Recuperação do conteúdo freireano para construção da Biblioteca Digital Paulo Freire. 2001. Iniciação Científica. (**Graduando em Biblioteconomia**) - Universidade Federal da Paraíba, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.
27. Tirza Egito de Souza. Aquisição e Disponibilização de Softwares Educacionais na UFPB/NTI/CEAD. 2001. Iniciação Científica. (**Graduando em Biblioteconomia**) - Universidade Federal da Paraíba, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino.

APÊNDICE B – LISTA DE ORIENTAÇÕES: MARIA APARECIDA MOURA

Orientações e supervisões em andamento

Dissertação de mestrado

1. Rômulo Ferreira Pereira. REDES SOCIAIS ON-LINE COMO DISPOSITIVO DE DIÁLOGO, AFIRMAÇÃO E LIBERDADE LGBTQIA+. Início: 2020. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG. (Orientador).
2. Elaine Cândida do Carmo. Cinema webdocumentário como objeto de discurso na construção identitária dos países francófonos e diáspora negra no cinquentenário de independência da África. Início: 2020. Dissertação (**Mestrado profissional em Comunicação social**) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. (Orientador).

Tese de doutorado

1. PRISCILA OLIVEIRA DA MATA. Algoritmos: impactos sociais, políticos e culturais. Início: 2020. Tese (**Doutorado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG. (Orientador).
2. Homero Vianna de Paula Sobrinho. A MIDIATIZAÇÃO DOS MERCADOS ESPECULATIVOS: a bolsa de valores sob o prisma semiótico. Início: 2019. Tese (**Doutorado em Pós-graduação em Comunicação Social**) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. (Orientador).
3. Samuel Ayobami Akinruli. Etnografando museus: memória, patrimônio cultural e representação social do médium Chico Xavier. Início: 2018. Tese (**Doutorado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG. (Orientador).
4. Tadeus Mariano Mucelli Motta. GESTÃO DA INFORMAÇÃO EM ARTES TECNOLÓGICAS: a produção e gestão de redes peer-to-peer para novas dimensões do patrimônio e curadoria digital. Início: 2018. Tese (**Doutorado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG. (Orientador).
5. ARTHUR CHRISTIAN HUAMANÍ CUBA. PERSPECTIVA COMPARADA DAS POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA COMO MODELO INTEGRADO PARA A AMÉRICA DO SUL. Início: 2018. Tese (**Doutorado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG. (Orientador).
6. Mardochée Ogécime. Política de Informação no Haiti. Início: 2017. Tese (**Doutorado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG. (Orientador).
7. Rosana Matos da Silva Trivelato. A diversidade tem muitos nomes: reminiscências de uma emergência conceitual. Início: 2017. Tese (**Doutorado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG. (Orientador).

8. Rodrigo Gesteira. Regime de informação em Fusion Center. Início: 2016. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG. (Orientador).

Iniciação científica

1. Jéssica Tamirez de Oliveira. Organização social da informação em tempos de guerras informacionais: anatomia, semiose e discurso. Início: 2020. Iniciação científica (**Graduando em Biblioteconomia**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (Orientador).

Orientações e supervisões concluídas

Dissertação de mestrado

1. Giselle Aparecida de Oliveira Pinto. FACT-CHECKING E ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018 A DISPUTA PELA VERDADE EM INTERAÇÕES NO TWITTER. 2018. Dissertação (**Mestrado em Comunicação social**) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, . Orientador: Maria Aparecida Moura.

2 Manoel de Oliveira Silva. A Internet como espaço de popularização da ciência: Análise da divulgação científica promovida pelo blog do Projeto Minas Faz Ciência. 2018. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, . Orientador: Maria Aparecida Moura.

3. Priscilla Pereira Gonçalves. Diversidade cultural e a mediação pela leitura. 2017. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, . Orientador: Maria Aparecida Moura.

4. Paula Marques Pinheiro. Vampiras que amam mulheres: sentidos e performances de lesbianidade no fandom Carmilla. 2016. Dissertação (**Mestrado em Comunicação Social**) - Universidade Federal de Minas Gerais, . Orientador: Maria Aparecida Moura.

5. André Fagundes. A dinâmica de produção, busca e compartilhamento de informações em Mobile Commerce. 2016. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, . Orientador: Maria Aparecida Moura.

6. Rosana Trivelato. Ciências da religião e a representação da informação em sistemas de classificação. 2015. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, . Orientador: Maria Aparecida Moura.

7. Henrique Valério Ruas. A apropriação privada da informação científica: desafio para a democratização do conhecimento. 2013. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, . Orientador: Maria Aparecida Moura.

8. Priscila Oliveira da Mata. O comportamento dos spammers na linguagem natural em sites de compartilhamento de vídeos: uma análise sob a ótica da semiótica de Peirce. 2013.

Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, . Orientador: Maria Aparecida Moura.

9. RANITO ZAMBO WAETE. Uso de recursos eletrônicos para investigação científica em Moçambique. 2011. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Maria Aparecida Moura.

10. Rodrigo gesteira. Taxonomias para organização da informação. 2011. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, . Orientador: Maria Aparecida Moura.

11. Luiz Fernando Campos de Andrade Júnior. Informação e cultura : O duelo de MCs de Belo Horizonte. 2011. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, . Coorientador: Maria Aparecida Moura.

12. Mateus Uérlei Pereira da Costa. Os conceitos peircianos de representação e hábito na indexação. 2010. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, . Orientador: Maria Aparecida Moura.

13. Belkiss Amorim. Corporeidade e tecnologias da informação. 2010. Dissertação (**Mestrado em Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação D**) - Centro Universitário UNA, . Orientador: Maria Aparecida Moura.

14. Roger de Miranda Guedes. A abordagem dialógica na indexação social. 2010. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, . Coorientador: Maria Aparecida Moura.

15. Valéria Ramos de Amorim. A imagem de síntese e a mimesis na constituição do discurso cinematográfico contemporâneo. 2009. Dissertação (**Mestrado em Comunicação Social: Interações Midiáticas**) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Coorientador: Maria Aparecida Moura.

16. Juliana de Assis Horta. Indicadores de qualidade da informação em sistemas baseados em Folksonomia: uma abordagem semiótica. 2009. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Maria Aparecida Moura.

17. Carolina de Souza Paes Scott. As mediações informacionais e comunicacionais em rede sócio-ambiental: um estudo de caso sobre as reconfigurações discursivas da meta 2010. 2009. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, . Orientador: Maria Aparecida Moura.

18. Sinay Santos Silva de Araújo. Informação, representações sociais e ensino a distância. 2009. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, . Orientador: Maria Aparecida Moura.

19. Carla Viviane da Silva Angelo. THESAURUS DE ARQUITETURA E URBANISMO: a construção de uma linguagem de controle na atribuição patrimonial. 2009. Dissertação (**Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**) - Escola Arquitetura da UFMG, . Coorientador: Maria Aparecida Moura.

20. Letícia Alves Vieira. Ciência da Informação e redes de colaboração acadêmica: diálogos, constituição e perspectivas. 2009. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Maria Aparecida Moura.

21. Cynthia Parreira Zaniratti. Informação, fluxos e filmes: as redes sociais e a distribuição do cinema brasileiro. 2009. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, . Orientador: Maria Aparecida Moura.

22. Lorena Tavares de Paula. Informação nos ambientes virtuais de aprendizados (AVA). 2009. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Maria Aparecida Moura.

23. Graziela Andrade. Informação, corpo e tecnologia. 2008. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, . Orientador: Maria Aparecida Moura.

24. Gustavo Silva Saldanha. VIAGEM AOS BECOS E TRAVESSAS DA TRADIÇÃO PRAGMÁTICA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: uma leitura em diálogo com Wittgenstein. 2008. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, . Orientador: Maria Aparecida Moura.

25. Paula Ziviani. A consolidação dos indicadores culturais no Brasil: uma abordagem informacional. 2008. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Maria Aparecida Moura.

26. Sheila Margareth Teixeira Adão. Informação para a ação: o uso da informação como suporte às reivindicações sindicais no âmbito da segurança e da saúde do trabalhador. 2008. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Maria Aparecida Moura.

27. Lorena Tavares. Informação e educação a distância. 2007. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Maria Aparecida Moura.

28. Letícia Alves. Informação e tecnologias digitais. 2007. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, . Orientador: Maria Aparecida Moura.

29. Cyntia Zaniratti. Investimento e política cultural: caminhos para o desenvolvimento econômico e social. 2007. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Maria Aparecida Moura.
30. Camila Maciel Mantovani. Comunidades de informação e sistemas de telefonia móvel. 2006. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Universidade Federal de Minas Gerais, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Maria Aparecida Moura.
31. Sandra Maria Silveira. Tratamento da Informação para centrais de Atendimento a clientes. 2006. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Universidade Federal de Minas Gerais, . Orientador: Maria Aparecida Moura.
32. Sheila Margareth Teixeira Adão. Informação em contextos sindicais. 2006. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, . Orientador: Maria Aparecida Moura.
33. Paula Ziviani. Informação e políticas públicas para a área da cultura. 2006. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, . Orientador: Maria Aparecida Moura.
34. Joana Ziller. Qualidade de informação em webjornais. 2005. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Universidade Federal de Minas Gerais, . Orientador: Maria Aparecida Moura.
35. Dalgisa Andrade Oliveira. Prática informacionais da categoria bancária. 2005. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Universidade Federal de Minas Gerais, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Maria Aparecida Moura.
36. Carlos Frederico de Brito d' Andrea. Estratégias de produção e organização na WWW: Uma análise de sites turísticos. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, . Coorientador: Maria Aparecida Moura.
37. Aparecida Maciel Shikida. Oralidade, História e memória: A constituição social da informação em relatos orais. 2005. Dissertação (**Mestrado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, . Orientador: Maria Aparecida Moura.
38. Janaína Ferreira Fialho. A formação do Pesquisador juvenil. 2004. Dissertação (**Mestrado em Ciências da Informação**) - Universidade Federal de Minas Gerais, . Orientador: Maria Aparecida Moura.

Tese de doutorado

1. Izabel Antonina de Araújo Miranda. POLÍTICAS DE ACESSO ABERTO À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA: UMA ANÁLISE CONTRASTIVA ENTRE ESTADOS UNIDOS, PORTUGAL E BRASIL.

2018. Tese (**Doutorado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, . Orientador: Maria Aparecida Moura.

2. Livia de Pádua Nóbrega. O Imaginário da Robótica e da Inteligência Artificial na Ficção Científica Audiovisual Seriada: A Consciência em Battlestar Galactica. 2016. Tese (**Doutorado em Comunicação Social**) - Universidade Federal de Minas Gerais, . Orientador: Maria Aparecida Moura.

3. VALDINÉIA BARRETO FERREIRA. E-SCIENCE E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO BRASIL: IMPLEMENTAÇÃO, COLABORAÇÃO E REPERCUSSÃO NOS INCTs DA ÁREA DE NANOTECNOLOGIA. 2016. Tese (**Doutorado em Ciência da Informação**) - Universidade Federal da Bahia, . Coorientador: Maria Aparecida Moura.

4. Letícia Alves Vieira. Constituição do discurso científico: aproximações fleckianas a partir do Journal des Sçavans. 2013. Tese (**Doutorado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, . Orientador: Maria Aparecida Moura.

5. Lorena Tavares de Paula. NANOPUBLICAÇÃO E INDEXAÇÃO: interlocuções semânticas, pragmáticas e discursivas em aplicações metodológicas. 2013. Tese (**Doutorado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, . Orientador: Maria Aparecida Moura.

6. Juliana Horta de Assis Pinto. A INTEROPERABILIDADE A PARTIR DE CONSENSOS E SEMÂNTICAS EMERGENTES: UM MODELO PARA ELABORAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO. 2011. Tese (**Doutorado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, . Orientador: Maria Aparecida Moura.

7. Roger de Miranda Guedes. Garantia semântica e a Web: subsídios para o quadro teórico da organização do conhecimento em tempos e espaços digitais. 2011. Tese (**Doutorado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, . Orientador: Maria Aparecida Moura.

8. Ludmila Salomão. Análise de discurso político - rede de assuntos. 2010. Tese (**Doutorado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Maria Aparecida Moura.

9. Geórgia Geogletti Cordeiro Dantas. Cultura informacional de fãs. 2009. Tese (**Doutorado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Maria Aparecida Moura.

10. Graziela Andrade. Information, gestualité et Semiotique. 2009. Tese (**Doutorado em Culture et société**) - Université Paris-Est Créteil Val-de-Marne, . Orientador: Maria Aparecida Moura.

11. Débora de Carvalho Pereira. Redes de proteção sócio-ambientais. 2009. Tese (**Doutorado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, . Orientador: Maria Aparecida Moura.

12. Camila Maciel Campolina Alves Mantovani. A nova audiência: Produção, distribuição e reciclagem de conteúdos digitais na era das mídias descentralizadas. 2007. Tese (**Doutorado em Ciência da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Maria Aparecida Moura.
13. Joana Ziller. Qualidade de informação no conteúdo gerado pelo usuário. 2007. Tese (**Doutorado** em Programa de Pós-graduação em **Ciência da Informação** da Escola de Ciência) - Universidade Federal de Minas Gerais, . Orientador: Maria Aparecida Moura.
14. MOREIRA, M. P. Ambiente para geração e manutenção semiautomática de tesouros. 2005. Tese (**Doutorado em Ciência da Informação**) - Universidade Federal de Minas Gerais, . Orientador: Maria Aparecida Moura.
15. Janaína Fialho. A cultura informacional e a formação do jovem pesquisador brasileiro. 2005. Tese (**Doutorado em Ciência da Informação**) – Escola de Ciência da Informação – ECI/UFMG, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Maria Aparecida Moura.

Supervisão de pós-doutorado

1. Janaina Barros Silva Viana. 2018. Escola de **Ciência da Informação** - ECI/UFMG, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Maria Aparecida Moura.
2. Silvana Drumond Monteiro. 2013. Escola de **Ciência da Informação** - ECI/UFMG, . Maria Aparecida Moura.

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. Márcia Martins de Araújo Altounian. Modelo \conceitual para uma ontologia de licitações e contratos administrativos. 2013. Monografia. (**Aperfeiçoamento/Especialização em Arquitetura e Organização da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG. Orientador: Maria Aparecida Moura.
2. Marcos Adriano Rossi de Oliveira. Taxonomia e indexação em sites de webjornalismo: um estudo para aprimorar a recuperação de informação no portal Câmara Notícias. 2013. Monografia. (**Aperfeiçoamento/Especialização em Arquitetura e Organização da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG. Orientador: Maria Aparecida Moura.
3. Kátia Soares Braga. Metadados para representação temática de conteúdos informacionais em sistemas de informação: uma contribuição do tesouro Câmara dos Deputados. 2013. Monografia. (**Aperfeiçoamento/Especialização em Arquitetura e Organização da Informação**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG. Orientador: Maria Aparecida Moura.

4. Vaneli Waleska Falci Carvalho Silva. Eu , etiqueta. 2009. Monografia.
(Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-Graduação em Gestão Cultural) - Centro Universitário UNA. Orientador: Maria Aparecida Moura.

5. Carlos Alberto Ávila. A necessidade de alteração da legislação federal de incentivo à cultura para o desenvolvimento regional das atividades culturais. 2005. Monografia.
(Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-Graduação em Gestão Cultural) - Centro Universitário UNA. Orientador: Maria Aparecida Moura.

6. Daniela Mata Machado Tavares. Livro Vivo - projeto cultural. 2005. Monografia.
(Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-Graduação em Gestão Cultural) - Centro Universitário UNA. Orientador: Maria Aparecida Moura.

7. Maria Rita Musso Moncorvo. Poetizas - projeto cultural. 2005. Monografia.
(Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-Graduação em Gestão Cultural) - Centro Universitário UNA. Orientador: Maria Aparecida Moura.

8. Reginalda Maria Monteiro. Re-percussão : oficina para jovens Carentes do interior do Estado de Minas Gerais. 2005. Monografia. **(Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-Graduação em Gestão Cultural)** - Centro Universitário UNA. Orientador: Maria Aparecida Moura.

9. Cassia Saldanha Gomes. Encontro nacional de bonequeiros. 2005. Monografia.
(Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-Graduação em Gestão Cultural) - Centro Universitário UNA. Orientador: Maria Aparecida Moura.

10. Sheyla Katz. I Festival da canção infantil - projeto cultural. 2005. Monografia.
(Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-Graduação em Gestão Cultural) - Centro Universitário UNA. Orientador: Maria Aparecida Moura.

11. Rosângela Míriam Lemos O. Mendonça. Sistema Colaborativo Web para profissionais da cultura. 2005. Monografia. **(Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-Graduação em Gestão Cultural)** - Centro Universitário UNA. Orientador: Maria Aparecida Moura.

12. Ana Paula Silva. Identificação e análise das contribuições da dos estudos da semiótica e da semiologia para construção de linguagens de indexação. 2000. Monografia.
(Aperfeiçoamento/Especialização em Biblioteconomia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Orientador: Maria Aparecida Moura.

13. OLIVEIRA, Alessandra Maria de. Tesouro João Guimarães Rosa. 2000. Monografia.
(Aperfeiçoamento/Especialização em Biblioteconomia) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG. Orientador: Maria Aparecida Moura.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. Nayara de Oliveira Santos. O USO DAS INDUMENTÁRIAS TRADICIONAIS DOS POVOS DE TERREIRO: IDENTIDADE TERRITORIALIZADA ATRAVÉS DO CORPO. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (**Graduação em Ciências Sociais**) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Orientador: Maria Aparecida Moura.
2. Bruno Moreira de Moraes. Pandora - Informação, cultura digital e acesso ao conhecimento. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (**Graduação em Biblioteconomia**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG. Orientador: Maria Aparecida Moura.
3. Sirlene Maria Cassiano. Estágio B. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (**Graduação em Biblioteconomia**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG. Orientador: Maria Aparecida Moura.
4. Marcelo Rezende Barros. Manual para indexação de periódico. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (**Graduação em Biblioteconomia**) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Maria Aparecida Moura.
5. Juliana Roberta de C. Silva. Elaboração do catálogo da biblioteca da Aliança Francesa. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (**Graduação em Biblioteconomia**) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Maria Aparecida Moura.
6. Mara Magda Soares Santos. Levantamento videográfico: ações afirmativas. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (**Graduação em Biblioteconomia**) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Maria Aparecida Moura.
7. Luciana de Oliveira. Criação do espaço midiateca. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (**Graduação em Biblioteconomia**) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Maria Aparecida Moura.
8. Livia de Barros Souza. Criação e divulgação de mapoteca: Colégio Loyola. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (**Graduação em Biblioteconomia**) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Maria Aparecida Moura.
9. Rogério Fidelio. Política de indexação das fotografias do CEDECOM. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (**Graduação em Biblioteconomia**) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Maria Aparecida Moura.
10. Marcelo Melo Macedo. Catalogação do acervo da biblioteca comunitária da Vila União. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (**Graduação em Biblioteconomia**) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Maria Aparecida Moura.
11. Gerson Figueiredo de Freitas. Catalogação do acervo da biblioteca comunitária da Vila União. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (**Graduação em Biblioteconomia**) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Maria Aparecida Moura.

12. Ivanir Fernandes Leandro. Catalogação do acervo da biblioteca comunitária da Vila União. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. **(Graduação em Biblioteconomia)** - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Maria Aparecida Moura.
13. Daniela Cristina da Silva Rodrigues. Tesouro do cinema brasileiro. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. **(Graduação em Biblioteconomia)** - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Maria Aparecida Moura.
14. Elisabete Quatrim Vieira. Tesouro do Cinema Brasileiro. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. **(Graduação em Biblioteconomia)** - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Maria Aparecida Moura.
15. Lúcia Mara Barbosa de Oliveira Paoliello. Tesouro do Cinema Brasileiro. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. **(Graduação em Biblioteconomia)** - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Maria Aparecida Moura.
16. Beatriz Camilo Mateus. Diretrizes para organização e tratamento do acervo fotográfico do Carro-Biblioteca - CENEX -ECI. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. **(Graduação em Biblioteconomia)** . Orientador: Maria Aparecida Moura.
17. Patrícia Barroso. Elaboração e Implementação de política de organização e tratamento de materiais audiovisuais no CEFET-MG/ CAMPUS II. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. **(Graduação em Biblioteconomia)** . Orientador: Maria Aparecida Moura.
18. Carolina Assunção e Alves. Nas malhas da rede: uma narrativa interativa e multilinear. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso. **(Graduação em Comunicação Social)** - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Maria Aparecida Moura.
19. Camila Campolina. Nas malhas da rede: uma narrativa interativa e multilinear. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso. **(Graduação em Comunicação Social)** - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Maria Aparecida Moura.
20. Anderson Moraes Abreu. Projeto de Implantação de janela de leitura. 2000. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. **(Graduação em Biblioteconomia)** - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Maria Aparecida Moura.
21. Rosimeire Ramos Vieira. Projeto de Implantação de janela de leitura. 2000. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. **(Graduação em Biblioteconomia)** - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Maria Aparecida Moura.
22. Ana Paula Oliveira. Projeto de Implantação janela de Leitura. 2000. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. **(Graduação em Biblioteconomia)** - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Maria Aparecida Moura.
23. Simone Marink. Estágio Supervisionado. 1998. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. **(Graduação em Biblioteconomia)** - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Maria Aparecida Moura.

24. Sandra Raquel. Estágio Supervisionado. 1998. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. **(Graduação em Biblioteconomia)** - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Maria Aparecida Moura.

25. Leninha Silvério. Estágio Supervisionado. 1998. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. **(Graduação em Biblioteconomia)** - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Maria Aparecida Moura.

26. Irma Roquette. Estágio Supervisionado. 1998. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. **(Graduação em Biblioteconomia)** - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Maria Aparecida Moura.

27. Geraldo Isaias Diniz. Organização do Acervo do Departamento de Engenharia de materiais e construção civil. 1997. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. **(Graduação em Biblioteconomia)** - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Maria Aparecida Moura.

28. Maria Fernandes Silveira. Organização e tratamento do acervo de literatura da Escola Irmã Débora Miguel. 1997. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. **(Graduação em Biblioteconomia)** - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Maria Aparecida Moura.

29. Janaína Ferreira Fialho. Organização de hemeroteca no Colégio Pitágoras. 1997. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. **(Graduação em Biblioteconomia)** - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Maria Aparecida Moura.

30. Demócrito Adolfo da Natividade Manyssa. Organização e tratamento de materiais especiais da Bib. da Escola de Educação Física da UFMG. 1997. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. **(Graduação em Biblioteconomia)** - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Maria Aparecida Moura.

31. Valdir Firmo. Organização de Acervo de vídeo da Departamento de Fisioterapia e terapia Ocupacional. 1996. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. **(Graduação em Biblioteconomia)** - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Maria Aparecida Moura.

32. Ana Paula Rezende. Estágio supervisionado Organização de 236ídeos do programa Minas Rural – EMATER. 1995. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. **(Graduação em Biblioteconomia)** – Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Maria Aparecida Moura.

Iniciação científica

1. Nayara Oliveira. Consumo, indumentária urbana e informação: Narrativas identitárias e a indústria da moda. 2017. Iniciação Científica. **(Graduando em Ciências Sociais)** - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Maria Aparecida Moura.

2. Brenda Vasconcelos Attalla. Formações discursivas contemporâneas, gêneros digitais e socioterminologia. 2015. Iniciação Científica. (**Graduando em Biblioteconomia**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Maria Aparecida Moura.
3. Larissa Luana Oliveira Rodrigues. Formações discursivas contemporâneas, gêneros digitais e socioterminologia. 2014. Iniciação Científica. (**Graduando em Biblioteconomia**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG. Orientador: Maria Aparecida Moura.
4. Caio Couto Cruz. E- Science e cultura informacional acadêmica em ambientes digitais. 2012. Iniciação Científica. (**Graduando em Comunicação Social**) - Universidade Federal de Minas Gerais, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Orientador: Maria Aparecida Moura.
5. Izabela Fernandes França. Formações Discursivas contemporâneas, gênero digital e socioterminologia. 2012. Iniciação Científica. (**Graduando em Biblioteconomia**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Maria Aparecida Moura.
6. Cássia Adriana Gomes. Informação, redes sociais e consumo eletrônico no Brasil: A percepção pública dos atributos de qualidade, design e inovação no consumo de bens e serviços em ambientes digitais. 2012. Iniciação Científica. (**Graduando em Biblioteconomia**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Maria Aparecida Moura.
7. Bruno Moreira de Moraes. Informação, webgênero e discurso científico. 2012. Iniciação Científica. (**Graduando em Biblioteconomia**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Orientador: Maria Aparecida Moura.
8. Roberta Peçanha de Carvalho Gomes. Informação, redes sociais e desenvolvimento sustentável: Desenvolvimento de tesouro multilíngue especializado na gestão de conteúdos em contextos digitais. 2009. Iniciação Científica. (**Graduando em Biblioteconomia**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Maria Aparecida Moura.
9. Isabella de Brito Alves. Tesuaro de Mundialização, diversidade viva e Desenvolvimneto sustentável. 2009. Iniciação Científica. (**Graduando em Biblioteconomia**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG. Orientador: Maria Aparecida Moura.
10. Adriane Legnani de Souza Silva. Redes sociais de cooperação científica e inovação. 2009. Iniciação Científica. (**Graduando em Biblioteconomia**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Orientador: Maria Aparecida Moura.

11. Tânia Renata dos Santos. Semiótica, informação audiovisual e percurso interpretativo: bases teóricas para organização da informação em contextos digitais. 2007. Iniciação Científica. (**Graduando em Biblioteconomia**) - Universidade Federal de Minas Gerais, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Maria Aparecida Moura.
12. Rubeniki Fernandes de Limas. Semiótica, informação audiovisual e percurso interpretativo: bases teóricas para organização da informação em contextos digitais. 2007. Iniciação Científica. (**Graduando em Biblioteconomia**) - Universidade Federal de Minas Gerais, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Maria Aparecida Moura.
13. Valéria Ramos Amorim. Redes Sociais Juvenis. 2005. Iniciação Científica. (**Graduando em Filosofia**) - Universidade Federal de Minas Gerais, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Maria Aparecida Moura.
14. Priscila Barbosa Machado. Informação, leitura e Inclusão. 2003. Iniciação Científica. (**Graduando em Comunicação Social**) - Universidade Federal de Minas Gerais, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Maria Aparecida Moura.
15. Letícia Vieira Alves. Informação, cultura digital e linguagem. 2003. Iniciação Científica. (**Graduando em Biblioteconomia**) - Universidade Federal de Minas Gerais, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Orientador: Maria Aparecida Moura.
16. Flávia Fontes Mantovani. Leitor, Cognição e hipermídia: A constituição do leitor e da leitura no contexto da cultura digital. 2001. Iniciação Científica. (**Graduando em Comunicação Social**) - Universidade Federal de Minas Gerais, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Maria Aparecida Moura.
17. Camila Campolina Maciel Alves. Recepção Digital. 2000. Iniciação Científica. (**Graduando em Comunicação Social**) - Universidade Federal de Minas Gerais, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Maria Aparecida Moura.
18. SILVA, Ana Paula. Tesouro João Guimarães Rosa. 2000. Iniciação Científica. (**Graduando em Biblioteconomia**) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG. Orientador: Maria Aparecida Moura.
19. Camila Maciel Campolina Alves. Informação, Linguagem e Hipermídia. 1999. 0 f. Iniciação Científica. (**Graduando em Comunicação Social**) - Universidade Federal de Minas Gerais, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Maria Aparecida Moura.
20. Valéria Ramos de Amorim. Análise das contribuições da semiótica e semiologia para construção de linguagens de indexação: a perspectiva do leitor documentalista. 1998. 0 f. Iniciação Científica. (**Graduando em Comunicação Social**) - Universidade Federal de Minas Gerais, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Maria Aparecida Moura.

21. SILVA, Rosana Matos. Aperfeiçoamento - FAPEMIG. 1998. Iniciação Científica.
(Graduando em Biblioteconomia) - Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG.
Orientador: Maria Aparecida Moura.

22. Valéria Ramos de Amorim. Identificação das contribuições dos estudos da semiótica e da semiologia para construção de linguagens de indexação. 1997. 0 f. Iniciação Científica.
(Graduando em Comunicação Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Maria Aparecida Moura.

APÊNDICE C – LISTA DE ORIENTAÇÕES: JOSELINA DA SILVA

Orientações e supervisões em andamento

Dissertação de mestrado

1. Suelen Pereira Estevam da Silva. O PEC- G: O que nos dizem as alunas africanas sobre as universidades públicas no Rio de Janeiro. Início: 2018. Dissertação (**Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares**) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. (Orientador).
2. Luziara Miranda de Novaes. Racismo religioso: o dia seguinte das mães de santo após seu terreiro ser violentado. Início: 2018. Dissertação (**Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares**) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. (Orientador).
3. Fabrícia do Nascimento Silva de Oliveira. Silêncio e silenciamentos impostos às mulheres evangélicas vítimas de violência, um olhar sobre Nova Iguaçu. Início: 2018. Dissertação (**Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas**) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (Orientador).
4. Tatiane da Conceição Carneiro. Saberes étnico raciais: as contribuições de professoras doutoras negras. Início: 2017. Dissertação (**Mestrado em PROG. DE PÓS GRAD. EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULAR**) - UNIVESIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. (Orientador).
5. Laelba Silva Batista. Juventude negra: hip hop e as práticas de educabilidades no Cariri Cearense. Início: 2016. Dissertação (**Mestrado em PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**) - Universidade Federal do Ceará, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (Orientador).
6. Beatriz Ricarte Santos. A RELIGIOSIDADE DE MATRIZ AFRICANA COMO ESTRATÉGIA DE EMPODERAMENTO POLÍTICO DAS MULHERES DE AXÉ. Início: 2016. Dissertação (**Mestrado em PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**) - Universidade Federal do Ceará, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (Orientador).

Tese de doutorado

1. Nicácia Lina do Carmo. ESTUDO SOBRE A HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: LEI 10.639/03 E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA REGISTRADOS NO CNPQ. Início: 2016. Tese (**Doutorado em PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**) - Universidade Federal do Ceará. (Orientador).
2. Fernando Santos de Jesus. As políticas educacionais voltadas para a população negra após a Conferência de Durban: um estudo comparativo entre Brasil e Uruguai. Início: 2016. Tese

(**Doutorado em PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**) - Universidade Federal do Ceará, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (Orientador).

3. ADRIANO FERREIRA DE PAULO. PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DE HISTÓRIA SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA ALUNOS ADEPTOS DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA: UMA FORMA DE RACISMO INSTITUCIONAL. Início: 2016. Tese (**Doutorado em PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**) - Universidade Federal do Ceará, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (Orientador).

4. CRISTIANE SOUZA DA SILVA. PRAXIS ANTIRRACISTA NO ENSINO SUPERIOR: UM OLHAR SOBRE AS ÁREAS DE HUMANAS, SAÚDE E EXATAS NA FACULDADE CATÓLICA RAINHA DO SERTÃO. Início: 2015. Tese (**Doutorado em Educação**) - Universidade Federal do Ceará. (Orientador).

5. MARIA SIMONE EUCLIDES. MULHERES NEGRAS DOUTORAS E PROFESSORAS UNIVERSITÁRIAS: DESAFIOS E CONQUISTAS. Início: 2015. Tese (**Doutorado em Educação**) - Universidade Federal do Ceará. (Orientador).

Orientações e supervisões concluídas

Dissertação de mestrado

1. BEATRIZ RICARTE SANTOS. OBÍNRÍN ODARA: A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA ATIVISTA DAS MULHERES DE UMBANDA E CANDOMBLÉ DO CEARÁ. 2018. Dissertação (**Mestrado em Educação**) - Universidade Federal do Ceará, Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Joselina da Silva.

2. Laelba Silva Batista. Juventude negra: hip hop e as práticas de educabilidades no Cariri Cearense. 2018. Dissertação (**Mestrado em Educação**) - Universidade Federal do Ceará, Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Joselina da Silva.

3. ADRIANO FERREIRA DE PAULO. RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA E RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA: TENSÕES NA APLICAÇÃO DA LEI 10639/03 NO ENSINO DE HISTÓRIA EM ESCOLAS PÚBLICAS DO GRANDE BOM JARDIM. 2016. Dissertação (**Mestrado em Educação**) - Universidade Federal do Ceará, . Orientador: Joselina da Silva.

4. Adriano Ferreira de Paulo. Religiões de Matriz Africana e a renovação carismática católica: aplicação da Lei 10639/09 no ensino de História. 2014. Dissertação (**Mestrado em Educação**) - Universidade Federal do Ceará, . Orientador: Joselina da Silva.

5. JOÃO LUIS JUVENTINO DO NASCIMENTO. PROCESSOS EDUCATIVOS: AS LUTAS DAS MULHERES PESCADORAS DO MANGUE DO CUMBE CONTRA O RACISMO AMBIENTAL. 2014. Dissertação (**Mestrado em Educação**) - Universidade Federal do Ceará, . Orientador: Joselina da Silva.

6. Auricl a Barros Pereira. As irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos: movimento negro de vertente religiosa. 2012. Dissertação (**Mestrado em Educação**) - Universidade Federal do Ceará, . Orientador: Joselina da Silva.

7. João Luís Joventino do Nascimento. Racismo Ambiental: impactos dos grandes projetos econ micos, numa comunidade tradicional costeira do Ceará/Brasil. 2012. Dissertação (**Mestrado em Educação**) - Universidade Federal do Ceará, . Orientador: Joselina da Silva.

8. Maria Saraiva da Silva. História das mulheres negras que não estão na história oficial. 2011. Dissertação (**Mestrado em Educação**) - Universidade Federal do Ceará, . Orientador: Joselina da Silva.

9. Joelma Gentil do Nascimento. Aspectos do Movimento Negro e de Mulheres Negras em Fortaleza: olhares sobre a década de oitenta. 2010. Dissertação (**Mestrado em Educação**) - Universidade Federal do Ceará, . Orientador: Joselina da Silva.

10. Cristiane Sousa da Silva. ?Novos? movimentos sociais: algumas reflexões sobre a Central única das Favelas. 2010. Dissertação (**Mestrado em Educação**) - Universidade Federal do Ceará, . Orientador: Joselina da Silva.

11. K ssia Mota de Sousa. Entre a escola e a religião: desafios para as crianças de candomblé em Juazeiro do Norte. 2010. Dissertação (**Mestrado em Educação**) - Universidade Federal do Ceará, . Orientador: Joselina da Silva.

Tese de doutorado

1. Cristiane Souza da Silva. DO QUILOMBO SÍTIO VEIGA   UNIVERSIDADE: UMA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA ANTIRRACISTA NO SERTÃO CENTRAL CEARENSE. 2018. Tese (**Doutorado em Educação**) - Universidade Federal do Ceará, . Orientador: Joselina da Silva.

2. ANA CRISTINA CONCEIÇÃO SANTOS. MULHERES NEGRAS, NEGRAS MULHERES: ATIVISMO NA CAPITAL BAIANA - 1980-1991. 2015. Tese (**Doutorado em Educação**) - Universidade Federal do Ceará, . Orientador: Joselina da Silva.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. Dávila Maria Feitosa da Silva. A biblioteca universitária como auxiliar para a implantação da Lei n  10.639/03 nos cursos de história e pedagogia. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (**Graduação em Biblioteconomia**) - Universidade Federal do Cariri. Orientador: Joselina da Silva.

2. Marilúcia Antonia de Sousa. Preservação da memória: as falas das mulheres negras caririenses acima de setenta anos. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (**Graduação em Biblioteconomia**) - Universidade Federal do Cariri. Orientador: Joselina da Silva.

3. Maria Josilânia da Silva. Bullying racial na escola: um olhar etnográfico sobre o ensino fundamental. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (**Graduação em Biblioteconomia**) - Universidade Federal do Cariri. Orientador: Joselina da Silva.
4. Ana Claudia Emidio da Silva. Análise da aplicação da lei 10639/03 nas bibliotecas das escolas estaduais de Juazeiro do Norte, CE. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (**Graduação em Biblioteconomia**) - Universidade Federal do Ceará - Campus Cariri. Orientador: Joselina da Silva.
5. Erinaldo Dias Valério. Os negros (as) nos ENANCIB?s: um estudo cientométrico. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (**Graduação em Biblioteconomia**) - Universidade Federal do Ceará - Campus Cariri. Orientador: Joselina da Silva.
6. Nicácia Lina do Carmo. História e cultura afro-brasileira: um olhar sobre o acervo das bibliotecas públicas. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (**Graduação em Biblioteconomia**) - Universidade Federal do Ceará - Campus Cariri. Orientador: Joselina da Silva.

Iniciação científica

1. Davila Maria Feitosa da Silva. Os Centros de Multimeios e a implementação do ensino de história africana e cultura afro-brasileira da Lei 10639/03. 2011. Iniciação Científica. (**Graduando em Biblioteconomia**) - Universidade Federal do Ceará - Campus Cariri, Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Joselina da Silva.
2. Alexsandra Costa Silva. Um olhar comparativo sobre o Cariri e Fortaleza: os aparatos públicos de apoio às mulheres vítimas de violência. 2010. Iniciação Científica. (**Graduando em Biblioteconomia**) - Universidade Federal do Ceará - Campus Cariri, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Joselina da Silva.
3. Reginaldo Ferreira Domingos. Os equipamentos públicos de apoio às mulheres vítimas de violência. 2008. Iniciação Científica. (**Graduando em Filosofia**) - Universidade Federal do Ceará - Campus Cariri, Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Joselina da Silva.
4. Marta Benjamim da Silva. Os equipamentos públicos de apoio às mulheres vítimas de violência. 2008. Iniciação Científica. (**Graduando em Biblioteconomia**) - Universidade Federal do Ceará - Campus Cariri, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Joselina da Silva.
5. Nicácia Lina do Carmo. Os equipamentos públicos de apoio às mulheres vítimas de violência. 2008. Iniciação Científica. (**Graduando em Biblioteconomia**) - Universidade Federal do Ceará - Campus Cariri, Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Joselina da Silva.

6. Maria Freires Ferreira. A boa filha à casa torna: as narrativas das vítimas de tráfico de mulheres. 2007. Iniciação Científica. (**Graduando em Biblioteconomia**) - Universidade Federal do Ceará - Campus Cariri. Orientador: Joselina da Silva.

7. Karla Jaqueline Vieira Alves. Ser Governo ou ser Movimento Social: identidades cambiantes das secretarias e/ou conselhos da comunidade negra nos estados e capitais do nordeste. 2007. Iniciação Científica. (**Graduando em Filosofia**) - Universidade Federal do Ceará - Campus Cariri. Orientador: Joselina da Silva.

ANEXO A – PLANO DE CURSO DA DISCIPLINA FEMINISMO NEGRO NA ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA -
UFBA INSTITUTO DE CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO – ICI
Campus Universitário do Canela - Av. Reitor Miguel Calmon, s/nº Vale
do Canela (parte superior) CEP 40110-100 - Salvador, Bahia, Brasil
Tel: (55) 71 3283-7745 / 7762 / 7748 (fax) E-mail: icidir@ufba.br



PLANO DE CURSO

IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

Disciplina: Tópicos Especiais em Arquivologia
Departamento responsável: Departamento de Documentação e Informação – DDI
Professora ministrante: Leyde Klebia Rodrigues da Silva. E-mail: leyklebia@gmail.com
Tema: Feminismo negro, Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação

EMENTA

O campo da Epistemologia social. Paradigma social da Informação. As epistemologias feministas e os recursos teóricos do feminismo negro para a (re)configuração da sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem. O protagonismo e a contribuição do pensamento das pesquisadoras negras para Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação.

OBJETIVOS

GERAL: Apresentar o pensamento Informacional de pesquisadoras negras do campo da Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação e suas redes intelectuais, tendo como base o fundamento da epistemologia social.

ESPECÍFICOS:

- Discorrer sobre o campo da epistemologia social;
- Refletir sobre as epistemologias feministas, com foco no feminismo negro;
- Identificar o protagonismo de pesquisadoras negras e suas redes intelectuais, seja em pesquisa, ensino e/ou extensão;
- Discutir sobre a contribuição das pesquisadoras negras para Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação.

CONTEÚDO

1. Unidade I – Das epistemologias sociais da informação às epistemologias feministas

- 1.1 Epistemologia social: conceitos, pesquisadores(as) e contribuições
- 1.2 Paradigma social da informação
- 1.3 Estudos de gênero: contextualização
- 1.4 Feminismo negro: epistemologias, campo conceitual, debates e enfrentamentos
- 1.5 Estudos de gênero em Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA -
UFBA INSTITUTO DE CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO - ICI
 Campus Universitário do Canela - Av. Reitor Miguel Calmon, s/nº Vale
 do Canela (parte superior) CEP 40110-100 - Salvador, Bahia, Brasil
 Tel: (55) 71 3283-7745 / 7762 / 7748 (fax) E-mail: icidir@ufba.br



2. Unidade II – Protagonismo de Pesquisadoras negras na Ciência da Informação

- 2.1 O protagonismo da mulher na ciência da informação
- 2.2 Mulheres negras na carreira acadêmica de ensino superior
- 2.3 Redes intelectuais:
 - 2.3.1 Mirian de Albuquerque Aquino;
 - 2.3.2 Maria Aparecida Moura
 - 2.3.3 Joselina da Silva
- 2.4 Mudanças paradigmáticas nos campos de estudo: configurações e os movimentos atuais sobre etnia e gênero
- 2.5 Influências do pensamento das pesquisadoras negras para arquivologia e biblioteconomia e ciência da informação

METODOLOGIA DE ENSINO

A aula será ministrada através do método expositivo, com possibilidade de intervenções por parte dos alunos, de acordo com a seguinte estrutura:

- Conceituação do conteúdo a abordar;
- Exposição do conteúdo através da apresentação preparada;
- Sistematização do conteúdo abordado (síntese);
- Solicitação de atividade extraclasse (avaliação); e
- Indicação de referências para leitura e fundamentação da atividade posterior.

AValiação DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1. Participação em sala de aula
2. Seminários
3. Grupos de discussão
4. Trabalhos individuais ou em equipe

REFERÊNCIAS

• Básica

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018. (Feminismos Plurais).

AQUINO, Mirian de Albuquerque. A construção da identidade profissional de mulheres negras na carreira acadêmica de ensino superior. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) - ABPN**, v. 7, p. 136-160-160, 2015.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA -
UFBA INSTITUTO DE CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO - ICI

Campus Universitário do Canela - Av. Reitor Miguel Calmon, s/nº Vale
do Canela (parte superior) CEP 40110-100 - Salvador, Bahia, Brasil
Tel: (55) 71 3283-7745 / 7762 / 7748 (fax) E-mail: icidir@ufba.br



AQUINO, Mirian de Albuquerque. **Ciência da Informação: gênese, especificidade e conexões**. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003.

ARAÚJO, Claudialyne da Silva. et al. O papel social da arquivologia: a percepção dos arquivistas na era da informação e do conhecimento. **Ci. Inf. Rev.**, Maceió, v. 2, n. 3, p. 53-61, set./dez. 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/1790/1698>. Acesso em 02 out. 2016.

BARROSO, Danielle; GOMES, Elisangela; VALÉRIO, Erinaldo Dias; SILVA, Franciele do Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos Lima. **Epistemologias negras: relações raciais na biblioteconomia**. Florianópolis: ACB, 2019.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018

BUFREM, Leilah Santiago; NASCIMENTO, Bruna S. do. A Questão do gênero na literatura em ciência da informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, Edição Especial, p. 199-214, dez. 2012. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000011914/c48f36708679289a931e043230de4a33>. Acesso em: 1 jan. 2018.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v.17, n. 49, p. 117-132, 2003.

COLLINS, Patricia. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. New York/London: Routledge, 2000.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo, Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo, Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo, Boitempo, 2018.

DOSSIÊ Decolonialidade e perspectiva negra. **Soc. estado.**, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-699220160001&lng=en&nrm=iso

HERINGER, Rosana. **Diversidade Racial e Relações de Gênero no Brasil Contemporâneo**. In: UNIFEM. O progresso das mulheres no Brasil. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/Progresso%20das%20Mulheres%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 14.05.2014.

HOOKS, Bell. **Intelectuais negras**. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16465/15035> Acesso em: 15.10. 2014.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, 2014, p. 935-952. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>. Acesso em: 18 mar. 2018.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA -
UFBA INSTITUTO DE CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO - ICI

Campus Universitário do Canela - Av. Reitor Miguel Calmon, s/nº Vale
do Canela (parte superior) CEP 40110-100 - Salvador, Bahia, Brasil
Tel: (55) 71 3283-7745 / 7762 / 7748 (fax) E-mail: icidir@ufba.br



MARCONDES, Mariana Mazzini et al (Orgs.) **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres no Brasil**. Brasília, 2013.

MOURA, Maria Aparecida. Por uma cidadania radical. **Boletim da UFMG**, Belo Horizonte, n.1485, p. 2-2, 2005.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 112 páginas, 2017. (Coleção: Feminismos Plurais)

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RODRIGUES, C. S; PRADO, M. A. M. Movimento de mulheres negras: Trajetória Política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado Brasileiro. *Psicologia & Sociedade*; 22 (3): 445-456, 2010.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 264, maio /ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>>. Acesso em: 3 jan. 2018.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: sociologia feminista? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16, n. 288, jan./abr. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000100018/5528>> Acesso em: 3 jan. 2018.

SHERA, Jesse H. **The foundations of education for librarianship**. New York: Wiley-Becker and Hayes, 1972.

SHERA, Jessa H. Toward a theory of librarianship and information science. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 87-97, 1973.

SHERA, Jesse. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 6, n. 1, jun. 1977. ISSN 1518-8353. Disponível em: <https://goo.gl/ahvxEF> . Acesso em: 12 jan. 2017.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da.; ROMEIRO, Nathália Lima. (Org.). **O Protagonismo da Mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis: ACB, 2018. 526 p.

SILVA, Joselina da. Doutoradas professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais. **Perspectiva**, v. 28, p. 19-36, 2011.

• **Complementar**

CAMARGO, Edwiges Pereira Rosa. **O negro na educação superior: perspectivas das ações afirmativas**. Tese (doutorado), 189 f., Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP, 2005.

MOURA, Maria Aparecida. Intersectionality and the social construction of Knowledge Organization. In: Fernanda Ribeiro; Maria Elisa Cerveira. (Org.). **Challenges and Opportunities**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA -
UFBA INSTITUTO DE CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO - ICI

Campus Universitário do Canela - Av. Reitor Miguel Calmon, s/nº Vale
do Canela (parte superior) CEP 40110-100 - Salvador, Bahia, Brasil
Tel: (55) 71 3283-7745 / 7762 / 7748 (fax) E-mail: icidir@ufba.br



for Knowledge Organization in the Digital Age. 1ed. Baden-Baden: Ergon Verlag, 2018, v. , p. 830-838.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

OLIVEIRA, H.P.C. ; AQUINO, M. A. . O conceito de informação étnico-racial na Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, v. 8, p. 466-492, 2012.

OLIVEIRA, Larissa Rosanny da Silva. **Arquivologia e relações de gênero**: memória do Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra por meio do arquivo fotográfico / Larissa Rosanny da Silva Oliveira. – João Pessoa: UFPB, 2015.

PASSOS, Elizete S. A **mulher na Universidade Federal da Bahia**: avanços e recuos. Bahia Análise & Dados, Salvador, v.7, n.2 set. p. 142-150, 1997.

ROSSETTO, Irene; MANTOVANELE, Fabiana; PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz M. Orgs). **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil**; 2009-2010- Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor e raça. Rio de Janeiro: Garamond. Univ/Laeser/ Instituto de Economia, UFF, 2010.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Recife, 1989, mimeo. Tradução de Christine Rufino Dabat Maria Betânia Ávila. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2017.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da.; LIMA, Graziela dos Santos. (Org.). **Bibliotecári@s Negr@s**: ação, pesquisa e atuação pesquisa. Florianópolis: ACB, 2018.

SILVA, M. J.; BERNARDINO, M. C. R.; SILVA, J. da. Etnografia do bullying racial na escola na escola: um olhar da biblioteconomia e da ciência da informação. **Revista Magistro**, v. v.1, n.13, p. 215-230, 2016.

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se Negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro. São Paulo: Graal, 1983.

WALBY, Sylvia. Feminismo – Direitos da Mulher: uma história de dominação e lutas. **Revista Sociologia Ciência & Vida**. Editora Escala: ano III; número 22-2009.

- Sites

Instituto da Mulher negra. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/>

Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as – ABPN. Disponível em: <https://www.abpn.org.br/quem-somos>